

ANRL



REVISTA
DA ACADEMIA
NORTE-
RIO-GRANDENSE
DE LETRAS

1978

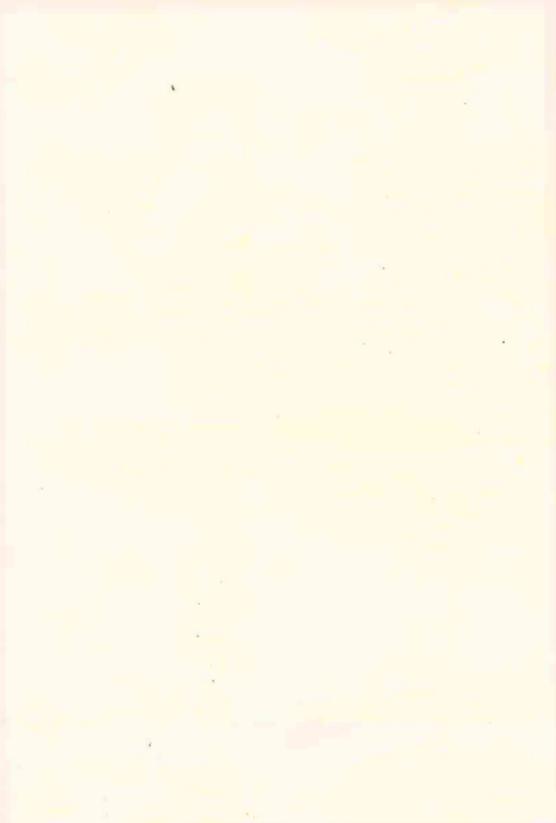
vol. 26/nº 14/novembro/1978



REVISTA
DA ACADEMIA
NORTE-
RIO-GRANDENSE
DE LETRAS

vol. 26/nº 14/novembro/1978

Deptº. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE



NET UFRN
SECRET DE DEFENSE MILITAIRE



Revista da Academia Norte- Rio-Grandense de Letras



SEBO CULTURAL
LIVROS USADOS
COMPRA E VENDA
R. 13 de Maio, 84 - Centro
Fone: (083) 221-6088
CEP 53.020 - J. Passos-PB

R. Acad. N. Rio-Grand. Letras	Natal	v. 26	n. 14	p.1—	nov. 1978
-------------------------------	-------	-------	-------	------	-----------

**REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE
DE LETRAS. Natal, 1951 — Irregular**



1979

Distribuição gratuita

Revisão — Os Autores

Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras
Ano 1 — n.1 — 1951 —
Natal, Academia Norte-rio-grandense de Letras
irreg.

Editor varia: a partir de 1976, Ed. Universitária

1. Literatura Brasileira — Periódicos. 2. Aca-
demia Norte-rio-grandense de Letras.

RN-UF/bc 79/07



CDU 869.0 (81)(05)
O61.12(813.2)



SUMÁRIO

<i>A Revista</i>	7
<i>Os 80 Anos do Mestre Câmara Cascudo</i>	9
<i>Liderança e Universidade</i>	11
<i>Alvamar Furtado de Mendonça</i>	
<i>Discurso de Agradecimento do Ministro Raymundo Muniz de Aragão</i>	19
<i>Os Bravos do Solimões</i>	25
<i>Luís da Câmara Cascudo</i>	
<i>Saudação ao Acadêmico Gilberto Avelino</i>	29
<i>Veríssimo de Melo</i>	
<i>Edinor Avelino — Poesia e Saudade</i>	37
<i>Gilberto Avelino</i>	
<i>O Ano de 1930 em Natal</i>	53
<i>Nilo Pereira</i>	
<i>O Paturi e o Capão</i>	61
<i>Esmeraldo Siqueira</i>	
<i>Ante a Corja — Reflexões Trovadorescas</i>	67
<i>Esmeraldo Siqueira</i>	
<i>Justiça e Ideologia</i>	77
<i>Raimundo Nonato Fernandes</i>	
<i>O Carneirinho</i>	85
<i>Maria Eugênia M. Montenegro</i>	
<i>Romance de Vila Rica</i>	91
<i>Jaime dos G. Wanderley</i>	
<i>Breve Notícia sobre Rodolfo Garcia</i>	93
<i>R. Nonato</i>	
<i>Saudação ao Escritor Gumercindo Saraiva</i>	97
<i>Paulo Viveiros</i>	

<i>Discurso de Posse da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras</i>	
<i>do Acadêmico Gumerindo Saraiva</i>	105
<i>Rememorações... Motes & Glosas</i>	133
<i>Mariano Coelho</i>	
<i>A Viagem ao Canadá</i>	137
<i>José Melquiades</i>	
<i>Aspectos da Evolução Urbana e Demográfica de Natal</i>	145
<i>Hélio Galvão</i>	
<i>3 Poemas ao Acaso</i>	167
<i>Luiz Rabelo</i>	
<i>História do Teatro "Alberto Maranhão"</i>	167
<i>Meirã Pires</i>	
<i>O Dificil Problema do Hifen</i>	175
<i>Ascendino Almeida</i>	
<i>Linguagem da Arte</i>	199
<i>Franco Jasiello</i>	
<i>Saudação a Navarro</i>	209
<i>Sanderson Negreiros</i>	
<i>Causas de Mortes no Seridó Antigo</i>	213
<i>Jayme Santa Rosa</i>	
<i>Presença do Rio Grande do Norte no Ano Internacional da Mulher</i> .	217
<i>João Batista Cascudo Rodrigues</i>	
<i>Dois Precusores da Independência</i>	223
<i>Enélio Lima Petrovich</i>	
<i>Dicionário Onomástico Brasileiro</i>	233
<i>Modesto de Abreu</i>	
<i>Elegia a Natal</i>	237
<i>Salgueiro Machado</i>	
<i>Saudação a Gilberto Freyre</i>	241
<i>Américo de Oliveira Costa</i>	
<i>Lançamento de um Livro e seu Significado Cultural</i>	249
<i>Onofre Lopes</i>	
<i>Quadro da Academia</i>	253

A Revista

Dia 14 de novembro de 1978. Mais um aniversário da Academia. Comemoramos a data com a edição do número 14 da sua Revista. Aqui, temos uma porção do nosso esforço, feito e efeito das atividades literárias da terra.

Estamos convencidos de que esta casa precisa manter viva a sua tribuna, para melhor ser sentida e melhor dizer o que faz pela cultura provinciana. Anualmente, na data aniversária, e, por esse meio, fazemos a projeção do nosso balanço de forças e medimos no tempo o que produzimos e informamos. Vale por um estímulo vivificante e por um exemplo construtivo, para as gerações presentes e futuras.

Na poesia e na prosa, na ficção e no real, na história e na biografia, toda a matéria deste número e toda a sua significação literária refletem a lúcida inspiração de cada autor na estilização da idéia criadora. Outros números se sucederão com o mesmo espírito e viverão a fidelidade dos reais objetivos da nossa Academia de Letras.

*Onofre Lopes
Presidente*

Os 80 anos do mestre Câmara Cascudo

(O fundador)

O fundador de nossa Academia, mestre Luís da Câmara Cascudo, completa, a 30 deste dezembro do ano de 1978, 80 anos de idade e 60 de vida intelectual ininterrupta. Várias homenagens lhe serão prestadas, destacando-se as que foram coordenadas por todas as instituições de cultura do Rio Grande do Norte, com o apoio irrestrito do Governo do Estado, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Prefeitura Municipal de Natal. Entre essas entidades, incluem-se: a Academia Norte-rio-grandense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o Conselho Estadual de Cultura, o Centro de Ensino Superior "Câmara Cascudo", a Fundação "José Augusto" e a Comissão Permanente da Medalha do Mérito "Câmara Cascudo".

No dia 2 de dezembro, houve a abertura das festividades, com a promoção do jornalista Paulo Macedo, que instituiu, há 20 anos, a Medalha do Mérito "Câmara Cascudo", ao lado da "Festa das Personalidades". Presentes todas as autoridades do Estado, convidados especiais, valendo realçar o discurso que proferiu o Senador Arnon de Melo, quando enalteceu a vida e a obra do eminente homenageado. Já no dia 9, também no salão nobre da Academia, teve lugar a conferência do escritor e folclorista Alfredo Luiz Bacelar Viana, abordando alguns aspectos sobre Câmara Cascudo, o antropólogo e folclorista. Foi saudado pelo escritor e acadêmico João Batista Cascudo Rodrigues.

A 16 do mesmo mês, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, assistimos à palestra do historiador Danta de Laytano, Presidente da Academia Brasileira de História, que fez um importante estudo acerca do mestre. Coube ao presidente da “Casa da Memória”, Dr. Enélio Lima Petrovich, fazer a saudação de praxe, e, no ensejo, foram lidas várias mensagens de congratulação por mais esse evento cultural.

Dia 23, contando com a presença do ilustre conterrâneo João Fagundes de Menezes, a Academia e todas as entidades culturais do Estado, promoveram mais uma homenagem. O referido escritor, vindo do Rio de Janeiro, nos brindou com uma valiosa conferência, tendo sido saudado, na magna solenidade, pelo acadêmico Veríssimo de Melo.

Como ponto alto das homenagens a Luís da Câmara Cascudo, ocorreu, no dia 28, a inauguração do Medalhão com a efigie do mestre Câmara Cascudo, na parte interna da sede própria desta Academia. Falou, na ocasião, o escritor e imortal Nilo Pereira, nos contagiando com a sua erudição e grande sensibilidade. Compareceram diversas autoridades, acadêmicos, amigos do homenageado, etc. Também, em vitrines bem organizadas e distribuídas no salão superior da Academia, ficaram expostos os livros de autoria de Luís da Câmara Cascudo, para ainda mais comprovar o quanto merece esse insigne conterrâneo, o maior patrimônio cultural do Estado, em todos os tempos. Um livro, escrito, com amor e profundidade, pelo escritor Diógenes da Cunha Lima, acerca do homenageado (“Camara Cascudo — um mestre bem humorado”), marcou outro ponto bem significativo pelos seus 80 anos de idade.

Dia 30, na própria Casa do mestre, contando com a presença de familiares, convidados, etc., o Instituto Histórico fará o lançamento do 4º volume de “O Livro das Velhas Figuras”, compreendendo algumas dezenas de “actas diurnas” escritas pelo mestre Cascudo, durante mais de 40 anos, em “República” e “Diário de Natal”.

O presidente da comissão constituída para tais homenagens, Prof. Dr. Onofre Lopes da Silva, para que houvesse, como houve realmente, brilhantismo pelas homenagens aos 80 anos de Luís da Câmara Cascudo, adotou todas as providências, em comum acordo com os demais integrantes, e tudo, graças a Deus, saiu a contento, numa festa de um mês, em louvor do querido mestre, que tanto honra, projeta, valoriza o Rio Grande do Norte e o próprio Brasil, dentro e além fronteiras.

Liderança e Universidade ()*

Alvamar Furtado de Mendonça

A Academia Norte-Rio-Grandense de Letras presta justa homenagem ao Ministro Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão.

Justificam esta iniciativa os relevantes serviços que o ilustre Professor nos proporcionou, no decorrer de alguns anos, através de funções e cargos que o situaram nas origens decisórias da Nação. Serviços prestados, sobretudo, à mocidade e às instituições culturais de nosso Estado, entre as quais se destaca a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Sente-se na sua pessoa, no seu valioso curriculum a presença do mestre. A preocupação constante, devotada ao mais crucial e polêmico assunto deste país — a Educação. É o clima em que o homenageado assumiu vulto nacional. Líder e roteirista de uma trilha dramática, qual seja o Ensino Brasileiro, a debater-se na procura de seus verdadeiros objetivos, compatíveis com os anseios e os caminhos da realidade nacional.

O homem em sua missão existencial, na identificação de sua personalidade, no seu comportamento cotidiano, na persistência de seus propósitos e no cotejo de sua vocação atuante, se enquadra nas verdadeiras dimensões de sua participação comunitária, naufragando na falência de seus ideais ou alcançando alturas que o tornam merecedor do apreço e da gratidão de seus compatriotas.

(*) Discurso de Saudação ao Professor Raymundo Moniz de Aragão, na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.

Não é estranho dizer-se que este país não tem sido rico em líderes. Poucos o são por vocação autêntica e outros se ressaltam por ambições mal contidas, galgando posições a golpes de audácia, de atrevimentos irrefletidos ou através de um populismo comprometido nas alternativas da vaidade pessoal ou da demagogia fácil.

Desse entendimento alternativo recolho as razões que dão autenticidade às minhas palavras, justamente quando assumo o grato papel de interpretar o espírito de uma recepção correta em todos seus aspectos.

Fui convidado pelo Professor Onofre Lopes, Presidente desta Instituição, para o desempenho desta missão que muito me honra pelos seus propósitos.

Estamos num ambiente de Academia de Letras, às vezes tão injustamente malsinado nas suas finalidades quando se lhe emprestam natureza simplesmente beletrista, mas tão necessária na mobilização dos valores intelectuais de uma comunidade.

Não é demais, portanto, destacar a polivalência de uma homenagem em que não se explica identificar a pessoa de um intelectual da de um mestre, que em seu rico e múltiplo caminho tem-se dedicado à causa do ensino brasileiro, em fase de implantação embasada na coerência com a atualidade brasileira.

Somos, infelizmente, um país sem tradições universitárias. Emergimos de uma política colonial pobre ou quase ausente das preocupações educacionais. Não se permitia a implantação de uma imprensa e muito menos um centro universitário. Justificativa malfadada de uma colonização que temia a força do pensamento, da inteligência nativa como possível sementeira de atitudes emancipadoras.

Em consequência, a nossa história pública foi bem mais tarde delineada pelos bacharéis que regressavam de Coimbra, que, aqui, condicionados pelo patriarcalismo rural, ingressavam na vida da Corte, fixando-se nas sedes das províncias, na fase de nossa formação urbana, com seus títulos, seus anéis de grau e algumas idéias liberalizantes filtradas dos movimentos políticos da Europa oitocentista.

Contrastávamos, assim, com a colonização espanhola que se valorizava na Universidade de São Marcos ou com o advento das instituições universitárias que demarcavam a presença anglo-saxônica em terras da América, de onde saíam seus estadistas, seus educadores, seus políticos, seus militares, seus combatentes das guerras pela independência.

Fomos por muito tempo um país de helenos e francesistas, menos brasileiro. Alheio ao desenvolvimento tecnológico e científico, preocupado com o que ocorria em Paris, Lisboa ou Londres. Um comportamento abstrato num mundo prático. Uma agricultura primária alimentando cidadãos que se vestiam e pensavam pelo último modelo que nos chegava do outro lado do mar.

Uma Nação bem longe de ser emergente, sem tradição cultural, sem nativas fontes de formação nacional, salvaguardando, é lógico, o nosso posterior pensamento jurídico irradiado de Olinda ou São Paulo, que embora de programação inicial anacrônica na modelagem coimbrã assim mesmo nos permitiu personalidades, que lideraram mais pela força da vocação pessoal que pela seiva de raízes implantadas no subsolo da nacionalidade. Foram os primeiros bacharéis do império e os começos da República, a quem, apesar de tudo, devemos instantes de nobreza da nossa história política como a Abolição e o advento da República, sem omitir o liberalismo de um Rui.

Nossas preocupações com os problemas brasileiros tinham um sentido quase autodidata ou um caráter romântico como o "tenentismo" dos anos vinte e trinta nascido na convivência da Escola Militar, face aos graves defeitos de nossa formação política respaldada em velhas oligarquias.

Nessa síntese sentimos a ausência da Universidade na nossa construção nacional, tardiamente implantada entre nós por força de decreto de conveniência. O Rei Alberto I nos visitaria em 1922, quando entre as homenagens que se pretendiam programar incluía-se a concessão do título de *Doutor Honoris Causa*, a exemplo do que ocorria em outros países.

Graças à criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, em 1939, é que começaram a surgir no Brasil professores com formação profissional, didática, assumindo o tardio papel de preparador de nossa juventude.

Até então a improvisação era dominante. Eu mesmo sou um exemplo disso. No afastamento de um professor do Atheneu Norte-Rio-Grandense, que adoecera irremediavelmente, o substituí. E dessa indicação ocasional, tornei-me professor secundário, transformando-me, posteriormente, em titular do ensino superior por força do acaso e da improvisação.

Graduei-me na Faculdade de Direito do Recife e voltei à minha terra angustiado pelas incertezas do futuro. Era um bacharel mais vivido em discussões nas velhas pensões da Rua da Aurora do que na monotonia da tradicional Faculdade. Enturmado em troca de idéias que entrava pela madrugada, debatendo, criticando, analisando temas de literatura. Misturando Eça de Queiroz com José Lins do Rego ou Graciliano Ramos, discutindo a obra de Gilberto Freyre e admirando o pioneirismo de um Ulisses Pernambucano na área de medicina do espírito.

Havia nossas intermináveis conversas a caminho da madrugada, nas mesas do café Lafaiete, onde se ressaltava a presença brilhante de Clarival do Prado Valadares. E, ao lado, numa mesa isolada, um homem magro e triste, que publicava belos poemas nos suplementos literários dos jornais de domingo — Joaquim Cardoso. Roberto Burlemax, recém-chegado da Alemanha, usando espécies vegetais do Nordeste embelezava os jardins do Recife.

Noel Nutels, já pelos fins de seu curso de Medicina, declamava para gente, naquele jeito pessoal e alegre, os poemas de Omar Khayam e era o animador da Jazz Band Acadêmica de Pernambuco.

Percy Lau fixava a bico de pena as velhas igrejas e os coqueirais do litoral pernambucano. Capiba compunha seus maracatus e Nelson Ferreira, com seus frevos, enchendo de alegria as ruas do Recife.

Assim, olhando o mundo de nossa juventude, tudo na base do autodidatismo, fazíamos nossa vida acadêmica, pois não havia outro modo, outro método que nos conduzisse às emoções da cultura, a não ser a curiosidade ao sabor das improvisações, do imprevisível. O cavaquear fora dos corredores da Faculdade, da abstração de suas aulas onde vagueavam as memórias de Tobias Barreto e Clóvis Bevilacqua. No meio de rua, nos bares das madrugadas recifenses encontrávamos o nosso sistema universitário, naqueles idos de nossa juventude.

Misturávamos crítica de cinema com posições ideológicas numa fase difícil, quando o fascismo ameaçava nossos padrões de liberdade. Quantas vocações políticas, quantas inteligências mal compreendidas, quantas lideranças estudantis tinham seus entusiasmos generosos debilitados e aviltados nas enxovias policiais do Estado Novo, que transformavam, pela repressão irracional, idealismos estudantes de vida

e de criatividade em desaguadouro de ressentimento e revoltas, que marcaram muitos de nossa geração.

Recebíamos afinal o título de bacharel em Direito sem saber manusear os códigos, sob a formação intelectual e profissional de professores distantes, solenes e discursivos. Há em tudo isso mais uma evocação, nas emoções do tempo que se foi, uma saudade muito mais associada às aventuras da mocidade do que às mensagens que recebíamos nos bancos acadêmicos.

Aqui, possivelmente, alguém indagará aonde quer chegar esse orador, aonde o levarão essas palavras que se distanciam das finalidades a que se comprometeu nesta amável recepção a uma figura ilustre.

Pois é aí que se valoriza a personalidade do homenageado. A sua presença, inapelavelmente, desperta assuntos, sugestões, divagações a propósito ou sem propósito, pois ele está integrado numa problemática da maior importância no momento nacional. Tornou-se assim um homem tema, em torno de quem é impossível silenciar, omitir, esquecer aquilo que foi e é a permanência de sua vida inteira — a Educação. Essa tem sido a dimensão maior de sua personalidade. Por isso mesmo não é uma presença anódina e injustificada. Não merece o que é tão comum, no vazio dos quadros das lideranças nacionais, a significação fugaz das honrarias de conjuntura.

Ele tem sido, sobretudo, um professor na mais nobre conceituação do termo, uma expressão marcante no cenário nacional. De um vasto e diversificado curriculum que nasce no Colégio Militar do Rio de Janeiro e na Faculdade de Medicina e alcança os níveis mais altos da Retórica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujos méritos e competência no trato dos assuntos educacionais o colocaram à frente do Ministério da Educação e Cultura.

Sua ajuda à nossa Universidade na fase de sua estruturação tornou-o credor de nossa admiração. Colaborou, compreendeu seus problemas, estimulou, ajudou material e intelectualmente na fase decisiva de sua estruturação, dando-lhe uma posição de destaque no ciclo universitário brasileiro. E graças a isso a Universidade Federal do Rio Grande do Norte tem hoje participação marcante e necessária na vida cultural do Estado, haja vista a recente promoção da I Semana de Cultura Nordestina, que teve repercussão nacional. Ele confiou na ação

de seus responsáveis, o que tornou possível a sua posição atuante de nossos dias.

Só esses aspectos seriam suficientes para retratá-lo nas motivações destas homenagens.

Numa série de artigos publicados pelo Professor Afrânio Coutinho no *Jornal do Brasil*, de excelente espírito crítico e atilado estudo sobre temas universitários, há uma citação especial à aula de sapiência pronunciada na antiga Universidade do Brasil, em 1959, pelo professor Raymundo Moniz de Aragão, em que emite conceitos ainda hoje válidos sobre a Universidade brasileira, em presença do então Presidente da República. Aula que foi publicada sob o título — *A Universidade e o Momento Brasileiro* e quando o homenageado era apenas, como ainda hoje o é, membro do Conselho Universitário, e era relator de importantes processos universitários, que lhe atribuíam conhecimento de causa associado à coragem de seus pronunciamentos.

O Professor Afrânio Coutinho, referindo-se a sua participação nos trabalhos do Conselho Universitário, afirma: “E o fazia sempre guiado pelo mais sadio espírito público, sem personalismos, baseado na legislação, na consciência universitária e na competência. Desta forma, impôs-se ao respeito e admiração de seus pares, assumindo uma liderança legítima, que o levou à Reitoria e ao Ministério da Educação e Cultura”.

E mais adiante afirma ainda o articulista: “E foi com a experiência assim adquirida que o futuro Ministro pôde enfrentar o problema universitário trazendo a lume a Reforma de 1967”, que ainda sobrevive pelo vigor de sua doutrina e de seus princípios básicos.

Nesse discurso, marco em nossa política universitária, o ilustre Professor Raymundo Moniz de Aragão criticou as obras de fachada, o “gigantismo” típico dos países ainda não amadurecidos. Analisou e criticou com coragem os erros e equívocos da Universidade brasileira na ausência de requisitos essenciais à sua finalidade. “O espírito gremial, comunitário, autonomia e espiritualidade”. Aponta ainda nesse discurso defeitos na estrutura da Universidade de então, qual seja o paralelismo das unidades escolares, sem interdependência, preocupando-se apenas em formar profissionais, quando havia outras missões a

cumprir, quais sejam: “O aperfeiçoamento e a especialização profissional (ensino de pós-graduação), a pesquisa científica e tecnológica, a difusão da cultura”.

Em certa altura desse discurso, de honesto e percuciente espírito crítico, depois de analisar corajosamente a ausência de autonomia universitária no seu real conceito, denuncia a ausência de espiritualidade no seu corpo estrutural: “De fato a Universidade está vazia... Vazia do que em crer, do que amar, do que querer”

É preciso enchê-la de espiritualidade. Só assim a Universidade terá cumprido o seu supremo dever, formando o Homem Culto, impregnado do espírito universitário, cujos atributos Newman tão exatamente caracterizou: Liberdade, equilíbrio, calma, moderação e sabedoria”.

A propósito dessa mentalidade caracterizada pelo gigantismo e pelo luxo das construções universitárias brasileiras, nunca mais pude esquecer fato que ocorreu comigo nos Estados Unidos, por volta de 1963, quando visitava a *William and Mary College*, Virgínia. Espantado pela simplicidade das salas de aula de sua Faculdade de Direito, no seu conjunto arquitetônico sóbrio, austero e acolhedor, com toda sua encanação aparente do teto, provocou-me uma inoportuna observação. E diante de minha mal disfarçada surpresa, o Deão que me acompanhava na visita arrefeceu minha infeliz objeção com a assertiva que me silenciou, respeitosa e desajeitadamente — “ Nestas salas de aula estudou o Juiz Marshall.”

E eu sabia que esse nome identificava a mais alta expressão da cultura jurídica da Suprema Corte dos Estados Unidos em toda sua história...

O professor Afrânio Coutinho, nos seus artigos, registra decepções que fizeram professores eminentes anteciparem sua aposentadoria, desapontados no seu idealismo, como Clementino Fraga, Aloisio de Castro e tantos outros, que sentiram a inanidade de seus esforços para melhorar um ambiente universitário que não se posicionava em face das exigências da realidade nacional.

E assim, meus senhores e minhas senhoras, a história de nosso ensino universitário não teve um decorrer racional. Faltou-lhe raízes

alimentadas em uma tradição que tornasse seu papel mais atuante na construção da nacionalidade, na integração de sua cultura, mais influente na formação do homem comum para assumir suas responsabilidades na dinâmica de suas aspirações democráticas.

Felizmente, já se observa que o ensino superior começa escapar da política paroquial e a procurar atender nossas necessidades científicas, tecnológicas e culturais.

E nessa procura há muito do idealismo do Professor Raymundo Moniz de Aragão, a quem tanto deve a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Fundação José Augusto, esta ao tempo em que o ilustre Professor, hoje homenageado, era Presidente do Conselho Federal de Cultura.

Quanto à nossa Universidade, o ex-Reitor Onofre Lopes, Presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, é uma grata testemunha e o seu apreço público ao Professor Moniz de Aragão na outorga do título de Membro Honorário desta instituição cultural do nosso Estado, se transfigura numa homenagem a um homem, que na trajetória de sua vida pública nunca nos faltou com seu apoio, sua ajuda e sua colaboração.

Estamos felizes em sentir que a concessão desse título ao Professor Raymundo Moniz de Aragão é um preito de gratidão, que torna sua integração nos quadros desta entidade não um episódio ocasional, mas uma permanência que nos enobrece pela sua riqueza humana e pelo aplaudido gesto de nossa instituição que a dignifica perante a opinião pública do Rio Grande do Norte.

Discurso de Agradecimento do Ministro Raymundo Moniz de Aragão

Sr. Presidente Onofre Lopes

No momento em que me adianto, para receber, das mãos honradas de Vossa Excelência, o título de Membro Honorário desta egrégia Academia, que me abonou a nímia gentileza de seus pares, trago o coração rendido de agradecimento e a alma tocada de profundo sentimento de humildade.

É que, Sr. Presidente, não se contam entre os seus defeitos, nem o da ingratidão, nem o da avaliação benévola dos atributos próprios. Nem mesmo seria possível, no andar em que vou da vida, quando a primeira neve do inverno já branqueia os cabelos que me pouparam os rudes ventos do outono, compadecer com ilusão falazes, com distorções óticas que permitam ter por mérito real, o resultado a que chegam os que nos sopesam na balança mal tarada da indulgência.

Sei que ingresso neste cenáculo, cuja altura de certa forma me intimida, por força do paraninfado de Vossa Excelência, conduzido, no lance, pelo impulso puro, mas parcial, da amizade. Ela primeiro o traiu na avaliação dos predicados do colega, velho companheiro de lides universitárias, benquistado do convívio de longos anos livre de desacordos e razões de despreço; depois, inspirou-lhe, com a malícia boa que freqüentemente acode as almas nobres, o propósito de compensar com

(*) — *apud João Medeiros — Cultura, Literatura e Direito, Rev. Ac. Norte — Rio-Grandense de Letras, Ano XXI, n.º 10*

demonstração de alto apreço, partida de homens de cultura, de inteligência e de caráter, a amargura de injustiças que recolhe o homem público, na derrota do bem comum.

Vossa Excelência, por certo, afirmará que me equívoco; que ao me propor para membro deste sodalício, moveu-o o reconhecimento de qualificação credenciadora, a amizade apenas intervindo para sobre ela deitar luz, focalizando a atenção. É o que sugere a elegância; é o que Vossa Excelência talvez creia, no julgamento toldado pela intercorrência de afetuoso sentimento.

Como seja, honra-me e compraz-me ter chegado até aqui, pelas mãos do homem que Vossa Excelência é. Lanço a vista, como recordativo, sobre seu *curriculum vitae* e, ao tempo em que o percorro, ele vai se iluminando, da luz que promana dos sentimentos profundos que inspiraram e conduziram a sua vida, límpida e fecunda: a solidariedade humana, a aplicação devota ao preparo e ao exercício da profissão, a probidade sem jaça, o patriotismo sem assomos, mas cáldo e exigente de serviços à sua terra e à sua gente.

Desde logo o vejo na figura do médico, sabedor do seu mister, aperfeiçoado, após o aprendizado normal, em estágios nos hospitais do Rio de Janeiro, de S. Paulo e dos Estados Unidos, servindo com zelo à Saúde Pública, assistindo com amor à infância, acudindo com solidariedade cristã aos lázaros, solvendo com proficiência casos cirúrgicos. À proporção que avanço, vejo ir-se conformando, por traz do médico, a figura do educador, fundando e dirigindo hospitais para, ao fim, ultrapassando o campo médico, dirigir, a partir do decreto de criação, dando-lhe as dimensões e o prestígio de que desfruta a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Esta é a sua grande obra. Viu-a, Vossa Excelência, nascer. Seu primeiro Reitor, por doze anos dirigiu-a, promovendo a sua implantação, o seu crescimento, a aquisição de real eficiência, dando-lhe, por fim, com o Crutac, posição de vanguarda na assunção pela Universidade Brasileira, da tarefa que constitui, com o ensino e a pesquisa, a terceira e mais recente de suas relevantes funções a extensão. Isto é, a Universidade extra-muros, estendendo à comunidade o benefício do saber que traz acumulado e daquele que cria no labor da pesquisa.

É deste período, foi sob esta figura de Reitor magnífico, e não de simples Magnífico Reitor, na forma banalizada e de legitimidade duvidosa, que o conheci: incansável em sua faina, certo e confiante de suas

diretrizes, entusiasta e enamorado da sua obra, idealista e realizador, convencendo pelo mérito de suas razões, aliciando pela pureza do seu ideal.

Tivemos contatos, em razão de funções que então exercia no Ministério da Educação e Cultura. Deles, os movidos já não sei, esfumados no tempo; a memória apaga-se, esvance ao deslizar da areia na ampulheta do tempo... Sei bem, no entanto, e o sei até cada vez melhor, é de que homem se trata; do quilate das suas preciosas e raras qualidades; de como é impossível conhecer sua obra e o não admirar, a ele conhecer e não lhe querer bem.

Receba, pois, Vossa Excelência, nesta feliz oportunidade, que se me depara, de as externar em momento para mim tão alto e perante testemunhas tão qualificadas, as vivas e sinceras expressões de meu agradecimento e a certeza incorrosível da minha admiração.

Não fossem já demasiadas as benesses e colho, ainda, a honra e o proveito de ser recebido através da palavra acolhedora, elegante e autorizada do Sr. Acadêmico Alvamar Furtado de Mendonça, expressão exponencial nesta colegiada de expoentes.

É sua Excelência fundamentalmente um jurista e um professor, o que faz que nele de pronto identifique um colega, sem pretender, por essa forma, ombrear-lhe a cultura, que tão a vontade o deixa nesta augusta Casa. Mas, tão somente assinalar identidades de propósitos, que geram necessariamente a simpatia intelectual, tão fácil de transmutar-se em amizade, no extravasamento espontâneo, que se processa ao conhecimento pessoal, para a área da sensibilidade e do sentimento.

Estudiosos da ciência jurídica, valorizou, o ilustre Acadêmico, os conhecimentos dos livros emprestados, com a experiência e o tirocínio adquiridos no exercício da magistratura, superiormente exercida. De fato, a sua trajetória, nesse campo de atividade, singulariza-se por marcos definitiva expressão: a conquista de primeiro lugar em concurso para Juiz do Trabalho, o exercício da presidência de Junta de Conciliação e Julgamento, a promoção, por merecimento, a Juiz de Tribunal Regional do Trabalho.

Assim instrumentalizado, empreendeu o exercício do magistério universitário, destacando-se neste o seu provimento como

Professor Titular, efetivo, da Faculdade de Direito da UFRN e o exercício temporário do nosso cargo, na UFRJ, honrosa requisição do Reitor dessa Universidade.

É, pois, justo que o sinta, como há pouco externei, um companheiro de lides universitárias, antes mesmo de conscientizar-me que o título que com emoção, e quase diria que com acanhamento, venho de receber, me faz seu colega, também no campo das letras, em que esta Academia se apresenta com invejáveis credenciais e em que me movo, ainda, como neófito, canhestra e inibidamente.

Não conto, ai de mim, com as credenciais que permitiram a Peregrino Junior, aqui chegando, declarar alegre, jovial, ousadamente: "Ao entrar, honrado e contente, neste solar dos homens de Letras de minha terra, tenho a impressão de estar ingressando em casa minha e de minha gente". Mas, poderei acompanhá-lo, certamente, em trecho mais comedido, em que diz, em expansão singela e feliz desafogo: "Não me sinto aqui um estranho". É que muitos dos que integram ou pertenceram a este cenáculo, em momentos salteados de minha vida concederam-me a sua atenção ou a sua simpatia. Em enumeração que não pretende ser esgotante, cito, alguns deles, cujos nomes, pela altura a que se elevam, desenham na passagem cultural do Brasil, os contornos de alcantilada serra: o próprio Peregrino Junior, meu companheiro do Conselho Federal de Cultura e de conselhos da UFRJ; José Augusto, em que identifiquei, sobre outras virtudes, a de ter feito a reforma do ensino de seu Estado, na década de 20, quando sacudiu a este país a doutrina da "escola nova", difundida pela benemérita Associação Brasileira de Educação; Juvenal Lamartine, narrador exímio dos feitos da história potiguar, que como poucos conhecia; Vossa Excelência, Senhor Presidente, a cujas virtudes de início aludi, em preito de justiça; e por encerrar, que mais longe não devo ir na ocupação do tempo de Vossas Excelências, o vulto inigualável de Câmara Cascudo, o maior escritor norte-rio-grandense de todos os tempos, como afirma o ex-presidente e também notável escritor Manoel Rodrigues de Melo, que o aponta como sabedor de história, geografia, antropologia, etnografia, folclore, aqueologia, música, sociologia, direito, ciência política, etc., a disputar com Amaro Cavalcanti a posição, altamente invejável, de "a maior figura intelectual do Rio Grande do Norte", que a este atribuiu Juvenal Lamartine (*).

Mas, fechado o parêntese, retomo as considerações que tecia a propósito do ilustre Acadêmico Alvar de Mendonça, para registrar e agradecer o seu esforço em emprestar melhor figura ao colega que aquiesceu saudar. Por traz da sua fala brilhante e fácil, subjugante e persuasiva, leve, fluente, pode-se, ainda assim, vislumbrar o esforço do garimpeiro a manobrar, ativo e destro, a sua bateia, a procura das escassas pepitas sepultadas em volume desmesurado de cascalho, o cuidado em colocá-las sob uma luz favorável, para que refulgissem, por um pouco que fosse, emprestando a ilusão de brilho ao material opaco que tinha a trabalhar.

Agradeço-lhe os cocneitos laudatórios, os juízes generosos, as palavras de simpatia e apreço com que procurou emprestar relevo e colorido à figura desbotada e sem ângulos sugestivos, cuja apresentação e louvor empreendeu, em prova de obediência e de fraterna solidariedade franciscana.

Senhor Presidente,
Senhores Acadêmicos.

O Rio Grande do Norte não é estranho às fagueiras recordações da minha juventude. Com poucos anos de formado em medicina, depois de haver cumprido igual tarefa na vizinha e amada Paraíba, tocou-me a incumbência de promover a remodelação dos laboratórios da Saúde Pública do Estado.

Transferindo-me a Natal, fui residir no Hotel Internacional — já hoje não existe — em dependências reservadas e recém-casados, por serem as mais confortáveis. Debruçavam-se elas sobre o rio e somente o leve rumor das suas águas arrastadas lenta, sem pressa, suave e inexoravelmente para o mar, ou o grito de algum barqueiro, manobrando ao largo a sua embarcação, quebravam o silêncio das horas, que muitas passei deitado sob o mosquiteiro, que continha a fúria hematófaga dos insetos, curtindo saudade da família distante, sopesnado problemas do serviço, revendo incidentes do trabalho, enquanto não vinha o sono conciliador restaurar as forças das labutas do dia, emprestar tranqüilidade, por termo às inquietações fruto das responsabilidades da tarefa que empreendia.

Nesta época, vi surgir o problema alarmante do “gambia”, o terrível mosquito africano importado ao sabor dos percalços da aviação transatlântica que se consolidava. Problema tão grave que dele ao tomar conhecimento, o Diretor da Officia Sanitária Pan-Americana, um único comentário emitiu: “Pobre Brasil”.

Entretanto, o “gambia” foi vencido, eliminado de nosso território até o último exemplar, e o Brasil ao libertar-se da terrível calamidade, escreveu uma das mais belas páginas da história do sanitarismo, em todo o mundo.

É claro que incidentes tais não são esquecidos; recordo-os como se ontem transcorridos, como tenho presente a visão de Natal da época, ainda pequena cidade, a surpreender pelas suas largas avenidas, previsão de um governante que soube pressentir as exigências do futuro e, por isso, foi considerado pelos coevos um “Sonhador”.

Porque conheci o Rio Grande do Norte nesta fase grata da vida, que é a mocidade, porque o servi e pude, a medida dos meus fracos préstimos, ser-lhe útil, por ele sempre tive especial carinho, fração eleita de uma Pátria com exaltação amada.

Asim, Srs. Acadêmicos, ao invés de um, concederam-me Vossas Excelências, dois inestimáveis privilégios: a honra de pertencer a este ilustre sodalício e o benefício de fazer-me mais ligado a esta terra e à sua gente. E isto importa, pois se sou fiel em amores.

Muito obrigado.

“Os Bravos do Solimões”...

Luís da Câmara Cascudo

— Tristeza! Funda tristeza
Nos enluta os corações;
Já nada resta das águas,
Dos bravos do “Solimões”!
O mar, esse negro abismo,

que não respeita heroísmo,
nem sabe o que seja o lar,
Rolando, sobre montanhas,
abriu as glaucas entranhas
para os heróis sepultar!...

São versos do Dr. Manuel Segundo Wanderlei. Eu os declamava, impando de importância, nas festas domésticas de outrora. Ultimamente encontrei dois estudos sobre o “Solimões”, publicados no “Subsídios para a História Marítima do Brasil”, pelo comandante Didio Iratim Afonso da Costa (V-1, p-255) e comandante Sebastião de Souza (Gastão Penalva), no V-III^o, página 222. Recordei os versos de Segundo Wanderlei, espalhados em Natal, junho de 1892, quando das exéquias solenes na Matriz, missa em todos os altares, o 34.^o Batalhão de Infantaria e a Companhia de Aprendizes formados, em continência, com descargas e presença de toda a gente da terra.

O “Solimões” era um monitor já velho, em serviço desde 1877, fazendo oito milhas por especial favor, armado de artilharia antiquada, com torre giratória, a meia nau, onde espiavam quatro canhões negros, com o leme a vapor. Vivia ancorado no Rio de Janeiro, servindo de bateria, fazendo medo, imóvel, escuro, pesado, na maravilha policolor da Guanabara.

Em 1892, governando o marechal Floriano Peixoto, houve uma insurreição no Mato Grosso. Ameaçavam dominar o forte de Corumbá. Floriano delibera mandar uma expedição punitiva. É o transporte "Itamarati", a canhoneira "Carioca", já em Buenos Aires, o "Bahia" onde ia o contra-almirante Antônio Manuel Fernandes, e o "Solimões", monitor-couraçado, à chapa de ferro de oito polegadas. Comandava-o o mar-e-guerra Fernando Xavier de Castro. Embarcaram uma companhia de Fuzileiros Navais, para o que desse e viesse...

Largou o "Solimões", deixou a costa brasileira, embicando o litoral uruguaio, rumo ao Mato Grosso. Na noite de 19 de maio de 1892, o monitor encalhou, frente ao cabo Polônio, entre Pedra Negra e Ilha Raza. Vão a bordo cento e trinta homens. O comandante, com o navio batido pelo mar, mandou arriar um escaler e cinco homens, um enfermeiro, José Correia Maguena, um foguista e três marinheiros, descem, tomam a pequenina embarcação e remam para terra. Estão uns mil metros do navio, cujo bojo se destaca na escuridão das onze horas. Bruscamente uma explosão sacode os ares. O "Solimões" desceu para o abismo, com cento e vinte e cinco homens. Da catástrofe restam cinco marinheiros que contam, engasgados de pranto, a história terrível.

Todo o mundo oficial e social do Brasil se emocionou. O Rio Grande do Norte perdia dois filhos, o primeiro-tenente cirurgião de quarta classe, dr. Antônio Jorge de Avila Cavalcanti e o primeiro-tenente Afrodísio Fernandes Barros, conhecidos e queridos em Natal. O segundo saíra semanas antes, depois de um convívio amplo com amigos e festas populares. A família Fernandes Barros, tradicional e antiquíssima, estava desolada, como os Avila Cavalcanti, de estirpe fidalga.

No Senado Federal, a bancada do Rio Grande do Norte apresentou a moção de solidariedade no luto que sofria a Marinha de Guerra. O projeto é de Amaro Cavalcanti e subscrevem os dois outros senadores norte-rio-grandenses, José Bernardo de Medeiros e o coronel Oliveira Galvão. Saldanha Marinho assinou logo após. Na Câmara, um deputado pelo Rio Grande do Norte, dr. Miguel Joaquim de Almeida e Castro, discursou, secundando a idéia.

Em Natal a guarnição tomou luto. As exéquias foram soleníssimas. Durante muitos dias constituiu o assunto único. Especialmente político, porque acusavam o Governo de ter mandado o "Solimões," para a morte. No Rio, pelo jornal "Combate", em 22 de maio, Luiz Murat, deputado, republicano histórico, fez sucesso com um famoso artigo: "O Navio túmulo.

O contra-almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama, presidente da Associação Protetora dos Homens do Mar, lançou um apelo para

que se abrisse uma subscrição nacional em beneficio das viúvas e órfãos. Em Natal, o capitão-tenente Artur dos Reis Lisbôa, o capitão dos Portos, De Lamare, o comissário da Companhia de Aprendizes, Frederico Gluck, foram aos jornais. Todos cederam colunas, fazendo retórica, muito sérios.

Manuel Segundo Wanderlei, o nosso poeta condoreiro, o médico dos pobres, bom como um anjo e simples como o “*pelo-sinal*”, escreveu os versos que correram todo o Brasil, dados, aqui e além, como sendo de outras penas mais felizes em notoriedade.

Morreram, sim, mas morreram
cumprindo um nobre dever!
Tombar assim — é ser grande,

Cair assim — é vencer;
Era arriscado o trajeto,
Porém, sublime o projeto
que os impelia a seguir;
Morreram, sim, na cobiça
de proteger a Justiça,
de resgatar o Porvir!

Imaginal um navio
sulcando as vagas de azul,
sob a vergasta bravia
desses pampeiros do sul;
um torvelinho de espumas,
por cima — um manto de brumas,
por baixo — o negro parcel,
então, haveis ter a cena
que não a descreve a pena,
nem a desenha o pincel...

Sobre o convés sobranceiros,
soldados e capitão
mostram que são marinheiros
da brasileira nação;
Travou-se um duelo incrível,

da crença contra o impossível,
da honra contra o escarcéu;
Luta sem tréguas, sem calma,
do monstro enlaçando a alma,
da alma invocando o céu!

Chegara a hora suprema,
fugira a luz da razão;
A alma busca o infinito,
Busca a matéria o golfão...
Já nada vale a manobra,
a nau, perdida, sossobra
às fúrias de vagas mil!
Terrível, duplo embaraço:
de um lado um túmulo de aço,
do outro um antro de anil!

Depois... cruel desengano!
O nada, o sepulcro, o pó...
No mar somente o pampeiro
Na terra saudade só!
Sim, ao fitar este drama,
Este clarão, esta chama,
de um heroísmo febril,
Só pode negar conforto
quem tem um peito já morto
quem não nasceu no Brasil!...

Saudação ao acadêmico Gilberto Avelino

Veríssimo de Melo

Srs, sras. srs. acadêmicos:

Numa entrevista concedida à revista italiana "*L'européu*", William Faulkner expressou sua opinião a respeito dos escritores contemporâneos, afirmando:

— Todos nós perdemos a batalha contra a perfeição.

E explicitou: "Faço esta afirmação porque tenho por costume medir os escritores, inclusive eu mesmo, pelo seu esplêndido fracasso na tentativa de alcançar o impossível. Creio que, se eu pudesse escrever novamente meus livros, eu os escreveria muito melhor. Esta confissão é o que posso dizer de melhor sobre mim mesmo e constitui a condição mais salutar para um artista. O que realiza o artista? Continua a trabalhar, a sofrer afluivamente na sua busca, a crer que cada trabalho que esteja elaborando represente o máximo de suas possibilidades. Naturalmente não é e isso é uma sorte, porque senão, se realmente o artista conseguisse conciliar o seu trabalho concreto com a imagem ideal que tem dele, só lhe restaria amarrar uma pedra ao pescoço e atirar-se ao mar. A perfeição é o suicídio para o artista".

Tudo aí está dito de forma impecável pelo grande romancista norte-americano. O artista, mesmo jovem, mas de talento, sempre deseja o inatingível. E como jamais se alçará àquele nível hipotético, só lhe resta persistir lutando, de todas as formas, naquele sentido. O tolo, que julga ter atingido a sua meta, que se considera um escritor ou artista realizado, não terá outra opção: Deve seguir o conselho de Faulkner e atirar-se ao mar. Parece, entretanto, que, sendo a perfeição inescrutável, é nessa ânsia de tentar atingi-la que reside toda a grandeza do artista, como igualmente todo o seu sacrifício e sua luta.

Todo jovem escritor esforça-se ingenuamente por ser maior do que os outros de sua época. Faulkner também nos adverte desse intento: “Não importa ser melhor do que os nossos contemporâneos ou dos que nos precederam. Devemos tentar ser melhores do que nós mesmos”. E frisa: “O artista é uma criatura possuída pelos demônios”. Com esta expressão ele coloca o problema da única responsabilidade do artista: a sua arte. O sonho que ele carrega dentro de si, que o atormenta e o impulsiona ao mesmo tempo à realização de sua obra. Algo que ele, de um ponto de vista ideal, não alcançará jamais. Porisso, nunca se libertará e nem terá paz.

Esta a condição do artista ou do escritor que persegue o seu sonho de arte. Nunca se libertará dos seus demônios interiores. E jamais atingirá a perfeição de sua arte. Dir-se-á, então, que o verdadeiro artista será sempre um homem frustrado em seus ideais. É isso exatamente que se depreende dos conceitos de Faulkner. Mas, parece que, dentro dessa gradação, que vai da luta de todos os dias aos designos superiores do artista, já está previamente fixado o ponto mais distante a que cada um de nós poderá alcançar. Não iremos mais adiante. Mas, até lá, se formos otimistas, ainda poderemos esperar algumas compensações dos nossos contemporâneos. Ver o nosso trabalho reconhecido e sentir que nem tudo que fizemos foi considerado inútil ou desprezível.

Senhores acadêmicos:

Por que estamos reunidos hoje, nesta noite, nesta bela sala, em torno do jovem poeta Gilberto Avelino? O que verdadeiramente ele tem feito para merecer este gesto espontâneo de estima e consideração de tantos amigos? Não já seria este um ato público de reconhecimento à sua obra literária, apenas iniciada, mas assim mesmo já merecedora das nossas atenções e respeito?

Gilberto Avelino ingressa hoje na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras sob nossos aplausos mais jubilosos. Vem preencher a cadeira do seu saudoso genitor e grande poeta, que foi Edinor Avelino, sempre lembrado pela pureza de sua sensibilidade, sua modéstia, pelo estoicismo com que soube enfrentar os últimos anos de sua existência. Cego e semiparalítico, já não podendo mais escrever os poemas que, desde cedo, lhe deram a consagração pública, Edinor ainda fazia quadrinhas maravilhosas, que memorizava e depois as transmitia aos raros amigos que o visitavam, como esta, que nos deu:

“Neste suplício tremendo
sem a luz dos olhos meus,
vou cantando, vou sofrendo,
vou seguindo para Deus”.

Também tivemos a honra de receber Edinor Avelino nesta Academia, no dia 22 de maio de 1975, tendo sido o seu discurso de posse lido aqui pelo seu filho, Gilberto Avelino. Passando Edinor à nossa galeria dos imortais, a 10 de março de 1977, vários nomes surgiram como candidatos à sua cadeira vaga. Foi Diógenes da Cunha Lima quem nos advertiu para o nome ideal na substituição do saudoso poeta de Macau: seu filho, Gilberto Avelino, também excelente poeta, advogado já vitorioso em sua profissão, orador nato, caráter firme e modelar. Ninguém melhor do que Gilberto para dignificar a cadeira de que seu pai foi o fundador e que tem como patrono o inesquecível poeta Juvenal Antunes. Sua eleição foi assim tranqüila e consagradora.

Quais os méritos, na verdade, deste poeta ainda tão moço e de apenas um livro publicado? — indagarão os que estão lá fora.

Gilberto segue exatamente a linha do seu querido pai no que se refere à divulgação dos seus poemas. Edinor só publicou um livro, “*Sínteses*”, este mesmo graças à iniciativa de Manuel Rodrigues de Melo, apesar de tantas páginas que escreveu e publicou na imprensa deste e outros Estados. Gilberto só publicou “*O Moinho e o Vento*” diante da insistência de Diógenes da Cunha Lima, através de um “complot” com Franco Jaziello, presidente da Fundação “José

Augusto”, às vésperas de sua eleição à Academia. É Diógenes mesmo quem declara na apresentação daquele volume: “Este livro, para mim, tem sabor de prêmio. Há quanto tempo pedia a sua publicação! Quanta insistência para dobrar um lírico de livre palavra no jugo do papel impresso!”

Poeta de uma Geração

Não há despreço a ninguém, quando se proclama a verdade. Pelo seu temperamento de perfeccionista, — lembra Diógenes, — aliado à sua modéstia e luta na advocacia, — acrescentamos nós, — cremos que o poeta Gilberto Avelino permaneceria inédito ainda por muitos anos, se fôssemos esperar apenas pela sua iniciativa na publicação do seu livro. O volume de versos, contudo, deu-lhe o pré-requisito indispensável ao seu ingresso nesta casa de cultura e o privilégio nosso, a partir de hoje, do seu amável convívio.

Gilberto, — repetimos, — é o poeta de uma geração de jovens profissionais liberais, hoje conceituados advogados, magistrados, promotores, médicos, engenheiros, seus antigos companheiros de ginásio e universidade. Ticiano Duarte, um deles, ressaltou na “orelha” do volume: “O Moinho e o Vento”, como disse Veríssimo de Mélo, no seu prefácio, é o livro de uma geração. A minha e a de Gilberto Avelino. A geração que passou pelo Ateneu viveu os seus grandes dias de lirismo e de boemia, aprendeu a amar as coisas simples e nas ruas desta cidade cantou, na esfusante alegria das noites de chopes, aquela canção que ele repete e que fala nos sinos:

“... os sinos cantam,
cantam alegremente
e fazem florir no coração da gente
cravos e lírios brancos”.

Acompanhamos também Gilberto, em algumas de suas noitadas de boemia, ao lado de João Meira Lima, Ticiano Duarte, Newton Navarro, José Maria Guilherme, Ferdinando Couto, Omar Coelho, do saudoso Albimar Marinho e outros amigos. Guardamos, daqueles encontros, um dos momentos em que já despontava o orador

que havia em Gilberto. A noite era jovem, como se dizia, — e o grupo sorvia a boa cerveja despreocupadamente, no antigo bar “A Palhoça”. Numa mesa próxima, estava uma velha figura da cidade, Alexis Reis, bebendo sozinho a sua cerveja, como era de seus hábitos. Todavia, estava atento aos recitativos e discursos na nossa mesa. Lá prás tantas, depois de Gilberto ter feito uns dezoito discursos, Alexis saiu do seu mutismo e disse, dirigindo-se a ele:

— Agora faça um discurso elogiando o dr. Sérgio Guedes, que é meu médico e eu gosto muito dele.

Diante do apelo insólito, Gilberto não se fez de rogado. Começou mais ou menos assim:

— Louvamos agora o dr. Sérgio Guedes, frande médico de nossa terra, que pode ser comparado ao próprio Miguel Couto...

Olhou para Alexis e dele ouviu apenas o proteto seco:

— Fraco.

Aí Gilberto acelerou os motores e afirmou categórico:

— Porque, meus senhores, de fato o dr. Sérgio Guedes é um dos benfeitores da humanidade, só comparável ao grande Pasteur...

Alexis repetiu o protesto:

— Fraco.

Então Gilberto, como não tinha mais para quem apelar, jogou a cartada final, declarando:

— Dr. Sérgio Guedes, que em verdade nós podemos compará-lo ao próprio Jesus Cristo!...

Alexis bradou de lá:

— É pouco!...

Aí Gilberto sentou-se, completamente vencido...

Tudo isso fazia o colorido das noites de saudável boemia, quando conhecemos o estudante Gilberto Avelino.

Dados Pessoais

Gilberto Edinor Cabral Avelino nasceu na cidade do Açú, no dia 09 de julho de 1928, sendo filho de José Edinor Avelino e d. Marcionila da Fonseca Cabral Avelino. Entre os seus ascendentes mais ilustres, lembramos os nomes do tio jornalista Pedro Avelino e do primo Senador Georgino Avelino.

Nove meses após o nascimento de Gilberto, transfere-se a sua família para Macau. Ali, ele fez os estudos primários e, posteriormente, os cursos ginásial e clássico no Ateneu Norte-Rio-Grandense, em Natal. Em 1955, concluía o curso jurídico na Faculdade de Direito de Alagoas, sendo escolhido orador da turma, na aula da suadade.

Adjunto de Promotor, em exercício, da comarca de Macau, inicia sua carreira de advogado servindo a importantes firmas ligadas à indústria do sal, naquele município, como Grupo Henrique Lage e Companhia Comércio e Navegação. Hoje é advogado da Cirne-Companhia Industrial do Rio Grande do Norte, ocupando ainda o cargo de Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Macau.

Gilberto Avelino destacou-se, na sua atividade profissional, sobretudo como advogado trabalhista. A propósito, já mereceu honroso parecer do eminente jurista dr. Evaristo de Moraes Filho, com referências consagradoras à tese que então defendia.

Foi orador oficial da festa do centenário da cidade de Macau, em 1975, e igualmente na instalação da Junta de Conciliação e Julgamento, por delegação da presidência da Secção Regional da Ordem dos Advogados do Brasil. Recentemente, pronunciou o discurso oficial no ato de inauguração do Forum "Emídio Avelino", em sua cidade.

Colaborou em inúmeros jornais e revistas, dentro e fora do Estado, como "A República", "Diário de Pernambuco", "Diário de Natal", "Tribuna do Norte", "O Democrata", revista "Bando" e outros.

Transferiu seu escritório de advocacia para Natal, em 1971, aqui exercendo suas atividades profissionais associado ao advogado Diógenes da Cunha Lima.

Pessoalmente, Gilberto Avelino é um modelo de homem bem posto, fino no trato, humilde, leal, extremamente dedicado aos amigos aos quais se afeiçoa.

É um desses raros homens que, cada dia, parece, redescobrem a vida, ainda deslumbrados, e nos comunicam, por contágio, essa extraordinária revelação.

É otimista incurável. Crer sempre na vitória do Direito, da Justiça e do Bem sobre o crime e a maldade humana. Facilmente emocionável diante de um fato ou quadro mais triste, é também capaz de dar pulos de alegria, noutras oportunidades.

Se Gilberto Avelino não existisse, cremos que, no elenco variado dos tipos de personalidades humanas, estaria faltando um dos

mais singulares e melhores que conhecemos nesta ou em qualquer cidade.

“O Moinho e o Vento”

Dizia o bem humorado e sábio escritor Jorge Luis Borges, que todos nós somos, de certa forma, críticos literários, quando arrumamos uma estante... O que não deixa de ter um cunho de verdade.

Longe de nós, entretanto, a pretensão da crítica. O que sempre fizemos, desataviadamente, foi alinhar considerações em torno de livros de um modo puramente impressionista.

Este belo livro de Gilberto Avelino, *“O Moinho e o Vento”*, (Fundação “José Augusto”, Natal, 1977), cumpre, a nosso ver, integralmente a sua proposta: É o canto apaixonado de um lírico, quase um pan-amoroso, vivendo na intimidade do mar. Seu livro rescende a sargaço, maresia, espuma de maré, salina, ventos marinhos. Por ele desfilam navios fantasmas, estrelas do mar, âncoras, bússolas, cantigas de barqueiros, adeuses. Toda uma simbologia marinheira procura expressar ou, noutras vezes, ocultar um só sentimento: O amor.

Vejam como poeta, arditamente, esconde seus anseios nesta imagem do poema intitulado “Prece”:

“Já que o mar aponta os claros caminhos,
que se plante no mar a semente do trigo”.

Noutro poema, “A Estrela e o Vento”, diz coisas assim, de uma ternura toda dele, sempre suavizando ou disfarçando seus desejos mais íntimos:

“Vem da noite aquela cantiga
que ainda não ouviste,
porque estava escondida no vento”.

No “Noturno”, que é todo feito de delicadezas, coloca aquele verso famoso, que só por si vale um poema:

“A lua quebra a calma dos vitrais”.

E arremata:

“Ó meu amor,
os rios estão cantando”.

No poema “Canção da Rua do Sol” persiste afirmando o que não fez pelo que desejaria ter feito, quando diz:

“Rua do Sol, — rua longa,
Mais longo o adeus que não dei”.

Noutro, “Poema Triste para Setembro”, conclui com uma metáfora de alta poesia:

“Por que antecipar a primavera,
se distante está setembro?
Ah! não vás embora,
Irmã da noite amiga,
da rosa branca irmã, olha:
as minhas mãos não se consolam!”

Talvez o poema, entre todos, mais característico dessa fase da mocidade do poeta seja o “Poesia Marítima”, que termina com estes versos:

“Põe toda ternura no olhar, meu bem.
Cantaremos à lua uma canção diferente,
quando a noite baixar completamente”.

Nestes fragmentos esparsos do “O Moinho e o Vento” está o poeta Gilberto Avelino, com sua simbologia e parafernália marinheiras. Um espírito sutilmente sensível, deslumbrado pelos encantamentos do mar, que canta o amor líricamente.

A Poesia, — definiu-a o poeta Wordsworth, — “é emoção recordada na tranquilidade”. Cada poeta, dizemos nós, vive o seu mundo, o seu tempo e o seu mistério. Procurar penetrar os seus segredos é uma profanação.

Queremos apenas relembrar, mais uma vez, com renovada alegria, que o jovem poeta, o excelente poeta Gilberto Avelino ingressa hoje no ameno convívio desta Academia. É mais uma vigorosa expressão de inteligência e cultura de nossa terra, que vem ampliar e engrandecer este cenáculo de letras provincianas. Pela sua obra iniciada auspiciosamente, pelo seu valor pessoal, pelos amavios de sua cordialidade, proclamamos que ele é digno da nossa admiração, do nosso apreço, do nosso fraternal afeto. Saudemos, pois, jubilosamente o acadêmico Gilberto Avelino, novo e brilhante ocupante da cadeira n° 35 desta Academia.

Natal, 6.10.78

Edinor Avelino — Poesia e Saudade

Gilberto Avelino

Sr. Presidente

Excelências

Srs. Acadêmicos

Minhas Senhoras

Meus Senhores:

A Cadeira n.º. 35, desta Casa de Cultura, tem, como Patrono, *Juvenal Antunes*, e Fundador — *Edinor Avelino*, a quem, pelo voto convergente, generoso e nobre dos eminentes Acadêmicos, cumpre-me, nesta hora maior, o dever honroso de suceder.

Ainda adolescente, passei a louvar e a querer bem à figura humaníssima, e de poderosa inteligência, do grande Poeta *Juvenal Antunes*.

À sua ilustre família, pela permanente emoção e pelo ideal, aliei-me, profundamente: fiz-me marinheiro do sonho — e Natal foi o amplo convés, com o Poeta Ferdinando Pereira Couto, que herdara, do tio, o irreversível amor à poesia e o comportamento de ardente vida de cigarra, de nuances maravilhosamente ricas.

Da muito estimada e saudosa escritora Madalena Antunes Pereira, ouvi coisas deliciosas, com referência ao notável irmão.

Com que olhos, infinitamente claros, falava-me do lírico, do romântico, do boêmio, do excelente esgrimista da verve e da sátira.

— “Dos seus amores, dizia-me, Laura foi o definitivo.”

— “Imagine os termos do telegrama enviado ao irmão, à oportunidade da sua promoção a major:

Parabens, um galão em cada pata.”

Sobre o famoso “Elogio da Preguiça”, repetia-me o final do poema, com o melhor do seu sorriso:

“Que não me faças mais essa injustiça!
Se, ontem, não te fui ver, foi por preguiça.
Mas, Juvenal, estás a trabalhar!
Larga a caneta e vai dormir, sonhar...”

E os seus olhos iluminavam-se, ainda mais, ao empolgar-se com a singular beleza, contida na espontaneidade destes tercetos:

“Preparemos o espírito, querida,
Para o mudar desta feliz bonança
Na escura, na terrível tempestade ...

Foi sempre assim, e assim será na vida:
Quimeras, ilusões, sonho, esperança,
Desenganos cruéis e realidade.”

No monumental “Patronos e Acadêmicos”, faz-nos Veríssimo de Melo, do Poeta, esta síntese:

“Juvenal Antunes de Oliveira nasceu no engenho Oiteiro, no Ceará-Mirim, aos 29 de abril de 1883. Estudou no Recife, no Colégio “Parthenon” e no Atheneu Norte-Rio-Grandense, ingressou depois na Faculdade de Direito do Recife, colando grau a 15 de dezembro de 1902. Foi promotor público no Açu e Secretário do dr. Calistrato

Carrilho, na Saúde Pública do Estado. Por essa época, fundou o jornal "A Capital", com Galdino Lima e Honório Carrilho. Influenciado pelo irmão, Ezequiel Antunes, oficial-médico do Exército, que lhe censurara a vida boêmia, deliberou tentar o norte do país, seguindo para Belém. Aí, pouco se demorou, viajando para Sena Madureira, no Acre, onde trabalhou como promotor público e delegado de Polícia (1913). Mais tarde, serviu na promotoria pública de São Paulo de Icó (1914), transferindo-se depois para a de Nova Olinda. Em 1929, era promotor de Rio Branco. Demorou-se por lá muitos anos, fazendo algumas viagens a Natal, para rever a família e amigos. Sentindo-se doente, viajou a Manaus, para hospitalizar-se, desembarcando já em estado de coma e morrendo no dia 30 de abril de 1941".

E:

"Publicou apenas dois livros, que são considerados em nível muito inferior ao seu fabuloso talento. Foram eles "Cismas", (1909-Natal), e "Acreanas", (1922-Acre). Mas deixou inéditos, além de um livro, "Cartas a Laura", versos inumeráveis e cartas que dariam para encher vários outros volumes."

E vos afirmo: *Juvenal Antunes* portou-se, perante a vida, mantendo-se em posição de completa e perfeita coerência à forma do viver dimensionado e autêntico, e permaneceu fiel à sua arte de sonhar, para a qual estava, inarredavelmente, predestinado o seu espírito de audaz navegante.

Ele mesmo posicionou-se:

"Não posso ter com o meu nome o cuidado que têm as donzelas com a sua honra convencional, nem o desvelo que têm os cisnes com as suas penas."

Indo às suas raízes antigas, reencontro o vale, e sentindo, em profundidade, a abrangência do seu verde — fina, funda, doce visão, apascentadora dos olhos e do coração do Poeta, nasceu-me este Canto, que consagro à sua memória:

Verde, Verde Vale

Feridos fortes braços,
Molhando a terra de sangue,
Para a colheita do mel
Da cana feita do verde.

O vento zunia, soprando
A nostalgia do banzo.
— A terra que se fez verde
Para a colheita do mel.

Verde fino e tão amplo,
Que olhos e coração ansiosos,
Por mais ansiosos que fossem,
Não alcançavam por vê-lo.

Quem poderia alcançar
A vegetal alegria?

Ai, tão alto lamento,
Por longo mar conduzido,
Em forma de pássaro pousando
No peito e em braços profundos.

Molhada de acre sangue
A terra que se fez vale,
Para a colheita do mel
Da cana feita do verde.

E, ainda, tomando, por empréstimo, o bonito gesto nerudiano, colho as mais humildes e simples flores do verde vale, para cingir

a frente gloriosa daquele que teve, na voz da verve, “o doce picante da guabiraba, o doce levemente amargo do juá, e o acredoce da ubaia e do camboim”, na primorosa observação do mestre Esmeraldo Siqueira.

Senhores:

A noite de 22 de maio de 1975 assinalou a posse do Poeta *Edinor Avelino*, nesta Augusta Casa. A sua palavra, que a pronunciei, deixou-me a forte lembrança deste quadro: o som, harmonizando com o gesto, transpondo os fundos limites da cegueira, parecia criar o poder da visão vertical e ampla...

O Poeta, martirizado pela ausência da luz dos olhos e pela conjuração de males, deveria ter experimentado a terrível angústia de pássaro morrendo entre rosas vermelhas, para, depois, em infável processo de interiorização, sentir a grandeza da luz do espírito, abrindo caminhos à palavra.

Daí, haver dito:

“Não vos vejo, amigos. Vivo experimentando a solidão dos morros, a que se referia Itajubá.”

Para, vitorioso, reencontrar-se:

“Por não mais ver, resta-me edificar uma ponte luminosa entre o meu e o coração de cada um de vos, levando, afinal, a permanente mensagem da minha profissão de fé:

Revelando-me

“No vário turbilhão dos homens todos, venho com esta fé imortal de ser, sempre, direito. Por vilezas subir, se é preciso, o rejeito, ainda que me seja o mundo mais ferrenho.

Doutrino a dignidade a que me torno afeito, no empenho de vencer, neste espontâneo empenho.

E se pensando, assim, coisa alguma eu obtenho,
apraz-me obedecer a um salutar preceito.

Vós outros que me olhais, às vezes, no tumulto
das ruas, pensativo, humilde, esquivo e magro,
um nobre coração, sabeí que, em mim, oculto,

que, sereno, a abençoar este viver tão agro,
só às forças do bem sirvo e presto o meu culto
e à glória da poesia eterna me consagro.”

E eis, ainda, essa divina conquista da luz interior, posta em relevo no seu Canto, dedicado a *Frei Francisco de Mont’Alverne*:

“Imerso na cegueira e na melancolia,
voltado para a fé, milagroso fanal,
Frei Francisco de Mont’Alverne pronuncia
eloquente oração na Capela Imperial...”

Foi assim, com a palavra embasada na fé, e com a humildade a que estava vocacionado o seu coração, que o Poeta, naquela noite e nesta Casa, recebeu a consagração da sua imortalidade.

Macau, a cidade em que nasceu, a 17 de julho de 1898, transmitiu-lhe, de certo, anseios de busca incessante das cores e amplitudes, com a prolongada inquietação e o cântico nostálgico da Ilha desaparecida. O chão salgado, as ruas compridas, as ribas, os sobrados, o rio e o mar, com o Poeta, celebraram aliança.

— Damos, a ti, o vento. Põe música no vento e canta durante a vida ...

E o menino fez-se Poeta e passou a cantar a sua deliciosa e delicada música até a morte, ocorrida nesta cidade do Natal, às 9 horas da manhã, “em todos os relógios”.

Aos vinte e três anos de idade, legou, ao universo dos sentimentos, o seu “*Apologia do Silêncio*”.

Veemente impacto sensorial (o descobrimento de finíssimos azuis), produzindo força anímica incomparável, para sentir e interrogar o silêncio — misto de contemplação abissal e de êxtase.

Escutou-se a voz maior de Câmara Cascudo, aplaudindo-o:

“És a paz, e és também a origem do mistério Transcendental, que alarga o manto sobre nós ...

Os alexandrinos soavam em ouro-novo, impecáveis na nobre cadência dodecassilábica, batendo a sonoridade do metro magistral.

Esse poema vale um livro! disse Henrique Castriciano.

O poeta tinha vinte e três anos. Tínhamos, porque nascemos no mesmo ano.”

O Poeta viu paisagens, encantando-se, sempre, com “a harmonia das coisas superiores”. Teceu sonhos, andou, fazendo inesquecíveis travessias atlânticas.

O Rio de Janeiro não o atraiu. Obstinou-se em não ficar.

Com talento e inteligência, ao lado do primo Georgino Avelino — “garibaldino invencível”, fez jornalismo. Há o apelo, mas a volta, em termos definitivos, foi feita à província, docemente amada.

A respeito da volta, nos diz Diógenes da Cunha Lima — o “poeta continental”, na conceituação do multifacetado Veríssimo de Melo, e o valoroso descobridor de uma quinta dimensão de que são dotados os poetas:

“Edinor poderia viajar de volta. Os seus olhos não estavam afeitos ao concreto da cidade grande, nem lhe encantavam os cheiros urbanos.

— Ele preferia encontrar:

“Pelo caminho há um cheiro de jurema!
e esse cenário do sertão ...”

Em Natal, o reencontro com Otoniel Menezes, o maravilhoso arquiteto de “*Jardim Trópical*”, que o consagrou, enaltecendo-o com lúcido oferecimento do seu livro:

“Aos poetas Alberto de Oliveira, o maior do Brasil, Henrique Castriçiano, o primeiro de minha terra, Edinor Avelino, a mais bela afirmação entre os novos.”

Dos céus, escorregavam estrelas ...

— “Limalhas da forja do Deus de Abraão.

— “Almas penadas que se vão purificar nas águas do mar!”.

Ou a triste invocação ouvindo-se do marujo ferido de lua:

— “Praieira dos meus amores!”

A que vinha das águas verdes do rio, dos fios dos cata-ventos.

Os “dois mártires do sonho”, no sublime reencontro, viram o rio se alongando, e perseguiam, buscando enseadas que inventavam, a incandescente antevisão da comunhão universal entre homens e anjos ...

Ouviram o mar, e diante do mar maior, talvez o Poeta *Edinor Avelino*, incendiado orador que era, haja se arrebatado, proclamando:

“És o gigante, filho de ermas plagas.
Monstro invencível. Criação longeva.
Mar soturno, que, a praia extensa, alagas,
na beleza da luz, no horror da treva...”

Do reencontro, edificou o “*Dentro da Noite*”.

Escutai-o:

“Depois de longa ausência, exaustos da fadiga
de continuar subindo o calvário medonho,
fomos nos encontrar, dentro da noite amiga,
dialogando, eu e tu, dois mártires do Sonho.

Lembramos todo o anseio inútil, na arte santa,
o desdém do vilão, na estrada percorrida,
o triunfo material dele, que nos suplanta,
o pranto derramado, os contrastes da vida.

Depois de árduo labor, deserta e fatigada,
silenciara a Ribeira, estava adormecida,
apenas, policiais, por toda a madrugada,
apitavam, rondando, ao longo da avenida.

Lá na praça José da Penha, a aragem fria,
vinha e nos afagava as cabeças inquietas.
O encontro foi propício, um tenro luar fazia,
era a hora das canções dos loucos e dos poetas.

“Além, bramia o mar no seu percurso infindo.
Andava, perto, o aroma enlevador das rosas
perfumando Natal. Calávamos, ouvindo
a alta lamentação das ondas poderosas.

Bendizemos, contudo, o silêncio, o degredo,
querendo que este ideal sempre nos encorage,
“vivendo vida igual à vida de Quevedo,
vivendo vida igual à vida de Bocage”.

E como ensina o excelso artista do “Apotheoses”,
fomos, dali, entoando o canto dos rapsodos,
para esquecer, da sorte, as comoções atrozés,
para afastar do peito os desenganos todos.

Vinho e mulher buscando em lugares poluídos,
não quisemos buscar um mal que nos degrade:
quisemos ter, alguns momentos, nos sentidos,
a ilusão da alegria e da felicidade.

Baladas, beijos, paz de sombras pelo ambiente,
tudo isso quanto é bom nas horas sossegadas,
para os que, como nós, trazem no sangue ardente,
lírica exaltação de beijos e baladas.

Mas, no espaço infinito a noite evaporou-se.
Veio o dia, nossa alma é a mesma, o tédio vence-a.
— Uma noite sequer de poesia é tão doce,
e tem somente fel o resto da existência.”

Voltou à sua terra, a Macau.

Era imposição de emocional fidelidade, de amor às raízes primeiras. Ele dissera no seu alto poema:

“Do que a beleza estética, o bulício,
a atração da mais linda capital,
sei que ao meu coração é mais propício
o seu recolhimento provincial”.

E porque, sobremodo, era:

“Ilha do bom destino, fantasia,
rosa do litoral belo e risonho,
que ao doce luar desmaia e silencia,
espiritualizada para o sonho.”

Evoco acontecimento, para mim marcante e fundamente querido.

Cascudo, em Macau, visita o Poeta.

O coração do menino pulsou forte, e os ouvidos, habituados às canções marinhas, deliciavam-se, ainda mais, com a sonoridade do sentimento da voz humana.

Na pujança da amizade, meu Pai e Cascudo dialogavam, dentro da luminosidade que remanesce da Ilha, tragicamente soçobrada, contrastando com a luz dos seus olhos que se ia apagando.

E ouvi, afinal, a breve e silenciosa música de arco-íris no abraço derradeiro.

Anos depois, deparei a vigorosa impressão do mestre, na rosa dos ventos das eternas emoções da “*Acta Diurna*”:

“É o mesmo Edinor que há anos não vejo. Forte, claro, agitado, sonorizando o ambiente.

.....

— “Estou quase cego. Vejo apenas sombras confusas. Não distingo as feições. Vejo apenas um pouco de luz e guardo, ciumentamente, esse clarão que é ainda um consolo para mim. E sorri.”

.....

“O mais sonoro sabiá da mata lírica do Nordeste já não vê a paisagem que cantou para sempre, fixada no poema que tantos sabem de cor, entoado na música de Fernando Almeida.”

E com intensidade de onda poderosa de que se nutre a justiça, o candente arremate:

“Nenhum filho de Macau prestou à sua terra maior serviço. Doou-lhe todos os sonhos, as renúncias arrancando da asa impaciente do vôo, um por um, os fortes remígios que lhe dariam o sucesso. E levou o nome de Macau a todo o Brasil que lê versos.

Todas aquelas salinas terminadas em areia de ouro não valem Edinor Avelino, provinciano incurável, meu semelhante e meu irmão”.

Ele foi o fascinado e exímio cultor do soneto, forma de poetar em que, inquestionavelmente, se tornou alto.

De que era feita a tessitura do seu verso?

O mar, o amor, a fé, a dor, a morte, o silêncio, o sono, a natureza foram temas sustentados em grandes vôos do seu estro vibrante.

E por que não se ouvir “*Em Louvor do Sono*” ou “*Tuberculosa*”?

Ei-los:

Em Louvor do Sono

“Quando, após o tenaz labor — dorido e lasso
o corpo exige o auxílio eficaz de um remédio,
vamos pedi-lo ao sono e o sono bom, concede-o
na esplêndida maciez do seu doce regaço.

Há no sono o refúgio e o alívio do cansaço.
Eu, sempre, o bendirei. É por seu intermédio,
que os pesares deslembro e amorteco o meu tédio
Sono, embriaguez divina em que me satisfaço!

“Descanso à diligência e à incerteza da vida.
Deliciosa quietude, extrema suavidade,
em que a alma se compraz — de si mesma esquecida.

Doçura, languidez que os sentidos invade.
Milagrosa atração. Gênio que nos convida
a uma espécie de encanto e de felicidade.”

Tuberculosa

“Era uma formosura. Conhecia-a,
dantes, de seio lúbrico e opulento,
esbelta e cheia de contentamento,
moça loira, romântica e sadia.

Vi-a, depois, de rosto macilento,
sem aquela beleza que possuía,
estátua viva da melancolia,
desalentada pelo sofrimento.

Tuberculosa, andou, triste, esperando,
a tossir, a tossir, cansada e rouca,
o final de um destino miserando.

Teve calma de santa e olhar de louca —
e morreu numa tarde, derramando
uma porção de sangue pela boca.”

Ainda jovem, ofereceu-nos depoimento sobre a influência exercida na sua orientação poética:

“De há muito me oriento ao influxo das correntes que ainda são as mais notáveis na atualidade. Isto é, continuo adotando a nobre escola implantada por *Hermes Fontes*, cujos versos lapidares Augusto de Lira considerou a verdadeira consubstanciação do ideal da arte moderna, proclamada, entusiasticamente, por Olavo Bilac, o inolvidável príncipe da poesia nacional”.

Com essa proclamação à estesia da forma, era-lhe gratificante permanecer atento, com irremovível lealdade, à rima e à “consonância musical” do verso.

Ao construí-lo, o fazia emprestando paciente elevação, conferindo toda dignidade ao ato de criar.

E com idêntico nível de densidade da emoção estética, comportou-se perante o sofrimento e a vida.

Em que pesassem tais cuidados com que se havia na elaboração da arte, obediente aos cânones do Parnaso, dele não se escutava, no decurso dos últimos anos da existência, a mais leve manifestação de desapeço ou de intolerância a outras formas de versejar. Onde a poesia estivesse — livre ou sob metro rigoroso, sentia a grandeza do ofício.

Ele bem doutrinara:

“O poeta a todos se irmana
Traduzindo bem no verso,
Os quadros da história humana
E a beleza do universo”.

Recolhido, por decorrência da paralisia e cegueira, ao seu aposento (invisível carrossel, onde andava com os vigilantes sentidos), era estímulo, eficaz refrigério ao velho coração de nauta, que teve das mãos sextantes e velas arrebatados, sem mais horizontes, crepúsculos, claros, serras, verdes, infinitos, era-lhe agradável ouvir, absolutamente ausente de exaltação e possuído de profundo enternecimento, as vozes dos seus velhos e novos amigos, falando sobre a sua arte, e a leitura dos seus Poetas, altamente consoladora à sua aflição sem desespero, eis que amparado estava pela fé.

E com eles, por certo, passeava no invisível carrossel, escutando harmonia de catedrais, só conhecidas pelo grande coração que o sustentava.

A pena cintilante e erudita do Pe. Jorge O'grayd de Paiva escreveu “*Edinor Avelino e a Universalidade da sua Poesia*”.

O valoroso ensaísta, no dimensionamento comparativo entre a sua e a poesia de altos poetas, nos fala:

“... Edinor não teme confronto. E daí haver dito Cascudo, no trecho por nós citado, que “os poemas de Edinor batem asas na mesma altura dos melhores.”

E trecho que tanto o comovia:

“Mas a lira edinorina faz vibrar suas mais sensíveis cordas ao cantar o amor ao próximo, os pobres, míseros, famintos, cegos, aflitos e sofredores, os quais trata e quer que tratemos assim:

“Emocionado, escuta toda queixa
que te chegar. Por onde quer que pises,
como um irmão, tua carícia deixa
para consolação dos infelizes.”

E o seu poema *Macau* — hino da maior expressividade de amor à sua terra, foi comentado, em livro de real valia, pelo ilustre confrade Walter Wanderley.

Edinor Avelino, ao lado dos nossos grandes Poetas, fez-se sublime presença.

Projetou-se no cenário das nossas letras, doando à poesia, na força do cinzelador, extremamente cuidadoso, a luminosidade de sol com que revestiu os alexandrinos, consagrando-se, entre nós, à perfectibilidade da forma de Hermes Fontes, o “excelso artista de Apoteoses”, como o chamava.

E eis “*Sínteses*” — superior testemunho da sua voz musical, enternecedora e pura, aliando-se ao tempo.

O Poeta, para bendizer as suas imensas renúncias, e louvar a sólida fidelidade ao exercício dos sonhos, contemplava os Predestinados, e sábia e docemente cantava:

“... E para crer num gênio estranho que os vigia
e, sempre, os acompanha e os leva, rudemente,
“da desventura para o fundo e escuro pego,
basta lembrar que, entoando a eterna melodia,
Camões tem fome, Tasso é louco e Milton cego.”

Ele bem se definira:

“À nobreza infeliz que se desdoura,
prefiro o meu momento derradeiro”.

Homem de pensamento, volta-se para as inquietações e os desafios da vida. Torturava-lhe o espírito, funda e amargamente, a mais dolorosa e a mais convulsionada das fases porque passa o mundo.

E suplicava, com pureza dos céus:

“Senhor, fazei, agora, a multiplicação da paz”.

Diante da injustiça, era um completo dominado pela santa ira flamejante do relâmpago.

Ao ato de inconsciência, advertia:

“Existe uma balança invisível tudo pesando”.

O lírico, o romântico, o místico, o telúrico, o eterno contemplativo do mar e o devotado às forças do bem deixou a vida com a serenidade de prece:

“... Longe das coisas deste mundo impuro,
diante de vossa imagem, que me fita,
para o esplendor do bem me transfiguro.

Valha-me a vossa bênção que me acalma,
Santa Maria, aparição bendita
do Horto das Oliveiras de minha alma”.

Senhores:

Suceder ao meu Pai, nesta Academia, é ato de assumir herança resplandecente, cumprindo-me honrá-la, ao longo da vida: como cidadão, preservando os sentimentos maiores; na condição de homem de sensibilidade, não perdendo este meu anseio:

Ergue os braços de leve,
E deixa que os pássaros claros das manhãs
Pousem mais levemente ainda
Na palma da tua mão.

E na qualidade de advogado, fixando-me neste meu conceito:

Mesmo não sobrando pão, nem glória, há de subsistir,
sempre, a grandeza no exercício do dever postulante,
buscando a vitória do Direito sob ameaça.

E, enfim, da respeitabilidade desta tribuna, levo a minha mensagem ao vosso coração:

Por existir um mundo em que se fabricam guerras, e um mundo tão cheio de alucinações, de violências e de medonhas perplexidades, associo-me, com renovado otimismo e fé, aos que crêem no manso e soberano domínio da harmonia da flauta ou do girar dos moinhos, sob o sopro de Deus.

O Ano de 1930, em Natal

Nilo Pereira

Para mim, como estudante e iniciante de jornalismo, o ano de 1930 foi básico.

Foi o ano em que realizei as primeiras conferências, em Natal, uma no salão nobre da Prefeitura Municipal da mesma cidade e outra na Escola de Comércio, também de Natal.

Como jornalista, e já escrevendo comentários e tópicos, iniciei-me no antigo *Diário de Natal*, órgão da Diocese, representativo do pensamento da Congregação Mariana de Moços, que acaba de completar sessenta anos de fundação e de grandes serviços prestados à causa da Igreja, sob a presidência de Ulysses de Goes.

À distância do tempo, que cria uma perspectiva histórica, posso afirmar, a esta altura, que na Congregação e no jornal estão os fundamentos de minha formação religiosa, moral e intelectual.

Minha convivência com Afonso Bezerra e o Padre Luiz Gonzaga do Monte foi outra escola de certeza absolutas. Afonso, falecido em 1930, quando terminava o segundo ano da Faculdade de Direito do Recife, deixou-me impressão inextinguível: era o congregado mariano exemplar, o contista telúrico do seu sertão e das tradições regionais, o jornalista combativo e lúcido, que perseguia a verdade como a suprema norma de ação e a medida mais alta e nobre da vida humana.

O Padre Luiz Gonzaga do Monte, cuja simplicidade encantava logo à primeira vista e que tinha, como disse Edgar Barbosa, a leveza de um pássaro, era o homem, o sacerdote, o cientista, o latinista, o humanista de universal saber. Dir-se-ia um simples seminarista em busca das ordens maiores; e era um sábio, que chegava a espantar a todos nós, pois não sabíamos como conseguia ele aprender tanto, alcançar tão longe o horizonte do conhecimento humano. Quando lhe perguntei, certa vez, como ele podia abranger tantos saberes numa cidade que não oferecia ainda a vastidão de todo esse conhecimento, ele sorria como que cético de si mesmo.

Em 1928, minha atividade no *Diário de Natal* foi realmente intensa. Os companheiros mais próximos, além do Diretor Alberto Roselli, grande advogado, eram Raymundo Macedo, Oscar Wanderley, Antonio Feliz, Francisco Veras e outros.

O jornal tinha grande penetração. Os artigos de Afonso Bezerra, Padre Luiz Gonzaga do Monte, Luiz da Câmara Cascudo (que, duma feita, escreveu interessante crônica de fina ironia sobre a projetada reforma ortográfica), Mosenhor José Alves Landin, Desembargador Francisco de Albuquerque Melo, que escrevia em letra impecável com o pseudônimo de Salustiano, e alguns outros marcavam pela oportunidade dos assuntos. Desnecessário será dizer que o espantoso movimento dos primeiros aviões chegados a Natal era um motivo de grande agitação social e jornalística, que a Imprensa registrava com entusiasmo que esse pioneirismo histórico despertava. Não nos apercebíamos bem do significado de tão grande fato; mas sentíamos que algo de novo, de imprevisto, de mágico nos sacudia o espírito e aguçava a pena do jornalista iniciante, que pensa (ou pensava) que escrever bem, era comunicar-se em frases retóricas e imagens românticas.

O ano de 1930

Em 1929, deslocou-se o eixo de minha atividade.

Foi com grande emoção que deixei a cidade do Natal, como manda dizer Luiz da Câmara Cascudo. Em um navio da Ita lá me fui, ao cair da tarde, levando comigo as sombras que desciam sobre uma cidade adormecida, lírica, ninfa do Potengy, cantado por Palmira Wanderley.

Dom José Pereira Alves, Bispo de Natal, sempre me disse que eu devia ir estudar Direito no Rio de Janeiro: — ele estava em Niterói, para onde havia sido transferido, e me ajudaria a vencer os grandes desafios da cidade maravilhosa.

A verdade é que minhas raízes sentimentais estavam em Natal e no Ceará-Mirim. Ao passar pelo Recife, onde o navio se deixou ficar por todo um dia, estive diante do edifício magnificamente tentador da velha Faculdade, que me enfeitiçava, sem que eu pudesse saber, naquele momento, um tanto de êxtase, que seria no ano do sesquicentenário da criação dos Cursos Jurídicos, o cronista e biógrafo que o Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Prof. Paulo Frederico do Rego Maciel, haveria de designar para escrever — em continuação a Clóvis Beviláqua e Odilon Nestor — a história ilustre do grande acontecimento, que é o fundamento da formação brasileira jurídica e humanística, após a Independência.

Em 1930, voltava eu para Natal. Isso significava que vinha para mais perto de minha infância, no Ceará-Mirim, saudoso que andava daqueles canaviais e daquelas velhas casas senhoriais, onde uma civilização foi a própria medida da cidade e a mais alta manifestação dos seus homens públicos.

Sentia-se que o Brasil estava passando por u'a mudança política e social; que os estadistas já não decidiam tudo só porque representavam a famosa política do café com leite, isto é, os chefes incontestáveis e carismáticos de São Paulo e de Minas Gerais.

O presidente Washington Luiz era uma figura imperial numa República que vinha se despedindo das suas roupagens aristocráticas, onde já não havia mais, por assim dizer, conselheiros do Império; e onde os monarquistas mais radicais e ortodoxos — à semelhança de Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, João Alfredo Corrêa de Oliveira e Carlos de Laet — já não viviam, nem as tradições do Império subsistiam ao ímpeto ruybarbosista do Federalismo, de imitação norte-americana, que, de certo modo, ia passando sem comprometer a índole republicana e democrática das Instituições.

Ao chegar a Natal, como quem anseia por voltar, lembrei-me logo de episódios recentes, que haviam marcado minha iniciante vida jornalística.

Um poema modernista de Jorge Fernandes, publicado na Revista *Cigarra*, que Adherbal de França havia fundado e alcançava cada

vez mais o modelo moderno das publicações do gênero, dava bem a nítida visão dos pássaros metálicos, cansados de tanto céu e afinal, caídos no Potengy com o bico n'água, com a sede dos devoradores de desertos.

Voltei ao ensino e ao jornalismo: era o que me bastava. A vida literária estava em plena efervescência, inclusive, é bom salientar, nos meios oficiais e por eles estimulada. O governo do Presidente Juvenal Lamartine foi particularmente afeiçoado aos movimentos culturais, ao aproveitamento de inteligências jovens, que encontram no velho jornal *A República* e na Revista *Cigarra* poderosos instrumentos de inquietação espiritual.

Os anseios liberais, que já se vislumbravam contra a candidatura do Sr. Júlio Prestes, saída do Catete, não abalavam ainda a quietude como que romântica da cidade do Natal, cujo nome, como diz Ascenso Ferreira, ultimamente estudado em lúcido ensaio por Veríssimo de Melo, “é uma canção de berço”.

Escola de homens públicos

De toda justiça será dizer que *A República*, sob a direção de Cristovão Dantas, tendo como redator-chefe Adauto da Câmara, e como secretário Adherbal de França, se constituiu numa verdadeira escola de homens públicos.

Era título escrever no velho órgão fundado por Pedro Velho, o nosso mais completo republicano histórico. Quando se dizia — lembrome bem — que Henrique Castriciano e Eloy de Souza começaram a escrever nesse já tradicional jornal com a idade de 18 anos, oferecia-se com isso, incisivamente, o padrão intelectual de dois jovens que tanto se distinguiam na vida cultural e política do Rio Grande do Norte. Nada mais era preciso acrescentar.

1930, *A República* podia ostentar o padrão ao mesmo tempo mais moderno e austero de um autêntico jornal, sem perder as características provincianas do jornalismo mais representativo da chamada cor local.

Jorge Fernandes, que Veríssimo de Melo reviveu com a publicação do seu livro de poemas, assinalou bem as mudanças que podiam ter dois pólos muito expressivos: — o carro Ford de bigodes, modelo T, desbravador do nosso sertão, e o hidro-avião que descia como se fora pássaro e peixe no Potengy e nas águas lustrais se batizavam para o mundo novo que nascia.

Jovens de talento eram n'*A República* a expressão de uma iniciação garantida pelo talento e pela criatividade, tais como: — Edgar Barbosa, mais tarde seu Diretor, João Maria Furtado, Otacílio Alecrim, Luiz Torres, Damasceno Bezerra, Edgar Dantas, entre outros.

Essa geração não apenas prometeu: realizou o seu destino cultural na Província chamada a exercer, com o voto feminino e a aviação civil, as suas admiráveis antecipações.

No seu livro *Imagens do Tempo* — que são vitrais de uma catedral antiga, como já tive ocasião de dizer — Edgar Barbosa recorda esses velhos tempos, essa geração nova de 1930, que sacudia Natal e trouxe para o jornalismo, a literatura, a sociedade, a política, a economia uma contribuição verdadeiramente notável.

Não menos notável foi a geração anterior, que deu representantes como Cristóvão Dantas, Dioclécio Duarte, Heráclito Villar, Lélío Câmara, por sua vez influenciados por Felipe Guerra, José Augusto Bezerra de Medeiros, Juvenal Lamartine de Farias, e no plano literário por Henrique Castriciano, Auta de Souza, Gothardo Neto, Galdino Lima, Nestor Lima, Ferreira Itajubá, Sebastião Fernandes, Antônio Marinho, Segundo Wanderley, Juvenal Antunes, Matias Maciel.

Refiro-me, com relação à geração nova de 1930, de modo especial aos que trabalhavam n'*A República*. Porque fora desse âmbito jornalístico seria a maior injustiça esquecer o mestre de todos nós, que é Luiz da Câmara Cascudo, diretor do jornal *A Imprensa*, e cuja carreira de historiador, folclorista, escritor, etnógrafo, professor e mestre de gerações é, antes de tudo, uma afirmação nacional. Cascudo, só por sim vale um tempo, uma época, uma cultura, uma civilização, uma Universidade.

Ainda dessa geração nova do mesmo ano lembrem-se os nomes de Miguel Seabra Fagundes, um dos mais notáveis juristas bra-

sileiros atuais, Otto Guerra, Manuel Rodrigues de Melo, por longos anos presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Américo de Oliveira Costa, Paulo Pinheiro de Viveiros, Umberto Peregrino, Homero Homem, Hélio Galvão, João Batista Rodrigues Cascudo, Meira Pires, Sanderson Negreiros, Enélio Lima Petrovich, sem esquecermos que os Wanderley são, na vida literária do Rio Grande do Norte, uma proliferação de talentos, tais como Palmira, Carolina, Jayme e Rômulo. De Jayme dos Guimarães Wanderley o que se pode dizer é que é um príncipe do velho solar do Tirol, príncipe-poeta, recordado por Luiz da Câmara Cascudo nas suas Memórias.

Todas essas gerações voltaram em torno da renovação literária de 1930, que agrupou várias faixas etárias e foi uma época de grande ebulição intelectual, fazendo de Natal centro de atração de escritores, poetas e artistas de outros pontos do País.

Poderá parecer ao leitor menos avisado que este comentário possivelmente literário se tenha desviado do enfoque inicial: — *A República* como Escola de homens públicos. Na verdade, em que pese a ser o ano de 1930, nesta breve análise, um ano básico, as gerações se confundem no plano da criatividade cultural e artística. Assim, tanto podemos falar dos já citados escritores, poetas e jornalistas que se ligaram mais diretamente ao velho jornal quanto de outros. Exemplo: — Esmeraldo Siqueira, grande poeta à maneira de Augusto dos Anjos e o maior intérprete de Juvenal Antunes, ou Ferreira Itajubá, de quem José Bezerra Gomes é, até hoje, o exegeta por excelência, ou Zila Mamede, a quem Luiz da Câmara Cascudo deve o imenso levantamento bibliográfico que é obra da maior importância, ou Diógenes da Cunha Lima Filho, poeta proustiano, ou Antônio Soares Filho, que tanto tem honrado o nome que traz, ou José Melquíades, biógrafo e romancista ou Othoniel Menezes, cuja poesia é tão nossa quanto a de Itajubá ou esse admirável Newton Navarro, poeta, pintor, escritor, jornalista e tudo mais que ele quiser ser.

Também não se deve esquecer a Revista do Centro Polimático, na qual Oliveira Lima publicou a sua famosa conferência sobre Nísia Floresta.

A temporada literária

Em 1930, Adherbal de França lançou a idéia, logo seguida de grade êxito, da Temporada Literária, que contou com o apoio oficial do governo do Estado. O Presidente Lamartine prestigiou essa iniciativa puramente cultural.

Falaram durante a Temporada Eloy de Souza, Edgar Barbosa, Lauro Pinto, Jayme dos Guimarães Wanderley, Adherbal de França. Nesse ocasião proferi minha primeira conferência de público, no salão nobre da Prefeitura Municipal de Natal. Falei sobre "O Espírito das Lendas". Veja-se bem que, num ano de tanta agitação política, já quase às vésperas de uma revolução, a nossa preocupação — celebrando o centenário do Romantismo — era exclusivamente literária.

Eloy de Souza falou sobre jangadas e jangadeiros do Nordeste. Edgar Barbosa voltou a um tema da sua fascinação intelectual e sentimental — "Fisionomia das Cidades mortas". Lauro Pinto focalizou a figura do Carne-Seca, com um contagiante e inesquecível humorismo, antecipando, por assim dizer, o cafona dos dias atuais. Jayme dos Guimarães Wanderley falou sobre "Boneca de Chocolate". Adherbal de França deu o sentido exato dessas conferências e dessas comemorações.

Logo depois, pronunciava eu uma conferência na Escola de Comércio de Natal, sob o título: — "A Grécia de ontem e de hoje". Revendo essas duas palestras — as primeiras que fiz — noto que a preocupação literária fazia esquecer ou simplesmente não ver as nuvens que se adensavam no horizonte político. Era como se não acreditássemos em nada fora do nosso estecismo e da nossa visão literária ou livresca.

É interessante notar essa tendência um tanto romântica. Natal vivia um ano decisivo. A nossa geração, à qual também pertence um nome ilustre, João Maria Furtado, mais tarde Desembargador, marcou por altas preocupações de cultura. Quanto a este comentarista direi que os livros de Joseth de Maistre, Luiz Veuillot, Jackson de Figueiredo, Tristão de Atahyde, Padre Leonel França, eram os mais lidos e até mesmo devorados. Sempre liguei a cultura, mesmo nos meus verdes anos, ao sentimento religioso, ao primado do Espiritual, ao destino da Fé nas tormentas da civilização e nas lutas do racionalismo materialista e individualista.

A Revolução

Em meio a essas preocupações culturais, nas quais devemos incluir a leitura e a interpretação de Machado de Assis, Ruy Barbosa, Euclides da Cunha, José de Alencar, Veríssimo, Sylvio Romero, Tobias Barreto e outros, não é possível esquecer o que representou dois anos antes, em 1928, o aparecimento do romance *Bagaceira*, de José Américo de Almeida.

Do Recife escrevia-me Afonso Bezerra uma carta de exaltação desse romance das secas, tema muito seu. Dizia ele que José Américo continuava *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Contestei essa continuidade. Muitos anos depois, em conversa com o romancista paraibano, ele se manifestou favorável ao meu ponto de vista.

Após o assassinio do Presidente João Pessoa, e já em face da agitação política desencadeada pela Aliança Liberal, não era possível esperar outra coisa — como me afirmava o meu saudoso amigo Monsenhor João da Matha — senão a revolução, que estava em marcha. O jornal “Diário da Manhã”, do Recife, e “A União”, da Paraíba, eram arrebatados em Natal. Mais tarde, conversando no Recife com o jornalista José de Sá, famoso redator-chefe do “*Diário da Manhã*”, disse-lhe da enorme repercussão dos seus editoriais. O velho jornalista sorriu um tanto ceticamente. Aquela talvez não fosse a revolução dos seus sonhos...

Assistimos à total mudança das estruturas políticas. A luta entre perrepeistas (perrés) e liberais — magistralmente assinalada por Virginius da Gama e Melo, no seu romance *Tempo de Vingança* — preparou dias tormentosos, que não podíamos imaginar tão carregados de ódio.

A cidade ficou tumultuada. Mas por muito tempo conservou o seu ar romântico, idílico, a sua ternura, que foi a melhor resposta à tempestade e ao desvario.

O paturi e o capão

Esmeraldo Siqueira

Esta pequena estória, extraída diretamente da realidade, em nada se assemelha aos chamados contos populares brasileiros que andam por aí tão repetidos, até em edições flamantes, quase sempre, a par de faltas de originalidade, eivados de solecismos. Nossa historieta, como se verá, apresenta marcas de todo diversas do que à primeira vista poderia supor-se. Nós não a relataríamos, se fosse uma simples repetição.

Era uma vez o ano de 1933, em pleno verão na capital pernambucana. Eu morava na rua Conde da Boa Vista, 428, numa pensão familiar, sobretudo de estudantes, fronteira, nesse tempo, a dois colégios, o Marista e o Carneiro Leão. Meu curso de medicina terminara e a colação de grau iria ser no dia 8 de dezembro daquele ano.

A pensão do sr. Antônio da Silva Guimarães fora antes residência de ricos burgueses, possuía muitos cômodos, um bonito jardim e vasto quintal arborizado onde *seu* Guimarães criava soltos, excetuando as galinhas e um gavião, um grupo de paturis, uma paca uma cotia, um capão e uma preguiça. A enumeração é necessária, por absolutamente justa.

Como já estivesse garantido o meu diploma de médico, eu gastava horas a fio, sentado nos bancos de madeira do quintal, debaixo das árvores, observando a vida desses animais. De quanto pude notar de curioso, um fato surpreendeu-me profundamente. Não foi tanto o drama do pobre gavião, antigo senhor das alturas, agora de asas aparadas, no meio das galinhas, a disputar com elas, humilhado e vencido, alguns miseráveis grãos de milho. Minha curiosidade teve pasto bem mais atraente, voltada para o capão e o bando de paturis. Grande, gordo, de bela plumagem multicolor e brilhante, o capão realçava majestoso. Descobri, então, estupefacto, que um dos paturis abandonara de vez o seu grupo social para acompanhar o capão, pelo qual se tomara de admiração e entusiasmo. Guardava-lhe um ou dois metros de respeitosa distância, a contemplá-lo embevido. Se o capão se deitava, ele fazia o mesmo. Assim que o vistoso galináceo denotava qualquer vontade de erguer-se ou se punha a caminho, o seu adorador entrava em movimento, detendo-se rigorosamente a cada parada do capão. Depois de haver presenciado muitas vezes a mesma cena, resolvi pôr à prova uma experiência. Fingi que ia bater no capão, e o paturi, de pronto, revoltado contra mim, tornou-se ameaçador e agrediu-me de bico aberto. Repeti a experiência seguidamente. O resultado não mudou. Disposto a defender o seu ídolo ao menor ataque, o paturi transformou-se num verdadeiro guarda-costas do capão.

Estávamos num sábado. No dia imediato, achando-se, à hora do almoço, o maior número de hóspedes presentes, contei-lhes o extraordinário fenômeno. Diante da incredulidade geral, convidei-os para o constatarem comigo. Todos aceitaram o convite. Findo o almoço acompanharam-me ao local do acontecimento. Fiz-lhes uma advertência: Que não se aproximassem dos dois atores do espetáculo. Assim sucedeu. Rapazes, moças, alguns casais, postaram-se no devido lugar, a fim de não perturbarem nada.

Adotei a mesmíssima tática. O capão e o paturi estavam deitados, este, como de costume, separado daquele respeitosa e deitadamente. Tentei chegar-me ao capão, numa atitude hostil. De súbito, o paturi se levantou e partiu contra mim de bico escancarado. A assistência desatou a rir. Mas, reiterarei as demonstrações, com idêntico sucesso. Todo mundo pôde ver as outras particularidades do caso, tal qual eu o comprovava sozinho.

Excusado dizer os sinais de consideração que recebi dos hóspedes pelo meu achado. Durante vários dias não se falou noutro assunto.

Esta, como o perceberam, é uma história de aparência bastante simples. Na realidade, contém um significado psicológico de larga aplicação à nossa espécie. Imaginem o que não se passava na cabeça daquele paturi. Recordam-se de alguma cousa parecida na sociedade humana?

Não se faz mister tirar conclusões demasiado explícitas nem citar nomes. Os senhores conhecem desses capões em nosso meio social e o bando cada vez maior de semelhantes paturis.

Esmeraldo Siqueira

Poemas
de
Esmeraldo
Siqueira

Ante a Corja

Esmeraldo Siqueira

Fenômeno moral edificante,
Dos mais merecedores de relevo,
Este de que me ocuparei no instante,
Em relação às sátiras que escrevo.

Muitos de longe, os outros, frente a frente,
Numa candura hipócrita cretina,
Querem saber por que de tanta gente
Falo em linguagem cáustica, ferina.

A voz doce, o olhar triste, de espanto,
Recordam que eu já fui piedoso lírico,
E agora, renegado o verbo santo,
Eu me tornei no mais feroz satírico.

Quando falei de maor, ninguém me ouviu.
Foi-me igualmente em vão engenho ou arte.
Mas, meu ódio expressando, então surgiu
A turba dos Catões por toda parte.

Ao sepulcral silêncio sucedeu
O barulho mendaz da hipocrisia.

Pregou lindo sermão cada sandeu,
Sábios conselhos deu cada sandia.

— Por que — me dizem — de tão bom que eras,
Ficaste de repente transtornado?
Perdoavas os maus, rias das feras,
Com as misérias da vida conformado.

“Bom” não sei se já fui. Respondo apenas
Que para tudo deve haver limite.
Mesmo às almas bondosas, mais serenas,
Viver em paz o mundo não permite.

Não consente, e as persegue sem descanso,
Pondo-as diretamente ou não na cruz,
Ajuda o homem brutal, tortura o manso,
Prefere Barrabás, mata Jesus.

Vergonha do direito e da justiça,
Vede de ponta a ponta a sociedade,
Campo sinistro, depravada liça
Onde se glorifica a improbidade.

Depois de haver mil vezes meditado
Esse quadro maldito e, de outras tantas,
Humilhações cruéis ter suportado
Como ainda empregar palavras santas?

Antes de tudo, a defesa é um direito
Que a própria natureza reconhece.
Ela nunca esperou que fosse feito
O código que hoje a estabelece.

Tão espontâneo instinto justo e humano
Somente o salafrário recrimina,
O patife que rouba, o que assassina,
O déspota sem alma, o vil tirano,

Depois, outra razão existe forte,
Igualmente em favor desta defesa.
É o combate medonho, a luta acesa
Contra dos maus a intérmina coerte.

Por menos que sejamos numerosos,
Na batalha do Bem, armas na mão,
Ferraremos na cara os criminosos,
Os falsários de toda profissão.

Podem eles, na luta pela vida,
Alcançar altos postos, ouro, fama.
Acabarão perdendo essa partida,
Afogados por nós num mar de lama.

Nosso ferrete em brasa há-de marcá-los
Perpetuamente nos focinhos sujos,
Para a posteridade contemplá-los
Como exemplo de porcos e sabujos.

Por onde quer que passe no universo,
A caravana dos degenerados
Sentirá no sacanões do meu verso
A eterna maldição de condenados.

Reflexões

Trovadorescas

Não percebendo no fado
Todo o mal que ele contém,
Gaba a vida o desgraçado
Que na vida nada tem.

Quem quer que aceite a má sorte
E ainda viva contente
Zombará da própria morte
Ou será indiferente.

Rir ou chorar, nada importa
À lei fatal surda e cega.
Nós somos a folha morta
Que a tempestade carrega.

Dizei-nos por que vivemos,
A razão por que penamos.
O certo é que não sabemos
Por que rimos ou choramos.

Meditativo

Fumando meu charuto,
Bebendo meu bom vinho,
Contemplo a rua e escuto
O vasto borborinho.

Deleites da bebida,
Aromas da fumaça,
Volúpias desta vida...
— Um frenesi que passa.

Um trago mais... E eu fito,
A cada baforada,
O fumo no infinito
A resolver-se em nada.

O copo está vazio,
Em cinzas e charuto.
Durou todo o amavio
Apenas um minuto.

Cruel Ventura

Há muita gente que diz,
Num sábio e sonoro zurro,
Que neste mundo é feliz
Somente quem nasce burro.

Na aparência, isso tem ares
De fina e justa ironia,
Pois até mesmo os muares
Sofrem com filosofia.

Que os burros bípedes vão
Triunfando mundo afora
Não pasa de uma ilusão,
Das mais doiradas embora.

Eles alcançam, bem certo,
Gordos cargos, mendaz brilho,
Trazem o cofre referto,
Pleno o celeiro de milho,

Fartos na mesa e na cama,
Sempre lhes sobram na vida
Ao lado da melhor grama
A volúpia preferida.

Nesse viver planturoso,
Feliz aparentemente,
Lá se vão, de gozo em gozo,
Sem ver o abismo na frente.

Mas, pobre deles, coitados!
Num poema eu mesmo disse
Que não tem cura a burrice,
O mal desses desgraçados.

Cura-se a lepra, a bexiga,
A loucura, o próprio tédio,
Porém não há quem consiga
Para a burrice remédido.

Recorrer à homeopatia
— Pondera o facultativo —
Nem ao menos alivia,
É um falso paliativo.

Moléstia sem esperança,
Vem do berço a tara enorme,
Fatalidade da herança
Familiar que não dorme.

Como prova que esse mal
Desespera tanta gente,
Do burro o supremo ideal
É bancar o inteligente.

Bancar — notem bem! — *bancar*,
Porque *ser* é diferente,
Pois o que nasce muar
Será burro eternamente.

Spleen

Duro penar exaustivo,
O mesmo que fazer nada,
Viver assim como vivo
Nesta existência apagada.

Quem me vê não imagina
O meu drama interior,
Este sombrio amargor
Que os meus dias assassina.

Lendo, pensando, escrevendo,
Sem esperanças nem planos,
Aos pouquinhos vou morrendo
De tédios e desenganos.

Outrora exul sonhador,
Tantos nobres ideais...
Acreditava no amor
Como os bardos medievais.

Olhos que a idade extasia
Em miríficas imagens,
Até nas nuvens eu via
Deslumbradoras miragens.

Eu fora ingênuo... Tão puro
Que, às vezes, de mim sorrio.
No meu céu, jamais escuro,
Reinava eterno amavio.

Como pude mudar tanto,
Para ficar morto em vida,
À míngua mesmo do pranto,
Ó minhalma dolorida!

Justiça e Ideologia

Raimundo Nonato Fernandes

Os romanos definiam a Justiça como a constante e perpétua vontade de dar a cada um o seu direito (Ulpiano, Dig. 1, 1, 10, *apud* G. Halperin, “*Manual de Latim para Juristas*”, B. Ayres, 1946, págs. 134, n.º. 741). A definição exprimia, assim, o preceito bíblico do “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Santo Agostinho, por exemplo, dizia que “a justiça é aquela virtude pela qual se dá a cada um o que lhe é devido” (Hans Kelsen, “*Las metamorfosis de la idea de Justicia*”, em “El atual pensamento jurídico norte-americano”, Editorial Losada, S/A, B. Ayres, 1951, págs. 285).

Entre os gregos a Justiça, para Platão, consistia em que cada homem se dedicasse ao seu trabalho. Poderia haver desigualdade de poder e de privilégios sem que houvesse injustiça (Bertrand Russel, “*História de Filosofia Ocidental*”, tradução de Breno Silveira, Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1957, vol. 1.º., págs. 133). Para Aristóteles, por seu turno, havia dois conceitos de Justiça: a legalidade, no sentido de que é justo o que é conforme ao Direito, e a igualdade, que corresponde ao tratamento dispensado pelo Estado às diversas classes, ora quando, através do legislador, faz a repartição dos direitos e privilégios

(*) Palestra no Lyons Clube de Natal, a 6.12.63, em reunião comemorativa do Dia da Justiça.

(justiça distributiva), ora quando, através do juiz, compõe os conflitos de interesses nas relações privadas (justiça corretiva) — (*apud* Hans Kelsen, obr. cit., págs. 272/273).

Hans Kelsen formulou a teoria da Justiça como felicidade. “A felicidade, diz ele, é primariamente uma qualidade de uma ordem social. Só secundariamente é uma qualidade do homem, uma virtude, uma vez que um homem é justo se sua conduta se ajusta às normas de um ordenamento que reputamos justo ou que representa a justiça’. Uma ordem social é justa, acrescenta, “quando essa ordem regula a condutã dos homens de uma maneira satisfatória para todos os homens, de modo que todos os homens encontram sua felicidade nela”. E ainda: “A felicidade que pode assegurar uma ordem social não pode ser felicidade em um sentido subjetivo, individual. Tem que ser felicidade em um sentido objetivo-coletivo, vale dizer, a satisfação de certas necessidades, reconhecidas pela autoridade social, o legislador, como dignas de ser satisfeitas, tais como a necessidade de ser alimentado, ser vestido, ter habitação e outras semelhantes” (obr. cit. págs. 248/250).

O eminente jurista-filósofo de Viena expõe, a seguir, as diversas outras concepções que têm procurado explicar a idéia de Justiça. Assim, a doutrina do direito natural, segundo a qual a Justiça seria uma consequência da aplicação de leis imutáveis e eternas, concebidas como imperativos da própria razão humana, segundo uns, ou a vontade de Deus, segundo outros, mas, em qualquer caso conformes à natureza das coisas; a doutrina que identifica a Justiça com a Paz, e para a qual, desde que não é possível realizar o ideal da Justiça perfeita, em que nenhum interesse fosse satisfeito à custa de outro, deveríamos contentar-nos com um ordenamento social que, pelo menos, nos garanta a paz, sempre preferível a um estado de anarquia (cf. Kelsen, obr. cit., págs. 256 e 260/61).

Em todas essas concepções, como em muitas outras que poderiam ser arroladas, a Justiça aparece mais como um processo de aplicação do direito existente, sem consideração pelo merecimento intrínseco de suas normas, do que como idealização de um sistema de relações jurídicas à base de um determinado critério ético, social ou político. É, como observa Kelsen, uma Justiça que exprime simples conformidade com o Direito, “que não se refere ao conteúdo de um ordenamento jurídico positivo, senão à sua aplicação. Neste sentido, a justiça é compatível com e exigida por todo ordenamento jurídico

positivo, seja capitalista ou comunista, democrático ou autocrático. A justiça, neste sentido, significa a manutenção de um ordenamento jurídico positivo mediante sua aplicação escrupulosa. É justiça “sob o direito”, algo por completo distinto da justiça por cima do direito. A justiça por cima do direito constitui idéia distinta do direito, é uma diretiva para o direito” (obr. cit., págs. 262).

Os tempos novos, entretanto, começam a abalar os alicerces dessas concepções tradicionais. O conceito de Justiça parece impregnar-se de um sentido político, que se traduz na procura de novas soluções para os problemas do homem e da sociedade. A idéia de Justiça Social, concebida como uma fórmula política para contornar a luta de classes, tende a converter-se numa fórmula jurídica, não, apenas, como uma diretiva para a aplicação do Direito como ele é, mas como uma formulação nova do próprio Direito. À concepção clássica de Montesquieu, para quem o juiz deveria ser um aplicador frio da lei, espécie de “juiz assexuado”, na feliz expressão de Edgar Barbosa, seguiu-se, pouco depois, a concepção do juiz-legislador, do juiz criador do Direito, sensível às solicitações da realidade. Nessa fase, dizia-se caber-lhe a função de humanizar as instituições jurídicas. Mas, já hoje, reclama-se um pouco mais do que isto. Existe a preocupação de imprimir à Justiça um conteúdo definido, de identificá-la com uma aspiração de reforma social e política, de lhe dar, enfim, uma diretiva ideológica.

Foram os teóricos marxistas os primeiros a criticar a estrutura da Justiça na sociedade burguesa. Partindo do princípio da luta de classes, segundo o qual a evolução histórica é uma sucessão de disputas pela supremacia econômica e a posse do poder político, o marxismo-leninismo encara o Direito da sociedade capitalista como um artifício para a manutenção dos seus privilégios de classe. A Justiça, pela mesma razão, seria um engodo para iludir a classe proletária. É claro que essa crítica não pode ser aceita em toda a sua amplitude, porque se trata, em última análise, de um dogma do materialismo histórico dentro de sua concepção da própria história e do desenvolvimento econômico e social dos povos. Mas, não se pode negar que, sob alguns aspectos, a Justiça das democracias burguesas não se tem mostrado imune a influências perniciosas. Bastaria lembrar, a propósito, no que nos diz respeito, a afirmativa de João Mangabeira, no seu admirável livro sobre Rui Barbosa, de que o nosso Supremo Tribunal foi o órgão que mais falhou à República, no período entre a ditadura Floriano Peixoto (1892) e o

golpe de Estado de 1937 ("*Ruy, um estadista da República*"), Livraria Martins Editora, S. Paulo, 1946, págs. 67).

A legislação dos países de cultura ocidental tem procurado armar os juizes de certos poderes, que lhes permitam ajustar a lei às necessidades da vida real. Ao lado das doutrinas, já acima referidas, que advogam a liberdade de interpretação do juiz, permitiu-se-lhe recorrer à equidade, à justiça social, ao bem comum e a outros tipos semelhantes de *standards* ou diretivas para a busca de uma Justiça menos abstrata, menos artificial e mais humana. O nosso Código de Processo Civil de 1939, por exemplo, estabeleceu, em seu artigo 114, que, "quando autorizado a decidir por equidade, o juiz aplicará a norma que estabelecerá se fosse legislador". E a Lei de Introdução ao Código Civil estatuiu que o juiz, na aplicação da lei, "atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum" (artigo 5º).

Mas, a adoção dessas fórmulas vagas como instrumentos de humanização da lei suscita o problema de saber até onde pode ir a liberdade do juiz na definição de conceitos tais como os de bem-estar, bem comum, justiça social, fins sociais. O legislador não se preocupou em precisar esses conceitos. Estaria o juiz, então, livre para lhes dar o conteúdo que lhe pareça justo? Um eminente jurista-filósofo norte-americano, Alexander Pekelis, procurou dar uma resposta a essa indagação com a formulação de uma teoria a que chamou de "jurisprudência estimativa", segundo a qual o juiz, para bem desempenhar sua missão na legislação contemporânea, está na contingência de "fazer uma eleição mais ou menos consciente entre políticas sociais divergentes". Para que, entretanto, essa escolha não seja arbitrária, será necessário que os conselhos endereçados pelo legislador ao juiz tenham "um significado político definido". "Se temos de introduzir nossos próprios juízos na teoria que desenvolvemos, dizia o magistrado Jackson, lembrado por Pekelis — devemos explicar algo da filosofia jurídica, econômica e social que nos guie, para orientação dos que votam as leis e dos que são por elas regidos" (Alexander Pekelis, "*La tecla para una ciencia jurídica estimativa*," em "El actual pensamiento jurídico norteamericano", Editorial Losada, S/A, B. Ayres, 1951, págs. 117/172).

Qual seria, então, a diretiva a estabelecer para essa nova formulação do conceito de Justiça? O que a realidade nos mostra é que a preocupação fundamental da sociedade de nossos dias se dirige para o

problema da igualdade, da correção dos desajustamentos sociais, da luta contra a exploração do homem pelo homem. Já se compreendeu, há mais de meio século, que a liberdade pura e simples, desacompanhada dos instrumentos necessários para torná-la efetiva, no plano econômico, nada mais é do que uma forma de manter esse regime de exploração de uma classe pela outra. Basta recordar o que ocorreu com a doutrina do contrato. A liberdade de contratar, assente no dogma da autonomia da vontade, que conferia ao contrato a força de verdadeira lei entre as partes, acabou por transformá-lo num instrumento de dominação econômica, obrigando o legislador a intervir na regulação das relações contratuais para limitar a vontade dos contratantes. Chegou-se assim ao chamado "dirigismo contratual", caracterizado por normas imperativas que ora restringem, simplesmente, a liberdade de estipulação, ora estabelecem a própria obrigação de contratar, como acontece na subscrição compulsória de empréstimos públicos, ou na proibição de manter vago, por mais de 60 dias, imóvel destinado a locação (cf. F. C. Santiago Dantas, "*Problemas de Direito Positivo*", edição Revista Forense, Rio, 1953, págs, 21/23). Bem distante estamos, assim, daquela concepção contratual que Shakespeare retratou em sua famosa comédia "*O mercador de Veneza*", em fins do século XVI, e que garantia ao judeu Shylock o direito de tirar uma libra de carne do corpo do seu devedor, simplesmente porque assim estava escrito no contrato. A pitoresca sentença do juiz, dizendo que a libra de carne poderia, efetivamente, ser tirada, porém só e exatamente uma libra e sem uma só gota de sangue, exprimiu também, com exatidão, a compreensão estrita, literal, mas soberana e inflexível, que então se tinha do contrato.

As mesmas razões que determinaram essa revolução no campo das relações contratuais estão a impor uma revisão na estrutura das instituições políticas e jurídicas, a fim de que se possam criar condições para a realização plena da Justiça, encarada, aqui, não como um simples método de compor conflitos particulares, mas como um instrumento de realização da igualdade econômica e social. Numa organização política em que as condições de fortuna, a posição social e os interesses de classe podem, de forma velada ou ostensiva, influir nos critérios de aplicação da lei, a Justiça corre o risco de se transformar numa arte de mistificação dos interesses sacrificados. Afirma-se, nos Estados burgueses, que a lei é a mesma para todos, mas, como lembra o

Professor René David, citando frase de um autor francês, isto pode apenas significar que “ela proíbe da mesma forma a ricos e pobres a mendicância, e permite a uns e outros, igualmente, instalarem-se para dormir sob as pontes” (René David, “*Garantia das liberdades individuais e controle da legalidade dos atos administrativos na U.R.S.S.,*” tradução de Ruth Barbosa Goulart, “Revista de Direito Administrativo”, vol. 57, págs. 21).

Dir-se-á que, para dar à Justiça esse sentido igualitário, será mister submeter os próprios juizes à direção política do Estado, como acontece na União Soviética. Mas, não nos parece que assim deva ser. Na própria União Soviética, o Direito é, acima de tudo, político, como obra de seus dirigentes. Funciona como um instrumento a serviço da política do governo, e tem apenas valor na medida em que serve a essa política (René David, obr. cit., págs. 23 e 25). Não se deve esquecer, porém, adverte René David, que o regime soviético “é dominado por uma ideologia à qual todos os cidadãos soviéticos deram, presumidamente, o seu acordo, da mesma forma que nos países burgueses damos assentimento unânime a determinadas regras de moral. O Direito é um meio de servir a essa ideologia. Não é o único meio, entretanto. Pode, em dado momento, não ser o melhor meio. O interesse da Revolução, o do socialismo, permanecerão sempre acima dele” (obr. cit., págs. 26).

Não é desejável, sem dúvida, submeter-se o Direito e a Justiça a uma diretiva ideológica, no exato sentido em que se entende o conceito de ideologia. Observa, a propósito, Michel Debrun, que “a ideologia se apesena como uma tomada de consciência do sentido global do presente histórico, das relações fundamentais entre os vários setores sociais e as várias sociedades globais, e da evolução provável dessas relações no futuro próximo. Não com vistas a uma compreensão puramente teórica, e sim com o fim de *agir* sobre a história, dentro de um “projeto”, ele mesmo em parte sugerido por essa compreensão” (“*Algumas observações sobre a noção da “vontade geral” no “contrato social”*”, publicado numa coletânea de “Estudos em homenagem a J. J. Rousseau”, edição da “Fundação Getúlio Vargas”, 1962, págs. 57, nota 43). Não se trata, assim, de mera idealização de certos aspectos do contexto histórico social, mas de um esforço preordenado no sentido

de modificar esse contexto e substituí-lo por uma nova ordem. Essa tarefa dinâmica pertence aos dirigentes políticos, não aos juizes. Mas, nem por isto, dir-se-á que o Direito pode existir sem um conteúdo definido, sem um centro de gravitação, sem um núcleo de valores morais, sociais e humanos que representem a aspiração da coletividade política. O contrário seria a norma vazia da teoria normativista de Kelsen, como espaço em branco em que se poderiam alojar todas as doutrinas, inclusive as totalitárias.

O perigo não está, portanto, em escolher uma concepção de vida, mas em não ter nenhuma. Esse é, precisamente, o mal de nossas instituições jurídicas, que convocam os juizes a decidir segundo os fins sociais e o bem comum, mas se omitem na definição dessas diretivas, que redundam em fórmulas ocas, sem nenhum alcance prático. Por isso mesmo, porque não há metas definidas a atingir, porque a cada juiz fica a liberdade de introduzir os seus conceitos pessoais na identificação do conteúdo da lei, expõe-se a Justiça a críticas mais ou menos sérias, que é tempo de levar em consideração. Em movimento grevista, não muito recente, por exemplo, a Justiça do Trabalho foi publicamente acusada, por alguns setores das classes trabalhadoras, de ser um instrumento a serviço dos interessados patronais. O que há nisto de particularmente grave é o fato da acusação pública, da quebra ostensiva daquele respeito quase sacramental que sempre cercou, entre nós, os órgãos da Justiça. Paradoxalmente, trabalhadores se rebelam contra uma instituição criada com o objetivo de melhor resguardar os seus próprios interesses, pela simplificação do processo judicial e a especialização dos juizes. A crítica é evidentemente injusta, se encarada em termos gerais, mas não deixa de ser um sinal de que o povo começa a abrir os olhos para certas falhas da nossa organização jurídico-política, que freqüentemente dão a impressão de que a Justiça é um privilégio dos poderosos.

Não se pode esperar que o sistema seja salvo apenas pelo esforço de alguns bons juizes, por mais que o seu exemplo, em alguns casos, possa encorajar a esperança de que nem tudo está perdido. O Direito está passando por um processo de transformação em que o seu centro de gravitação se transfere do individual para o social. Do conceito de propriedade como o direito de abusar dos próprios bens, passou-se ao conceito de abuso do direito de propriedade, coindi-

cionado, hoje, a uma função social. Procura-se sair de um ideal meramente utópico, alimentado pela crença na força de certas virtudes e no mito de uma Justiça natural, para uma consciência da necessidade de reformulação de todo o Direito com base numa concepção de igualdade que, para criar uma ordem justa, deve buscar condições para a felicidade de todos e não, apenas, assegurar a aplicação correta das normas, sem preocupação pelo seu conteúdo.

“O Carneirinho”

Maria Eugênia M. Montenegro

Lá no alto da torre da igreja há um carneirinho muito lindo. Ele se chama — O Cordeiro — porque veio ao mundo com a divina missão de lavar o pecado dos homens e de dar exemplos de Paz e Amor, simbolizando desta forma, a pureza do coração humano. Por isto ele escolheu o alto da torre para morar, na casa do Deus Vivo. É pois, ali que deve ficar, olhando o mundo lá de cima e as pessoas que vão passando lá em baixo.

Há quem não saiba que ele se chama O Cordeiro, principalmente as criancinhas que o conhecem como O Carneirinho. No vocabulário dos homens, cordeiro e carneiro têm o mesmo significado, mas espiritualmente falando, é muito diferente. Todo mundo sabe que carneiro é o animalzinho do qual se tira lã e cordeiro é o que simboliza a paz, a presença de Deus Vivo no coração humano, em qualquer tempo e em qualquer lugar, desde os tempos de Abraão, até a chegada do Filho Unigênito do Pai, daquele que deu o seu sangue para salvar a humanidade.

Ele não se importa que as crianças o chamem de O Carneirinho. Até sorri quando elas olham para cima e apontam com o dedinho.: “Lá está o Carneirinho”.

Ele é uma das atrações da praça, principalmente na festa do Padroeiro da cidade, quando todo mundo fica ao redor da igreja, para

apreciar as festas do São João. São nove dias consecutivos de novena e programações especiais. A praça vira um formigueiro. Do outro lado, a roda gigante, toda iluminada, rodando no mundo, com os bancos sempre ocupados, com sorrisos de amor e inocência na face dos jovens e das crianças. Margeando as calçadas, as barracas com alfinins, jinjibirras, pamonhas, milho verde assado, pipocas, mostram os costumes da terra, na mais telúrica das mensagens.

De repente, o sino toca. O Carneirinho fica tonto com tanto barulho: — bebelém, bebelém, bebelém... e o povo lá em baixo como abelhas fabricando mel: zummm, zummm, zummm...

O Carneirinho fica de camorote, sabendo tudo o que está acontecendo na cidade.

Chegada a hora do pipocar dos fogos, da subida dos balões, a alagazarra aumenta. O Carneirinho tem vontade de colocar as patas nos ouvidos mas não o pôde fazer. Seus olhinhos piscam descontrolados, com aos chuvas de prata, as estrelinhas e os pistões coloridos. Os foguetões espoucam nos ares e se perdem no escuro da noite. Os assobios passam tirando fino no carneirinho, como se rasgasse uma risada. Ele ouve um menino gaiato dizer: “Quase pega”. “Em quem?” “Ora, no Carneirinho, menino maluco. Lá está ele”.

O Carneirinho fica pensando: se São João fosse vivo, não gostaria disto não. Ele era tão enérgico. Prefereria, certamente, uma festa mais simples, mais espiritual. Tantos gastos inúteis! Tanto dinheiro perdido! Eu penso que os fogos se escondem, com medo de um encontro com São João. Ele era prático, homem de ação. Talvez ele mandasse que se dessem esmolas... tanta pobreza ao redor!

São João, o meu maior amigo — pensava o Cordeirinho. Andávamos sempre juntos, pelos campos e no deserto. Cuidava de mim, como se fosse gente. Era tão bom! Procurava sempre o melhor capim para me dar, mas isto foi há muito tempo! Vim de um mundo distante, para uma hora presente que me deixa confundido. Os tempos mudaram. São outros os homens e outros os costumes. Tenho que obedecer as ordens do Alto. Preciso dar aos homens do Século XX idéia perfeita da Paz e do Amor, os mesmos sentimentos que os séculos não consomem. Preciso ensinar o Amor e o Perdão. Amo as criancinhas, mas como são inconstantes! Terei que ter paciência. Às vezes, me atingem com pedradas. Há tantos molequinhos aqui, ao redor da igreja! Acho que eles não têm noção do que fazem.

Certa vez, eu me lembro, acertaram-me na testa. Eles apostavam pontarias com suas baladeiras e eu sou um alvo muito aprecido por eles. Não me esqueço daquele menino loirinho que procurava me defender. Ele gritava furioso:

— Deixem O Carneirinho sossegado. Que mal está fazendo a vocês?

Que menino lindo! Parecia um holandezinho. Seus olhos era azuis. Um garoto respondeu:

— Era só o que faltava você dar pitacos em nossas brincadeiras. Vá lá para a rua de cima. Lá é que é o seu lugar. Hoje nós vamos fazer uma aposta. Queremos acertar no olho...

Nossa! Será que vou ficar cego? — Pensava, cheio de temor, O Carneirinho.

— Não, eu não deixo, eu não deixo! — Gritava o loirinho.

— Vejam como está valente! Embora, meninos, vamos dar uma surra neste galo-de-campina.

Flávio virou um leãozinho no meio dos moleques, mas coitadinho, estava só. O adro da igreja virou uma arena e o pobre Flavinho ficou ali, estirado, sem sentidos.

— Vamos sair daqui-dizia o chefe dos moleques. Nunca mais ele dará palpites em nossas brincadeiras — e olhando para cima — amanhã, carneirinho de uma figa, nós voltaremos... isto é, amanhã não, agora...

O Carneirinho rodava, rodava. Dizia baixinho, o coração quase a sair-lhe do peito — “se eu rodar acelerado eles não podem me acertar”. Doidinho, rodava sem parar, até que sentiu uma dor profunda no olho. “Céus! Acertaram-me!” Passou a mão e viu sangue. Estava furado o seu olho. Ouvia a gritaria:

— Acertei! Ô baladera boa!

O Carneirinho deixou de rodar e os meninos se foram embora. Chorava a valer. O seu olho direito estava furado e o sangue corria sem parar. “Que será de mim, meu Deus, sem olhos para vigiar?” Olhou para baixo e viu seu defensor estendido no chão. Sentiu profunda piedade pelo menino. Não podia descer para ajudá-lo, proque sua missão era ficar ali, no alto da torre, para ser visto por todos e para ser eternamente lembrado. Ele era o Cordeiro, aquele que torna o pecado mais branco do que a neve. Chorou ainda mais.

Flávio despertou. Desnortado, esfregou os olhos e procurou levantar-se. Estava todo doído. Aqueles meninos! Como eram malvados! Olhou a camisa e viu que estava manchada de sangue, em cima do coração, mas apalpando-se, viu que não estava ferido. Singular! Olhou e olhou e viu que a mancha tinha a forma exata de um coração. Sentiu que este batia-lhe forte. Será que havia saído do peito? Bobagens, não podia ser... Lembrou-se do Carneirinho e olhou para cima. Sim! Fora tudo por causa dele. Como estaria o bichinho? Com as mãos sobreando os olhos, aflito, perguntou:

— Carneirinho, você está bem? Que sangue é esse? Os meninos o machucaram?

— Aiai! Estou cego, Flavinho. Olhe bem para mim...

— Nossa! Carneirinho, você está lavado em sangue! Esta mancha, aqui em minha camisa, é sangue seu, não é?

— Sim... sim... Eu chorava e olhava para você...

— E este coração? Que significa isto, Carneirinho?

— É o meu amor por você, Flavinho.

— E você, sofrendo tanto, ainda pensa em mim?

— E você não me defendeu?

— Sim... aqueles malvados... eles me pagam!

— Nada disto. Nada de vinganças. Eu sou o Cordeiro, sabia?

— Não é a mesma coisa, Carneirinho?

— Não. O Cordeiro veio ao mundo para amar, perdoar. O Cordeiro, Flavinho, é aquela que lava o pecado e deixa a alma mais branca do que a neve.

— Ah! Então é por isto que você é tão branquinho?

— Talvez. Essas coisas são determinadas e a gente não pode entender muito bem. Sei que temos que perdoar e salvar os nossos algoses.

— Algoses... que é isto?

— São pessoas que fazem mal a alguém.

— E eu tenho também que perdoar?

— Lógico. Lembre-se que Jesus Cristo, no Calvário, à hora de sua morte, perdoou Dimas, o bom ladrão...

O Carneirinho começou a chorar.

— Não chore, eu vou levar você para a minha casa. Você quer descer da torre?

— Não posso, Flavinho. Meu destino é ficar, vigiar. Não posso deixar o meu posto. É uma ordem lá do Alto.

— Então eu vou buscar remédio para você. Volto já.

Flávio saiu correndo e, em pouco tempo, voltou com algodão, mercúrio cromo e colírio. Ofegante, subiu a escada de caracol que levava à torre. Rodeou-a, com cuidados, e, com malabarismos de menino de circo, alcançou O Carneirinho.

— Obrigado. Como você é bonzinho...

Flávio, cuidadosamente, fez o curativo.

— Sabe, Carneirinho, você não furou o olho. Foi por um trís... aqui, no canto, está todo inchado, por isso não pode ver. Garanto que amanhã estará melhor.

— Sim, que bom! Como poderei pagar este favor?

— A mim? Só quero a sua amizade, nada mais. Uma vez, Carneirinho, eu li uma frase e gostei. É assim: “semear amigos por onde passa é colher afetos”. Veja. Somos amigos.

— E como sabe? E digo ainda: ter amigos é encontrar-se em alguém.

— É, nós nos encontramos...

— ... aqui do alto desta torre...

— olhando o mundo lá em baixo...

— ... e o céu lá em cima... Flavinho, não está parecido com uma poesia?

— Será? Bem, Carneirinho, eu vou andando. Eu vou pedir aos meninos para não maltratarem mais você. Agora eu sei como agir. Perdoei e me sinto aliviado. Vou contar a eles a sua história, que você não é o Carneirinho. Vamos confiar e esperar. Tchau, meu Cordeirinho.



O Romance de Vila Rica

JAIME DOS G. WANDERLEY

Na cidade, dormente, um silêncio uniforme
tranqüiliza o silêncio, esquisito, da noite.
Tudo é sossego e paz. Toda Ouro Preto dorme
nem mesmo, ave noturna, há que se desacoite.

Pelo estreito da rua, uma falange, enorme,
de fantasmas se esconde, em secreto permanente.
Tudo evoca o passado, até o vento, disforme,
ferindo a torre, a ponte, os jardins, num açoite.

Sonâmbulo passeio em noites enluaradas,
calcando o empedramento, antigo, das calçadas
buscando surpreender, alguém que não morreu.

E julgo, ainda escutar, na insofrida vigília,
os lamentos de dor dos lábios de Marília
e as promessas de amor, que lhe jurou Dirceu.

Breve notícia sobre Rodolfo Garcia

O Historiador do Rio Grande do Norte.

R. Nonato

Dando curso às comemorações promovidas no Rio de Janeiro, por entidades culturais, no transcurso do Centenário do nascimento de *Rodolfo Garcia*, junto em crônica para o "*Mossoroense*" notícias ventiladas em duas palestras que proferi no *Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes* e na *Federação das Academias de Letras do Brasil*.

Nesses encontros, em rápidos improvisos, fixei certos aspectos personalíssimos da vida e da obra do historiador norte-rio-grandense.

Rodolfo Augusto de Amorim Garcia nasceu em Ceará-Mirim, a terra do verde-vale onde, segundo *Nilo Pereira*, brilharam os primeiros clarões que iluminaram a manhã da criação.

"Nesse menino, afirma *Luiz da Câmara Cascudo*, estava a velha aristocracia rural, Carrilhos, Antunes de Oliveira, Revoredos, Regos Barros, além do sangue cearense dos Amorim Garcia".

A data do nascimento foi, exatamente, 25 de maio de 1873. Não cabe abrir controvérsia.

De família assim importante, muitos dos seus aparentados ocuparam posições de destaque na vida da Província, em cargos públicos, na magistratura e na imprensa.

Por exemplo, José Gervásio de Amorim Garcia era proprietário, em Natal, de uma farmácia, no Bairro da Ribeira. Por falar nesse local, lembro que, a certo tempo, quando da morte do Cel. Bonifácio Câmara, o Partido Conservador, que ele dirigia, esfacelou-se.

Parte dele ficou reunindo-se no banco da farmácia de José Gervásio — a que chamavam “o Banco da Botica de seu Zezinho”. Aí quem mandava era a palavra do Comendador Tarquino de Souza. A outra banda se juntava à sombra de uma frondosa gameleira situada na Praça da Alegria, no fundo da Igreja. Nesse ponto quem predicava era a grei do Padre João Manuel, político de pouca serenidade, impetuoso, cheio de rasgos de coragem pessoal, chegando a dar prova disso numa sessão do Parlamento do Império, presidida por Ouro Preto, onde ele, João Manuel, deu um viva à República!

Houve barulho, como era natural. Rasgaram a batina do padre idealista.

Sem meios de poder-se “manter no Rio”, retornou ao Norte, indo residir em Recife onde, prosseguindo nos estudos, concluiu as Humanidades, matriculando-se na Faculdade de Direito local.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, da turma de 1908. Dessa turma faziam parte outros norte-rio-grandense: Joaquim Inácio de Carvalho Filho, da Serra do Martins, Manuel Cícero Rodrigues, sobrinho do Padre Antônio Joaquim, vigário de Mossoró, e Miguel Ferreira de Castro, de Macaíba, nascido na Rua da Cruz, que ainda conserva este nome.

Depois da formatura, dedicou-se às letras, ao magistério, aos trabalhos de pesquisa histórica.

Tomou parte ativa na campanha de Rosa e Silva e Dantas Barreto, ao lado do primeiro. Derrotado seu candidato, não mais teve condições de permanecer na Mauricéia. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1913.

Foi secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Depois de vitoriosa a Revolução de 1930, Gustavo Barroso foi demitido da direção do Museu Histórico Nacional, que ele fundara e organizara.

Tobias Monteiro, norte-riograndense, homem poderoso, lembrou-se do conterrâneo e alcançou a nomeação de Rodolfo Garcia para aquela casa, onde realizou trabalho memorável.

Mais tarde foi nomeado Diretor da Biblioteca Nacional, passando ali a se reunirem grandes figuras das letras nacionais, como Capistrano de Abreu, Afrânio Peixoto, João Ribeiro, Primitivo Moacir, Sousa Dorca, e os mais jovens como Peregrino Júnior e Pedro Calmon. Essa reunião passou a chamar-se a *Garciana*, que era uma outra academia.

Suas discussões com Capistrano de Abreu ficaram famosas. Conta-se até que, uma noite, já na sua casa, permaneceu conversando com o cearense por mais de quatro horas. À saída, perguntou o porteiro:

— Doutor, que história era esta em que os senhores conversaram tanto?

— Ora, meu amigo, estávamos discutindo a introdução da jaca no Brasil.

Seu trabalho, como historiador, é digno de menção, bastando dizer que ele anotou toda a 3.^a edição da *História do Brasil de Varnhagen*, quando o próprio Capistrano apenas anotou o 1.^o volume da 2.^a edição.

Entre outros trabalhos publicou:

Dicionário do Brasileirismo — Rio, 1915

Etnologia Indígena — Rio, 1922

Glossário das Palavras de Origem Tupi

Obra de Claud d'Abbeville — Rio, 1927

Exotismos Franceses, Originários da Língua Tupi — Rio,

1943

Enfim, a glorificação: eleito para a *Academia Brasileira de Letras*.

Era o primeiro norte-rio-grandense que chegava até lá.

Rodolfo Garcia faleceu no Rio de Janeiro, a 14 de novembro de 1949.

Saudação ao escritor Gumercindo Saraiva

Paulo Viveiros

Quem viaja, buscando o sertão, atravessando a zona dos canaviais e se perdendo na ampliação da terra, verde e uberrima, começa a vêr, de longe, na forma de um lindo seio de mulher, a serra dos Angicos, vespa reluzente, a guardar como leite materno, uma fonte de água fresca e dadivosa, escondida na folhagem verde, quase perene e eterna.

É o Cabugí, destroço de um antigo vulcão, ponto alto da geologia estadual, orgulho nosso a que se pode chamar, como ao Partenon, de inteligência petrificada, assentado numa região que divide, que limita, que separa a terra fértil do agreste da agressiva e chucra região sertaneja.

Do lado de cá, como porta de entrada para o sertão, está Baixa Verde, formada por homens valorosos que abriam, no chão, a marca de um caminho ou de uma estrada a levar consigo a civilização ao coração do Estado.

A princípio, criaturas que obedeciam ao delegado da empresa construtora engenheiro Antonio Proença que lançou os alicerces da futura Vila e da Capela de Nossa Senhora Mãe dos homens, no começo deste Século, para depois se filiarem a outro peregrino ilustre — Ulpiano de Barros — que conosco se identificou, casando neste Rio Grande a que tanto admirou e serviu.

Criou-se, deste modo fruto de uma estrada de ferro e da tenacidade de líderes de fora e de nativos das Matas, vindos de Taipu para formarem a nova Baixa Verde, um aglomerado humano, servido por uma terra boa e dadivosa onde se plantando tudo dá.

Parece que cansada, ao sair daí, para pisar região adusta e pedregosa, a estrada de ferro perdeu-se no tempo e no espaço e sem rumo certo, desviou-se do seu primitivo traçado, não incorporando, cedo, aos centros populares do Estado, a rica e promissora região do Seridó, como fruto de um contra-planejamento ante-econômico ou de reação política da época.

Restaram de tudo isto nativos que formaram a nova Vila, depois cidade, em 1928.

Custaram, portanto, a aparecer os frutos de uma civilização, ali implantada de forma absorvente e singular. A vida econômica não permitiu cedo a expansão intelectual de sua gente.

Seriam cegos que teriam olhos para vêr e não viam e não sentiam a beleza da vida; criaturas que não pressentiam a grandeza do firmamento, porque pareciam temer o sol e o seu fulgor e olhavam sempre para baixo e somente da terra sentiam os reflexos da vida, no sentido de alimentação que dela recebiam; automatizados e primitivos que guardavam apenas no coração, a vontade refreada de conhecer alguma coisa mais alta e poderosa, a serviço de suas inteligências, dando-lhes as luzes do espírito que dignifica e enobrece.

Era coisa difícil romper estes grilhões e se projetar acima, noutra vida, quando faltava a base da instrução.

Somente a firme vontade de subir degraus, deixando a planície, sempre com a ajuda de u'a mão amiga e poderosa, quando no recesso da família, os recursos escasseiam e minguavam os auxílios e colaboração.

Eis o caso do apresentado desta noite, para ele e todos nós, seus amigos, tão resplandescente de alegria e de valiosas recordações.

Amparado por Ulpiano de Barros, Gumercindo Saraiva pôde, no tempo, deixar Baixa Verde onde nasceu a 02 de junho de 1915 e se fixar em Natal.

Homem feito em meio agressivo e hostil, compreendeu cedo que só poderia vencer si se fixasse numa cidade maior.

E a bagagem que unicamente possuía era o seu auto-didatismo que trouxe consigo, servido pela coragem pessoal e pela inteligência privilegiada a seu serviço.

Vêr com outros olhos Natal que conhecia de nome, pisar seu solo, contactar com personagens novas que, embora humildes como ele, representavam uma alegoria festiva, eis a sua destinação, na ressonância musical de tipos de uma tipografia que sua aspiração conquistava, graças a ajuda primeira de Augusto Leite e de João Estevão.

Depois, em 1932, a presença a vista de Café Filho a que se juntou, já agora não mais como simples tipógrafo, forjador de meios materiais de publicidade, mas o noticiário e jornalista combativo, atrelado ao carro de uma oposição violenta em cujo meio soube viver, somando valores e fazendo amigos, o que representou a sua maior virtude na vida, sem nunca desconhecer, desprezar ou ofender ninguém.

Somente quem viveu um clima inicial na vida, como este, destruindo tropeços, afastando abrolhos e somando vitórias, pode melhor compreender o valor de homem desse geito.

A luta não somente pela sobrevivência material, mas pela fixação cultural e pessoal, em terra diferente onde êxitos se somam a reminiscência e a recordação da terra sofrida e distante, é o trião da benemerência que se alcança feliz ao final dos anos vividos que poucos podem contar.

Eis por que admiro e quero bem a Gumercindo, incompreendido pela vaidade de alguns e apredrejado por outros, mas respeitado por muitos que vêm no seu valor pessoal o apanágio de homem superior e vitorioso, até na imortalidade onde, antes de chegar, já encontrava os aplausos dos componentes desta casa.

— A ele dizia Eloi de Sousa, em 1959: “Temos lido seus artigos intitulados “Trovadores Potiguares”, focalizando aspectos dos seresteiros norte-riograndenses. Sobre a poesia de Auta, apreciamos bastante sua crônica. Parabéns ao amérito presidente do Instituto de Música”.

— Em 1932, Damasceno Bezerra: “O que mais me impressiona na música que Gumercindo pos nos meus versos, são as características indígenas de ritmo bem sincopado. Por isto, a Canção dos Índios se adapta perfeitamente como Hino Nacional da Tribu dos Guaranís”.

— D. Adelino, na sua simplicidade, reveladora de um espírito humano e expressivo, em 1957: “Ainda bem que, em meio do torvelinho do nada, da desvalorização de tudo e de todos, aparece um Gumercindo Saraiva para rememorar homens da fibra de um Tonheca. Gostei imensamente do trabalho que constitui uma dessas compensações que alentam e fazem a gente ir para frente”.

— De Oswaldo de Sousa: “É um paciente pesquisador, descobrindo escondidas belezas do modinheiro potiguar e reunindo-as num livro sobremaneira agradável”.

— De Adherbal de França, em 1960: “Violinista, violonista, professor e comerciante, Gumercindo investiga com verdadeiro carinho essas glórias de nossa gente”.

— De Veríssimo de Melo, em 1939: “Gumercindo Saraiva viaja no barco da glória... Um dia, ele abordará plagas venturosas”.

— De Manuel Rodrigues, ex-presidente desta Casa, em 1960: “Estudioso desses assuntos — modinhas natalenses — Gumercindo se recomenda ainda pelo seu trabalho pessoal ininterrupto, vencendo no comércio, sem deixar morrer no seu temperamento a sensibilidade do artista, do músico, do compositor, do intelectual, do homem de espírito e inteligência. É ele, sem dúvida, um dos maiores especialistas nesse gênero literário entre nós”.

— Edgar Barbosa lhe escrevia: “Vc. prestou à literatura norteriograndense serviço inestimável, libertando da condenação do esquecimento as jóias mais autênticas do sentimentalismo e da emoção da nossa terra”.

— Rômulo Wandereley, por sua vez, lhe dizia: “Parabens, Gumercindo. Que o seu novo livro tenha a acolhida que merecem as ações de inteligência, destinadas à divulgação da sabedoria que não pertence a ninguém, porque é patrimônio de todos nós”.

— Sanderson Negreiros: “Já fomos inconoclastas, por força da idade e de outros tédios e andamos não querendo entender o esforço de Gumercindo Saraiva. Mas, agora nos rendemos a sua dinâmica atuação em trabalhar intelectualmente. Seu entusiasmo parece-nos heróico e bem é, uma paisagem cultural onde poucos sobrevivem. E merece o empenho de todos nós, seus amigos”.

— Antônio Soares Filho lhe diz: “Continui, meu caro Gumercindo, suas pesquisas e divulgações. Você é um homem útil ao Rio Grande do Norte”.

— De Nilo Pereira, em 1962: “Quando a gente toma os livros de Gumercindo Saraiva, ao em vez de ir lendo, vai cantando. Um velho mundo que resurge nas modinhas que se popularizaram, nas valsas, nas canções sempre magoadas que geraram em violões nostálgicos ou em bandolins napolitanos, como o que dedilhava com mão de mestre o pai do escritor, o velho Gabriel Saraiva para quem a música era a vida eterna...”

— De Palmira Wanderley: “Sem herança, sem brazões, sem nome feito, sem tomar de ninguém, sem se apoderar do que não é seu, Gumercindo Saraiva é hoje nome popular, pensando na balança do crédito, do comércio, da sociedade, da arte. Entre outras coisas difíceis de conseguir, harmonizou o comércio com a música”.

— De Walter Wanderley: “Grato pela definição de Lapiinhas e Pastoris que você deu com aquela erudição que lhe é peculiar. Você é mesmo maravilhoso meu caro Gumercindo”.

— Do poeta Jaime Wanderley: “Desde então Gumercindo Saraiva temperou, no cadinho do seu talento e dos seus sentimentos, o aço virgem da virtuosidade e do afeto, que o fizeram mensageiro da merecida fama que, hoje, desfruta nos círculos artísticos do Nordeste” (ano de 1961).

— Enélio Petrovich: “Entusiasta da pesquisa no campo da música e da poesia popular, fixou Cascudo nesse novo ângulo, até então inexplorado por quantos estudaram a vasta obra cascudiana”.

Mariano Coêlho: “Perpetuado nos meios culturais e no convívio social, autor de vários livros editados e tantos outros a publicar, prescindiria de qualquer apresentação para um novo trabalho seu”.

— Meira Pires, em 1958: “Convidando-o para presidir a Comissão Musical do I Congresso Brasileiro de Teatro Amador, presto uma sincera homenagem a V. S. que tantos e relevantes serviços tem prestado à cultura musical do Rio Grande do Norte”.

— De Peregrino Junior: “O pequeno Estado do Nordeste conseguiu produzir verdadeiro milagre — com Tobias Barreto, Rodolfo Garcia e Câmara Cascudo, três dos maiores historiadores do Brasil e folclorista de categoria nacional, como o mesmo Câmara Cascudo, Gumercindo Saraiva e Veríssimo de Melo, é exemplo palpitante da utilidade das Academias provinciais”.

Quando sua firma comercial Casa da Música completou dez anos de existência, ele patrocinou a vinda a Natal do pianista Oriano de Almeida para dar um concerto de piano ao público natalense, no Teatro Carlos Gomes, ocasião em que o saudei, ressaltando os seus méritos.

Sobre o valor do acontecimento, dizia Antonio Pinto de Medeiros, então desta Academia: Trata-se de um fato inédito entre nós que estamos habituados a ver semelhantes datas comemoradas quase sempre com piqueniques, regabofes, fobós e aguardente. Gesto como esse do sr. Gumercindo Saraiva merece além de compreensão, colaboração e sobretudo imitação”.

Na seqüência do tempo, ainda em suas atividades de jornal, é sócio da Associação Norte Rio Grandense de Imprensa de que foi diretor e cria a revista “*Som*” com Câmara Cascudo e Waldemar de Almeida, nela colaborando com Otto Guerra, Waldemar de Almeida, Waldemar de Oliveira e tantos outros.

No decurso de 40 anos de escritor, ainda hoje, após mais de 3.000 crônicas publicadas, oferece nas colunas de Tribuna do Norte, o fruto de seu trabalho pertinentes de grande pesquisador, entre os maiores no gênero, no Estado.

Ele, o trovador, o autor de modas e poemas, num harmonioso conjunto de produção, revelador do poder mágico de sua capacidade intelectual.

- “Arrependimento”, bolero com sua letra e música, é o atestado com que se registra sua capacidade de produção, no campo literário:

Nasci para sonhar...
Em teus braços, meu amor.
E tu não compreendes,
A razão de minha dor.
Embora arrependido.
Das minhas confissões...
Saberei levar a vida,
Neste mundo de ilusões:

Destaco, dentre todos os que formaram ou ainda constituem o quadro vivo acadêmico desta Casa, a Waldemar de Almeida, seu amigo particular com quem colaborou especialmente no campo da música e de quem recebeu as seguintes palavras de estímulo e de profunda amizade: “Desgosto, luta, incompreensão, impaciência, nada varreu do seu

semblante a confiança em si mesmo, e esse otimismo que foram a chave melhor com que você encontrou para abrir a porta do seu destino que não se queria mover facilmente”.

Quem sabem, pois somente você poderá responder, si as horas de impaciência e incompreensão lhe foram acalmadas pelo sentimento musical que herdara de seu pai, o velho seresteiro Gabriel Saraiva e que, em su'alma se fixou, por toda a sua vida?

“A Canção Popular em Três Tempos” é o atestado maior dessa dedicação e desvelo pela música cantada e escrita que o atraiu e o fêz, no Estado, o maior incentivador da música popular brasileira.

De permeio, com Lélia Petrovich, Ana Maria Cico e Dulce Wanderley, pleiteou e obteve do Interventor Bertino Dutra a criação do Instituto de Música onde se educaram gerações, antes de possuírmos o Instituto de hoje, de origem universitária.

Bidú Saião, Guiomar Novais, José Siqueira, o criador da Orquestra Sinfônica Brasileira, Alice Ribeiro, Oriane de Almeida, já laureado, pelo Concurso de Varsóvia, foram expressões artísticas que trouxe a Natal, no interesse de divulgar na cidade a cultura desconhecida e que estava sendo plantada com a sua vivas colaboração.

Tudo isto lhe valeu a nomeação pelo Governo do Estado para o quadro do Magistério Público, como professor na Cadeira de Música.

Na sua ascensão cultural, Gumercindo Saraiva não se desvinculou das origens.

É o homem de costumes primitivos; não se enfeita e nem se ageita no trajar e nem possui os riquefifes do Mundo que se diz civilizado; mantém a personalidade primitiva do cristão de Baixa-Verde; e a fé nos primeiros amigos que fez e que lhe auxiliaram a vencer, com palavras e obras: José Tavares, Waldemar de Almeida, Palmira, Sebastião Correia de Mélo, Aurino Suassuna, Carlos Lamas, Ulisses de Goes, Eloy de Sousa.

Não se exteriorisa senão intelectualmente; si isto vale como fruto de um complexo que explora com o seu QI — pelo poder de imaginação, bendito complexo se que se beneficiam as letras e a cultura do Estado.

A exemplo de “Trovadores Potiguares”, “Adagiário Musical Brasileiro”, “Antologia da Canção Popular”, “Risos e Lágrimas do Mundo da Música”, “Câmara Cascudo — Musicólogo Desconhecido”, “o Esperanto e o Mundo Atual”, já publicados, além de 13 obras nas editoras ou já preparadas.

Conta 16 composições musicais no seu curriculum e três cordéis, além de um sem número de conferências e palestras que realizou nos mais variados centros culturais do Estado.

Aqui, entre nós, Gumercindo, poucos, inclusive eu, com essa coragem de produzir tanto, no território deste Riogrande.

De minha parte, gosto mais de falar e pouco de escrever.

Você, escondido entre o lazer e o trabalho material, deixa os frutos marcantes para a posteridade.

E recolhe os louros de uma vida intelectual produtiva quando hoje alcança a nossa imortalidade.

Trago-lhe, em nome desta Academia e de mim próprio, uma saudação afetiva.

A unção daquela palavra bíblica com força divina: Efeta — Abre-te.

Que se abram as portas desta Casa para mais um Valoroso Lucideno cujos lábios e ouvidos bem sagrados pela verdade e pelo amor abram-se também ao nosso convívio, no estímulo a continuar produzindo em benefício da cultura e das letras do Rio Grande do Norte.

E para você, Carolina Wanderley, Caró como lhe chamava, quando viva, na plenitude de sua lucidez, dando-nos sempre em resposta um sorriso meio nervoso, meio gostoso, com o rosto fransido, o olhar semi-cerrado e os lábios abertos na amostragem de uma dentadura alvar, nossa palavra de recordação e saudade.

Janeiro, 21, 1977.

*Discurso de posse na Academia
Norte-Rio-Grandense de Letras do
Acadêmico Gumercindo Saraiva*

Senhor presidente
Senhores Acadêmicos
Minhas Senhoras — Meus Senhores:

Ao que parece à primeira vista, no entender de algumas pessoas, a Cadeira n. 6 desta Academia, somente seria ocupada por um enamorado das Musas, cada uma das nove deusas da mitologia grega, presidiam às artes liberais. Como divindades, em tempo remoto, se supunha que elas seriam as únicas inspiradoras da Poesia, quando os poetas levantavam suas mãos ao alto, implorando inspiração divina, onde o estro se espriava na sensibilidade daquele que expressava a beleza, por meio da palavra cadenciada. Sua essência primordial era o ritmo, agrupando os valores do tempo, combinado por intermédio de acentos, com as sílabas fortes e fracas, determinando a perfeição e formosura dos versos.

Justamente, é na vaga de uma poetisa que ocupamos neste momento a Cadeira n. 6.

Estivemos presentes na Fundação da Academia

Quando em 14 de novembro de 1936, um grupo de intelectuais fundou a “Academia Norte Rio-grandense de Letras”, era desejo dos ilustres idealistas que cada Patrono tivesse Acadêmico correspondendo suas atividades correlatas nas mutuações análogas, ou pelo menos, com semelhança mais aproximada.

Mas, isso foi impossível, não obstante o diminuto número de Cadeiras escolhidas, para objetivar a Casa de Henrique Castriciano, com 25 Patronos dignos de estabilizarem a cultura de seus defensores. Tanto assim, que as Cadeiras de Padre Miguelinho e Padre João Maria foram ocupadas, respectivamente, pelo escritor Aduino da Câmara e o médico Januário Cicco. Os poetas Ponciano Barbosa e Ferreira Itajubá tiveram seus defensores na inteligência do jornalista Aderbal de França e prof. Clementino Câmara, que não possuíam pendores para a poesia. O maestro Waldemar de Almeida ocupou a Cadeira n. 18, do aeronauta Augusto Severo.

Decorridos sete anos, eis que a “Federação das Academias de Letras do Brasil” sugeriu que esta instituição tivesse mais 5 membros, e em sessão de 22 de julho de 1943, foram eleitos José Augusto, Américo de Oliveira Costa, Paulo Pinheiro de Viveiros, Esmeraldo Siqueira e Manoel Rodrigues de Melo. Os acadêmicos Paulo Pinheiro de Viveiros e Manoel Rodrigues, bacharéis em Direito, e escritores de renome, escolheram para seus patronos dois sacerdotes — Padre João Manoel e Mons. Augusto Franklin.

Anos depois, a exemplo das Academias de Letras, existentes em toda parte do mundo, sua congênere norte-rio-grandense aumentou o número de Patronos, quando novamente alguns Acadêmicos escolheram figuras que não tinham nenhuma semelhança com os fundadores das Cadeiras. O prof. José Melquiades ocupou a cadeira n. 31 do Padre Brito Guerra, e o advogado prof. Alvamar Furtado, a Cadeira n. 34 do Capitão José da Penha, situado pelo Acadêmico Aluísio Alves, como o pioneiro da campanha popular no Rio G. do Norte.

Neste instante, lembramo-nos que, em 1975 quando vagou a Cadeira n. 18, com a morte do maestro Waldemar de Almeida, um grupo de acadêmicos nos convidou a suceder, nesta Casa, tão ilustre figura. Nosso nome, pelo sistema tradicional, tinha as mesmas

características do autor de “Normas Pianísticas”. Esses amigos, liderando nossa candidatura, não se conformavam que um sacerdote fosse ocupar a Cadeira de um músico. Foi quando lembramos que D. Nivaldo Monte estava certo porque o patrono da Cadeira vaga teria sido um aeronauta, pessoa que sobe ao ar em balão, sem nenhuma relação com a música de um povo. Desta forma, retiramos nossa candidatura, dando vez ao ilustre pastor de almas, eleito com muita honra, dignidade, respeito, nobreza e brio, para esta Academia.

Fizemos aqui uma parêntese, para contar um fato interessante, ocorrido há muitos anos no lugarejos conhecido por QUEIMADAS, situado a 24 quilômetros de Baixa-Verde, terra onde nascemos. Um figura petulante, residente, ali, condicionou que somente casariam nessa povoação pessoas cujos nomes fossem análogos, isto é, entre os dois sexos. Mário, se casaria, com Maria; Sebastião, com Sebastiana; Joaquim, com Joaquina; José, com Josefa; Geraldo com Geralda; Francisco com Francisca; Paulo com Paula; Damião com Damiana; Segundo com Segunda, e assim por diante. As crianças de Queimadas iam nascendo já com nomes premeditados.

Há uns cinco anos, visitamos nossa cidade, já com o nome de João Câmara, e fomos a QUEIMADAS. Não é que, encontramos o velho Agricultor Pedro Ananias e o sr. Onofre Ferreira, permanecendo solteiros, porque não haviam encontrados uma PEDRA e uma ONOFRA?

O comerciante pode sr intelectual?

Como todos sabem, há mais de trinta anos, possuímos *A Casa da Música*, e o comércio fez com que, hoje, com o fruto de um trabalho honesto, acumulasse um pequeno “Pé de meia”, com filhos formados, nos auxiliando, para que o estabelecimento permaneça com a mesma tradição, servindo a uma comunidade, com venda de instrumentos musicais, discos, partituras, e acessórios e outros artigos de nossa especialidade.

Erroneamente, alguém, pouco esclarecido, acha, que o comércio tira a condição do homem de cultura, o que não é verdade, pois muitos intelectuais pertencentes à Academia Brasileira de Letras têm seus nomes ligados às indústrias e às empresas no sul do país, des-

tacando Tristão de Ataíde, o poeta Augusto Frederico Smith, Raniz Galvão, Goular de Andrade e outros.

O escritor Monteiro Lobato, que se recusou a entrar na Casa de Machado de Assis, foi um dos maiores industriais do Rio de Janeiro e S. Paulo, e essa atividade jamais empanou o brilho de sua obra atingindo as culminâncias de sua cultura admirável.

Na Academia Norte-Riograndense de Letras, temos acadêmicos chefiando escritores comerciais, agricultores, proprietários de imóveis, grangeiros, chefes de indústrias têxteis, cujo nome não vamos declinar, apenas salientando que nosso Presidente, prof. Onofre Lopes, é um dos maiores criadores de certa região, com propriedade, demonstrando que a cultura não é somente o desenvolvimento intelectual de uma pessoa. Ato, efeito, ou modo da industrialização de determinados produtos naturais, sistema de atitudes e modos de agir, costumes e tradições de um povo, também são, em sentido amplo, cultura, civilização, instrução e desenvolvimento no conhecimento geral de uma figura destinada a esse fim.

Conhecemos muitos estudos de professores, psicólogos, escritores e sociólogos defendendo a tese de que jamais haverá incompatibilidade entre intelectuais e comerciantes, sendo mesmo necessário a fusão dessas duas condições, uma vez que, geralmente, uma é o complemento da outra. Na história da Música, Ramon Roland diz que, enquanto Mozart e Beethoven sabiam negociar suas composições, Schubert, boêmio, estróina, levando a vida em tabernas, não se locupletou de sua grandiosa obra chegando a morrer paupérrimo.

Lembramos, também, que o escritor Carlos Ribeiro, atual presidente da *União Brasileira de Escritores*, do Rio de Janeiro, nosso amigo íntimo, é um comerciante em largas proporções, e com ele, há tempo vimos mantendo negociação de livros, fato do conhecimento do ilustre intelectual prof. Peregrino Júnior, que efetivou essa grande estima e afeição. Por intermédio de Carlos Ribeiro, em sua loja *Livraria São José*, fizemos as maiores amizades com intelectuais do sul do país, já que seu estabelecimento quase centenário, é o maior ponto para onde convergem diariamente os grandes escritores brasileiros.

Concluindo nossa assertiva em torno de duas classes poderosas no meio social de uma comunidade, onde o comerciante ativo e progressista torna-se um intelectual, assim como nós, vale ressaltar um pa-

recer valioso a nosso respeito do escritor e poeta Sanderson Negreiros, membro desta Academia, publicado há mais de dez anos, no jornal *Diário de Natal*, onde o mesmo mantinha uma coluna, relatando os acontecimentos sociais, políticos, e culturais da Província.

— “Gumercindo Saraiva, apesar de viver, como todos nós, numa província submersa, em que só se pensa ganhar dinheiro e falar mal do próximo, nosso amigo Gumercindo tem — o que se pode chamar sem exagero — a chama sagrada do entusiasmo pelas cousas artísticas. Em vez de estar ganhando só metal, em seu comércio muito rendoso, passa boa parte do seu tempo pesquisando temas folclóricos e musicais... Já fomos iconoclastas, por força da idade e de outros tédios e andamos não querendo entender o esforço de Gumercindo Saraiva. Mas, agora, nos rendemos à sua dinâmica atuação em trabalhar intelectualmente...”

Gumercindo Saraiva precisa ficar bem certo duma coisa mais certa: — seu entusiasmo parece-nos heróico e bem é, numa paisagem cultural onde poucos sobrevivem. E merece o empenho de todos nós, seus amigos”.

Nessa época, ainda não havíamos publicado tantos livros, nem relacionadô mais de 2.000 artigos em revistas, jornais e outras publicações em fascículos, de vários Estados, além de pertencer a muitas instituições culturais do Brasil.

A Tipografia, foi a nossa Universidade

Nascido em Baixa-Verde, dos 5 aos 12 anos de idade, nunca tivemos moradas certas. Gabriel Saraiva, ferroviário da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, uma semana estava em Lajes, na outra em Extremoz, e, com mais dias, seria transferido para Taipu, Ceará-Mirim ou Itapassoroca, numa vida de judeu errante. Não havia tempo para estudarmos em escolas do interior, muito escassas, naquela época.

Quando em 1929 chegávamos, mais uma vez a Natal, procedente de Baixa-Verde, onde tivemos de residir, umas dez vezes, uma coisa estava bem certa para nossa mentalidade de um jovem que contava apenas 14 anos: não mais estudar, porque as letras e os números, em suas características, eram para nós, um grande suplício. Os estudos,

nesse tempo, com a leitura da Nova Cartilha, iniciada nos grupos por onde passamos e terminada na escola particular da professora Adéle de Oliveira, notável poetisa potiguar, na cidade de Ceará-Mirim, estariam sistematicamente concluídos.

Nossos familiares, reunidos como num congresso ardoroso, resolveram não mais nos matricularem para estudos, gesto este recebido com uma salva de palmas, pois somente assim estaríamos libertos dos bancos lisos dos grupos que tanto detestávamos.

Em Natal, permanecemos por alguns meses, frequentando com *sucesso*, os jardins das praças públicas, lugares de menino vadio, e verificamos que, em qualquer época, o homem pode tomar uma atitude enobrecendo seu futuro, e, não obstante os nossos 14 anos de idade, quase analfabeto, resolvemos, de livre e espontânea vontade, ingressar numa profissão que nos fizesse ser gente de bem. Aí, nasceu a idéia da Tipografia, uma atividade árdua e difícil, mas de tanta nobreza, como as demais profissões em nossa terra.

Entramos, assim, em *A República*, com suas oficinas e redação no velho sobrado da Av. Tavares de Lira, onde hoje se acha instalado o Banco Nacional S.A. Eram mais ou menos 12 horas de uma segunda-feira, quando lá encontramos mestre Francisco Bulhões, homem severo, em suas funções, mas, muito dado às serenatas, fazendo discursos, versos e amando as cabrochas do Alecrim.

Mestre Bulhões, nos apresentou aos tipógrafos ali presentes, Alberto Rodolfo, autor de uma das mais belas modinhas potiguares — “Misteriosa” — Antônio Coelho, Raimundo Câmara, Sérgio Lima e outros, todos boêmios, poetas, mas, escrevendo versos simplesmente para os pasquins natalenses, circulando em grande número. Nossa primeira tarefa: apanhar tipos que se encontravam no chão e levar as provas das matérias já compostas para o primeiro andar, onde se encontravam Cristóvão Dantas, Adauto da Câmara, Aderbal de França, Edgar Barbosa, Luís Torres, Palmira Wanderley, Otacílio Alecrim e outros intelectuais, geralmente à tardinha visitando o órgão oficial do Estado.

Um dos tipógrafos, nos chamou e disse:

— “Meu filho, v. não dá para isso... Olhe, antigamente, quando se possuía um filho rebelde, entregava-se à Marinha, que ensinava a criança a ser um homem no futuro. Hoje, a coisa é diferente, porque, a Marinha só recebe os bons e disciplinados e quando se tem um

filho mau leva-se logo para dentro de uma tipografia... E, ouvíamos tudo aquilo resignado, humilhado, não compreendendo que se tratava de um trote...

Os tempos se passaram e fizemos grandes progressos dentro daquela oficina repleta de intelectuais, vivendo na humildade e no anonimato da profissão. Os tipógrafos, não tinham acesso nas colunas de *A República*, somente aceitando colaboração de nomes já identificados nas letras, como Vêscio Barreto, Lauro Pinto, Câmara Cascudo, Carolina, Jayme e Palmira Wanderley, Nilo Pereira, Jorge Fernandes, Nunes Pereira, Juvenal Antunes, Edinor Avelino, Damasceno Bezerra, Henrique Castriciano, Antônio Emerenciano, Eloi de Souza, isso, sem falar no corpo redacional, com um grupo de idealistas, já ensaiando seus primeiros trabalhos literários.

Em 1928, então, já circulando a revista *Cigarra*, sob a direção de Aderbal de França, eis que o poeta Francisco Bulhões, fundou um dos jornais de maior feição tipográfica — *O Potengi*, oportunidade, em que os tipógrafos de *A República* escreviam suas crônicas e poesias líricas, mostrando a intelectualidade de seus operários, alguns se escondendo no anonimato comum na vida dos gráficos daquela época.

A Cigarra nos deu oportunidade de iniciar a vida de tipógrafo, e no componedor, começávamos a “puxar tipos”, como diziam. Nosso progresso foi rápido, quando veio a Revolução de 30, e *A República* passou por grandes formas em sua direção. Começamos, então, a trabalhar em várias tipografias particulares, até que Café Filho fundou “*O Jornal*”, retirando do órgão oficial do Estado, vários tipógrafos, e da Paraíba chegou o mestre Balduino, um técnico competente. “*O Jornal*” era um diário exclusivamente político, não possuindo páginas literárias. Contudo, a elite de intelectuais, lideradas por Elias Malmman, Nascimento Fernandes, Oscar Macedo, Antônio Alves, Paulo Benevides e o grande poeta Oliveira Júnior, notável parnasiano, profundo e perfeito conhecedor da métrica, — capítulo da versificação que trata da maneira de contar, medir os versos, isto é, o número de sílabas, acentos, cesura e rima, exigidos pela metrificação. Com estas figuras, — Elias Malmann e Oliveira Júnior, começamos a ter entusiasmo pela cultura da terra.

O Fascínio das Letras

Nessa época, começamos a ler Monteiro Lobato, Machado de Assis, José de Alencar e Humberto de Campos, isso na prosa. Castro Alves, Gonçalves Dias, Olavo Bilac, Olegário Mariano, Alberto de Oliveira, Coelho Neto e Guilherme de Almeida eram os poetas de nossa predileção.

Guilherme de Almeida, de estilo muito original, versejando numa polidez sem par, nos fascinou, sobremodo, e chegamos a decorar dezenas de poesias desse paulista que, em 1960, recebeu o título de “Príncipe dos Poetas Brasileiros”.

Inegavelmente, a Literatura no grupo das composições de uma língua, envolvendo estética e conhecimento das belas letras, sempre exerceu muita atração aos tipógrafos, com o fenômeno nacional de Machado de Assis, Humberto de Campos e outros, contribuindo com um número bem acentuado de intelectuais, fundadores da cultura moderna em nosso país.

No Rio Grande do Norte, tivemos intelectuais nascidos nas tipografias provincianas, como Ivo Filho, João Estevão, Clodomil Cabral da Trindade, Luís Patriota, Otávio Amorim, Pereira da Silva, Antídio de Azevedo, José Martins de Vasconcelos, Palmério Filho, José Alcino, Elias Souto, que, se não foram profissionais como nós, vivendo da arte de Gutemberg, entretanto, as caixetas primitivas deram-lhes entusiasmo, nesse ambiente onde geralmente nunca houve mediocridades literárias. Homero Homem potiguar em sua juventude, conviveu conosco na tipografia de “*O Jornal*”, levado pelo seu pai, o cafeísta ardoroso Joaquim Homem de Siqueira Cavalcânti. Em 1934, o autor de *O Povo das Rocas, A cidade suíte de amor e secreta esperança, Calendário Marinheiro*, recebendo o premio “Alphonsus de Guimarães”, concedido pelo Instituto Nacional do Livro, na época, apenas com dez anos de idade, permanecia por longo tempo naquelas oficinas, decorando os lugares da tipagem, e com um componedor iniciando-se na profissão, ao nosso lado, certamente em forma esportiva.

Tendência para o estudo do Folclore

No ano de 1935, deixamos de uma vez a vida de tipógrafo, ingressando no comércio, e já estávamos matriculados no Instituto de Música, quando, em 1936, a instituição criou a revista “*Som*”. Não aparecia nosso nome no cabeçalho, mas no verso da primeira página, estava uma legenda — Anúncios — com o sr. Gumercindo Saraiva, residente na Hermes da Fonseca. Éramos uma espécie de gerente, pois familiarizado com o comércio, Câmara Cascudo e Waldemar de Almeida, diretores da publicação, nos confiaram essa missão, oportunidade em que angariava os anúncios para o sustento financeiro da revista. As glosas, Pés-quebrados e outras versarias escritos nos jornalecos natalenses, como “*O Avião*”, “*A Zona*”, “*O Guri*” e outras publicações domingueiras, foram esquecidas, pois em 1936, pronunciávamos a primeira palestra em público, nas comemorações do centenário do autor de “*O Guarani*” — *Carlos Gomes, sua vida e sua obra*, constituindo este trabalho nossa primeira manifestação literária, com foro de erudição. Dias depois, enviamos a referida palestra para a escritora Ítala Vaz Gomes de Carvalho, filha do saudoso maestro, quando recebemos uma carta muito honrosa de agradecimento. Pouca gente acredita que a colunista da Revista *O Cruzeiro* nos fizesse tantos elogios, oportunidade em que registrou o fato em sua coluna tão lida pelos intelectuais brasileiros.

O Instituto de Música nos deu nova condição artística, num ambiente verdadeiramente cultural, convivendo mais de perto com H. Castriciano, Câmara Cascudo, Aderbal de França, Padre Monte, Severino Bezerra, Edgar Barbosa, Floriano Cavalcânti, Nestor Lima, Francisco Ivo Cavalcânti, Clementino Câmara frequentando assiduamente aquele estabelecimento musical.

Nesse ambiente, fizemos aquisição dos livros de Sílvio Romero, sendo que sua *História da Literatura Brasileira* nos deslumbrou de maneira extraordinária. Daí em diante, começamos a adquirir obras de Mário de Andrade, Nina Rodrigues, João Ribeiro, Renato de Almeida, Basílio de Magalhães, Gustavo Barroso, Americano do Brasil, Amadeu Amaral, Melo Morais Filho, Artur Ramos, Lindolfo Gomes, Rossini Tavares de Lima, Leonardo Mota, Câmara Cascudo e outros notáveis folcloristas. Mas, quatro grandes obras ficaram gravados para sempre, em nossa mentalidade — *Cantos e*

Contos Populares, de Sílvio Romero, “Vaqueiros & Cantadores”, de Câmara Cascudo, — *Festas e Tradições Populares do Brasil*, de Melo Moraes Filho, e *Cancioneiro do Nordeste*, de Rodrigues de Carvalho, verdadeiras escolas fundamentando uma faceta bíblica, com especialidade, formando um conhecimento daquilo que nos deu conceito, reputação, renome e condição de hoje pertencermos a mais elevada instituição cultural de nossa terra.

Se bem que nossa biblioteca de obras musicais constitua uma das maiores em nosso Estado — propriedade de um particular — continuamos adquirindo livros relativas à cultura popular, como ensina Câmara Cascudo, compreendendo “técnicas e processos utilitários que se valoriza numa ampliação emocional, além do ângulo do funcionamento racional”.

O folclore, com seus conjuntos de tradições, costumes, credences, incluindo canções populares de uma época e regiões diferentes, ou usos antigos de um povo, representa para nós um alimento espiritual, visto que constatemente suas atividades denunciam novos elementos com transmissão escrita ou oral, em forma de ajudas imprevistas, dando margem a uma expansão sem limite na cultura do povo.

Como colírio para nossos olhos, proteína para nutrir as células dos seres vivos de nosso corpo, e vitamina como alimento indispensável ao funcionamento de nosso organismo, — o folclore tem a fascinação tão enorme em nossa vida, que sem ele, jamais viveriam pois as pesquisas beneditinas realizadas, constantemente, trazem conforto, comodidade, e consolo, dentro de nossa expansão cultural e artística.

Várias vezes temos repetido que é nosso desejo instituir nesta casa um centro de pesquisas musicais, folclóricas e poéticas, aproveitando o material possuído, já que poucos tem o privilégio de ter angariado através do tempo, livros, revistas, jornais, partituras musicais, e peças coadjuvantes raros concorrendo para aumentar conhecimentos, ainda encravados num matagal virgem e intacto, como as donzelas de célebres castelos medievais.

A poesia anônima, principalmente, aparecendo, constantemente, através de cordéis, o complexo das tradições populares, nestes últimos anos, onde numa campanha política *O Velho e o Padre* deram motivos a canções, adágios, quadras, glosas, a maioria de

autores incógnitos constituem temas novos e estão em nosso poder, não obstante pertencerem aos acontecimentos históricos do nosso Estado.

Sob os aspectos etnográficos, é de notar que nossa cidade desde o início do século, recebeu imigrantes italianos com profissão de músicos, mecânicos, comerciantes, caldeireiros, agricultores e outras ocupações honrosas, e por intermédio de nossos arquivos, muita pesquisa poderia ser feita, revelando a manifestação dessa atividade, para complementar a etnologia no currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Não somente italianos, mas alemães, chilenos e ultimamente a cidade sendo invadida por técnicos japoneses, trazidos pelas indústrias têxteis situadas nos arredores de Natal, não devem ficar esquecidos, porque eles, inegavelmente trazem novos elementos, para estudos comparativos, desde as primeiras famílias que se formaram em nosso Estado.

É certo que não temos mais o português, o índio e o negro, no cruzamento das raças. Entretanto, os estrangeiros vindos para o Rio Grande do Norte construíram lares, formaram e deram filhos à terra, e por que não estudá-los através de registros em jornais velhos lidos e esquecidos?

Chegou a oportunidade de sermos profícuos a Natal, conforme opinião de vários intelectuais, tomando conhecimento dos nossos trabalhos através da imprensa natalense. E foi por isso que ficamos muito envaidecidos quando o Acadêmico Antônio Soares Filho nos escreveu em carta de 7 de dezembro de 1976, terminando assim:

— “Continue, meu caro Gumercindo Saraiva, suas pesquisas e divulgações. Você é homem útil ao Rio Grande do Norte”.

Minhas Senhoras — Meus Senhores —

Caros Acadêmicos:

Pela praxe adotada em várias Academias, já havendo o Patrono da Cadeira sido estudado pelos seus sucessores, os novos ocupantes, estão isentos de virem a lembrar seu passado. Contudo, cumpre-nos neste momento prestar nossa homenagem muito merecida ao Patrono da Cadeira n. 6, que foi o assuense *Luiz Carlos Lins Wanderley*, nascido a 30 de agosto de 1831, falecendo em Natal a 10 de fevereiro de 1890. O primeiro médico norte-rio-grandense, doutorou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1857, e com uma inteligência fulgurante, escreveu o primeiro romance, sendo portanto o pioneiro dessa forma de literatura, engrandecendo na época, a cultura do nosso Estado.

Luís Carlos Lins Wanderley foi poeta, jornalista, teatrólogo, deputado provincial, ocupando a vice-presidência da terra potiguar, num dos momentos mais melindrosos da política brasileira, quando assumiu o governo em 1886. Para que seja a sua memória perpetuada e honrada pelo culto da posteridade, e as gerações futuras seguirem o exemplo de um homem verdadeiramente humanitário, bondoso, benfeitor, e, amando acima de tudo seus semelhantes, passamos a palavra ao escritor Walter Wanderley, o maior biógrafo de sua família e um dos líderes de nossa eleição para substituir sua parente e amiga, saudosa poetisa Carolina Wanderley:

— “O Dr. Luís Carlos Lins Wanderley — 1831 — 1890, nasceu no Açú a 30 de agosto de 1831, casado em primeira núpcia com D. Francisca Carolina Lins Wanderley, a 25 de julho de 1858, e, em segundas núpcias com D. Maria Carolina Lins Wanderley, ambas filhas do Presidente João Carlos Wanderley e de sua mulher D. Claudina Leite do Pinho Wanderley. Contam que na Missa de 7º Dia do falecimento da primeira esposa, o Dr. Luís Carlos ao abraçar aquela que viria a ser sua segunda esposa, entre os soluços da cunhada, dissera-lhe baixinhos: — “Não chore tanto. Acalme-se. Já escolhi uma nova mãe para meus filhos”. Era ela mesma. Foi, o seu tempo, um homem excepcional em todos os setores. Transferindo-se para Natal fez dali o centro de suas atividades na política, na administração pública, nas artes, nas letras e na medicina, sendo o primeiro filho do Rio Grande do Norte a doutorar-se; em tudo viam-se o dinamismo sadio, a aguçada inteligência, as qualidades predominantes de lideranças. Estas referências a seu respeito dizem suficiente — “primeiro norte-rio-grandense que se doutorou em medicina (Bahia 5-12-1857) Comendador da Imperial Ordem da Rosa; poeta, teatrólogo, publicou romances, cabendo-lhe prioridade para esse gênero literário na Província (Mistérios de um Homem Rico, 1873 e 1874) realmente saiu em 1883 e ignoro se o terceiro tomo foi publicado” (História do Rio Grande do Norte” — Câmara Cascudo — pg. 512) — Walter Wanderley prossegue:

— “...Como vice-presidente governou a Província de 30 de outubro a 11 de novembro de 1880. Professor do Ateneu. Diretor do Hospital da Caridade, Inspetor de Saúde, Diretor da Instituição Pública, seus relatórios, sugestões e planos dormem no arquivo da Secretaria do Estado, esperando o futuro historiador na espécie. Casou duas vezes e faleceu em Natal a 10 de fevereiro de 1890 na rua Vigário

Bartolomeu, primeira casa à esquerda, depois da praça “Padre João Maria” Ali morava o Vigário Bartolomeu Fagundes. Horas depois, no mesmo dia, a viuva morria. Luís Carlos publicou mais de dez volumes. São acima de raríssimos. Seus dramas, poesias, artigos fizeram sucesso, decorados e representados, gabados e citados como desafiadores do tempo. Figura de homem inteligente, médico dos pobres anulou-o o ambiente doce da pequenina Província”.

Finalizando a ligeira biografia do Patrono da Cadeira n. 6, queremos esclarecer um pequeno equívoco de determinado intelectual norte-rio-grandense, informando ter sido o dr. Vicente Inácio Pereira, nascido em Ceará-Mirim, a 3 de maio de 1833, o primeiro médico do Estado. O notável jornalista e político da terra de Nilo Pereira, também governou nossa Província, no ano de 1870, foi médico, mas doutorando-se, anos depois do dr. Luiz Carlos Lins Wanderley.

É sabido que ninguém pode desviar os fatos históricos. Por isso, aqui reparamos um pequeno engano, talvez provocado pelos tipógrafos, que muitas vezes agem, propositadamente, a fim de empanar o brilho, esplendor e cintalação dos articulistas exigentes, constantemente visitando as oficinas gráficas, fazendo reclamações em deslizes até de pouca importância.

E de uma Acta Diurna, de Câmara Cascudo, publicou há anos na “*A República*”, repetimos suas palavras: — “Honra a ti, dr. Luís Carlos. Tua raça se perpetua, vivendo em rima e ritmos as lindas coisas que as faculdades nos ensinam”.

Minhas Senhoras — Meus Senhores

Caríssimos Acadêmicos:

Na existência de uma intelectual das proporções de Carolina Wanderley, sempre se tem o que contar, principalmente quando a poetisa teve várias fases de vivência, com sensibilidades divagando até a época de sua morte.

Em discurso, pronunciado a 27 de outubro de 1949, pelo Acadêmico Nestor Lima, quando Carolina Wanderley tomava posse na Cadeira n. 6, o notável historiógrafo dividiu a obra poética da saudosa poetisa em três épocas — caracterizadas pelo tempo. — Na primeira fase, 1919, ela publicou *Alma em Verso*. Na segunda, em 1926, *Rimário Infantil* e na derradeira fase, somente retalhos de jornais e cadernos, onde Nestor Lima informa: — que, Carolina Wanderley se transfigurou, “por motivos novos que fazem esmaecer aquela nota constante de tristeza”.

Época do nascimento de Carolina Wanderley

Como afirmaram alguns sábios da Grécia, todos nós, ao nascermos, somos produtos do meio, centralizados no ambiente em que se realizaram certos fenômenos na terra a que pertencemos. Por isso, Carolina Wanderley nascendo em 1891, viveu os seus primeiros anos sentindo resquícios de uma velha sociedade, imperando majestosamente antigos estadistas, absorvidos nas oligarquias da política provinciana.

Dessa forma, de 1889 a 1930, o Brasil político, social, artístico, cultural, sentia três grandes Estados soberanos, representados pelo Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. A hegemonia exercida pelo eixo formando a economia brasileira, invejava a prosperidade dessas potências no império simbólico de fazendeiros, industriais, comerciantes e banqueiros, identificando as classes mais exponenciais da elite poderosa da Nação.

Mas, houve fases que chegaram a abalar aquele poderio: A Guerra de 1914 — 1918, com a efervescência de várias Nações nos acontecimentos desse conflito europeu e a crise mundial de 1928, abalando nossa economia, com a falta de exportação, quando o desequilíbrio tomou conta das finanças do Brasil. Não esqueçamos, que em 1920, foi iniciado um movimento de educação literária, e no plano político tivemos a bravura dos 18 de Copacabana em 1922, que nada influiu na Semana da Arte Moderna do mesmo ano, liderada por Mário e Oswald de Andrade, Manoel Bandeira, Menotti del Picchia, Andrade Murici, Graça Aranha, Guilherme de Almeida.

Dois anos antes da poetisa Carolina Wanderley vir ao mundo, isto é, em 1889, nascia a República, ditada pelo pronunciamento do Marechal Deodoro da Fonseca. E, precisamente em 1891 o mesmo cabo de guerra brasileiro, “Já sem calma para governar”, dera o golpe de Estado, o levava o País à agitação e revolta”, entregando sob a pressão das forças armadas, o poder ao seu colega de farda, Marechal Floriano Peixoto. Mas, contra este, se rebelam as Fortalezas de Santa Cruz e de Laje.

Foi aí que, “não obstante a severidade e determinação com que Floriano dominava a situação, sufocando levantes e suprimindo resistências à mão de ferro — em 1893 a parte mais ostensivamente monarquista da Armada, se levanta, numa revolta de grande

envergadura, que, atingindo os Estados do Sul, em consonância com o movimento do Gal. Gumercindo Saraiva, ameaça alastrar-se por uma vasta área do País”. “E Floriano — frio e implacável — suprime a revolta de Armada de modo cruel, em 1894, sendo fuzilados, no Paraná e Santa Catarina, alguns oficiais que eram a fina flor da juventude da Marinha” (Peregrino Junior — *Ronald de Carvalho — Poesia e Prosa* (Livraria Agir Ltda. 1960 — pg. 5).

Como sabemos — *Gumercindo Saraiva* — o caudilho valente, infiltrou-se no matagal e formou um novo Exército. Seu raio de ação era Rio Grande do Sul — Argentina e Uruguai. E Floriano, jamais perdoou a Gumercindo, um homem tornando-se figura nacional, pela coragem, bravura, caráter e personalidade. Muita gente ainda estuda o comportamento do comandante da Guerra dos Maragatos. Seu heroísmo, portanto, deu-lhe fama e, por isso, o Uruguai, a Argentina e o próprio Brasil, querem tê-lo, como seu filho.

E na época em que nasceu Carolina Wanderley, como era sua cidade?

De antiga aldeia indígena, ocupada pelos janduí, Açú, mais tarde, tornou-se a “Atenas Potiguar”. Informa o escritor Walter Wanderley que — “O velho e tradicional Açú é o berço glorioso dos seus ascendentes que ali chegaram desde o século XVIII, dando à terra o produto do seu trabalho criador, fecundando-a com o seu amor através de várias gerações”.

A saudosa poetisa Sinhazinha Wanderley, filha do nosso patrono em depoimento escrito especialmente para o livro de Walter Wanderley — *Família Wanderley*, conta: — “Quando Castro, então presidente da Província do Rio Grande do Norte, foi obrigado, pela força armada a deixar o palácio do Governo, deportado para o Ceará, precisamente a 28 de novembro de 1891, tomando então o navio acompanhado de 12 praças, todos os amigos sumiram. Castro marchou, com a família, entre soldados e a seu lado, envergando *croisé* e cartola, caminhava o velho João Carlos Wanderley, numa demonstração evidente de amizade e intrepidez levando-o até o navio e tomando parte no lanche que o comandante ofereceu ao dr. Castro. Narro isto como testemunha de vista, pois eu embarcava no mesmo navio de Natal para Açú (via Macau)”.

Carolina Wanderley estava apenas com 10 meses de nascida naquele recanto onde em cada criança, havia um poeta. Por isso, Sinha-

zinha Wanderley, ainda diz: “O nosso antepassado amava a poesia embora não lhe conhecessem a grandeza interior, a métrica. O verso era o refúgio para as alegrias e tristezas. Se eram contrariados nos amores, recorriam logo à poesia para desabafar suas mágoas”.

Figuras salientes da cidade na época do nascimento da poetisa

A vida política e social de uma cidade é construída através de figuras representativas, ocupando cargos públicos, dirigindo magistratura, sociedades culturais, recreativas e de beneficência, comerciantes ilustres, pessoas cultas e progressistas se interessando pelos valores da terra, para que ela cresça com uma civilização digna de alcançar as glórias da Pátria.

Relacionaremos, portanto, as figuras mais representativas do Município, no ano de 1891, onde, como já dissemos, a comunidade apresentava desenvolvimento bem acentuado, havendo assim, uma transformação de sua vida sócio-econômica-cultural, naquele tempo já conhecida em toda parte do Brasil.

A povoação de Açú, em sua vida eclesiástica, é a mais antiga do nosso Estado, sendo criada em 1725, e canonicamente instituída no ano seguinte, pelo primeiro vigário — padre Manoel de Mesquita e Silva. Seu padroeiro — São João Batista, com suas tradições advindas de Portugal, fez com que os festejos alcançassem sucessos no meio do povo, e ainda hoje, a cidade no dia 24 de junho, oferece os esplendores de um costume que jamais se apagará no meio da população. Portanto, no ano de 1891, era vigário de Açú o padre Estevão José Dantas, escritor, poeta e uma das nossas maiores culturas, nascido na terra de nossos avós — S. José de Mipibu. Latinista, com curso de Filosofia e Teologia, Estevão José Dantas, estudou no Colégio Pio Latino-Americano de Roma e Universidade Gregoriana, onde tornou-se figura saliente em nosso Estado, sendo o fundador do tradicional “Colégio Santa Luzia”, de Mossoró, 1902.

Falecendo em Natal, a 29 de julho de 1929, o cônego Estevão Dantas foi um eterno admirador dos poemas de Carolina Wanderley, que era seu confessor, na mocidade da saudosa poetisa.

No ano de 1891, Açú mantinha as seguintes autoridades em sua magistratura, sempre respeitada pelas decisões com as sentenças seguras, firmes e resolutas de seus membros, juntamente com a máquina administrativa do município: *Juiz de Direito* — Dr. Ângelo Caetano de Souza Cousseiro (1885 a 1892) *Juiz Municipal* — Dr. José Guilherme de Souza Caldas (1891 a 1892) *Promotor* — Dr. Vicente Simões Pereira de Lemos (1889 a 1890) não encontramos no ano de 1891 nome de nenhum promotor em Açú, pois o Dr. José Correia de Araújo Furtado, somente foi nomeado em 1892. Certamente havia ocupantes “*ad hoc*”, no caso, aquele que ainda vinha do período republicano. O escrivão e tabelião era o sr. Manoel de Melo Montenegro.

No magistério, o prof. Antônio Cabral de Oliveira Barros Filho ensinava na Cadeira de Latim, e, na Cadeira Primária, as prof^{as}. Patrícia Amélia Ferreira Souto, Luiza de França das Chagas Cavalcanti, e, o prof. Manoel Ferreira de Macedo Jales, figuravam como educadores de primeira grandeza.

A poetisa Carolina Wanderley foi uma das maiores professoras de sua terra, no período de 1911 a 1913, no Grupo Escolar “Tte. Cel. José Correia,” criado pelo dec. n.º 254 de 11 de agosto de 1911. Nesse estabelecimento, também, lecionaram os professores Luís Soares, Antônio Fagundes e outros nomes famosos do magistério potiguar.

Acontecimentos principais no Estado, na época do nascimento de Carolina Wanderley

Quando Carolina Wanderley nasceu, Auta de Souza estava com 5 anos, Gotardo Neto, com 10, e Ferreira Itajubá com suas 17 primaveras, juntamente com a poetisa Sinhazinha Wanderley, cujo centenário no ano passado não foi comemorado. Na época, Henrique Castriciano já havia lançado seu livro *Iriações* — 1889 — e Celestino Wanderley entregava ao público seu livro de poemas — *Auroras*, composto e impresso nas oficinas do *Correio do Natal*, de propriedade do jornalista João Carlos Wanderley.

Na mesma data, houve a Lei. n. 91, com a Constituição Estadual decretada pelo presidente Manoel do Nascimento Castro. Um

ano antes, 1890, havia sido dissolvida a Câmara Municipal e o Governo nomeou uma comissão para substituí-la. — Joaquim Inácio Pereira, Presidente, em fevereiro, teve seu sucessor na pessoa do sr. Fabrício Gomes Pedrosa. A política fervia num caldeirão d'água quente... Nesse ano, falecia o patrono da Cadeira n. 6 — primeiro médico doutorado em medicina, no Rio Grande do Norte, era teatrólogo, poeta e romancista, pioneiro da província. O avô de Carolina Wanderley não chegou a vê-la, pois faleceu um ano antes do seu nascimento. É de ressaltar, que, em 1891 a 1901, na primeira década de nascimento de Carolina Wanderley, o Rio Grande do Norte sentiu um grande progresso em sua vida cultural, com "*A República*", tornando-se jornal diário (1897) — Criação do *Derbe Clube Natalense*, com corridas de cavalos no pátio da Silva Jardim. (1900) Preparação para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, com a primeira sessão realizada em 12 de junho de 1902. No dia 20 de junho de 1900 é lançado o livro *Horto*, com 232 páginas. Circula a 1.º de julho de 1893 o "*Diário do Natal*", primeiro jornal diário, no Rio Grande do Norte. Instalação do "Clube Carlos Gomes", primeira entidade musical em nossa cidade. (24-7-96) — Escrevemos um longo artigo no último número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, por solicitação do seu presidente, Dr. Emílio Petrovich.

Em 1900, primeira representação da peça de Segundo Wanderley — *Amor e Ciúme*. Em 1897 é fundada "*Le Monde Marche*", uma das maiores entidades literárias do Estado. A 8 de setembro de 1897, circulava a revista católica "*Oito de Setembro*", durando mais ou menos 10 anos. A 25 de setembro de 1898 era fundada a *Academia Literária Norte Rio-Grandense*, sob a presidência do prof. Pedro Alexandrino dos Anjos, mantendo uma revista mensal intitulada *Miscelânea*. Havia muito rigor em seus estatutos e por isso viveu apenas, um ano. Em 1898 a 9 de outubro, é instalada uma sociedade de amadores teatrais denominada *Fenix Juvenil Dramática*, encenando o drama "*O Falso Amigo*" e a comédia "*Amor Burlesco*". Em 30 de outubro de 1898 funda-se o "Grêmio Polimático", editando a "Revista do Rio Grande do Norte", cujo primeiro número possuímos em nossos arquivos.

Para finalizar efemérides de 1891 a 1901, temos a citar esta: Em 20 de dezembro de 1901, faleceu o escritor Joaquim José de Santana, mais conhecido por Quinca Macaco. Nosso avô, Manoel

Saraiva de Moura, era tabelião em S. José de Mipibu. O cargo lhe foi oferecido pelo governador, mas, recusado, porque a avó dizia que Natal era cidade da perdição e suas 4 filhas moças poderiam conseguir namorados. Nossas tias, portanto, não aprenderam a ler, pela rigidez do pai, falecido ano mais tarde sem ter a quem entregar o Cartório. Este fato é conhecido por muitos que aqui se encontram.

Minhas Senhoras — Meus Senhores —
Caríssimos Acadêmicos:

Nascendo da 4 de janeiro de 1891, Carolina Wanderley já trazia em seu sangue o germe da poesia pura, virginal, suave e sincera, na herança de seus antepassados. Assim, a pintura, a poesia, o teatro e a música brotaram na vivência da poetisa, com sua marcha evolutiva, levando-a gloriosamente ao apego da poesia potiguar.

Em sua juventude, Carolina estudou Piano e Bandolim, e por isso, tinha facilidade em musicar poemas, notadamente versos escritos especialmente para seus Dramas Escolares. Conhecedora dos mistérios do pentagrama, contribuiu para valorização da Modinha, em nossa terra, pondo músicas em vários poemas, popularizados nas serestas e tertúlias. Fornecendo aos boêmios de sua época as partituras, fazia questão de manter-se no anonimato, como aconteceu com os versos do poeta Sebastião Feranandes — *Alados e Alice*, do Otoniel Menezes, integrando ainda hoje, os programas radiofônicos dos seresteiros norte-rio-grandenses.

Modinha das mais apreciadas nas serestas do passado, *Alados* é o retrato vivo de uma mocidade romântica, cheia de ilusões efêmeras, de sonhos impossíveis e estonteantes. Carolina Wanderley pôs uma melodia estilizada, deixando transparecer modulações teorizadas na familiaridade das estrofes de caráter amoroso e sentimental.

Até a publicação do nosso livro *Trovadores Potiguares*, essas modinhas continuavam sendo interpretadas, como de autores anônimos, pois Carolina Wanderley sempre negava que as mesmas fossem de sua lavra. Mas, com nossa insistência e teimosia, batendo de porta em porta, fomos parar em presença de Palmira Wanderley, que confirmou o nome de sua prima, como autora de tão lindas melodias.

Geralmente, nós, os seresteiros e divulgadores das Modinhas potiguares, popularizamos as canções por intermédio de suas melodias. Temos vários exemplos a dar e apenas, mencionaremos este: — Na obra poética de Otoniel Menezes, que escreveu mais de mil poemas, apenas

três adquiriram divulgação — *Canção do Pescador* — *Alice e Viver de amor* (duas com este título) respectivamente musicadas por Eduardo Medeiros, Carolina Wanderley e Olímpio Batista Filho.

Fato idêntico, houve na obra poética de Sebastião Fernandes, onde, em *Alma Deserta*, um dos livros do notável desembargador, todos os poemas se igualam pelo estilo, linguagem e elegância do estro, apenas *Alados* permanecerá na eternidade do tempo, porque Carolina Wanderley levou-a à popularidade, musicando-a na sublimidade de uma melodia suave, dolente, lastimosa e pungente.

Tristezas de Carolina Wanderley

Carolina Wanderley já nasceu triste, daí vindo sua maior expansividade, na inspiração, despertando o sentimento do belo. Mas, como entendemos, os poetas sonham sempre, e transportam para sua obra verdadeiras maravilhas no ciclo de sua receptividade emocional. São como arquitetos da natureza e seus castelos são invisíveis aos olhos dos incrédulos, mas se erguem majestosamente na formação apurada do sonhador nato.

Assim, a tristeza, na vida da poetisa, não é, sem dúvida, a aflição, a mágoa, nem o tédio consternador. É a tristeza de alma emotiva, aquela que é procurada pela poetisa para sofrer e para sentir, mas, que lhe deixa, no íntimo, um prazer suave e consolador. Ainda em plena mocidade, a poetisa escreveu

Em Cinzas

*Todas as juras deste afeto ardente,
Essa formosa e mística ilusão
A rósea crença que alentei ridente,
Transformadas em cinzas hoje estão.*

*Lembranças que guardei carinhosamente,
Tudo se foi na lúgubre extinção
Enquanto eu procurava ansiosamente
Abrigo em teu volúvel coração.*

*Mudo ficou: saber já não afligi-o
Que o ar levou-as sem deixar vestígio
E como tudo aniquillar te apraz.*

*Meu coração descrente e desolado
Deixa ficar em cinzas transformado
Para que assim ele não sofra mais.*

Quando escreveu esta poesia, estava Carolina Wanderley em plena juventude.

O escritor Guilhermino César estava bem certo quando escreveu:

— “Já foi moda dizer que o brasileiro é um povo melancólico, sentimental, achacado de tristezas. Olavo Bilac, em conhecido soneto, emitiu um juízo logo transformado em lugar-comum: nossa música é a “flor amorosa de três raças tristes”. Depois da chave de ouro parnasiana, Ronald de Carvalho, na História da Literatura, e Paulo Prado, em Retrato do Brasil, continuaram a afirmar que o índio, o português e o negro, nossos mais remotos ascendentes, modelaram um povo sorumbático, lamuriento, que vive mergulhado em apagada e vil tristeza.

Mais perto de nós, no ensaio “O Brasil não é triste” (1931), Eduardo Friêiro pulverizou, sorrindo, esse visão pessimista, engendrada pelos “excogitadores de fenômenos psicológicos coletivos”. Todavia, semelhante tese, apesar de redondamente falsa, costuma voltar à tona de nossas interpretações históricas, da sociologia, da crítica literária impressionista, mas sem a mesma insistência dos anos 30.

Não cultivamos tais generalizações. Mas nem por isso deixaremos de reconhecer que a tristeza tem dado uma boa substância à poesia brasileira ao longo de laborioso processo. Nossos autores de maior vulto preferiram, ainda a brandura do lirismo à majestade do épico; e, mesmo depois de sair este da moda, a realidade interior sobrepunhou, entre nós, o gosto da objetividade naturalista. (“Correio do Povo” — 31-7-76, Porto Alegre).

Carolina Wanderley no movimento feminista do Estado

O Feminismo — Movimento que tem por objetivo a superioridade da mulher na sociedade, foi uma espécie de revolução branca, desencadeada pelos filósofos, escritores, poetas e sociólogos do século XVIII. Teve êxito na época da Revolução Francesa. Os adeptos de Saint-Simon baseados no sistema filosófico de Fourier, “fizeram da emancipação da mulher ponto primordial de seu programa”.

Os notáveis ensinamentos de Stuart Mil, autor também da obra intitulada “*Sujeição das mulheres*”, editada em 1869, deram ao movimento feminino, em todo o mundo, um novo sentido, pondo a mulher no lugar onde hoje ela se encontra, reinando no Lar, na Sociedade, e na vida pública.

Inegavelmente, pelo menos, na aparência, nada há que justifique a superioridade física da mulher sobre o homem. Mas, em se tratando da Intelectualidade da mulher, é de justiça revelar, que ela invadiu plenamente a seara reservada ao homem, em todos os aspectos sociais econômicos, culturais e financeiros. É notório que a inferioridade da mulher foi um fruto imprensado, com as melhores das boas intenções que nossos avós davam às filhas, no início da educação da família.

No governo de Juvenal Lamartine, quando a seu convite esteve por alguns meses, nesta capital, Dra. Berta Lutz, a fim de incrementar o movimento feminista em nosso Estado, Carolina Wanderley, apareceu como a primeira mulher a ajudar essa visitante ilustre, servindo-lhe até de cicerone, procurando suas companheiras, a fim de se integrarem nessa marcha gloriosa, em que se procurava dar a mulher todo prestígio, e, mostrando que ela necessitava de possuir direitos políticos e sociais, iguais ao homem, podendo exercer todas as profissões, notadamente na igualdade jurídica, somente conseguida nestes últimos anos.

Mobilizando as mulheres de seu tempo, Carolina Wanderley conseguiu para a fileira feminista, adesões de pessoas de destaque, principalmente pertencentes às famílias O’Grady de Paiva, Barbalho, Simonetti, Wanderley, Câmara, Ribeiro, Dantas, Freire, Garcia, Santos, Furtado, Pinto, Sá, Araújo, onde na comunidade formavam a elite norte-riograndense.

O grupo feminino reunia-se geralmente no “Salão Róseo” do Palácio do Governo e redação de “*A República*”, recebendo total apoio do governador Juvenal Lamartine e de seus secretários. O órgão oficial do Estado era a fortaleza, onde seus redatores escreviam crônicas relevando que em quase todos os países as mulheres já haviam conquistado seus direitos.

É de notar que há anos, a medicina concluiu que a mulher sob o ponto de vista biológico é fortíssima, diante do sofrimento. E os médicos, em pesquisas científicas recentes, informam que preferem intervir em dez mulheres a fazê-lo em um homem. E concluem: — “As dores da maternidade exaltam e confirmam de certo modo, a superioridade feminina, em face do sofrimento”. O homem, pelo contrário, revela fraqueza, medo, receio, e até terror nas pequenas intervenções cirúrgicas. Assim, os dois sexos se igualam na tese biológica dos pesquisadores, procurando efetivar a teoria filosófica de Fourier.

Incumbida de realizar algumas palestras sobre a emancipação da mulher, Carolina Wanderley, muito falou com entusiasmo, sobre ela, e logo em seguida destruía suas observações, e, por isso, hoje não possuímos quase nada do que escreveu, certamente, constituindo um documentário valioso, para figurar junto aos escritos de Nisia Floresta, Isabel Gondim, Palmira Wanderley, e outras cooperadoras da socióloga Berta Lutz, que faleceu ultimamente no sul do país. Vê-se, assim, que não foi de balde a permanência no Rio G. do Norte, dessa notável incentivadora do movimento feminista brasileiro.

É que as mulheres norte-rio-grandenses tem hoje a mesma mentalidade — no bom sentido — das suas companheiras citadas no Velho Testamento, aparecendo os nomes consagrados de Judith, Dalila, Ruth, Jesebel, que alguns escritores modernos justificam certos comportamentos, levando em consideração os variados conflitos orientais, em desespero, nessas figuras nascidas bíblicamente apenas para o bem da humanidade.

Se houve em remoto, Josebel, a fénicia amaldiçoada por Elias, entretanto, Ruth, em sua humildade, teve a recompensa de Deus, pelo seu comportamento exemplar, modelo de perfeição, em todos os sentidos de uma mulher virtuosa, pura, íntegra, e acima de tudo representando a feminilidade de todos os tempos.

Conhecemos Carolina Wanderley integrada nos Movimentos Literos-Musicais da Cidade

Como um velho amigo e admirador da família Wanderley, jamais deixamos de visitar essas abelhas construindo o favo saboroso do mel, que na Mitologia Grega alimentava suas Musas. Sempre privamos dessas amizades, onde a intelectualidade se estende nos versos de Jayme, Palmira, Alberto, Minervino, Sandoval, Romulo, Stela, Berilo e Carolina Wanderley. Todas essas figuras, integram nossos livros e constantemente as citamos em nossas páginas de Tribuna do Norte, onde em vinte e cinco anos escrevemos mais de mil crônicas, acerca da cultura norte-rio-grandense.

Nosso primeiro contacto com Carolina Wanderley realizou-se em 1938 quando foi fundada a Sociedade de Cultura Musical. Nesses quarenta anos jamais deixamos de visitá-la, mesmo quando se internou na instituição onde falecera, a 25 de agosto de 1975, aos 85 anos de idade. E se não comparecemos ao seu enterro, foi porque estávamos na cidade de Mossoró de onde enviamos um telegrama de pêsames a um membro de sua família, cumprindo um dever social em nossa fôrma de viver, revelando os costumes e tradições do povo brasileiro.

Poetisa Carolina Wanderley! Enquanto vida tivermos, consagraremos teu nome, tua obra, tua tristeza, honrando com dignidade tua existência, valorizando o panorama da poesia norte-rio-grandense, sob todos os aspectos culturais, como vimos fazendo através de vários anos, para que não decepcione os Acadêmicos votando em sua unanimidade na substituição de tua imortalidade.

Minhas Senhoras — Meus Senhores —
Caríssimos Acadêmicos:

Nestes últimos tempos, atraídos pelas leituras espirituais de *Tagore*, notável poeta indu, tendo em 1903 recebido com merecimento o Prêmio Nobel de Literatura, esse personagem tem influenciado bastante em nosso comportamento de um homem já realizado, quando olhamos para o passado e sentimos que nossa missão está cumprida, porque

plantamos árvores, criamos passarinhos, escrevemos livros e construímos família para que ela saiba honrar um nome que se imortaliza na perpetuidade desse novo lar que também vamos morar, cultuando com dignidade e decoro seus costumes e tradições dentro de quarenta anos de vivência cultural.

E hoje, tomando posse na Cadeira n. 6 da saudosa poetisa Carolina Wanderley, torna-se necessário que, simbolicamente de joelhos, supliquemos a Deus, numa oração de Rabindranat Tagore, para que nossas preces sejam ouvidas pelo criador do céu, do mar e da terra:

Oh! Deus...

— “Ajudai-me a dizer a verdade na presença dos poderosos; e a refrear os impulsos que me induziram a dizer mentiras com o propósito de granjear o louvor transitório dos fracos.

Se me concederdes uma vida de êxito, conservai-me sempre humilde de coração; se me derdes riquezas, conservai-me feliz; se me concederdes forças, conservai-me a razão; e se me derdes humildade, não tirai de mim o amor-próprio.

Ajudai-me, Pai, a enxergar o outro lado da vida, e não deixeis que eu acuse meus inimigos de traição só por terem ponto de vista não condizente com o meu.

Ensinai-me a amar o meu próximo tanto quanto amo a mim mesmo; e a pedir a minha própria pessoa a mesma prestação de contas de meus atos e palavras da mesma maneira como peço aos meus semelhantes.

Não deixeis que o êxito me induza à vaidade; nem que o fracasso me leve ao desespero, mas lebrai-me sempre que o fracasso é a experiência que precede o êxito.

Fazei com que eu compreenda que o Perdão é o mais alto grau que a fortaleza humana poderia atingir; e que o desejo de vingança é o primeiro sinal de fraqueza.

Se eu ficar despojado de riquezas, conservai-me a esperança; se despojado de sucesso, conservai em mim a vontade de subjugar os

meus fracassos; e se me faltar a bênção da saúde, conservai em mim a Divina Graça da Fé.

Se eu ofender ao meu próximo, dai-me coragem para implorar perdão; e se me ofenderem, dai-me coragem suficiente para perdoá-los.

E ainda que eu Vos esqueça, Pai, peço-Vos que jamais Vos esqueçais de mim.

Modinhas musicadas por Carolina Wanderley

A Modinha em nossa terra foi enriquecida com a musicalidade da poetisa Carolina Wanderley, que na mocidade tocava piano e bândolim, dois instrumentos preferidos no aprimoramento da educação da *sinhá-moça*, nome que davam os escravos à filha de pessoas mais abastadas de uma comunidade. O ensino da música era tão importante como as cartas de ABC e os primeiros livros de leitura. Por isso, Carolina Wanderley chegou a musicar poemas de sua autoria e também de *conterrâneos* ilustres, como aconteceu nos versos de Sebastião Fernandes e Otoniel Menezes, tornando-os populares nas serestas potiguares.

Modinha das mais apreciadas, seu conteúdo é o retrato vivo de uma mocidade romântica, cheia de ilusões efêmeras, de sonhos impossíveis e estonteantes, conforme tantas vezes temos afirmado na apresentação de:

“ALADOS”

Letra de Sebastião Fernandes

Música de Carolina Wanderley

Não pôde a longa ausência em que me vejo
Nem a brusca mudança desse clima,
Matar, oh! flor! este imortal desejo
Que inda de longe alenta e reanima!

Cada vez mais esta saudade cresce,
Cresce, se avoluma, e se precipita
Dentro do coração, como uma prece,
Dentro do coração — graça infinita!

Ah! tu nem sabes, flor! nem possas nunca
Saber quanto a saudade a alma definha,
Como de goivos nossa estrada junca,
Tal como vejo a longa estrada minha!

Nada não pôde! nada neste mundo
Há de fazer com que me esqueça um dia
De ti! porque nest'alma é tão profundo
O amor que de ti vem e me alumia!...

Todo o esplendor desta manhã radiosa
E a terra toda e todo o firmamento,
Só me falam de ti — noiva formosa —
Para mais aumentar o meu tormento.

Falam da ingênua graça de teu porte
Desses teus olhos, dessa tua boca...
Antes quisera me abraçasse a morte
Do que viver nesta saudade louca!

Dizem que estás mais bela e mais crescida
E a tua voz é mais sonora e doce,
Que em ti, após essa infernal partida,
A primeira, em risos, enflorou-se.

Que em ti, tal como num rosal florido
Andam perfumes, pássaros cantando,
Náiades loucas... e um rio indefinido
De saudades *gentis*, cascadeando...

Dizem que à tarde, olhando o céu distante,
Calmamente, arqueado, abafado, quente,
Soltas tu'alma célere, ofegante,
Em busca de outra que suspira ausente...

Fechou-se o céu de minha mocidade,
Que de procelas! furacões medonhos!
Como demora o inverno da saudade!
Como é ligeira essa estação dos sonhos!

O nome de Otoniel Menezes (1895-1969) representa uma geração, uma época, uma poetização que humaniza as grandezas imaginárias de um mundo delicioso e feliz. Convivemos com o autor de

Praieira desde os primeiros dias da nossa mocidade, sempre acompanhando sua trajetória cultural com aquele entusiasmo que os jovens dedicam à verdade e à honestidade em sua plenitude. O poeta tem muitos poemas musicados integrando o cancionário norte-rio-grandense e, uma delas era a mais cantada nas vozes dos seresteiros que já partiram para o reino da eternidade:

ALICE

Letra de Otoniel Menezes

Música de Carolina Wanderley

O teu nome inda guardo na minh'alma
Igual ao brilho sempre vivo e doce
De uma estrela a chorar na tarde Calma
A saudade do amor que, antes, não fosse.

Na mudez mentirosa em que vivia
Meu coração, desabrochou em cantos,
Como, depois de noite escura e fria,
Um roseiral sob os teus olhos santos!

Ao deserto beiral do meu castelo
Por que voltas, qual célere andorinha?
Se já não podes prometer ser minha,
Se mais não posso beijar teu seio belo?

Tu és glória, o sol do meu passado!
Teu nome é incenso virgem, rescendendo...
Asa branca de pássaro batendo
No silêncio de um templo abandonado!

Muita saudade no meu peito resta,
Amo-te ainda, meu amor primeiro.
Andorinha que tornas da floresta,
Canta de novo sobre o meu telheiro...

Carolina Wanderley ainda musicou versos de sua prima Palmira Wanderley que não tiveram a ressonância de "Alice", cantada obrigatoriamente nas nossas serestas. No ano de 1926 a poetisa lançou o livro *Rimário Infantil*, aparecendo poemas com suas músicas, demonstrando facilidade na arte de compor, pois as melodias nasciam agradáveis, com modulações singelas e simples, caracterizadas na verdadeira modinha brasileira.

Rememranças...

Motes & glosas

Mariano Coelho

Através de minha alongada existência fui sempre muito dócil à vontade dos meus amigos no sentido de glosas, motes sobre os mais variados assuntos literários.

Não havia, pois, mesmo a esta altura de uma provecta romagem como recusar o apelo-convite de um dos meus mais queridos amigos, no sentido de exumar do copioso da memória alguns trechos, que ainda hoje repontam envoltos pelas dobras da saudade.

Data de vários decênios um Concurso Literário apenas iniciado pelo mais antigo órgão da imprensa potiguar "A República", dirigida, então, pela eficientíssima atuação do meu saudoso amigo e benfeitor Senador Eloy de Souza, o qual oferecia à glosa o sugestivo mote:

" Assim vive quem não vive"

" Com quem deseja viver".

Poucos dias depois de haver eu enviado a minha despre-tensiosa glosa, meu venerando amigo me avisara que o Concurso, por

motivos técnicos, fora cancelado. Lamentava o ocorrido, até por que, na sua bondosa opinião, estava a minha despreziosa colaboração fadada à vitória. Essa gentileza constituiria e constituiu o meu prêmio inexcusável.

Estava eu, então, recentemente viúvo pelo prematuro falecimento da minha primeira esposa, D. Rosita de Souza Coelho, ocorrido em junho de 1935. E era esta a glosa:

“A felicidade que tive
em breve se consumou
e, se vivendo ainda estou
assim vive quem não vive.
Mas, se minha alma revive,
(tal é o destino do Ser)
não deve a esperança perder
de, numa vida futura,
viver junto à criatura
Com quem deseja viver ...

.....

Outra glosa:

Há vários decênios também, pedindo que retirassem a *folhinha* do dia anterior do calendário, que se encontrava em nossa sala de refeições, deparei o seguinte pensamento que tomei como mote:

“Ninguém se vingará tão bem,”
“Como quem perdoa e esquece”

Elaborei, de momento, a glosa, inspirada na Parábola “O homem que semeia:

Glosa:

Colhe frutos de um a cem, (*Et fecit fructum centuplum*)
quem cristãmente perdoa
E, praticando a ação boa,
ninguém se vingará tão bem.

Quem guarda mágoas de alguém,
Seu próprio martírio tece;
Se é cristão não parece,
Nem acreditá-lo posso:
Não rezará um Pai-Nosso,
Como quem perdoa e esquece ...

Destoando dos dois assuntos sérios, permitida me seja a terceira glosa, agora lembrada, de cunho irremediavelmente patusco. É a estória seguinte: Um meu ilustre e prezado colega, em sua terceira ou quarta excursão de recreio que fazia ao Velho Mundo, conforme a narrativa que ouvi da Exm^a esposa de outro distinto colega do itinerante ilustra esculápio. Ao chegarem à linda e tradicional Veneza foi o citado e ilustre itinerante, acometido de uma indiscretíssima crise de cólicas intestinais. Não descobrindo um ansioso aparelho sanitário, descobriu um providencial *bidet*, do qual se valeu.

Recebi o seguinte mote:

“ Fez um pouso de emergência”
“ Salvando a situação”.

Elaborei a glosa seguinte:

“Inspirado na aparência
do utensílio sanitário,
Naquele instante precário,
Fez um pouso de emergência.
Em perfeita coerência
Co’a sentença do rifão
Que manda quem não tem cão
utilizar-se de um gato
Pousou, no momento exato
Salvando a situação ...

E, vamos parar!

O veieiro agora descoberto, apavora o garimpeiro de remi-
niscências ...

A Viagem ao Canadá

José Melquíades

Encontro-me na cidade de Fredônia, estado de Nova York, em junho de 1971, na casa de João Batista Pinheiro Cabral. João casou-se com uma americana e o casal espera a vinda do primeiro filho. De há muito que planejara, comigo e com a esposa, fazermos, juntos, esta viagem. João Cabral é a criatura mais espontânea que eu conheço nesse mundo de mortais. Está sempre alegre e sorridente, bem humorado e animado com um dito jocoso. Irradia afabilidade e simpatia. Além do mais, tem uma virtude que também é minha cachaça: gosta de cerveja. Já andamos, os dois, nos ginásios brasileiros, mendigando o pão de cada dia, dando, de esmola, algumas aulas pelo amor de Deus. Bem aqui estamos. Hoje é sábado. O dia amanheceu risonho e a natureza em festa, por força mesma da beleza primaveril. Com o sol aberto e os encantos naturais associados à mão-de-obra da tecnologia americana, começamos os preparos da viagem.

Antes de mais nada, fomos até o supermercado mais próximo para comprarmos provisões. Enquanto isso, Joan, a esposa de João, preparava os sanduíches no melhor estilo da terra e na impecável tradição americana. Às 10 horas daquela surpreendente amanhã estava tudo arranjado para a partida. Acomodamo-nos os três num confortável Mercury 70. O carro pertence ao sogro de João Cabral, um americano alto e simpático do credo dos batistas. Colocamos tudo na mala: nossas roupas, cerveja enlatada, certa reserva de gelo e mais três "sleeping bags". Logo tomamos a BR principal, o que aqui se chama

freeway ou *highway*. O carro começou a deslizar na pista bem acabada e em breve João dirigia a 80 milhas. As estradas se apresentam sem grande movimentação, pois hoje é sábado e todos estão acomodados nos seus lazeres particulares. Passamos em várias cidadezinhas de casas simples, desviamos a cidade de Buffalo e, por fim, chegamos à fronteira dos Estados Unidos com o Canadá. Eram 3 horas da tarde. Já aqui há uma constante formigação de carros, turistas, visitantes, excursionistas que vão passar o fim de semana contemplando as cachoeiras do Niagara. Atravessamos a ponte sobre o rio Niagara e já do outro lado nos esperava a polícia aduaneira. Feitas as exigências de praxe, as vistorias naturais, perguntam se levamos "tobacco or liquors" ou mesmo droga. Como não éramos nativos, encaminhamo-nos para um lugar específico para exame de documentos. Mostramos os passaportes, explicamos o motivo da visita, submetidos a um questionário rápido e pragmático. Carimbaram o passaporte e nos soltaram na fronteira, na Província de Ontário. Começamos o "raid" às margens do rio Niagara numa estrada super-asfaltada margeando verdejantes bosques que me davam a impressão do paraíso da Eneida, segundo a descrição de Virgílio sobre os Campos Elísios. A tarde estava limpa e calma, mas um vento frio e penetrante soprava com certa insistência, obrigando-nos a uns tantos cuidados para evitar o resfriado. O rio Niagara separa o estado de Nova York da Província de Ontário, numa extensão de 28 milhas. Do lado de cá, a rodovia é bem melhor do que no lado americano. A natureza está impregnada de um verde vivo e se espreguiça em milhas e milhas de exuberante pradaria e atraentes alamedas. Tudo aquilo me parece um sonho sem as complicações oniriformes nem as excitações da vigília, onde a imaginação adormecida às vezes se impressiona com uma mulher bonita e, de repente, tudo se transforma num cornudo boi zebu para acabar com a festa sonambulesca. É aquele "horror de uma visão noturna quando o sono costuma ocupar o sentido dos homens e todos os ossos se estremecem", segundo se lê no Capítulo IV das Lamentações de Jó. Lembro-me de Alice no País das Maravilhas; no entanto, como não senta bem a um homem se comparar a uma cinderela, logo me volto para Enéias levado por Pro-sépina à presença de Anquises. Depois associo minha imaginação às viagens de Marçó Polo no Império Chinês e temo que ninguém acredite nesta história, mesmo longe das barbas cornificadas de velhos mandarins.

Às margens da rodovia destacam-se algumas fazendolas em estilo britânico e tradição nórdica, com seu colorido próprio e a tonalidade local. O gado raciado e uniforme morde, tranqüilo, o capim verde e doce. Deve ser doce porque aqui tudo é diferente. Os lagos serenos se vão revezando entre a grama aveludada e o arvoredo bem copado. Isto me dá a idéia de um parque só. Os cemitérios desmurados, com suas tumbas razas à vista, dão o sinal do campo santo e as vacas parecem sagradas como no Egito legendário, a espera de Cambises, filho de Ciro, sobre quem pesa a acusação de ter abatido o boi Ápis.

Nossa viagem, de tão deslumbrante, nos conduz a um tapete mágico.

Aqui os sinais de trânsito tem conotações diferentes à maneira britânica. Nos Estados Unidos, num estacionamento proibido a caminhões, lê-se: *No trucks allowed*. Aqui é simplesmente — *Trucks Restricted*.

Limites de velocidade, lá, é *speed limit*; aqui, *maximun*. No outro lado, posto de gasolina é *gas station*; deste outro lado do mundo é *gas bar*. E paramos num bar de gás para abastecer o nosso tanque, pois só o carro podia beber num bar assim. É bem verdade que na terra do Tio Sam já me havia deparado com um *milk bar* — *um bar de leite* —, mas aqui, agora, eu me surpreendo com um *icecream bar* — um bar de sorvete. Mas nem só de leite e sorvete vive o bebente e não é desse tipo de bar que eu preciso. Estou sequioso por um bar verdadeiro, bar à maneira brasileira, com cerveja gelada e algumas fatias de queijo cru.

The Blue Law

O sábado é muito tranqüilo aqui no Canadá. Algumas vezes, em certas Províncias, o Prefeito, sem consultar a preferência e o interesse do povo, inventa de decretar verbalmente um tal *blue law* — a lei azul — pela qual não se permite a venda de bebidas alcoólicas. Em alguns condados americanos esse dispositivo legal chama-se *dry law* — lei seca. Seca ou azul, o efeito é o mesmo. Pois não é que a cidadezinha em que paramos estava sob o império dessa idiotíssima *lei azul!* João e eu mudamos de cor, pois nosso desejo era saborearmos umas duas ou três cervejas às barbas da polícia montada. Pedimos informações num

gas bar e o atendente nos ensinou que, apesar dos rigores da lei cerúlea, havia uma fábrica “alourada” que operava o milagre de mudar água em cerveja e lá, pelo menos, compraríamos uma ou duas caixas, conforme a necessidade. Não poderíamos, porém, bebê-las em público, naquele dia. Ora *vocerveja* só! E foi descarregando solícitamente todo o seu vocabulário de informação:

— Siga em frente, dobre o primeiro quarteirão, vire à direita, cruze a rua Victoria, dobre à esquerda e logo em seguida está a destilaria Brewer and Brew Retail — cerveja a retalho. Que complicação! Entretanto quem precisa é quem se estira, como repetia convincentemente minha falecida avó. E fomos lá. João comprou uma grade de cerveja, o que aqui se chama *case*, 24 latinhas da marca *O’Keef Ale, premium quality*, no valor de 5 dólares e 4 centavos. Arrumamos a *O’Keef premium quality* na mala do carro e rumamos bem munidos para as espumantes cataratas do Niagara.

Nas Cataratas

Finalmente chegamos às cachoeiras do Niagara. O espetáculo é deveras grandioso. O cenário natural se harmoniza bem às adaptações para atrair o visitante. Há turistas de todas as nacionalidades. A movimentação é constante e ouvem-se diálogos em línguas diversas. Começamos a nossa excursão orientados pelo guia turístico e embevecidos pela belíssima visão. As quedas d’água se despejam em duas partes principais, separadas pela Ilha do Bode (Goat Island). As duas divisões se aproximam, pelo lado do Canadá, com o nome de Ferradura (Horseshoe). É um espetáculo natural e grandioso entre a Província de Ontário e o Estado de Nova York. Ainda na parte de cá estende-se, bem cuidado, o parque Rainha Victória e na parte dos Estados Unidos fica o chamado *Prophet Point*. Outra linda visão é a que se contempla pela Ponte Arco-Íris (Rainbow Bridge), onde se pode pegar um elevador e descer à caverna dos ventos (Cave of Winds), ao pé da cachoeira. Também se apanha um barco que leva o curioso até bem próximo às precipitações. É realmente uma das muitas maravilhas desse mundo. Boa opção é tomar o bondinho suspenso num cabo e fazer uma excursão aérea sobre as quedas d’água.

Outra atração é o relógio de flores no parque Vitória, ponto saliente no meio floral. Por último, se faz uma visita ao Forte Erie e aí se tem completo o passeio.

A grande preocupação era escolher um lugar adequado para nos servirmos do sanduíche e da cerveja. O sanduíche não oferecia problema; podíamos comê-lo a qualquer hora e em qualquer lugar. A cerveja sim. Estávamos sob a ameaça da *Blue Law* e havia lugares especificamente reservados para ingerir bebidas alcoólicas. Sentamos no meio do bosque à sombra de uma árvore, como outrora o Melibeu e Titiro de baixo da frondosa faia. Quando tiramos da caixa uma das latas de O'Keef, logo apareceu um guarda que, solícito, avisou que ali não era permitido. Entretanto, se estivéssemos mesmo dispostos, andássemos uma milha na direção que ele nos indicava e cerveja, lá, era permitido pela lei.

Suspendemos o acampamento e nos lançamos à caminhada. Então, chegamos ao local, almoçamos e bebemos à vontade. Depois voltamos ao vislumbre natural. Foram cinco horas de incansável movimentação e, por fim, procuramos um motel onde passar a noite.

Uma Curiosidade

Vemos turistas à solta, de nacionalidades diversas, e é natural que ouçamos línguas e dialetos que não entendemos. Nessa babel sindicalizada, escutamos, ao longe, um diálogo diferente entre um casal e havia palavras parecidas com o nosso idioma brasileiro. Aproximamo-nos, curiosos, mais um pouco e percebemos que a mulher era portuguesa com o sotaque carregado, trazendo na língua as restrições de Salazar. O marido era indiano. Iniciamos a conversa com algumas indagações e, lá para as tantas, Cabral quis saber se chamava a “bem fornida ilhoa”, como diria Bocage.

— Como se chama a senhora?

— Móbilía, dona Móbilía, respondeu ela, com certa flexão linguística. Surpreendeu-nos tal mobilidade.

Depois que ela se foi, ficamos a rir com a descoberta de mais uma utilidade doméstica. Ora isso é lá nome de gente! Só em Portugal.

Creio que pior ainda era Teodopila, uma das esposas de Chereberto, este último um dos primeiros reis francos. Bem ou mal, lá diziam os escolásticos que não se deve discutir a cor e o gosto. *De gustibus et coloribus non est disputandum*. Este axioma esposava o princípio de consolar os artistas infelizes. Aí está, nesse aforismo, parte da infelicidade do gênero humano: aceitar uma coisa que não se pode discutir.

O Motel

O Motel fica situado no Riverside Park. Tudo aqui é parque, bosque, alameda, pomar. Está localizado entre *Peace Bridge* e as Cataratas. Em frente, estende-se o Niagara Parkway, um parque que, pela beleza do cenário e a tranquilidade da área de vegetação, fez-me, recordar o livro IV, das Geórgicas, onde Virgílio escreveu sobre o encanto dos jardins. Aqui é permitido estacionar *trailers* ou podemos nos acomodar em barraquinhas coloridas, embora lá em Virgílio só se faça alusão a avenas e pastores, aos rebanhos nutridos e tranqüilos, enfim, ao estilo campestre. Há piscinas, lagos e lugares reservados à pescaria. Mas, depois de contemplarmos tudo isso, só estávamos interessados em saborear nossa cerveja para contrariar as sanções da *Blue Law*.

O motel nos custou 10 dólares pelo pernoite. Ficamos os três no mesmo quarto. Às 10 horas da noite, fomos jantar na cidade vizinha de Chippawa e às 11 voltamos ao nosso aposento. A esposa de João Cabral, cansada e pesada, foi deitar-se, enquanto João e eu apanhamos as O'Keefs, cruzamos o bosque e nos sentamos às margens do Rio Niagara. A noite estava fria, ninguém sequer pensaria que dois brasileiros perdidos na noite ousassem desafiar a lei ou comprometer a paisagem adormecida. Nem mesmo a polícia com todas a sua vigilância e sua cavalaria. O parque era grande e frondoso, mas, àquela hora da noite, sombrio e solitário. Só nós dois nos deliciávamos com um fiozinho de luar, a correnteza do rio, as luzes dos Estados Unidos na outra margem e as latas de cerveja ao nosso alcance. Rimo-nos, gritamos, conversamos alto, desafiamos Deus e o Mundo; e ninguém apareceu.

Como cerveja é diurético, vez por outra engrossávamos, com um filete d'água, fisiologicamente destilado, as águas remaneçadas do Niagara. O frio aumentou e já às 3 da manhã se tornava insuportável.

Voltamos ao Motel e adormecemos angelicamente, acomodados à espuma flutuante.

Rumo a Toronto

Levantamo-nos cedo. Logo depois do “breakfast” arrumamos tudo de novo, na mala do carro, e nos largamos para Toronto.

Pegamos a *Queen Elizabeth Highway* e começamos a rodar pela estrada com a velocidade determinada pelos avisos rodoviários. Essa rodovia é a mais cuidada do Canadá e corta o país de extremo a extremo.

Corremos várias horas sobre a Rainha Elizabeth, percorrendo 350 milhas.

A Igreja Russa

Já perto do meio-dia passamos numa cidadezinha e procuramos um restaurante ou um bar.

Como tudo aqui, devido ao clima, permanece fechado com duas portas sem trinco, abrimos uma porta de uma construção antiga e nos deparamos com uma igreja russa dos católicos da Croácia. Ficamos um tanto perplexos por termos alcançado uma graça que não havíamos pedido. Nossa intenção era bem outra.

Semelhante interferência divina serviu para que nos lembrássemos do aforismo religioso: “quando Deus tarda vem a caminho”. Apanhamos alguns folhetos litúrgicos, em russo, e voltamos ao carro, confortados pela graça. Atravessamos a cidade e inesperadamente chegamos a Toronto. Era o domingo 6 de junho de 1971. Tudo continua calmo e limpo, mas o clima, embora suportável, não esquentou. Fizemos várias visitas a logradouros públicos, todos impecavelmente limpos e bem arranjados. Num deles, deitados na relva, contemplamos o monumento do Rei Henrique VII, imponentemente

montado num cavalo de sangue azul, enquanto a Rainha Vitória permanecia desmontada, logo na frente.

Depois de um dia de aventura, divertimento, emoções e reconhecimentos desse outro mundo diferente, com as tradições nórdicas e os costumes britânicos, resolvemos voltar aos Estados Unidos. As emoções se vão aumentando e, por fim, estamos de passagem, mais uma vez, pelas Cachoeiras do Niagara.

Cruzamos a fronteira pela Rainbow Bridge. O policial que nos recebeu no lado americano perguntou-nos a que país pertencíamos, quem éramos e o que fazíamos. Identificamo-nos como professores e, como João dissesse que ensinava História, perguntou-lhe sorridente:

— Sabe que dia é hoje? João respondeu-lhe com um dito qualquer e ele voltou à carga.

— O senhor não sabe História? Hoje é o dia do Armistício, 6 de junho de 1945.

E assim terminou a nossa viagem ao Canadá, no dia do Armistício, ativados pelas recordações históricas e as lembranças de Caboto e Verrazzono, Cartier e Roberval. Ora, esse passado, com essés colonizadores, já se distancia muito na esteira dos séculos. Melhor não nos esquecermos de Luis XIV e dos índios iroqueses. E só para contrariar a história, nossa viagem teve um pouco da audácia de Eric, o vermelho, e um toque aventureco do lendário Robin Hood. E para finalizar como Marco Polo em 1325: “não contei nem a metade do que vi”.

Aspectos da evolução urbana e demográfica de Natal ()*

Helio Galvão

I

Fundada em 1599, a cidade dos Reis Magos, depois cidade de Natal, teve logo esse predicamento, mas não era uma povoação no sentido de que estava ocupada por moradores fixados.

Do Recife, 4 dezembro 1608, o Governador D. Diogo de Menezes escrevia a Sua Majestade sobre Natal, fundada há dez anos: “a povoação que está feita não tem gente” (1). E sabemos que ao tempo de João Rodrigues Colaço só existiam em Natal duas mulheres brancas: a dele e a de um sentenciado a degredo, que veio a ser madrinha do filho do capitão-mor (2).

Quando o sargento-mor Diogo de Campos Moreno escreveu, sob recomendação de D. Filipe II, o *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, 1612, Natal era uma povoação apenas nascente: “tem pobremente acomodados até vinte e cinco moradores brancos” (3).

Num relatório de suas observações pessoais, precisas e exatas, 1630, Adriano Verdonck, enviado das autoridades holandesas de

(*) Capítulo da “Pequena História da cidade de Natal”, a sair.

ocupação, informa que a cidade contava entre trinta e cinco e quarenta casas, de barro e palha, os habitantes mais abastados vivendo nos sítios apenas vindo à cidade aos domingos (4). Um pouco antes, em 1627, Domingos da Veiga que morou em Natal e depois mudou-se para Fortaleza, tinha escrito: “a povoação é muito limitada, a respeito dos moradores estarem e morarem nas suas fazendas, onde muito deles têm suas casas mui nobres” (5). Em 1628, tinha uma igreja e oito casas, conforme o depoimento de um grupo de índios em Amsterdam, redigido por Hessen Gerritsz.

Joan Nieuhof e Adriaen van der Dussen também informaram sobre Natal, já ocupada pelos holandeses. O conselheiro Dussen afirma que Natal não existia mais: a capitania “já teve uma cidadezinha chamada Cidade de Natal, situada a uma légua e meia do Castelo Keulen, rio acima, mas está totalmente arruinada” (6) e sobre este informe escrevia depois o panegirista de Nassau, Gaspar Barleu ser “a Vila de Natal de aspecto triste e acabrunhador pelas suas ruínas e vestígios de guerra” (7). Em vista disso, na várzea do Potengi, confluência do rio Jundiá, foi edificada a capital holandesa da capitania, a cidade de Amsterdam, onde funcionou a Câmara de Escabinos (8).

Quando os holandeses saíram (1654), era a desolação. Em 1673, dezembro, o capitão-mor Antônio Vaz Gondim e os oficiais da Câmara pediam a Sua Majestade uma esmola para as obras da matriz, em vista da pobreza dos moradores e ainda porque — entendiam eles — concluída, a igreja passaria a funcionar como pólo de atração para que se fixasse os moradores: “acabando-se a igreja se povoaria a cidade” (9).

Quase meio século depois, 7 de abril, 1722, em carta a El-Rei, o capitão-mor José Pereira Fonseca, cujo antecessor, Luiz Ferreira Freire, tinha sido assassinado e ele próprio atacado a tiros por um mascate, diz que Natal tem apenas trinta casas e os arredores eram mato fechado (10). Menos do que em 1627.

Cinco anos mais tarde, deixando o Governo do Maranhão, João da Maia da Gama recebeu a incumbência de inspecionar as capitanias, descendo por terra. O relatório que apresentou é minucioso e interessante. Empreendendo a viagem, abril de 1729, ano de inverno rigoroso, está em Natal, hóspede do jovem capitão-mor Domingos de

Morais Navarro, que o foi esperar em Extremoz. Ficou vários dias e passou a Semana Santa. De Natal, escreveu Maia da Gama:

“A cidade he fundada em hum alto e ainda que mto. ariento, comtudo com terreno mto. capaz, e lavado dos ventos, e tem cincoenta para 60 casas e mtas. mais perto da cidade a mais gente vive nas suas fazendas” (11).

Dom Frei Luiz de Santa Tereza, bispo de Olinda, no relatório da visita pastoral que apresentou à Santa Sé, 1746, diz que Natal é “tão pequena que além do título de cidade, igreja paroquial e poucas casas, nada tem que represente a forma de cidade”. E faz o trocadilho: “Da cidade de Natal não - há-tal, como por-brincadeira se diz (12).

Ainda no século XVIII, datada de 27 junho 1777, Domingos Monteiro da Rocha, Ouvidor da Paraíba, informa que a cidade de Natal, tinha então de povoado quatrocentas braças de comprimento por cinquenta de largo, com 118 casas (13).

Houve em 1805 um censo que não tem maior significação para o nosso caso, porque abrangente de toda a população do município: 6.393 habitantes, e um outro, de 1808, com a mesma generalidade: 5.919.

A primeira notícia do Século XIX por um visitante é a de Henry Koster, fins de 1810: três ruas desembocavam na praça da matriz, nenhum calçamento, população de seiscentos ou setecentos habitantes (14). Nos anos mais próximos da independência estaria entre 1.000 e 1.200 pessoas (15).

Outros censos, 1844 (6.454 habitantes), 1856 (6.454), 1859 (6.600) e 1870 (8.900) são mais ou menos convencionais.

II

Primitivamente edificada “num chão elevado e firme” a cidade pouco se desenvolveu. Devia ficar compreendida na faixa em que atualmente funciona antes o Tribunal de Justiça em sentido transversal na direção do rio Potengi pela rua Quintino Bocaiuva (Gonçalves Dias, até poucos anos atrás) ao

norte. Pelo sopé da mesma elevação, terminais das atuais ruas Padre Pinto, Santo Antônio, Voluntários da Pátria, Gonçalves Ledo, Vaz Gondim e Av. Rio Branco, ao sul. A Santa Cruz da Bica seria a cruz remanescente desse lado. Uma cruz ao norte, outra ao sul, os marcos fixadores dos extremos. A tradição guardou o nome de uma antiga rua da Cruz que ainda existia em fevereiro em 1866, pois nesta rua funcionava em prédio nacional naquele ano a Capitania dos Portos (16). Poder-se-ia dizer, numa tentativa de simplificação, que a cidade nasceu na área que se inscreve no retângulo de que um lado seria a av. Rio Branco e o outro o rio e os dois outros seriam as ruas Apodi, ao sul, e Ulisses Caldas, ao norte.

A Lei Provincial n. 118, de 9.11.1847, delimitou o quadro da cidade: do Baldo à Gamboa de João da Costinha e da margem do rio até a Estrada Nova, depois rua da Aurora.

Depois que a cidade desceu para a Ribeira, aí ficou mais de dois séculos. Entre a Cidade Baixa (Ribeira) e a Cidade Alta, a ligação era feita por uma ponte sobre o rio Salgado, que continuava por um aterro. Esse aterro sofria cada ano repetidas erosões. Uma solução vinha sendo preconizada desde vários anos, conforme justificou o Diretor de Obras Públicas, engenheiro Feliciano Francisco Martins:

“A prolongação do cais desta cidade até o lugar Jenominado Passo da Pátria é um melhoramento da reconhecida utilidade; e, com efeito, além de facilitar o trânsito entre o bairro alto e o baixo da cidade, e dar um melhor aspecto ao porto, trazia ele consigo a aquisição de um terreno, que, por ser alagado diariamente nas preamares, nenhum préstimo tem hoje.

Poderia, realizada a obra, prestar-se à edificação, e estou convencido de que ela não se demoraria.

Feito isto, poder-se-á então fechar a abertura que existe na parte mais baixa da praça e que se deixou para facilitar o fluxo e o refluxo das marés, enquanto não se concluir o aterro, que pode por ali ser conduzido em canoas.

Convém que se proceda ao calçamento de toda a área do cais para evitar a lama que sobre ele formam as chuvas; que se coloquem varandas de ferro pelo lado do rio

para embarçar que inconvenientemente se faça desembarques de volumes.

Estas obras que não são mais que o complemento das que estão feitas, servirão para conservação e aformoseamento do cais que tem esta cidade.

.....
Cumpre que ande o do calçamento das ruas que pode-se dizer não existir nesta cidade, onde, pela natureza e configuração do solo arenoso, e dividindo-a em alta e baixa torna-se de incontestável utilidade ao trânsito e rapidez de comunicação de um bairro com outro, além de constituir o embelezamento necessário pelo menos às capitais.

Convém, pois, empregar ao menos os trinta mil paralelepípedos, que existem na província, em calçar-se algum lance das ruas da cidade, evitando assim que eles estejam amontoados em certos lugares e que mesmo guardados diariamente por uma sentinela, servem-se deles e deixam depois disseminados pelas praias.

O plantio de árvores em todo o correr da ladeira, que une os bairros da cidade seria um melhoramento, que aproveitaria a todos aqueles que se vêm forçados a freqüentar diariamente em horas de grande calor a principal comunicação entre os dois bairros” (17).

Em 1878, deliberou o governo mudar a passagem pela margem do rio até o Passo da Pátria. Em seu Relatório à Assembléia Provincial (4.12.1878), o vice-presidente Manoel Januário Bezerra Montenegro reproduz uma representação da Câmara de Natal. É que os moradores da Ribeira sentiam que iria haver um fluxo dos negócios e valorização dos terrenos no “Bairro Alto” e pediram ao governo provincial que apenas restaurasse o aterro do rio Salgado. A Câmara Municipal destrói uma por uma as razões dos moradores da Ribeira. Por sua vez, oitenta moradores do Bairro Alto reagiram com outra representação. O presidente Bezerra Montenegro resolveu do modo mais simples: atendeu aos dois partidos:

“... convidando diversos cidadãos, já de um bairro, já de outro, dirigi-me a ambos os lugares e examinei

tudo quanto devia, para poder com imparcialidade e justiça resolver a contenda, em que me parece existir de parte a parte motivos atendíveis.

Encontrando bastante adiantado o serviço a cargo do capitão Manoel Joaquim Teixeira de Moura, que em menos de uma semana havia levantado um importante aterro, já na extensão de umas trinta braças com quarenta palmos de largura, em que alguma coisa tem se despendido, e para não ficar sem serventia, resolvi mandar continuar o dito serviço e fazer os reparos, de que carece a outra estrada, resultando daí mais uma ocupação em benefício de grande número de emigrantes, que não têm conseguido trabalho em outras partes.

Ficam assim proporcionados os cômodos para os habitantes em geral; sendo sempre de grande proveito público e um elemento de progresso o aumento de boas estradas em busca de qualquer capital” (18).

Este problema reaparece constantemente nos relatórios e falas presidenciais, com a tônica do abandono da ladeira e preferência pelo acesso através do novo caminho para o Passo da Pátria.

III

Problema novo, o da mudança da capital.

O quadro que o comendador Henrique Pereira de Lucena, presidente da Província, traçou perante a Assembléia Legislativa Provincial em 5 outubro 1872 é desalentador: a província, que ao tempo das guerras holandesas servia de celeiro à cidade do Recife, mandava agora “aos talhos de sua capital número mais que limitado de bovino, magro, cansado e por preço elevadíssimo”, importando farinha das províncias limítrofes e até do Rio de Janeiro. Atribuía o presidente Lucena entre as principais causas “desse estado desanimador em que se acham as fontes de produção e riqueza da província à péssima posição topográfica de sua capital, o pior lugar, sem contestação alguma, de toda a província, quer como cidade igual a outras do interior, quer como sede principal da civilização, comércio, indústria e artes”.

A seguir exhibia o retrato da cidade, sufocada pelas dunas, apertada pelo rio, sem possibilidade de expandir-se, e indicava a única opção para o desenvolvimento:

“Situada na margem direita do Potengi, ou Rio Grande, a uma légua pouco mais ou menos de sua foz, acha-se a cidade do Natal, por assim dizer, comprimida e asfixiada, do lado do sul e leste por alterosos morros de areia, mais ou menos movediça e improdutiva, e do lado de oeste por um longo e imenso lençol d’água, que para o oceano conduz o Potengi.

O seu pequeno comércio acha-se inteiramente avassalado ao da praça de Pernambuco, e mais ou menos sujeito ao de algumas povoações circunvizinhas, onde a facilidade do transporte tem tornado mais cômodo e menos dispendioso o tráfico mercantil.

É lhe pouco abundante a água potável, e faltam-lhe as estradas regulares e fáceis que a ponham em comunicação com o interior da província, da qual se acha, por assim dizer, seqüestrada.

No exterior, em um raio de mais de duas léguas quase nenhuma cultura; no interior causa dó ver as suas ruas estreitas e tortuosas, compostas pela maior parte de palhoças, cercadas de matos, verdadeiras capoeiras, e de imundícies.

A idéia, pois, da transferência da capital para um outro local, para a planície denominada — Carnaubinha, por exemplo, fronteira a Guarapes, é por demais transcendente e de necessidade indeclinável, visto ser o único conhecido que mais vantagens oferece para isso.

O lugar ali é inteiramente plano na extensão de uma a duas léguas quadradas; indo suave e gradualmente subindo para o interior das terras, a ponto de se tornar

quase insensível o pendor do terreno. Acham-se a pequena distância, quase à mão, o barro, a areia, a cal e a madeira necessária para a construção, além de sofrível pedra de cantaria e pedra própria para calçamento a meia légua pouco mais ou menos de distância. Possui considerável abundância d'água potável da melhor qualidade, notando-se uma lagoa ou poço na Carnaubinha, uma fonte d'água cristalina e dois fortes riachos perenes em Guarapes, além do caudaloso rio Pitimbu, que corre a menos de uma légua distante; o Cajupiranga não menos caudaloso, poucas braças mais longe, e entre ambos a formosíssima lagoa Parnamirim.

Mudada para aquele lugar a capital, e lançada sobre o rio uma pequena ponte de madeira que, quando muito, poderá custar uns 20:000\$000, ficará a cidade admiravelmente situada, e para melhor me exprimir, colocada no centro de um vasto perímetro constelado de cidades e povoados mais ou menos distantes, tais como S. José e Ceará-Mirim a cinco léguas, aproximadamente, cada uma com estradas traçadas em terreno plano e consistente; Extremoz com sua extensa e piscosa lagoa; S. Gonçalo, Macaíba, Santo Antônio, Utinga, Ferreiro-Torto e Pitimbu; e, finalmente, a cidade do Natal a três léguas por água, podendo muitas dessas povoações servir-lhe de arrabaldes.

Além disso convém notar que o tráfico mercantil em Guarapes, em tempo em que ali ainda residia o major Fabrício, lutou com vantagem com o do Natal e sobrepujou o de Macaíba, apesar de ser Fabrício negociante único naquele lugar; afluindo de todos os lados compradores aos seus armazéns, até mesmo do sertão da Paraíba e desta capital" (19).

Em seu relatório precitado, o engenheiro Feliciano Francisco Martins renova a tese da mudança, quase com os mesmos fundamentos do presidente Lucena:

“Duas opiniões, há longo tempo emitidas e infelizmente nenhuma delas realizada até hoje, se apresentam como meios apropriados para combater estes obstáculos:

1º — A construção de uma ponte, em frente a esta cidade, e o rompimento dos morros de areia por uma estrada calçada e de fácil acesso.

2º — A mudança da capital para a margem esquerda do rio Potengi, para o lugar denominado — Carnaubinha, fronteiro a Guarapes, e distante 3 léguas desta cidade.

A primeira, além de encontrar dificuldades de todo o gênero em sua realização, fecha para assim dizer o rio às embarcações de certa ordem, que se destinarem a carregar produtos de Macaíba e outros povoados, que pelas suas posições topográficas atraem todos os gêneros do interior; e mesmo na hipótese de sua construção, talvez a província não tire os lucros proporcionais ao capital empregado. Quanto à construção de uma estrada de fácil acesso, rompendo os morros de areia, ela é em si de um dispêndio enorme, além dos meios que a arte aconselha para se oporem à marcha das areias movediças de uma zona bem extensa.

Em favor da segunda opinião, porém, militam irrefutáveis argumentos. A posição do lugar designado, além de outras vantagens constitui como que um centro para onde convergem as estradas já traçadas, e a traçar, em terreno plano e consistente; a ponte a construir-se é de insignificante custo em relação à primeira, e o obstáculo à navegação não existe neste caso por ser o rio navegável somente daí para cima por barcaças e canoas.

Embora esta segunda opinião prevaleça sobre a primeira, cumpre entretanto confessar que a mudança rápida de uma capital já estabelecida e que dispõe de edifícios públicos, satisfazendo mais ou menos aos seus fins,

para um outro lugar inabitado, acarreta consigo despesas incalculáveis, joga com muitos sacrifícios quer públicos, quer particulares, e enfim, com os destinos da província” (20).

Do porto de Guarapes, fundado por Fabrício Gomes Pedroza, em 1860, dizia Manoel Ferreira Nobre, em 1877, que “é um dos arrebaldes mais importantes da capital” (21). E a Lei Provincial n. 659, de 10.6.1873, deu um passo no caminho da transferência da capital. Sem mencionar a mudança, autorizou o governo a tomar as seguintes medidas:

—Desapropriação dos lugares Guarapes e Carnaubinha, a partir da preamar de um até um meio quilômetro, pela margem direita do rio Jundiá; e pela margem esquerda até seis quilômetros;

—construção de uma ponte de madeira unindo os dois lugares;

—isenção de imposto predial (décima urbana) por dez anos, para os prédios que fossem edificados nos dois lugares.

Era uma tentativa de restaurar a velha Amsterdam dos holandeses.

IV

Em livro do começo deste século, o comandante Artur Dias assim descreveu a capital do Rio Grande do Norte:

“Vamos passar... uma ligeira vista a Natal de hoje em dia. Como deixei entrever a massa das construções da cidade segue dois planos diferentes: uma parte estendeu-se

pela baixada, chama-se Ribeira; a outra está rodeada por morros que a cercam em toda a circunferência, em número de vinte e um, ficando a cidade quase ilhada: dum lado o mar, do outro os areais enormes. Compreende os distritos de Cidade Alta, Cidade Baixa, Cajupiranga e Ponta Negra, paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, tendo a população de 13.725 habitantes, dos quais 6.753 homens e 6.972 mulheres. Como se vê, por estes simples algarismos, a cidade está longe de ter tido um desenvolvimento proporcional à sua respeitável idade” (22).

A Resolução Municipal n. 15, de 30.12.1901, criou a Cidade Nova, onde hoje assentam os bairros de Tirol e Petrópolis, mas o plano foi concluído três anos depois, superfície aproximada de 1.648.510 m², subdividida em sessenta quarteirões, planejada pelo arquiteto Antônio Polidrelli. Constituía-se de avenidas e ruas transversais; as avenidas com trinta metros de largura, todas em direção a 36 graus de S SO, as ruas com vinte:

- Deodoro da Fonseca, com 955 m de extensão
- Floriano Peixoto, com 945 m
- Prudente de Moraes, com 1.261 m
- Campos Sales, com 1.261 m
- Rodrigues Alves, com 1.261 m
- Alberto Maranhão, com 650 m, e 25 de largura, a 71 graus na direção N NE
- Sétima, com 1.261 m
- Oitava, com 5.261 m, 4.000 fora do perímetro e 1.261 dentro do perímetro

As ruas:

- Ceará-Mirim, com 950 m de extensão, começando na Avenida Oitava até a rua José de Alencar, limites extremos da Cidade Nova;
- Maxaranguape, com 950 m, entre a Oitava Avenida e a Prudente de Moraes;
- Apodi, com 940 m, entre a rua José de Alencar e Oitava Avenida;

- Jundiá, com 760 m, da Praça Pio X à Oitava Avenida;
- Açu, com 760 m, da Praça Pio X à Oitava Avenida;
- Mossoró,
- Mipibu,
- Trairi,
- Potengi,
- Seridó, todas com 910 m, entre a Av. Oitava e a Av. Deodoro, as três últimas cortando a Praça Pedro Velho;
- Golandim, com 425 m, perpendicular às Avenidas Deodoro e Oitava fazendo ângulo na Av. Alberto Maranhão;
- Guaratuba, com 450 m, a 35 graus a S SE, em direção à rua Silva Jardim e Av. Alberto Maranhão, no limite do bairro da Ribeira;
- Santos Reis, com 650 m, traçada a 77 graus N NE, termina na rua Seridó, na Areia Preta (23).

O Alecrim cujos primeiros moradores se fixaram na última década do século passado, com suas avenidas e ruas numeradas, é uma réplica à Cidade Nova. Começa a desenvolver-se a partir do segundo decênio deste século. Era o avanço demográfico e urbanístico em direção aos tabuleiros, de que a Cidade da Esperança (1963-1964) marcaria o ponto extremo, sem solução de continuidade.

A Resolução n. 304, de 6.4.1929, autorizou o prefeito a contratar o plano de sistematização da cidade, realizado o contrato com outro arquiteto italiano, Giacomo Palumbo, a 22 do mesmo mês, os serviços devendo estar concluídos no prazo de um ano, pagando a Prefeitura ao contratante a quantia de Rs 100.000\$000. Em seu relatório de 30.1.1930, à Intendência Municipal, o prefeito Omar O'Grady explica que “não se trata de um projeto de realização imediata”, mas apenas “do delineamento de um plano geral de previsão estabelecendo normas dentro das quais a cidade deverá sistematizar-se e estender-se”. Estava já projetada uma parte do plano, “compreendendo desde o Forte dos Reis Magos, ao norte, até a rua Jundiá e seus prolongamentos, ao sul.”

E esclarece:

“Partindo da rua Silva Jardim verificamos que o plano ao norte desta artéria representa projeto novo, sem preocupação de aproveitamento de arruamentos existentes, enquanto que a parte ao sul da referida rua representa mais ou menos aproveitamento do velho plano da cidade com as modificações imprescindíveis, algumas mesmo radicais, como por exemplo, o alargamento da rua do Comércio para 12.m00, a construção de uma avenida de 16,m00 a partir da rua Silva Jardim conquistando terreno ao rio Potengi, o prolongamento de Avenida Tavares de Lira até à cota cinco, retificação dos alinhamentos das ruas da Conceição e Coronel Bonifácio com o aproveitamento da atual Catedral, concordância da praça João Maria com a rua Pedro Soares e o alargamento do cruzamento desta rua com a Avenida Rio Branco”.

.....

Os pontos de mais importância de ordem geral, nesta parte do plano são os seguintes: o proporcionamento de quatro acessos entre o bairro baixo e a cidade alta, em vez de um apenas, existente hoje; o estabelecimento de um bairro jardim na zona hoje conhecida pelo nome de Limpa; a construção de um boulevard de contorno partindo da cidade baixa, de perto do cais do porto, marginando a princípio o rio Potengi, depois contornando a cidade jardim, e por fim, marginando o Oceano até às praias do Meio e da Areia Preta; a construção de uma avenida em seguida ao cais do porto, conquistando terreno ao rio Potengi, de modo a poder a cidade oferecer um aspecto agradável para o porto” (24).

A cláusula III do contrato dispõe:

“O trabalho a que em virtude do presente contrato se obriga o arquiteto contratante, constará:

a) de uma planta do projeto da cidade, em pranchas, em papel cançon reforçado à tela, com referências aos atuais alinhamentos e construções, em escala de 1.1000, em

aquarela policromica, com projeções de sombras, compreendendo os quarteirões administrativo, comercial, industrial, a cidade recreio e os bairros residencial e operário. Esta planta geral do projeto, em escala de 1.1000, abrangerá toda área limitada ao Norte pelo projeto da cidade recreio no local atualmente denominado "Limpa", a Leste pelo Oceano Atlântico, desde o Forte dos Reis Magos, até a Praia da Areia Preta; ao Sul pela Avenida 16 e seu prolongamento até o Rio Potengi; a Oeste pelo Rio Potengi, desde o prolongamento da Avenida 16 até o Forte dos Reis Magos. Nesta mesma planta serão indicadas a localização da iluminação pública, viação urbana, arborização, passeios, locais para feiras, mercados, matadouros, cemitérios e demais estabelecimentos municipais.

b) perfis transversais em escala de 1.100, de todos os tipos de ruas e avenidas consideradas no projeto" (25).

Como então previsto, o Plano Palumbo veio sendo executado por etapas sucessivas. O Prefeito Miguel Bilro abriu a Avenida Rio Branco até a Ribeira, o Prefeito Sylvio Pedroza iniciou, com a Avenida Circular a grande via contorno, o Prefeito Agnelo Alves deu novo acesso ao bairro do Alecrim. Mas as deformações do Plano Palumbo são maiores do que as suas aplicações. Na cláusula IV do contrato ficara estabelecido que o projeto deveria conciliar as normas de estética e os preceitos de urbanismo com interesses da Prefeitura, no sentido de reduzir ao mínimo as desapropriações, movimentos de terra e obras de arte. Como se vê, um projeto adequado às peculiaridades do município.

Restaria investigar as origens, a significação e a cronologia da toponímia urbana e interurbana: Ribeira, Rocas, Quintas, Passo da Pátria, Ponta do Morcego, Montagem, Areia Preta, Limpa, Oitizeiro, Manoel Filipe, Areial, Barro Vermelho, Cacimba de São Tomé, Lagoa Seca, Mãe Luíza, Morro Branco, Carrasco, Alecrim, Baixa da Beleza, Solidão, Monte, Morro do Pinto, Refoles, Baldo, etc. Esta investigação porém será transportada para outro capítulo.

Em 1941-1942 tinha Natal 200 logradouros públicos:

- Ribeira, 31: - duas esplanadas
 - duas avenidas
 - três praças
 - quatorze ruas
 - um beco
 - nove travessas

- Cidade Alta, 58: - três avenidas
 - doze praças
 - trinta e quatro ruas
 - dois becos
 - sete travessas

- Tirol, 11: - quatro avenidas
 - sete ruas

- Petrópolis, 18: - quatro avenidas
 - duas praças
 - doze ruas

- Alecrim, 35: - duas avenidas
 - duas praças
 - vinte e oito ruas
 - três travessas

- Rocas, 12: - uma avenida
 - uma praça
 - dez ruas

- Praia do Meio, 8: - duas praças
 - seis ruas

- Lagoa Seca, 5: — duas avenidas
 — duas ruas
 — uma estrada

- Carrasco, 18: - dez avenidas
 - oito ruas

Dessas duas centenas de logradouros, 66 eram pavimentados a paralelepípedos, 14, de pedras irregulares e 2 de macadame simples. Iluminados a luz elétrica, somente 176 (26).

A seguir, um quadro da evolução demográfica, em vários períodos, abandonados outros, relativos a 1907-1912, que por sua incoerência não coincidem nem com os precedentes nem com os posteriores, criando inexistentes problemas de interpretação:

1885	6.454
1870	8.909
1872	20.392
1890	13.725
1920	30.696
1940 perímetro urbano	51.479
município	54.366
1950 perímetro	94.812
município	103.215
1960 perímetro urbano	154.276
município	162.237
1968 perímetro urbano	175.982
município	239.590 (estimativa)
1970 perímetro urbano	255.223
município	270.127

Estas, as linhas do quadro da cidade que Manoel Mascarenhas Homem fundou por ordem de Sua Majestade, desde o chão elevado e firme até os confins de Mãe Luíza e Neópolis, o mais novo bairro da cidade embora sem continuidade urbanística.

- 1 — *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LVII, 1935, págs. 42-45.
- 2 — Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, s.d., revisão de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, pág. 378.
- 3 — Diogo de Campos Moreno, *Livro que dá Razão do Estado do Brasil — 1612*, edição crítica, com introdução e notas de Hélio Vianna, Recife, Arquivo Público Estadual, 1955, pág. 209.

- 4 — Adriano Verdonck, “Descrição das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil em 20 de maio de 1630”, tradução de Alfredo de Carvalho (*Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, vol. IX, n. 55, 1901, págs. 215-227).
- 5 — Domingos da Veiga, “Descrição do Rio Grande”, *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, t. XXXIV, 1920, págs. 258-260.
- 6 — Adriaen van der Dussen — *Relatório sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil pelos holandeses*” (1639), tradução, introdução e notas de José Antônio Gonsalves de Melo Neto, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947, págs. 78-79.
- 7 — Gaspar Barleu, *História dos Feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil pelos holandeses*, tradução e anotações de Cláudio Brandão, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação, MCMXL, pág. 128.
- 8 — Joan Nieuhof, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, tradução de Moacir M. Vasconcelos, introdução, notas e crítica bibliográfica de José Honório Rodrigues, São Paulo, Livraria Martins, 2ª ed., 1951, págs. 59-60. A mesma informação em Dussen, loc. cit., e Barleu, loc. cit.
- 9 — Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Documentos Históricos*, vol. XCIII, 1951, págs. 203-205.
- 10 — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, vols. XI-XIII, 1913-1915, pág. 175.
- 11 — F.A. Oliveira Martins, *Um Herói Esquecido (João da Maia da Gama)*, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1944 (vol. 100, da “Coleção Pelo Império”), pág. 97.
- 12 — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, vols. XXV-XXVI, 1928-1929, págs. 250-253.
- 13 — Domingos Monteiro da Rocha, *Relaçam de toda a extensão desta Cap^a do Rio Grande do Norte e sua divisão, Freguezias, Povoaçoins, Rios asim navegáveis, como inavegáveis, que nela se contém*, texto em A.T. de Lira — Vicente S. Pereira de Lemos, *Apontamentos sobre a questão de Limites entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte*. Natal, Tip. de “A República”, e de “O Século”, 1904, vol. II, págs. 114-118).

- 14 — Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo, São Paulo, Companhia Editora Nacional, (vol. 221 da Coleção Brasileira), 1942, pág. 110.
- 15 — Rocha Pombo, *História do Rio Grande do Norte*, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1922, pág. 205.
- 16 — Relatório do capitão-tenente João José Lisboa, 18.2.1886, Anexo à Fala do presidente José Moreira Alves da Silva lida a 15.3.1886, Natal, Tip. do Correio do Natal, 1886.
- 17 — Relatório Anexo ao do vice-presidente da província, coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, a 11.6.1873, à Assembléia Legislativa Provincial, Rio de Janeiro, Tipografia Americana, 1873, págs. 43-44.
- 18 — Relatório do vice-presidente Manoel Januário Bezerra Monte-Negro a 4.12.1878, à Assembléia Legislativa Provincial, Pernambuco, Tip. do Jornal do Recife, 1879, pág. 17.
- 19 — Relatório do presidente Henrique Pereira de Lucena à Assembléia Legislativa Provincial, 5.10.1872, Rio de Janeiro, Tip. Americana, 1873, págs. 36-37.
- 20 — Relatório cit., págs. 40-41.
- 21 — Manoel Ferreira Nobre, *Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*, prefácio e notas de M. Rodrigues de Melo, Rio de Janeiro, Editora Pongetti, 2ª ed., 1971, págs. 40-41.
- 22 — Artur Dias, *Brasil Atual*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940, pág. 189 .
- 23 — Relatório do Secretário do Governo, Henrique Castriciano, anexo à Mensagem do Governador Augusto Tavares de Lira ao Congresso Legislativo do Estado, 14.7.1904, Natal, Tip. de “A República”, 1905, págs. 34-35.
- 24 — Relatório apresentado à Intendência Municipal de Natal, 30.1.1930, pelo prefeito Omar O’ Grady, Natal, Imprensa Oficial, s.d., págs. 13-14.
- 25 — Relatório cit., pág. 48.
- 26 — Anfilóquio Câmara, *Cenários Municipais* (1941-1942), Natal, Oficinas Gráficas do DEIP, 1943, pág. 239.

3 poemas ao acaso

Luiz Rabelo

I

Aonde este rumo? Para que noites
(ou dias?) me vou?
Dias não
noites.
Noites sem archotes
sem estrelas
sem recônditas
relvas verdes
sem a filha do rei.
E nem adianta imaginar-me pássaro
que de repente
vejo-me sem asas
sem azul.
Quando se bebe a tristeza
de uma janela fechada
vê-se a certeza
de que não somos nada.
Aonde esta dor que não sei doer-me
para improvisar
cantar

morrer?
Dura lei
esta de morrerem
todas as manhãs
sem a esperança da amada
as primaveras sem rumo.

II

O vento salino
em dezembro
na minha cidade
traz das gaivotas o grito.

Áspero não é o vento
na minha cidade.

O vento na minha cidade não vem em fuga
demora-se
mora dentro de mim.
É um vento que vem
das praias
de minha infância
um vento sem guerras
sem operários escravizados
um vento que não restringe a liberdade
que não semeia a discórdia
não forja revoluções
nos quatro cantos do mundo.

Na minha cidade
áspero não é o vento.
O vento do mar na minha cidade
não envelhece o silêncio da tarde.
É um vento jovem
não toca sinos de cinza

não usa capuzes de inverno
não caminha com pés de neblina.

O vento salino
em dezembro
na minha cidade
traz das gaivotas o grito.

Áspero não é o vento na minha cidade.

Os homens é que fazem áspera a minha cidade.

III

Inútil que te lamentos
amargamente.
Que pegues o revólver
e o revires no dedo.
Vê que em tudo
os frutos buscam amadurecer.
Não ouves? Não por acaso
o poema acontece
e a flor se abre
aos ventos de dezembro.
Joga para longe o teu olho de vidro
frustrado e em pânico.
Um dia descobrirás a porta secreta
que dá para o salão da vida.

Natal, 1º de janeiro de 1978.

História do “Teatro Alberto Maranhão”

(.)

Meira Pires

Eu fiz!

Ao decidir escrever a História do Teatro “Alberto Maranhão”, assumi o compromisso pessoal de encerrá-la no dia de minha investidura como Delegado do Serviço Nacional de Teatro, do ex-Ministério de Educação e Saúde, o que ocorreu, como já está dito anteriormente, no dia 5 de março de 1952. Não me sentiria à vontade para ir adiante porque, certamente, seria traído pelo entusiasmo e pela emoção o que culminaria, sem a menor dúvida, em destacar a obra que realizei. Afinal de contas, ao concluir este trabalho, estou com mais de 26 anos na direção do Teatro. Assim, tudo quanto ocorreu durante esse período tão longo se confunde comigo. Ele é a História singela de um homem que se entregou por inteiro a uma causa, sofrendo incompreensões e injustiças embora sempre decidido e firme para poder desempenhar a sua missão.

Destarte, a História do Teatro fica interrompida à espera de que, no futuro, surja alguém para continuá-la. Assim mesmo, escrevi

(*) Capítulo final do livro “História do Teatro Alberto Maranhão”, que brevemente circulará.

sobre nada menos de 48 anos de sua existência gloriosa. Procurei ser o mais fiel possível à beleza da finalidade que tanto o distingue como centro polarizador das atividades desenvolvidas na Cidade, sob os mais variados aspectos. Cheguei mesmo ao ponto, como fácil será observar, de fazer algo parecido com um calendário do seu dia-a-dia, a partir da sua inauguração. Na verdade, esse trabalho foi por demais cansativo exigindo paciência e tempo. Dele me desincumbi com a melhor satisfação, porque compenetrado da contribuição prestada à própria História da nossa terra.

Para quem desejar prosseguir esse esforço, deixo tudo por demais facilitado. Há, no Teatro, um arquivo excelente para esse fim. Não será necessário pesquisar em outras fontes, como fui forçado a fazer no decurso de todos esses anos. Ele dispõe de subsídios suficientes à continuidade dessa bela página da História do Estado, notadamente no campo da sua cultura.

Quero, no entanto, sem qualquer vislumbre de vaidade, relacionar, mais como um roteiro do que como desejo de enaltecimento, o que me foi possível fazer até os dias presentes.

Começo por lembrar os melhoramentos parciais executados a partir de 1952 até meados de 1959, quando foi iniciado o exaustivo serviço de restauração integral e que contribuiu para transformar o velho Teatro num ambiente confortável, condigno e tecnicamente equipado para permitir a realização de todo e qualquer espetáculo. Nessa restauração de 1959/1960, o estilo do prédio foi mantido e muita coisa que haviam modificado tive o elementar cuidado de recompor.

Recordo, agora, com a nostalgia própria dos homens de minha idade, o dia em que foi retirado todo o madeiramento apodrecido do palco, do urdimento, dos forros do auditório, galeria, gerais, camarotes e frizas, tanto quanto recorde a substituição de tudo isso por material da melhor qualidade. Não tenho como esquecer a recuperação e soldagem do teto de zinco importado de Paris e a decisão de decorar o Teatro com trabalhos em gesso: as *sancas*, que permitiram uma iluminação indireta; os afrescos e cornijas, a rosácea central, também trabalhados em gesso; o mobiliário novo do auditório, dos camarotes, das frizas e demais dependências que foram alcatifados; o estofamento, em veludo, de todos os corrimões; o equipamento do palco com *pano de boca* de veludo, ciclorama, lanternas, gambiarras e tangões refletores, spot-lights, resistências e sistema de som; os camarins com os novos

forro e piso, a nova pintura, dispondo, ainda, de divãs para o descanso dos artistas e bancadas com iluminação especial para a maquilagem deles; a restauração do Salão que fica por trás da “caixa” e que outrora serviu ao Conservatório de Música, para nele instalar o Curso de Balé; o novo forro, mobiliário e decoração do Salão Nobre, que muito ganhou em requinte e bom gosto; as lajes de concreto, de piso e forro, que circundam o jardim e piso de cerâmica em toda a extensão do mesmo; a instalação de uma rede telefônica, interna e externa.

Relembro, com humana e natural melancolia, o meu diuturno esforço para convencer os governantes da época de que tudo isso representava um empreendimento definitivo para eles próprios. Essa tarefa foi, com efeito, por demais extenuante. Terminei, todavia, por conseguir que eles me entendessem e me ajudassem. Sou-lhes reconhecido, portanto. A todos, sem exceção, inclusive os sucessores, que, uns mais, outros, menos, ofereceram suas parcelas de cooperação, desejo consignar o meu melhor apreço e o meu melhor respeito pela gentileza com que atenderam aos meus apelos para poder tornar concreta a minha obra. Esta, na verdade, eram como é, muito mais do Rio Grande do Norte e do seu povo.

Sempre fiz o jogo do Teatro, para o Teatro e pelo Teatro. Não me arrependo de uma única posição assumida para exercitá-lo em sua plenitude. Tinha uma meta e me dispunha alcançá-la a qualquer preço, em honra do bem comum. Ao atingi-la, era um homem maduro e amadurecido pelo sofrimento, decepções e desilusões de tudo e de quase todos. As lutas continuadas e árduas em que me envolvi, eram as responsáveis por esse meu estado de espírito. De nada me arrependo, repito, porque combati em favor de uma causa nobre e justa. Até mesmo a minha surdez, irrecuperável e implacável, foi-me benéfica porque me impediu de ouvir o esbravejar magoado dos frustrados que somente sabem apoucar o que é consequência da vocação e do poder mental dos que eles agridem. Se eu não concordasse em que o homem só se realiza quando morre, sentir-me-ia completamente realizado. Uma coisa, todavia, é certa: o que construí com abnegação, tenacidade e crença imutável, há de ficar à lembrança coletiva e muito mais cedo do que eu mesmo possa esperar, a minha verdade brilhará com aquela mesma intensidade do sol depois das tempestades... O que resultar dessa verdade, dedico, de muito bom grado, ao meu Estado, pelo qual, no meu difícil e complexo campo de atuação, ofereci o melhor de minha vida,

de minha mocidade e do meu amor. Nada reivindico como retribuição. Suficiente é, para mim, nesta altura dos acontecimentos, a esperança de que não serei esquecido por outros idealistas que sonharão os mesmos sonhos e, para que eles se concretizem, seguirão, certamente, o meu exemplo de dedicação e afeto por tudo quanto é fruto bem brotado e vicejante da inteligência bem dirigida. Esta certeza é o quanto basta para que eu me sinta recompensado das canseiras e livre de ressentimentos dos que, na expressão generosa com que me distinguiu Mestre Câmara Cascudo, “disseram que o peixe não sabia nadar e que o pássaro não tinha asas”... Por fim, concordo com Rimbaud: “Há uma certa destruição que é necessária.”

“É fácil simpatizar com os sofrimentos de um amigo. Simpatizar com os seus triunfos, exige um coração muito nobre”, como costumava dizer Oscar Wilde. Adotando esse mesmo ponto de vista nunca pedi, exigi ou insinuei que simpatizassem com os meus sucessos. Não solicitei aplausos para a consecução vitoriosa do I Festival Nortista de Teatro Amador, levado a efeito entre 10 e 20 de outubro de 1955, com o comparecimento de grupos teatrais amadoristas da Bahia ao Ceará; tampouco para a iniciativa de fundar em 1956, o Teatro de Cultura do Natal integrado por figuras expressivas da sociedade natalense e que levou à cena espetáculos inesquecíveis, importando, para montá-los, diretores da categoria de Walter de Oliveira e de Graça Melo; muito menos pelo êxito do I Congresso Brasileiro de Teatro Amador, entre 10 e 20 de outubro de 1958, que reuniu, em Natal, representantes de 17 Estados brasileiros e do qual resultou a fundação da Sociedade Nacional de Teatro Amador (Sonata); nada, também, pelo resultado feliz do I Festival Nortista de Amadores do Autor Teatral Brasileiro que congregou, entre 24 de março a 4 de abril de 1960, grupos teatrais amadoristas da Bahia ao Ceará, autores consagrados e representantes de entidades de classe de todo o Brasil; nada, mais uma vez, pelo I Encontro dos Diretores de Teatros do Norte e Nordeste, que foi honrado com a presença de Diretores de Teatros e de Grupos das duas regiões, autoridades como o Ministro de Educação e Cultura, deputado Oliveira Brito, Dr. Edmundo Moniz, Diretor do Serviço Nacional de Teatro e assessores do órgão e que se processou entre 28 e 30 de março de 1962; coisa alguma pela deliberação de fazer voltar às atividades, em 1963, o Teatro Escola do Natal que encenou peças importantes, revelou atores e contratou diretores do gabarito de Hermilo Borba Filho,

Walter de Oliveira e Milton Baccareli; coisa alguma, muito menos, pela promoção de bailes a rigor, no jardim e Salão Nobre, que reviveram um passado da mais alta significação e sensibilidade contribuindo, por outro lado, para diluir, duma vez por todas, a impressão daqueles que tanto deslustraram e tanto arruinaram, moral e materialmente, a nossa Casa de Cultura.

Ibesn afirmava, com muita propriedade: “Nunca compreendi bem a solidariedade. Aceitei-a como um tradicional artigo de fé.” Por me confundir com essa filosofia, ignorei a solidariedade pela implantação da central de ar condicionado no Teatro, sem afetar a sua estrutura e pela criação da Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Norte, entregue à competência do Maestro e Regente Mário Cândia, fatos ocorridos no ano de 1975, bem como pela sua conservação e manutenção até hoje, sem que pelas minhas mãos passassem verbas para esse fim. Tudo quanto ele recebe é diretamente adquirido pela unidade específica da Secretaria de Educação e Cultura, não sendo poucas e facilmente removíveis as dificuldades para o atendimento do que é requisitado.

Do mesmo modo que não solicitei simpatia e solidariedade às conquistas antes mencionadas, tive o cuidado de manter esse posicionamento quando alcancei o ponto culminante da carreira ao ser empossado, no dia 7 de abril de 1967, no cargo de Diretor do Serviço Nacional de Teatro, do Ministério de Educação e Cultura, no qual tive o ensejo de lançar o Plano Nacional de Popularização do Teatro que me valeu o reconhecimento da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), que fez inaugurar o meu busto, em bronze, no jardim do Teatro “Alberto Maranhão” para onde voltei, por razões de saúde, mais desencantado, é certo, embora consciente de que não devia dizer “Tudo se consumou”, mas, “Tudo começou”, à semelhança do Jesus de “A última tentação”, de Nikos Kazantzaki.

Com efeito, tudo começou e tem recomeçado do meu retorno a esta parte. Até quando, não sei. Posso assegurar que as vicissitudes e os desalentos repetidos, ainda não tiveram a força suficiente para me determinar cortar essa espécie de cordão umbilical que me prende ao tradicional Teatro. Quando isto tiver de acontecer, por qualquer motivo, em decorrência do peso da idade ou complementação do tempo de serviço, espero poder reunir os meus netos, na minha “taba”, ao redor de uma confortável cadeira de balanço, numa noite lírica de

saudade, para a eles contar todos esses episódios. Suponho que algum deles possa duvidar e, então, com a mesma prudência do personagem de "Y-Juca Pirama", de Gonçalves Dias, responderei: "Meninos, eu vi!". Aí, talvez, com os olhos voltados para o infinito, observando a brincadeira de esconde-esconde da lua sentimental com as nuvens, encerre a narrativa com completa tranqüilidade interior, dizendo: eu FIZ!

o o o

Natal-Setembro-1978

Notas e Recomendações

A Academia Norte-Rio-Grandense de Letras instalou-se no dia 15 de maio de 1937. Naquele dia, o acadêmico HENRIQUE CASTRICIANO leu um trabalho sobre a literatura do Rio Grande do Norte e o trabalho foi considerado como seu discurso de posse.

XXXXXX

O acadêmico BRUNO PEREIRA, ocupante da cadeira n° 10, eleito a 14.11.1936, até hoje não tomou posse.

XXXXXX

O acadêmico SEBASTIÃO FERNANDES DE OLIVEIRA, ocupante da cadeira n° 15, eleito também a 14.11.1936, morreu quando elaborava seu discurso de posse.

XXXXXX

O acadêmico FRANCISCO PALMA, igualmente eleito naquela data de 1936, ocupante da cadeira n° 16, gravemente enfermo, foi empossado sem discurso de posse, por proposta do confrade HÉLIO GALVÃO.

XXXXXX

O acadêmico LUIZ GONZAGA DO MONTE, eleito ainda no mesmo ano de 1936, ocupante da cadeira n° 22, faleceu sem tomar posse.

XXXXXX

O acadêmico TÉRCIO ROSADO MAIA, ocupante da cadeira

nº 32, a morte lhe bateu à porta, logo depois da eleição, no dia 26.06.1960.

XXXXXX

O acadêmico HUMBERTO DANTAS, ocupante da cadeira nº 9, eleito no dia 28.06.1970, faleceu, em São Paulo, quando preparava o discurso de posse. A parte iniciada foi publicada na revista nº 9, pág. 219. O manuscrito foi encontrado por sua secretária, que teve certa dificuldade em interpretar o rascunho.

XXXXXX

O acadêmico ANTÔNIO PINTO DE MEDEIROS, ocupante da cadeira nº 15, eleito em 06.06.1946, por certos desentendimentos, renunciou à cadeira.

XXXXXX

O acadêmico OTONIEL MENESES, ocupante da cadeira nº 23, eleito no dia 01.05.1958, faleceu antes da posse.

XXXXXX

EDINOR AVELINO, ocupante da cadeira nº 35, eleito no dia 13.04.1967, tomou posse 8 anos depois, no dia 22 de maio de 1975, por delegação do seu filho Gilberto, a quem coube ler o discurso de posse.

O Difícil Problema do Hífen

Ascendino Almeida

O emprego do hífen constitui um problema difícil, para cuja solução, a nosso ver, seria necessário um reestudo do assunto.

No Latim, nossa Língua-mãe, não existe o hífen. Em outras línguas, ele tem aplicação mais restrita do que no Português, facilitando, conseqüentemente, a sua correta utilização.

Tratando-se de assunto vasto e complexo, destinado a uma revista onde são muitos os colaboradores, não quisemos aqui abordá-lo na sua totalidade, o que se tornaria demasiado longo, reservando-nos, porém, o direito de concluí-lo, em publicação posterior. Estudaremos hoje, portanto, apenas um dos seus aspectos: *O hífen nos derivados*.

Acompanharemos o nosso trabalho de algumas observações e comentários, por vezes críticos, que nos pareceram oportunos.

O HÍFEN NOS DERIVADOS

Derivação, em gramática, é um processo de formação voca-
bular de que surgem palavras novas pelo acréscimo de prefixos e/ou
sufixos.

Não ingressaremos no domínio complexo da derivação. Estamos escrevendo para leitores suficientemente instruídos, o que nos dispensa as minudências.

Subdividiremos o assunto em dois itens: 1. *Hífen e Sufixos*; 2. *Hífen e Prefixos*.

1. *Hífen e Sufixos* — Apenas três sufixos — *Açu, Guaçu e Mirim* — são precedidos de hífen, considerando-se as seguintes condições:

1ª) quando a palavra que os antecede termina em vogal acentuada graficamente:

amoré-guaçu (peixe); cajá-açu (árvore); cajá-mirim; Ceará-Mirim.

Sem hífen, porém: Mogimirim, Mogiguaçu, pois a vogal “i” da palavra “Mogi” não tem acento gráfico.

2ª) quando se tem o intuito de evitar erros de pronúncia:

capim-açu (gramínea). Este vocábulo, não sendo hifenizado (capimaçu), poderia levar a uma pronúncia incorreta.

2. *Hífen e Prefixos* — Em relação aos prefixos, o emprego do hífen é bem mais amplo. Vários prefixos são seguidos de hífen antes de vogal, H, R, S; outros são hifenizados antes de H, R, ou S; alguns obrigam o hífen antes de R ou B e poucos exigem o hífen apenas antes de vogal. Há ainda determinados prefixos que recebem hífen antes de qualquer letra e os que nunca admitem o hífen.

A seguir, transcreveremos um quadro que facilita a compreensão na maioria dos casos e ainda tem a vantagem de proporcionar uma pronta consulta em casos de dúvida.

O hífen antes de vogal, H, R, S ou B

	VOGAL	H	R	S	B
1.	<i>auto</i>	<i>auto</i>	<i>auto</i>	<i>auto</i>
2.	<i>contra</i>	<i>contra</i>	<i>contra</i>	<i>contra</i>
3.	<i>extra</i>	<i>extra</i>	<i>extra</i>	<i>extra</i>
4.	<i>infra</i>	<i>infra</i>	<i>infra</i>	<i>infra</i>
5.	<i>intra</i>	<i>intra</i>	<i>intra</i>	<i>intra</i>
6.	<i>neo</i>	<i>neo</i>	<i>neo</i>	<i>neo</i>
7.	<i>proto</i>	<i>proto</i>	<i>proto</i>	<i>proto</i>
8.	<i>pseudo</i>	<i>pseudo</i>	<i>pseudo</i>	<i>pseudo</i>
9.	<i>semi</i>	<i>semi</i>	<i>semi</i>	<i>semi</i>
10.	<i>supra</i>	<i>supra</i>	<i>supra</i>	<i>supra</i>
11.	<i>ultra</i>	<i>ultra</i>	<i>ultra</i>	<i>ultra</i>
12.	<i>circum</i>	<i>circum</i>
13.	<i>mal</i>	<i>mal</i>
14.	<i>pan</i>	<i>pan</i>
15.	<i>ante</i>	<i>ante</i>	<i>ante</i>
16.	<i>anti</i>	<i>anti</i>	<i>anti</i>
17.	<i>arqui</i>	<i>arqui</i>	<i>arqui</i>
18.	<i>sobre</i>	<i>sobre</i>	<i>sobre</i>
19.	<i>inter</i>	<i>inter</i>
20.	<i>super</i>	<i>super</i>
21.	<i>entre</i>
22.	<i>sub</i>	<i>sub</i>
23.	<i>ab</i>
24.	<i>ad</i>
25.	<i>ob</i>
26.	<i>sob</i>

Exemplos relacionados ao quadro anterior
Prefixos Hifenizados antes de vogal, H, R ou S
(Auto-contra-extra-infra-intra-neo-proto-pseudo-semi-supra-ultra)

1. Auto

auto-afirmação; auto-educação; auto-idolatria; auto-intoxicação; auto-ônibus; auto-hemoterapia; auto-retrato; auto-suficiência.

Conseqüentemente, grafam-se sem hífen:

autobiografia; autoclínica; autodidata; autofinanciamento; autolotação; autopeças; autotransformador; autovacina; autoviação etc.

2. Contra

contra-almirante; contra-indicação; contra-ofensiva; contra-habitual; contra-reforma; contra-regra; contra-senso etc.

Grafam-se, porém, sem hífen:

contrabandista; contracheque; contradança; contrafilé; contragolpe; contramestre; contrapeso; contratorpedeiro; contraveneno etc.

3. Extra

extra-oficial; extra-orçamentário; extra-uterino; extra-humano; extra-regimental; extra-sensível etc.

Única exceção: extraordinário

Não hifenizados:

extracerebral; extraconjugal; extragenital; extrajudicial; extralegal; extramatrimonial; extranumerário; extraprograma; extraterritorial etc.

4. Infra

infra-assinado; infra-escrito; infra-estrutura; infra-ocular;
infra-orbitário; infra-hepático; infra-renal; infra-som etc.

Sem hífen:

infracitado; infralabial; infranasal; infravermelho etc.

5. Intra

intra-abdominal; intra-auricular; intra-ocular; intra-ósseo;
intra-uterino; intra-hepático; intra-raquidiano; intra-renal;
intra-retal; intra-seroso etc.

Conseqüentemente:

intracraniano; intracardiaco; intracelular; intracerebral;
intramedular; intramuscular; intranasal; intrapulmonar
intratorácico; intravenoso etc.

6. Neo

neo-asiático; neo-escolástica; neo-impressionismo;
neo-humanismo; neo-republicano; neo-romantismo;
neo-socialismo etc.

Mas:

neocatolicismo; neoclassicismo; neoformação; neoplasia;
neotomismo etc.

7. Proto

proto-evangelho; proto-história; proto-revolucionário;
proto-satélite etc.

Entretanto:

protocanônico; protocirurgia; protomártir; protozoologia etc.

8. Pseudo

pseudo-apóstolo; pseudo-herói; pseudo-rainha; pseudo-sábio etc.

Contudo:

pseudociência; pseudomembrana; pseudopoeta; pseudotuberculose etc.

9. Semi

semi-analfabeto; semi-eixo; semi-inconsciente; semi-internato; semi-oficial; semi-histórico; semi-rígido; semi-selvagem; semi-sólido etc.

Todavia:

semibárbaro; semicírculo; semiconsciência; semideus; semiditongo; semifinalista; semilíquido; semimorto; seminudez; semivogal etc. Veja Comentários e Críticas (nº. 1).

10. Supra

supra-axilar; supra-esternal; supra-excitação; supra-indicado; supra-hepático; supra-renal; supra-sensível; supra-sumo etc.

Porém:

supracitado; supranormal; supranumerário; supratorácico etc.

11. Ultra

Ultra-essência; ultra-infernal; ultra-humano; ultra-rápido; ultra-realista; ultra-romantismo; ultra-secular; ultra-som etc.

Contrariamente:

ultracurto; ultramarino; ultramicroscópico; ultraparadoxal; ultravioleta etc.

***Prefixos Hifenizados antes de Vogal ou H
(Circum - Mal - Pan)***

12. Circum

circum-adjacente; circum-anal; circum-uretral;
circum-hospitalar etc.

Conseqüentemente:

circumpolar; circunavegação; circunvagiar; circunvizinhança
etc.

13. Mal

mal-arrumado; mal-assada; mal-assombrado; mal-educado;
mal-entendido; mal-estar; mal-humor; mal-humorado etc.

Sem hífen:

malcasado; malcomportado; malcriado; maldizer; malfeito;
malmequer; malnascido; malvisto etc. Veja Comentários e
Críticas (nº. 3 e 4).

14. Pan

pan-americano; pan-asiático; pan-helenismo etc.

Não hifenizados:

pandemônio; pangermanismo; panlatinismo; pantelegrafia
etc.

Prefixos Hifenizados antes de H, R, ou S
(Ante - Anti - Arqui - Sobre)

15. Ante

ante-histórico; ante-republicano; ante-sala etc.

Sem hífen:

anteato; antebraço; antecâmara; anteclassico; antecristo; antedatado; antediluviano; antegoço; antemanhã; antenupcial; anteontem; antepassado; antepenúltimo; anteprojecto etc.

16. Anti

anti-hemorrágico; anti-higiênico; anti-histamínico; anti-histórico; anti-rábico; anti-racial; anti-reforma; anti-religioso; anti-republicano; anti-semita; anti-sepsia; anti-séptico; anti-social etc.

Mas:

antiabortivo; antiabrasivo; antiacadêmico; antiácido; antiaéreo; antialcoólico; antiasmático; antibacteriano; antibiótico; anticético (1); anticlerical; anticoncepcional; anticonstitucional; anticristo; antiestético; antifebril; antiinflamatório; antijurídico; antimagnético; antinatural; antioxidante; antipapa; antipedagógico; antipirético; antitetânico; antitoxina; antivenéreo etc. Veja Comentários e Críticas (nº. 1).

(1) *Nota:* Observe-se a diferença de significação entre as palavras “anticético” ou “anticéptico” e “anti-séptico”. A primeira significa “contrário aos céticos”, isto é, aos descrentes; a 2ª significa “substância química usada no combate a germes”.

17. Arqui

arqui-hierarca; arqui-romântico; arqui-secular etc.

Não hifenizados:

arquiavô; arquiabancada; arquidiocese; arqui episcopado; arquiinteligente; arqui milionário etc. Veja Comentários e Críticas (nº. 1).

18. Sobre

sobre-humano; sobre-restar; sobre-saia; sobre-solo etc.

Exceções: sobressair; sobressalente; sobressaltar; sobressaltear; sobressalto.

Também sem hífen:

sobrealimentação; sobreaviso; sobrecarta; sobrecarga; sobrecomum; sobreeminente; sobreloja; sobremesa; sobrenatural; sobrenome; sobrepairar; sobretaxa; sobretudo; sobrevida; sobrevivência; sobrevôo etc.

Prefixos Hifenizados antes de H ou R (Inter - Super)

19. Inter

inter-humano; inter-regional; inter-relação; inter-resistente etc.

Não hifenizados:

Interarticular; intercelular; interclubes; intercolegial; intercontinental; interdependência; interdigital; interestadual;

interglobular; interligação; intermaxilar; interministerial; intermunicipal etc. Veja Comentários e Críticas (n.º 2).

20. Super

super-homem; super-realista; super-requintado; super-resfriado etc.

Sem hífen:

superabundante; superalimentação; supercivilização; superclasse; superdotado; supereminente; superestimar; superintendente etc.

Prefixo Hifenizado antes de H

(Entre)

21. Entre

entre-hostil (único exemplo)

Sem hífen, porém:

entreato; entreouvir; entressemeiar; entrevisão; entrevista etc.

Prefixo Hifenizado antes de R ou B

(Sub)

22. Sub

sub-raça; sub-ramo; sub-região; sub-regional; sub-rogar; sub-base; sub-bibliotecário; sub-borato; sub-bosque etc.

Mas:

subaéreo; subagudo; subalimentação; subaquático; subchefe; subclasse; subconsciente; subcutâneo; subdelegado;

subdesenvolvido; subdiretor; subdivisão; subemenda; subentender; subestimar; subgerente; subgrupo; subinspetoria; subintendente; sublegenda; subliminar; sublingual; sublinhar; sublocação; sublunar; submarino; submaxilar; submúltiplo; submundo; subnutrição; subocipital; subocular; suboficial; subordem; subsolo; subtenente; subtônica; subtotal; subumano; subzona etc.

Prefixos Hifenizados antes de R
(AB - AD - OB - SOB)

23. AB

ab-reação; ab-reptício; ab-rogação; ab-rogar etc.

Exceções: abrupção; abruptela; abrupto. Veja Comentários e Críticas (nº. 5).

Sem hífen:

abalienar; abjudicar; abjurar; ablegar; abnormal; absogro etc.

24. AD

ad-referendar; ad-renal; ad-rogar etc.

Porém:

adjudicar; adjunção; adjurar; adnominal; adorbital etc.

25. OB

ob-repção; ob-reptício; ob-rogar etc.

Sem hífen:

obcônico; obdentado; obovóide; obpiramidal etc.

26. SOB

sob-roda; sob-rojar

Entretanto:

sobcapa; sobgrave; sobnegar; sobpor etc.

*Prefixos obrigatoriamente hifenizados antes de qualquer letra
(EX - NUPER - RECÉM - VICE)*

1. EX

(com o sentido de cessamento)

ex-aluno; ex-combatente; ex-deputado; ex-diretor;
ex-governador; ex-ministro; ex-noivo; ex-presidente;
ex-professor etc.

2. NUPER

(prefixo culto equivalente a “recém”)

nuper-falecido; nuper-publicado.

3. RECÉM

recém-casado; recém-chegado; recém-estabelecido;
recém-falecido; recém-findo; recém-liberto; recém-morto;
recém-nascido; recém-saído; recém-vindo etc.

4. VICE

vice-almirante; vice-campeão; vice-chanceler; vice-chefia;
vice-cônsul; vice-governador; vice-líder; vice-prefeito;
vice-presidente; vice-rei; vice-reitor; vice-versa; etc.

Nota: Com esses prefixos, conforme se verifica, não há exceção.

Prefixos que podem admitir o Hífen antes de qualquer letra
(*Além - Aquém - Bem - Co - Pós - Pré - Pró - Sem - Sota - Soto*)

1. Além

(quando as palavras formadas constituem unidades semânticas)
além-fronteiras; além-mar; além-oceano; além-túmulo etc.

2. Aquém

(se as palavras formadas constituírem unidades semânticas)
aquém-fronteiras; aquém-mar; aquém-túmulo etc.

Nota: Não haverá hífen depois dos prefixos “além” e “aquém”, se não constituírem unidades semânticas.

Assim, de acordo com as “instruções”, não serão hifenizadas expressões como: *além Andes, além Atlântico, além Douro, além Minho, além Pirineus* etc. e igualmente: *aquém Andes, aquém Atlântico, aquém Douro, aquém Minho, aquém Pirineus* etc.

Emprega-se, porém, o hífen na expressão *Além-Parafba* porque se trata de um topônimo.

3. Bem

(hifenizado antes de elemento que tenha vida autônoma na Língua ou para evitar erros de pronúncia).

bem-amado; bem-aventurança; bem-casados; bem-ditoso;
bem-educado; bem-estar; bem-fadado; bem-falante;
bem-fazer; bem-feito; bem-humorado; bem-intencionado;
bem-mandado; bem-me-quer; bem-nascido; bem-parecido;
bem-posto; bem-querer; bem-sucedido; bem-vindo; bem-visto
etc.

Grafam-se, porém:

bendito; bendizente; bendizer; benfazejo; benfeitor;
benquerença; benquerente. Veja Comentários e Críticas
(nº. 4).

4. *Co* (hifenizado quando significa “a par”, “conjuntamente”, e o 2º. elemento tem vida autônoma dentro da Língua):

co-aluno (1); co-acusado; co-administração; co-autor; co-autoria; co-avalista; co-credor; co-delinqüente; co-denunciado; co-devedor; co-doador; co-domínio (2); co-educação; co-fiadador; co-herdeiro; co-inquilino; co-interessado; co-latitude; co-opositor; co-participação (3); co-produção; co-proprietário; co-radical; co-redator; co-responsabilidade; co-secante; co-seguro; co-seno; co-tangente etc.

- (1) Ao lado de “co-aluno”, há também a forma “com-aluno”.
- (2) Empregam-se as duas formas: “co-domínio” e “condomínio”.
- (3) São corretas as duas formas: “co-participação” e “comparticipação”.

Grafam-se, porém, sem hífen:

coadquirente; coadquirir; coaquisição; coabitação; coabitar; coessencial; coestadano; coirmão; colitigante; cologaritmo; coobrigação; coocupante; cooficiente; coonestação; comprovinciano; correlacionar etc. Veja Comentários e Críticas (nºs 6 e 7).

5. *Pós, pré, pró*

(quando tônicos; em consequência, acentuados graficamente):

pós-anestésico; pós-bíblico; pós-clássico; pós-comunhão; pós-data; pós-diluviano; pós-dorsal; pós-escrito; pós-fenício; pós-graduação; pós-guerra; pós-homérico; pós-meridiano; pós-natal; pós-operatório; pós-palatal; pós-puterperal; pós-radical; pós-romano; pós-socrático; pós-verbal etc.

pré-agônico; pré-aviso; pré-camoniense; pré-capilar; pré-científico; pré-constitucional; pré-diluviano; pré-eleitoral;

pré-escolar; pré-estréia; pré-história; pré-imperial; Pré-jurídico; pré-literário; pré-médico; pré-molar; pré-natal; pré-nupcial; pré-operatório; pré-peritoneal; pré-romantismo; pré-sístole; pré-terminal; pré-universitário; pré-vertebral; pré-vocacional etc.

pró-aliado; pró-britânico; pró-germânico; pró-homem; pró-paz etc.

Por serem átonos, portanto inacentuados graficamente, grafam-se:

poscefálico; posfácio; pospontar; pospor etc.

preadaptar; precordial; predefinição; predeterminação; predizer; preeminente; preespírito; preestabelecer; prestipulado; preexistir; preformação; prejudgar; prenome; pressupor; previver etc.

procônsul; procriar; prossecretário; protórax; protutor etc.

6. *Sem* (com o sentido de cessamento):

sem-cerimônia (s.f.); sem-família (s. 2 gên.); sem-fim (s.m.); sem-luz (s.m.); sem-nome (s. 2 gên.); sem-par; (s.e adj. 2 gên.); sem-pulo (s.m.); sem-trabalho (s. 2 gên.); sem-vergonha (s. e adj. 2 gên.); sem-vergonhice (s.f.) etc.

Observação: Alguns dos vocábulos acima funcionam exclusivamente como substantivos; outros apenas como adjetivos; ainda outros podem exercer as funções alternadas de substantivos ou adjetivos. Só nessas condições é que eles são hifenizados. Quando têm funções diferentes das indicadas, serão grafados sem hífen (os dois elementos separados).

Exemplifiquemos:

sem-cerimônia (s.f.) — A gente termina se habituando às

sem-cerimônias de certas pessoas. Mas: Ela é uma pessoa *sem cerimônia* (adj.).

sem-família (s. 2. gên.) — Ele, coitado, é um *sem-família*. Porém: Um homem *sem família* (adj.) pode tornar-se infeliz.

Sem-fim (s.m.) — ...“sem os cenários opulentos das serras e dos tabuleiros ou dos *sem-fins* das chapadas.” (Euclides da Cunha, Sertões, p. 24, ed. 1936). Entretanto: Seu terreno é sem fim (adj. = ilimitado).

sem-luz (s.m.) — “Choravam os *sem-luz*,/E os rijos peitos bravos” (Gomes Leal, História de Jesus, p. 108. Todavia: na rua, havia casas *sem luz* (adj.).

sem-nome (s. 2 gên.) — Ele é um *sem-nome* (anônimo). Contudo: Uma rua *sem nome* (adj.) é difícil de ser localizada.

sem-par (s. e adj., 2 gên.) — Esta moça é a *sem-par* da família (subst.). “A verdura *sem-par* destas matas” (adj.) O. Bilac, “Hino à Bandeira Nacional”. No entanto: Eu comprei vários pares de meia, mas veio uma meia *sem par* (loc. adv.).

sem-pulo (s. m.) — Pelé desferiu um *sem-pulo* admirável (chute desferido no momento em que tanto o jogador como a bola estão no ar. Mas: *Sem pulo* (loc. adv.) não é possível atravessar este fosso.

sem-trabalho (s. 2 gên.) — Os *sem-trabalhos* são a grande preocupação dos governadores. Porém: Um homem não pode viver *sem trabalho* (loc. adv.).

sem-vergonha (s. e adj., 2 gên.) — “O Dr. Carmo, pai de filhos, com uma mulher tão boa, namorando agora com aquela *sem-vergonha*” (s.) — José Lins do Rego, Literatura Brasileira Contemporânea, Vol. I., c. 4, p. 41, 1973). Ela

era uma mulher *sem-vergonha* (adj.). Entretanto: Ela apresentou-se no palco, *sem vergonha* nenhuma (loc. adv.).

sem-vergonhice (s. f.) — O procedimento dela foi realmente uma *sem-vergonhice*.

Observação: Não há na Língua o vocábulo isolado “vergonhice”, existindo apenas o derivado “sem-vergonhice”.

7. *Sota* sota-capitão; sota-piloto; sota-vento; sota-voga etc.

Grafam-se, porém:

sotaproa; sotaventar; sotaventear.

Observação: Caldas Aulete e Aurélio Buarque de Holanda grafam sota-proa. Entretanto, o Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa (PVLPE), responsável pela divulgação das normas baixadas em 12 de agosto de 1943, referente ao emprego do hífen (ainda em vigor) manda escrever “sotaproa”.

8. *Soto* soto-capitão; soto-mestre; soto-ministro; soto-piloto etc. Escrevem-se, entretanto: sotopor, sotoposto.

Prefixos não hifenizados

São numerosos. Além de prefixos propriamente ditos, incluiremos aqui formas nominais gregas ou latinas de natureza prefixal.

Por outro lado, no intuito de evitar um número excessivo de citações, excluimos determinados prefixos não hifenizados que, por

entrarem na constituição de formas gráficas já bem conhecidas, não possibilitam quaisquer erros em relação ao hífen.

De cada um, apresentaremos apenas três exemplos, sabido que quaisquer outras palavras formadas por eles não serão hifenizadas.

ACTINO

Actinobactéria; actinomicose; actinoterapia etc.

ADENO

adenoameloblastoma; adenocarcinoma; adenofleimão etc.

AERO

Aeroclube (1); aerofotografia; aerotransporte etc.

(1) É muito comum, principalmente em Natal, escrever-se *aero-clube* (hifenizado) ou *aero clube* (elementos separados sem hífen).

As duas formas são erradas.

AMBI

Ambidestro; ambiesquerdo; ambivalência etc.

ANGIO

angiocardite; angioneurectomia; angioparalisia etc.

ANTROPO

Antropobiologia; antropogeografia; antropossociologia (2) etc.

(2) Quando o elemento prefixal é seguido de palavra começada por "s", este é dobrado: antropo + sociologia = antropossociologia.

ARTRO

artropatologia; artrorreumatismo (3); artrosclerose (4) etc.

(3) Quando o elemento prefixal é seguido de palavra começada por "r", este é dobrado: artro + reumatismo = artrorreumatismo.

(4) Quando o elemento prefixal termina em vogal e é seguido de palavra iniciada por vogal, esta poderá desaparecer, como se vê no exemplo acima: artro + esclerose = artrosclerose.

AUDIO

Audiofrequência; audiorreator; audiovisual etc.

BI

biauricular; birrefringente; bissemanal etc.

BIO

bioestatística; biossocial; biotipologia etc.

BUCO

bucofaringe; bucodental; bucolabial etc.

ENDO

Endocraniano; endoparasito; endorraquidiano etc.

ENTERO

enterocolite; enteromesentérico; enterovacina etc.

ESFENO

Esfenomandibular; esfenopalatino; esfenotemporal etc.

ESTILO

Estilofaríngeo; estilomastóideo; estilomaxilar etc.

FOTO

Fotogravura; fotolitografia; fotomicrografia etc.

GLOSSO

Glossofaríngeo; glossolabiofaríngeo; glossopalatino etc.

HEMI

Hemianestesia; hemiesferoidal; hemissecção etc.

HETERO

Heteroinfecção; heterossexual; heterovalvular etc.

HIPO

hipossensibilidade; hipotermal; hipovitaminose etc.

NASO

Nasocular; nasolabial; nasossinusite etc.

NEURO

Neurocirurgião; neuroparalisia; neurossensitivo etc.

PERI

Periocular; perirradicular; perissalpingite etc.

PLURI

Plurinominal; pluripartido; plurissecular etc.

PNEUMO

Pneumopericárdio; pneumoperitônio; pneumotórax etc.

POLI

Poliarterite; poliencefalite; poliinfecção etc.

PSICO

Psicopatologia; psicorreação; psicosssexual etc.

PTERIGO

Pterigofaríngeo; pterigomandibular; pterigopalatino etc.

RADIO

Radioamador; radioatividade; radiosensibilidade etc.

RETRO

Retroauricular; retrofaringe; retrolingual etc.

RINO

Rinobronquite; rinofaringe; rinolaringologia etc.

SACRO

Sacrolombar; sacrorraquidiano; sacrovertebral etc.

SERO

Serodiagnóstico; serofibrinoso; seroterapêutica etc.

SOCIO

Sociogeográfico; sociopsicologia; sociotécnica etc.

TELE

Telecomunicação; telerradiografia; telessismógrafo etc.

TEMPORO

Temporoccipital; temporomaxilar; temporoparietal etc.

TERMO

Termocautério; termorregulador; termossemiologia etc.

TRI

Trióxido; trirradiado; trissemanal etc.

TURBO

Turbocompressor; turbojato; turbopropulsor etc.

VAGINO

Vaginatorretal; vaginuretral; vaginovesical etc.

VASCULO

Vasculolinfático; vasculonervoso; vasculossangüíneo etc.

ZOO

Zoogeografia; zoopatologia; zooterapêutica etc.

Comentários e Críticas

Desejariamos não ter que fazer qualquer objeção às normas estabelecidas para o emprego do hífen. Entretanto, a despeito de o seu maior inspirador ter sido Sá Nunes, reconhecida autoridade nos

domínios da nossa Língua, o assunto, na prática, resultou incompleto e, por vezes, confuso, quando não, contraditório.

Inicialmente, dissemos, e repetimos agora, que o problema do hífen já merecia um reestudo no sentido de uma reformulação tendente à eliminação das numerosas dúvidas que persistem em determinados casos.

Mostraremos algumas delas:

1. Segundo as normas autorizadas, o prefixo SEMI recebe hífen antes de VOGAL, H, R, ou S (veja quadro da pág 177 Os prefixos ANTI e ARQUI, apenas antes de H, R ou S (veja mesmo quadro). O prefixo HEMI não é hifenizado em hipótese alguma.

Por que essa disparidade, se todos eles têm a mesma terminação em “i”? Vemos então exemplos incoerentes como esses: semi-intelectual ao lado de “arquiirmandade” e “antiintelectual”; “semi-selvagem”, “anti-social” e “arqui-senador” ao lado de “hemissecação”.

2. Os prefixos “inter” e “super” são hifenizados antes de H ou R, enquanto o prefixo “hiper” (mesma terminação) jamais será hifenizado. Vemos então exemplos incoerentes como esses: “interhumano”, “superhumano”, mas “hiperidrose”; “inter-reação” e “super-requintado”, porém “hiperreação”.

3. O prefixo “mal” recebe hífen antes de “vogal” ou “h”. Antes de “h”, não há problema, porque não existem exceções. Entretanto, antes de “vogal”, o hífen só é usado quando a expressão é empregada com sentido específico.

Observem-se esses exemplos:

a) Este menino foi muito mal educado (sem hífen).

b) Ele é um menino mal-educado (com hífen).

Observação: No exemplo a), “mal” é advérbio modificando o adjetivo “educado”. No exemplo b), “mal” é um prefixo. A expressão derivada “mal-educado” funciona como adjetivo de “menino”. Vê-se, pois, a necessidade de certos conhecimentos do assunto para poder-se empregar corretamente o hífen nesses casos.

Outros exemplos:

“O assunto foi mal entendido” (adv. + verbo). “Houve um mal-entendido entre nós dois” (mal-entendido é substantivo).

“O seu discurso foi mal ouvido pela assistência” (mal ouvido: adv. + verbo). “Ele é um menino mal-ouvido”. (A expressão “mal-

ouvido”, com o significado de “indócil”, é um adjetivo).

4. Se compararmos o prefixo “mal” ao prefixo “bem”, a confusão se estabelece, pois, se o prefixo “mal” é hifenizado antes de vogal ou h, o prefixo “bem” recebe hífen antes de elementos que tenham vida autônoma na Língua, não importando a letra inicial a que se junte. Em conseqüência, vêem-se contradições como estas:

malcriado	e	bem-criado	malquerer	e	bem-querer
malfazer	e	bem-fazer	malquerente	e	bem-querente (1)
malfeito	e	bem-feito	malmequer	e	bem-me-quer etc.

() Em Caldas Aulete, encontramos apenas a forma “benquerente”, naturalmente por não aceitar, dentro da língua, a forma autônoma “querente”. Entretanto, Aurélio Buarque de Holanda registra “bem-querente” e “benquerente”. Como se vê, os próprios dicionaristas encarregam-se de aumentar as dúvidas.

5. Vimos (quadro geral) que os prefixos “ab”, “ad”, “ob” e “sob” são hifenizados antes de “r”: ab-rogar, ad-referendar; ob-reptício, sob-roda.

É de supor-se que o hífen, nesses casos, tende a evitar erros de pronúncia. Ab-rogar sem o hífen (abrogar) poderia ser pronunciada a-brogar. Por que então não é usado o hífen na palavra “abrupto”, cuja pronúncia correta, como se sabe é feita separadamente (ab-rup-to) e muitos pronunciam erradamente (a- brup-to)?

6. O prefixo “co”, preceitua o Acordo, será hifenizado quando tiver o significado de “a par”, “conjuntamente” e o 2º. elemento tiver vida autônoma dentro da Língua. Encontramos, porém, sem hífen, palavras como “coaquisição”, “coessencial”, “coirmão”, “cologarismo”, “coobrigação”, “coocupante”, “cooficiente” etc., contrariando evidentemente a norma estabelecida.

7. Ainda em referência ao mesmo prefixo, vemos registrados nos dicionários as formas “co-latidade” e “colitigante” sem que se atine para a razão da duplicidade gráfica.

Iriamos longe se fôssemos mostrar todas as incoerências que deparamos a respeito do hífen, mas os exemplos dados bastam como argumentos do nosso ponto de vista de que se faz urgente uma reformulação do assunto, no intuito de que o emprego do hífen não continue a ser “malvisto” por muitos, mas passe a ser uma questão “bem-vista” por todos.

“Linguagem da Arte”

Conferência para o “Festival de Cultura do Seridó” — Caicó/RN — Julho/1977, proferida por Franco Maria Jasiello — Presidente da Fundação José Augusto.

Uma das frases mais comuns é: “o belo todos sabem vê-lo”.

É um erro gravíssimo.

O “belo” da Arte, não é o belo da natureza; consiste, na realidade, numa tão alta transcendência lírica que só quem está preparado para entender a “linguagem”, que é a própria expressão de todo artista, estará apto, a percebê-lo e, portanto, a apreciá-lo.

Há uma absoluta necessidade de aprender a possuir tal “linguagem” para se poder “ver” uma obra de arte.

Platão dizia que “o belo é difícil” — Evidentemente referia-se ao Belo em Arte, que nada mais é do que *Forma*.

A reserva inicial a tal afirmativa seria: não há valor que possa sustentar-se sem “conteúdo”.

Concordamos, mas Arte, Belo é exatamente a Forma que se dá ao “Conteúdo”.

Senão vejamos.

Quantos acontecimentos trágicos são noticiados pela imprensa sem que representem uma “tragédia” no sentido literário, teatral da palavra?

O que transforma um fato de crônica em tragédia, em drama, em romance, em poesia, é a “Forma”.

A *Forma* é que faz com que o “documentário” se transforme em obra de arte cinematográfica, o fotográfico em obra de arte plástica, o psicológico em obra de arte literária.

Além do já citado preconceito, há outro o de que a “Arte deve ser moral, cívica, social”. A Arte, enquanto, tal, sempre é útil à moralidade, ao civismo, à sociedade. Arte é a suprema linguagem.

Finalmente, surge a pergunta: — é possível educar o gosto?

Não é fácil, mas possível.

De Goncourt dizia que: “Aprender a ver é o mais longo aprendizado da arte”.

Estamos falando em especial, das Artes Figurativas, visto que no que diz respeito à Literatura, por exemplo, há pelo menos, uma tentativa didática desde os cursos inferiores, mesmo com resultados precários, e é mais fácil encontrar alguém que saiba “ler” uma obra literária, de que encontrar quem saiba “ver” um quadro ou uma escultura.

Há pessoas cultas que possuem admirável gosto musical e literário, mas incapazes de se emocionar à vista de um quadro, ou de expressar opiniões que não sejam, na melhor das hipóteses, absurdas, quando não irônicas e reacionárias.

Valha o exemplo de Sigmund Freud que, em seu comentário à escultura de Miguel Ângelo, “O Moisés”, diz que o gesto formidável do Profeta, seria o resultado da ira reprimida porque as Tábuas da Lei estavam quase a cair-lhe das mãos.

Arte nada tem a ver com esse tipo de psicologia.

Há uma necessidade de equilíbrio formal que obrigou Miguel Ângelo a esculpir o gesto da mão de Moisés e a exagerar o comprimento de sua barba.

Este é, em princípio, o sentido que revela a maneira de se olhar uma obra de arte plástica.

De imediato vamos definir quais os elementos válidos para poder-se avaliar uma pintura ou uma escultura.

A linha, que desenha os perfis.

Os planos plásticos, que modelam as superfícies.

Os efeitos de claro-escuro, ou tonais de luz e sombra.

Os vários aspectos da cor.

Enfim todos os elementos que constituem a linguagem.

Essa linguagem ou Forma é a própria Arte.

As linhas, os planos, as luzes, as cores não são símbolos daquilo que o artista quer expressar. São a expressão do seu “animus”, são a essência de sua Arte.

E necessário portanto, possuir esta “linguagem” para poder “ver”, “entender” plenamente uma obra de Arte.

“Entender o Belo é possuí-lo”, dizia Lubker.

O que normalmente acontece é que o público não tem familiaridade com tais elementos que são a tradução imediata do íntimo do artista.

A Arte é, evidentemente, um ato intuitivo, quanto à criatividade, mas é estritamente ligada à cultura dos artistas, cultura que se manifesta através da linguagem.

Para entender um artista é indispensável aprender, a conhecer-lhe a linguagem.

Dizia, a propósito Frederico Hebbel: “Todo novo artista expõe novos pensamentos, uma nova língua. É preciso estudar a língua para entender seus pensamentos”.

Se nenhum outro argumento houvesse para demonstrar que a **Forma** (ou a “Linguagem”) é a Arte, veja-se a impossibilidade de transmitir a mesma emoção contida em uma lírica, traduzindo-a para outro idioma.

A tese de que a Arte, muitos a compreendem intuitivamente, é raras vezes válida.

É mais justo pensar-se em sugestão.

Muitos acreditam que estão apreciando a obra de mestres “absolutos” como Leonardo da Vinci e Rafael, mas, na realidade, estão sendo sugestionados pela plaqueta indicativa do nome do pintor.

Como exemplo pode-se citar o retrato de uma jovem conhecida como “A Fornarina”, ou seja “A Jovem Padeira”, considerado pela lenda o retrato da amante de Rafael e a ele atribuído.

Havia na “Galeria Degli Uffizi”, em Florença, verdadeira multidão admirando esse quadro.

A revisão crítico-histórica descobriu que o quadro não só não representa a “**Fornarina**”, mas que não é de Rafael e sim de Sebastião del Piombo.

A partir de então o quadro nunca mais recebeu a mínima atenção por parte dos visitantes do Museu.

Não raro, o intuitivo pode não entender a obra em seu verdadeiro sentido.

Válido é o conceito estético de Benedetto Croce: “O pintor vê o que outros sentem, ou entrevêm”.

Só quem está já acostumado a “saber ver”, alcança realmente a dimensão do artista, quando, citando novamente Croce, num quadro — “a qualidade do sentimento, torna-se pintura”.

A pintura, a Arte, ao contrário daquilo que a crítica empírica erroneamente declara, não necessita de “argumentos nobres”, pois seja qual for o objeto, a coisa representada, desde que o seja artisticamente, estará, alcançando a finalidade, “a nobreza” formal.

O preconceito do “argumento” fez com que, a Itália, por exemplo, recusasse a aquisição de uma réplica do “Boi esquartejado” de Rembrandt, por considerar a imagem indigna de aparecer em salas de museus.

No entanto o quadro, (encontra-se em Paris, no Museu do Louvre), é precursor do Impressionismo que surgiria dois séculos mais tarde.

Há uma frase de Gustave Flaubert que define o que é o argumento em relação à Arte. Vale a pena citá-la: “Já pensamos que só da cana extraía-se o açúcar. Depois percebemos que podemos extrair açúcar de quase tudo. O mesmo acontece com a Poesia; não importa de onde a tiremos, pois ela existe em tudo e em todo lugar”.

Voltemos ao “Boi” de Rembrandt. Necessário se faz explicar porque um ventre aberto de boi, pendurado num eixo, torna-se pictoricamente uma obra prima. Antes de mais nada nenhum artista está interessado no fato imediato, no caso o boi esquartejado, e sim na emoção experimentada perante o fato, expressando-a em luz e cores. A técnica do pincel, usada por Rembrandt, nesse quadro, é “gorda”, “áspera”, multiplicadora dos efeitos volumétricos e de luz.

Conclui-se; portanto, que não existe “objeto não nobre” para o verdadeiro artista. Ele o transformará em pura expressão.

Arte é pura expressão. A Arte é redentora.

Citando novamente Croce, podemos dizer que “o artista purifica a parte pior de si próprio; o charlatão, o mentiroso, o mau, quando a representa artisticamente”.

É cor um ouvir-se reclamar, às vezes mesmo por parte de quem já tem alguma intimidade com a “linguagem” da Arte, da falta de significação imediata de uma obra.

O erro consiste em usar o mesmo critério crítico que se usa na prática da rotina cotidiana. Antes de mais nada achamos de bom alvitre, (aliás indispensável) seguir o conselho de Paul Valery: “o método mais certo para julgar uma pintura é de, nada reconhecer, nela, em princípio”.

Ninguém, por mais leigo, perguntaria qual o sentido da “Primavera” de Botticelli, nem expressaria dúvida quanto à “Vitória de Samotrácia” ou à “Venus de Milo”, por encontrarem-se uma sem a cabeça e outra sem os braços. Aliás prova típica da abstração da Arte. Mesmo o fragmento, (como trechos dos líricos gregos), representa a essência da Arte.

Preocupar-se com a significação, com o “sentido prático” indica completo desconhecimento daquilo que a Arte é em si. Isto é, qualidade expressiva, cujo verdadeiro “Conteúdo” não é o “sentido” mas o íntimo do artista.

Pensemos em como “o sentido” da obra, caduca facilmente. Qual a comoção que poderia transmitir o “*sentido*” de “A Vitória de Eráclio”, por exemplo, de Piero della Francesca?

Passaram-se séculos, não há ninguém emocionalmente ou politicamente envolvido nos motivos da batalha; perdeu-se o “sentido”. O que nos emociona, o que rende a obra imortal, é a *Forma* usada; a “linguagem” que o artista fixou nos afrescos, os elementos que compõem o equilíbrio da obra, independentemente da crueldade, da violência, das paixões da batalha, que, diga-se de passagem, não são representadas, pois o artista preocupou-se com as cores e os volumes, esquecendo, conscientemente, o movimento e a dramaticidade.

Estamos falando de artistas da Renascença propositalmente, para mostrar que mesmo antes do Impressionismo a Arte sempre teve sua “linguagem abstrata”, isto é, não ligada ao psicologismo, ao “significado”, à representação do circunstante.

Há na Academia de Brera, em Milão, um quadro de Gentile de Fabriano, o “Martírio de São Pedro”. Nada há de dramático nessa obra, pois a linguagem de Gentile é suave, fantástica, quase evanescente em suas linhas.

No entanto os ‘Santos’ de Cosmé Tura, mais parecem almas danadas, pois o artista expressa sua angústia através de linhas contorcidas, cores sombrias, mas tudo isso dentro do equilíbrio formal indispensável à obra de Arte.

“Argumento”, “sentido”, “circunstancial”, nada tem a ver com Arte.

Sirva de prova que Whistler intitulou um retrato da mãe, “Harmonias em cinza e preto”, demonstrando que a importância daquela obra está quase exclusivamente nas tonalidades.

O que interessa não é o “conteúdo” objetivo, o tema, mas o “subjetivo” do artista, a realização livre de sua fantasia, de seus sentimentos; é indispensável conseguir entender com que “*forma*” o “subjetivo” se manifesta.

Essa Forma, repetimos, é a “linguagem” a ser aprendida.

Todos recebemos uma deformação direta ou indireta através daquele que foi o papa da crítica empírica, o arquiteto, pintor e principalmente biógrafo, Giórgio Vasari, florentino do século XVI.

Se Vasari nos deixou valiosíssimas notas sobre a vida dos artistas, criou, em contra-partida aquele conceito de “*classicismo*” que continuou influenciando grande parte das escolas de Belas Artes do mundo e, infelizmente, também de certa crítica, até poucos anos atrás.

Se dividirmos a expressão artística em dois grandes estilos, “clássico” e “romântico”, querendo aqui denominar “clássica” toda representação *aparente* (sublinhando o “aparente”) da realidade, e “romântica” toda representação claramente “modificada”, veremos que nunca existiu aquilo que Vasari chamou “infância da Arte”, referindo-se aos “primitivos trecentistas”.

Está bem claro que os “Trecentistas” pintavam de forma “gótica”, isto é, alongando as figuras, não preocupados com a “profundidade” do quadro, conscientemente, porque sua “linguagem” é essa: toda baseada em linhas, em cores serenas, sem sombras; ouro e azul. Também está claro que Rafael, o pintor onde “Conteúdo” e “Forma” parecem fundir-se em perfeito equilíbrio, (e por isso o involuntário culpado de toda academia posterior, até nossos dias), não estava preocupado em reproduzir o circunstante, sem “deformar”, mas sua preocupação era, mesmo reproduzindo *aparentemente* a realidade,

alcançar o equilíbrio de volumes e tonalidades que representou basicamente, toda a “linguagem” da Renascença. Valha como exemplo a famosa “Madona della Seggiola” (Madona da Cadeira).

“À priori” não se trata de uma “Madona”, como tipo ideal. Trata-se de mãe com filho. Mas não teria nenhum valor artístico, mesmo assim, se não fosse o fluir das curvas numa harmonia serena, equilibrada. Sem isso não passaria de um banalíssimo quadro que caiu, pelo sentimentalismo, no gosto popular e cuja reprodução, junto à “Santa Ceia” de Leonardo, “enfeita” paredes de dormitórios e refeitórios. Uma vez que se conheça a “Linguagem” perceber-se-á que o quadro teria muito mais equilíbrio se não houvesse a cabeça de “São João” destoando do conjunto, assim como percebe-se na tela de Primo Veronese, “Ceia de Levi”, a necessidade da cabeça de um negro perto de Cristo. Quando a Inquisição o acusou de ter ofendido a Cristo, o pintor respondeu com sinceridade que, para equilíbrio do quadro, necessitava de uma mancha negra. É verdade que posteriormente, com mais prudência disse: “Nós pintores nos permitimos as licenças que se permitem os poetas e os loucos”.

A Arte, e em consequência sua linguagem, é deformação da realidade imediata, abstração: quer no estilo que chamamos “clássico”, quer no que chamamos “romântico”.

Os bizantinos “deformaram” a imagem emprestando-lhe valores cromáticos absolutos, deixando as figuras suspensas no ar, como flutuantes.

Os grego-romanos, os pais do classicismo, preocuparam-se, em sua linguagem, em “deformar” para alcançar volumes e movimento.

Os egípcios desprezavam as três dimensões para alcançar a pureza absoluta das linhas.

Até a fotografia procura fugir à escravidão da “realidade”, através do “flou”, da “solarização” e de tantos outros recursos.

Quem conhece, pelo menos na reprodução fotográfica, a “Hera de Samo”, do Museu do Louvre, perceberá que dentro dos critérios do classicismo grego, essa escultura jônica chega à mais pura idéia arquitetônica: a coluna — Isto é, a “deformação” da imagem da deusa para alcançar a “Forma”.

Charles Baudelaire dizia: “Tudo aquilo que não é levemente deforme tem algo de insensível; a irregularidade é o signo característico da beleza”.

Os quadros dos pintores flamengos, dos holandeses, irmãos Van Eyck, de Vermeer der Delft são obras primas em que tudo é sacrificado, “deformado” em favor da luz absoluta. Nada tem sentido prático nessas telas, só interessa a exaltação lírica do artista sob o aspecto luminoso.

Outro holandês, Van Gogh, fugindo à luminosidade em função do contraste tonal com a sombra, pinta a luz pura, enlouquecedora e as linhas, os volumes ficam retorcidos, “queimados”, “prisioneiros” da luminosidade. Luminosidade, que após o período de Arles, permanece em seus quadros, como eco, mesmo quando o ambiente natural da pintura é noturno.

Modigliani, abstrai-se liricamente das formas reais e alcança a “linguagem” artística dos “góticos” com a paixão das cores bizantinas, mesmo sendo um pintor deste século, ligado ao Impressionismo.

Enfim, repetindo Hebbel: “A forma é o supremo conteúdo”.

Voltando a Benedetto Croce: “A matéria poética está no espírito de todos. Só a expressão, *forma*, faz o poeta”.

A Arte é o diálogo com o infinito; o mistério é sua linguagem.

O verdadeiro conteúdo poético não é o empírico que aparece a todos, mas o misterioso que o artista concretiza na Forma.

Gostaríamos de lembrar um tipo de distinção que se adota na Europa, para apreciar uma obra de arte e que foi proposta por Berenson; distinção entre “valores ilustrativos” e “valores decorativos”. “Ilustrativos” seriam todos os elementos exteriores que se relacionam com os elementos narrativos e psicológicos (Conteúdo) e “decorativos”, todos os outros, quais linhas, volumes, cores, luzes (Forma).

Mais uma vez, o próprio Berenson, confirma o que já dissemos, quando comenta que só elementos “ilustrativos” variam de conformidade com o gosto, enquanto que os “decorativos” são eternos.

Necessário se faz lembrar que a Arte não é absolutamente, fazer com que haja identificação com o aspecto exterior do objeto. A Arte não é imitação das formas exteriores da natureza.

Evidentemente a Arte produz o que a vida transmite. Não as aparências, mas os aspectos transcendentais, essenciais.

Mais uma vez aparece a figura de Giórgio Vasari como o principal responsável pelo preconceito de “cópia aparente da natureza”. É verdade que encontra-se o mesmo preconceito em todas as civilizações com tendência “racionalista” e não existe em outras com tendência irracional, ou mística.

Era desconhecida da civilização assírio-babilônica, da egípcia, da egéia.

Aparece com o racionalismo aristotélico-platônico no século V A. C. (mesmo que na execução das obras o preconceito desaparecesse para se transformar em idealização da natureza, sirva Fidia de exemplo).

Intensificou-se o preconceito durante a civilização romana, tipicamente prático-racionalista, para desaparecer com o triunfo do cristianismo. Toda a arte medieval é pura abstração figurativa, embebida de misticismo.

A Arte do Oriente foi, em todos os tempos, essencialmente abstrata.

No Ocidente, a Renascença fez renascer o preconceito que durou, (graças a Giórgio Vasari), até que os “impressionistas”, na segunda metade do século XIX, o varressem definitivamente.

Esse preconceito, se olharmos a História Universal da Arte, é uma exceção e não uma regra como parece ser — O que é justo, pois a Arte é matéria fantástica, mesmo que interessada na problemática humana, mesmo sendo a expressão superior da humana angústia.

Resta ainda dizer que se o preconceito foi varrido completamente entre artistas e críticos, não desapareceu no público em geral, mesmo o mais interessado e erudito. Vollard conta em sua “Vida de Cezanne” que um colecionador aparentemente entendido em Arte, perguntou-lhe porque um bom quadro devia parecer feio à vista. A

realidade é que a Arte é um fenômeno individual e não existe um modelo a ser seguido como exemplo, assim como pretendia a Academia, portanto um desenho de um Meissonnier, sendo uma abstração cerebral objetiva, *falsa* da natureza, mesmo reproduzindo-lhe as formas aparentes, é a negação da obra de Arte — Os desenhos de Modigliani, ou de Chagall, são obras de Arte enquanto abstrações subjetivas e líricas, verdadeiras.

Seria ridículo que a mais nobre atividade do cérebro humano, a Arte, se limitasse a copiar a natureza.

Vasari escreveu que pintura “nada mais é do que copiar as coisas da natureza com o desenho e as cores, simplesmente assim como a natureza as produz”.

Exatamente a antítese daquilo que é Arte.

Em nosso século outro italiano crítico de Arte, De Sanctis respondeu indiretamente a seu conterrâneo da Renascença com a seguinte frase: “Quem não tem força para mudar a realidade, não tem força para criá-la”, porque, na verdade, o artista cria sua própria realidade, além da aparente, atrás dos horizontes, além de crepúsculos e alvoradas. A Arte vive do vento livre da História, do segredo diurno e noturno da existência. A Arte é liberdade em sua forma harmônica.

Franco M. Jasiello

Saudação a Navarro

Sanderson Negreiros

No começo desta tarde, sozinho neste salão, conseguindo ver o mar repousando no horizonte em gesto de descanso de eterno guerreiro, mais uma vez convivia com o admirável mundo sempre novo de Newton Navarro. Desde 1949, na sua primeira exposição de pintura, quando conseguia despertar o sono da província natalense e fazer tocar o espaço inaugural da arte moderna, que o caminho navarrianamente percorrido tem tido o supremo dom de surpreender a vida em todos seus lances de riquezas humana e dádiva constante de adivinhar em tudo a presença do Absoluto.

Seus São Francisco respiram a dignidade do homem que reencontra a pureza e a sensibilidade primitivas, a capacidade de amar ao próximo, a verdade das coisas que são feitas com compreensão e angústia do destino que nos envolve.

Nos temas da realidade nordestina, do cangaço, das danças populares, há sempre a identificação do artista com as raízes de uma cultura menos folclórica e mais enriquecida, de alguém que põe o ouvido no som geral do mundo e percebe a estranha alegria que comove o coração do povo. Cada pintor terá sempre, quando único e verdadeiro, seu traço especial dentro de um museu imaginário, de que falava André Malraux.

E o traço navarriano, de fina e realística constatação de ritmo, é tão inteiramente seu, que quando escreve ou fala, é o mesmo movimento pictórico, de alguém que não se conforma apenas no desenho imagístico: seu traço dominado e dominante tem a força de captar compunções e paisagens, que quase sempre passam despercebidos ao mortal olhar comum, ao olhar da cotidiana sobrevivência, que mal tem tempo de respirar o ar do mistério de beleza que nos faz inteiros e não despedaçados.

Mais: vêde bem. Quase sempre seus quadros têm a presença inesquecível de pássaros, compondo a frágil figura humana, sustentando-a para a libertação que seria a última — o encontro do homem consigo e, daí, com a vocação maior de redenção que o apazígua.

Em dias frementes, de difícil acerto de reconstrução do mundo, quando o artista é solicitado a dizer onde está, para o que veio e o que quer diante do espetáculo que ansia por definições, fácil será para Navarro afirmar seu nome e ser reconhecido. Aqui está ele, na exposição que melhor define talvez tudo que fez como pintor, alcançando uma maturidade artesanal e uma síntese de sua visão geral, com cada coisa em seu lugar, quando ele, por integral entendimento, faz a doação de um espírito que viu a tudo e a todos, permanecendo em seu lugar, mas se movendo nesse lugar como se fora na quarta dimensão.

Aqui está a reminiscência de Paris como também a memória das Rocas profundas. A visão viajeira da Redinha e o touro na hora do sacrifício. São Francisco curando o leproso, no gesto mendigo que o tornava vidente de Deus, na suprema humildade de que muito é preciso de coragem moral para se entender a dor alheia; e a doçura do Cristo reaparecendo ao Poverello, coberto na mágica névoa da matéria fluidica.

Igualmente, aqui está o natalense nascido na fazenda angicana de Milhã, que colheu nas mãos as cores das manhãs da Ribeira, das tardes litúrgicas do Tirol, a sempiterna nostalgia dos morros que circundam Natal, e fez desta cidade a paisagem definitiva de seu viver e conviver indissolúveis, nas horas de martirólogo que muitas vezes a cidade exige de cada um de nós, ou mesmo na extuante, dionística e

talássica força de luz que explode na vibração dos dias bons e de nossas noites calmas.

Ontem, tivemos o lançamento da poesia completa desse querido e extraordinário poeta que é Zila Mamede. Hoje, esta exposição de Navarro. Os dois marcaram a minha e a atual geração, cada um a seu modo e no estilo único de temperamento, mas, sobretudo, na certeza de que feliz será sempre a terra, apesar de tantos pesares, que tenha entre seus habitantes, alguém que se chame Zila e Navarro.

Os dois, capazes de subjugar a poesia e a cor, o signo e o ritmo das coisas irreveladas, com tão grande densidade, que só poderemos relatar aos que não o conheceram, hoje ou amanhã, a feliz oportunidade que tivemos de ser talvez os irmãos menores, mas irmãos, de duas pessoas, tocadas pelo frêmito pascaliano de Deus, que sentaram a Beleza em seus joelhos e choraram. Iguais a Rimbaud, sim, mas de pura alegria ou ferida contemplação desse universo móvel que nos agride, redime e nos liberta.

Natal, 18 de outubro de 1978

*Causas de mortes no
Seridó antigo
Elucidário de vocábulos e expressões
empregados nos registros*

Jayme Santa Rosa

O escritor Dom José Adelino Dantas, que se tem ocupado da história seridoense, realizou paciente investigação em arquivos paroquiais do Seridó, para verificar as causas de mortes em épocas passadas.

No período de 50 anos, de 1789 a 1838, os assentamentos de óbitos foram examinados: ele encontrou 2.201 registros, mas somente 1.084 apresentaram as causas. Lamentavelmente perderam-se vários livros de assentamentos, ou estes não foram efetuados, ou o foram de modo irregular. Realizou-se a pesquisa com o material disponível.

Reveste-se o estudo de evidente importância. Contribui para o melhor conhecimento da história social, da antropologia cultural, da linguagem em particular, que se relacionam com o seridoense.

As causas de mortes oferecem indicações, embora sutis, de como vivia o homem na sociedade, como eram suas ocupações, seu comportamento humano, sua acuidade mental, que ia ao ponto de orientar padres redatores dos termos de óbitos no sentido de apresen-

tarem uma causa próxima da verdade, trazudida numa linguagem apropriada, segundo os conhecimentos da época e as condições do meio.

Apurou Dom José Adelino que dos 2.201 registros de óbitos examinados, 1.096 referiam-se a crianças, a maioria de tenra idade; 174 a escravos; 18 a índios; e 4 a padres. Faleceram muito mais homens que mulheres, na base aproximada de 6,8 para 2,5.

A grande quantidade de pessoas que faleceram por envenenamento ofídico revela que elas viviam em contato com a natureza bravia, na caça, nas plantações, nas varedas, nas lides da criação.

Quedas de cavalo (devem ter ocorrido sobretudo nas derrubadas de gado), chifrada de touro (certamente foi fatal a quem, desprotegido, assistia a uma empolgante briga de touros), ataque funesto por onça (possivelmente em caçadas à noite para defesa da criação) são acidentes ligados à pecuária extensiva daqueles tempos.

Carbúnculo é doença transmissível ao homem pelo gado bovino.

Hemorróidas — sob os títulos de almorroinas secas, amoreinas (considera-se que o nome mais correto é almorreimas), amorroinas, homorroinas e homorroinas secas — atacavam os homens que montavam intensamente a cavalo. Os fazendeiros, para evitar o mal, seguiam a regra: não montar em sela quente (aquecida pelo sol); nas longas viagens, apear de vez em quando durante uns 10-15 minutos para *bater a sela*, esfriando assim o lombo do animal e o assento do arreio.

Constituem um indício do caráter desportivo do homem moço os registros de afogamento em água (o anotador foi bem claro). Este acidente poderia originar-se de uma de duas causas: 1) atravessar rios caudalosos, de barreira a barreira, na estação das chuvas, e ser arrastado pela forte correnteza; 2) tomar banho nos grandes poços brincando de galinha-gorda, jogando cangapé, saltando à água de cabeça para baixo, e bater com a cabeça numa pedra, como aconteceu algumas vezes no poço de Santana em Caicó e no do rio São Bento em

Currais Novos. Os poços se formavam freqüentemente à beira de blocos de pedra.

Embora as causas de óbitos não sejam a rigor concludentes, pode-se admitir que o motivo de senilidade e morte, em muitos casos, foi a aterosclerose (acúmulo de ácidos gordurosos saturados no interior das artérias). Em geral o seridoense incluía e inclui nos seus hábitos alimentares muita gordura em cuja composição entram aqueles ácidos: carne gorda, tutano de ossos, manteiga do sertão, nata de coalhada, queijo de manteiga.

Ainda hoje no Seridó se vêem pessoas de 70, 80, 90 anos de bom aspecto físico, fortes, mas caducas, sem capacidade de raciocínio, desconhecendo os parentes mais próximos.

As causas de óbitos que levam a essa observação compreendem: debilidade nervosa e senil, moléstia da velhice, morte repentina, sonolência de velhice.

Nos comentários a seguir expostos procuramos interpretar os nomes e expressões conhecidos às doenças. O que vai como elucidação não se destina a considerar inverídicas as causas. Elas foram anotadas de modo tanto quanto possível correto. Apenas possuíam um significado próprio da época, quando o diagnóstico de uma doença era muito falho por que somente se baseava em sintomas, e estes poderiam ser comuns a diferentes enfermidades, como dores e febres.

Nada se sabia a respeito de fungos, bactérias, virus, etc., sobre os microorganismos causadores de doenças.

Palavras de boa formação, como espasmo, esquinência, garrotinho, hectica, mostram que pessoas da terra e reverendos curas, conquanto vissem nos sertões, se mantinham em contato com os conhecimentos dos doutos.

Termos, como ar do vento, ar corrupto, parecem uma expressão ingênua. Na locução *ar do vento*, entretanto, o vocábulo *ar* possui sentido de manifestação, como na frase “dê um ar de sua graça”; e a palavra *vento* significa o ar atmosférico em

movimento, que transporta os males invisíveis. Ar corrupto é o ar comprimido por impurezas, infectado. Em verdade, os termos traduziam uma concepção da inteligência, que admitia o ar atmosférico passível de corrupção.

Atualmente, quando estudamos com base científica os sérios problemas da poluição, sabemos que o ar se torna corrompido, sujo, infecto, pela presença indesejável de venenos químicos, como óxidos nítricos, sulfúreos, mercúrio, chumbo; de *particulates* poluentes (corpos de tamanho extremamente reduzido); de organismos invisíveis, e funestos, como fungos, bactérias, micróbios patogênicos, microrganismos vários, que matam seres humanos, e destroem a flora e a fauna.

Têm sido detectadas e medidas quantidades prejudiciais de chumbo até na atmosfera do Polo Norte. Este veneno sai dos automóveis que queimam gasolina na qual se encontra o aditivo chumbo-terra-etila como antidetonante.

O ar mefítico (pestilencial) de ontem, *mutatis mutandis*, é o ar poluído de hoje.

Presença do Rio Grande do Norte no Ano Internacional da Mulher

João Batista Cascudo Rodrigues

Os elementos de motivação que me cercam neste instante conduzem-me a dar à minha palavra o timbre de intimidade coloquial.

O Centro Norte-Riograndense aproxima-nos a todos deste pano de fundo das justas evocações de uma vida “intensa, atormentada e gloriosa”.

Vida assim tão cheia de marcas da terra de que sempre Nísia Floresta Brasileira Augusta se impregnou desde o seu nome. Sim — a “deliciosa Floresta” — prelúdio de tudo e centro diamante de sua poderosa e fértil imaginação criadora.

Aquele “vale estreito e profundo do mais delicioso aspecto” — a que o viajante Henry Koster emprestou ação e movimento no registro do português/anfitrião — Dionísio Pinto e sua esposa brasileira Antonia Clara Freire, cuja presença ao lado do marido na recepção ao

(*) Conferência proferida no Centro Norte-Riograndense do Rio de Janeiro, no dia 16 de outubro de 1975, na Homenagem à Mulher Potiguar.

inglês/itinerante constituía força premonitória da responsabilidade da filha com seu próprio destino.

Em Nísia Floresta está associado, indissolúvelmente, o longeperto da terra natal.

Dá conta desta localização sentimental, o/longo vôo do seu fecundo pensamento escrito — ora na visão esplendorosa dos lagos suíços — sugerindo-lhe os “belos lagos natais”, ora “por sobre os mares” — fazendo-lhe mergulhar nas imagens vivas da “aldeia esquecida” em que nascera, como lhe fora presente nas andanças litorâneas pela Itália.

Parece mesmo necessário afirmar que este foi o compromisso ideal que lhe marcou a alma — ser norte-riograndense em qualquer quadrante — identidade singular de uma mulher indiscutivelmente dotada de múltiplas dimensões.

De autodidata — “pelo menos em boa parte” — “à mais notável mulher de letras que o Brasil tem produzido”, no dizer consagrador de Oliveira Lima vai muito a seu crédito pessoal — até mesmo constituído com a “poesia das cousas”, como salientou Manoel Dantas.

Mas é certo — conforme acrescenta Oliveira Lima — “foi do torrão natal que ela trouxe adestrada a capacidade de assimilação que a distinguia”.

De professora de francês, latim e italiano, aos 28 anos de idade nesta cidade do Rio de Janeiro, seguindo a vocação que sua passagem pela capital gaúcha antecipara nos cinco anos de exercício das aptidões intelectuais desenvolvidas em Goiana e no Recife.

O Colégio Augusto, no Rio, ali mesmo na rua D. Manuel, 20, assinala a continuidade plena de sua ação magisterial herdada por seus filhos Nívia e Américo. “De educação para meninas” — oferece mais do que o aprendizado rotineiro — ler, escrever, cantar, coser e bordar. Estende-o à “gramática da língua nacional por um método fácil, o francês, o italiano e os princípios gerais da geografia”. Afora, as oportunidades para o ensino de música e dança.

Com motivada impressão, assevera Adauto Câmara — seu maior biógrafo, que esta atividade “foi uma das vocações predominantes de seu espírito, ao lado da ação social e do amor às letras”.

Em tais direções, excede-se sempre nos seus gestos profundamente humanos e de repercussão coletiva. Enfermeira — na

Corte, participa dos serviços comunitários de ajuda aos atingidos pela cólera morbus em 1855. Em memória de sua mãe, traz consigo permanentemente o quadro vivo da terra natal, seguindo-a espiritualmente como se estivesse “entre os pobres doentes das imediações de Floresta” (...).

Depois, em toda a sua densidade, emerge a escritora e moralista. Registrei em “A Mulher Brasileira — Direitos Políticos e Civis” — a contribuição de Nisia às idéias iniciais de concessão de igualdade dos direitos entre homens e mulheres. Apenas com 23 anos de idade, traduz o opúsculo de autoria da revolucionária Marie Woolstonecraft — intitulado “Direitos das Mulheres e injustiças dos homens”. Fê-lo livremente, é verdade, emprestando-lhe mais o vigor de sua presença intelectual em nota com que abre a tradução. Com percepção aguda do dilema dominante — mulher ser político ou social, admite que o fundamento primeiro estava numa “boa educação de que se privava o seu “infeliz sexo”, como ela mesma confessava.

Esse ponto nuclear do pensamento feminista de Nisia acaba por exercer influência, direta ou indiretamente, na formação do pensamento político de todo o Império e da República Velha.

Tobias Barreto — o deputado — filósofo na Assembléia Provincial de Pernambuco e Assis Brasil — constituinte de 91 e doutrinador político, vocalizaram a emancipação social como propriedade básica do tratamento igualitário.

A escritora Nisia Floresta lega uma obra variada e significativa. Fê-lo em português, italiano e francês — “Conselhos à minha Filha”, adotado em escolas italianas do bispado de Mondovi “Daciz” — “história moral, por uma brasileira” — é dedicada às suas alunas do Colégio Augusto. “Fany ou modelo das donzelas”, também pelo Colégio Augusto. “Opúsculo humanitário” — coletânea de artigos sobre a educação da mulher, de fundo indianista e inspiração romântica. E nos “Scintille d’anima brasiliany em Florença, ressalta no trabalho “A Mulher (1857) o papel de Mãe, Esposa e Filha, como outra variante de pregação emancipacionista do seu sexo. Aí se revela conselheira e admoestadora do amor e respeito pelos pais e da conservação integral da fé da esposa jurada ao homem escolhido como marido.

Exalta a condição da maternidade, conferida à mulher “ao mesmo tempo, a vossa mais terna, mais nobre, mais relevante missão a cumprir”.

“Toda a obra de Nísia é profundamente brasileira” — assinala Adauto da Câmara. Serve de termo de referência a parcela expressiva que dedicou à reabilitação social da mulher.

Ela própria, mulher apaixonada pelas letras e ciências, ficou longe de satisfazer-se na “vontade de saber”.

Informa — outra vez Adauto da Câmara que em Paris “frequentou cursos de literatura; em Florença aos 51 anos o curso de botânica do Prof. Parlatore, antigo colaborador de Humboldt”. Isto após ter estudado tal ciência no Colégio de França e no Museu de História Natural.

Há de ser permanente indispensável repetir tais facetas da personalidade superior desta mulher admirável e excepcional.

Extraordinária em seu itinerário cultural, continuou brasileira até o fim, na Europa. Da “deliciosa Floresta” (1810) a Ruão (1885), sua trajetória não foi de viajante despreocupada e distanciada dos círculos do pensamento científico e literário de sua época.

Três viagens a Europa aprofundaram-lhe relações sociais e literárias com Lamartine, Victor Hugo, Alexandre Herculano e Manzoni. Sua casa, em Paris, acolheu, seguidas vezes, Augusto Conte, desejoso de transformá-la em salão do positivismo — “e fazer de Nísia e da filha as suas musas, idéia que a morte não permitiu se efetivasse”. Daí os restos mortais do fundador da religião da humanidade terem sido acompanhado por Nísia, ao lado de somente mais três mulheres.

Viveu seus últimos dez anos na Europa sem mais voltar ao Brasil. Suas viagens registraram direções relacionadas com a Grécia, Alemanha, Inglaterra, França e Suíça, conforme o mapa reconstituído pelo Acadêmico Hélio Galvão, que ocupa a cadeira n.º 2 da Academia Norte-Rio-grandense de Letras, da qual ela é patrono e fundador Henrique Castriciano, certamente o *nisista* mais apaixonado e fiel.

O fenômeno Nisia Floresta explicou-o Hélio Galvão, apoiando-se “no complexo de sua genealogia, na trama psicológica de sua família, onde refervem três sangues borgulhantes”.

Para compreendê-la é preciso senti-la à luz de sua experiência de vida. Talvez seja imperioso megalhar com o seu espírito atilado no que ela mesma considerou “vendaval das revoluções e os infortúnios da família”, ao ser impelida na retirada de Floresta para Goiana, em Pernambuco — 1817. “Nisia Floresta foi, porém — no julgamento de Oliveira Lima — “o exemplo vivo do que ela sempre ensinou e praticou — que a mulher *deve* possuir e exercer virtudes domésticas e cívicas”.

“Nossa George Sand, em cuja vida houve um Alfred Musset e até um Dr. Pagello” — continua Oliveira Lima. Há, portanto, que seguir a escritora *mais* no que ela pregou do que no que ela executou em sua vida particular. Suas lições são admiráveis e estas serão afinal as que ficam”.

Por ironia do destino, talvez, em relação a Nisia, a sede da UNESCO esteja situada em Paris.

Neste Ano Internacional da Mulher, a agência da ONU especializada em Educação, Ciência e Cultura publica o calendário sobre a luta pela emancipação feminina e esquece totalmente Nisia Floresta Brasileira Augusta.

Por ser de Floresta Brasileira, talvez. Nunca deveria sê-lo como cidadão universal, precursora da reabilitação social da mulher.

“*Algumas datas marcantes*” colocam em desfile nomes e episódios significativos.

Exatamente no ano da publicação do seu “A Mulher” — 1857, conta-se com o marco inicial do próprio Dia Internacional da Mulher — 8 de março.

Há vinte anos, os seus restos mortais estão recolhidos ao Mausoleu construído em sua cidade natal, por iniciativa do Centro Norte-Riograndense, da Academia Norte-Riograndense de Letras e do Senado Federal, presidido então pelo norte-riograndense João Café Filho, graças à proposição do Senador Luis Lopes Varela.

Marciano Freire, Paulo Viveiros, Nilo Pereira e Manoel Rodrigues de Melo são os apóstolos maiores do culto à memória de Nísia, restituindo-a ao chão do Rio Grande do Norte.

Torna-se difícil confessar que, com os despojos de Nísia guardados em sua Floresta aí tenha terminado o dever cívico que temos de levá-la ao patamar que ela conquistou e ainda não está reconhecido.

Desta Casa do Rio Grande do Norte deve partir, outra vez, a voz de convocação do Governo, instituições e pessoas associados no empenho de conhecimento e divulgação de sua vida e sua obra.

Nunca é demais ressaltar entre tantas glórias e tradições do Rio Grande do Norte a do “longo passo audaz com que traçou regra e norma à Federação”, no episódio da concessão dos direitos políticos à mulher sul-americana, pela primeira vez.

Se os parâmetros da história já nos têm aproximado da dimensão universal, neste contraste significativo com a “pequenez geográfica” do nosso Estado, outra resposta deve ser oferecida nesta circunstância grandiosa de valorização definitiva de Nísia Floresta Brasileira Augusta.

Busquemos no seio deste Centro Norte-riograndense a inspiração plena de um gesto coletivo mobilizador da reedição de toda a sua produção literária e científica.

Somente assim teremos contribuído em correspondência àquela “altura espiritual” assumida por Nísia e mencionada por Constâncio Alves — “de que não longe ainda hoje muitos homens (e também mulheres — inquestionavelmente), que vivem em condições as mais favoráveis à emancipação da inteligência”.

Dois precursores da Independência

Tiradentes e Miguelinho

Enélio Lima Petrovich

“Jamais se deverá permitir que a poeira dos anos, misturada com a cinza dos grandes mortos, envolva num só esquecimento o nome daqueles que algo fizeram pela realização dos objetivos da liberdade humana” (In “Críticas, crônicas, discursos literários”, de Francisco Fernandes Sobral — pág. 67).

Esses já eram os anseios de nosso povo. Seu ideal constante e eterno.

Por isso, façamos neste instante, de emoção telúrica e de significado histórico, o nosso depoimento.

Não podem ser olvidados, no presente, os feitos de nossos heróis e de nossos mártires, símbolos de bravura e de patriotismo, em prol da terra comum, sob o signo da Liberdade.

Dever indeclinável é de cada cidadão enaltecê-los, para a contemporaneidade e para exemplo da Juventude — o Brasil de amanhã.

Assim, à procura dêsse desiderato, na concretização dos mais altos propósitos do ideal de brasilidade, prestamos a justa homenagem aqueles que, pela sua coragem e amor à pátria, legaram às gerações presentes e vindouras, a lição de seu sacrifício.

E nada mais oportuno, por conseguinte, evocarmos, no sentido da solidariedade humana e da fraternidade universal, figuras de irmãos e brasileiros que, antes do Grito de 7 de setembro de 1822, já sonhavam com a independência nacional.

Porque — é preciso salientar — a história é construída e aliçada no passar do tempo, de decênios e de séculos, e, quando aflora o momento culminante, aí se consolida o ato, que o povo assiste e participa, emocionado e triunfante, trazendo o exemplo, a coragem, o amor cívico, de quantos pereceram na luta pelo ideal que, num determinado instante, triunfa. Assim foi a batalha de nossa emancipação política.

Quantos, sonhando e lutando, pensaram por essa hora!

Quantos derramaram seu sangue, na esperança de um dia ver esta pátria soberana e livre!

E é a estes nossos precursores que, queremos derramar os louros da vitória. O nosso agradecimento emocional.

É a rememoração de fatos de nossa história que todos devem registrar, pelo amor à cultura e à inteligência humana. Mostrar às gerações de hoje, que agora despontam, tão desorientadas às vezes, o caminho e a lição do cumprimento do dever.

Escolhemos dois mártires e dois heróis para, com evidência, apresentar a todos o seu exemplo. Outros, decerto, os acompanham, no desenrolar da narrativa.

Referimo-nos, assim, a Joaquim José da Silva Xavier — o Tiradentes, que, numa data como a de 21 de abril, 186 anos decorridos, transmitiu aos compatriotas o exemplo de sua vida. A personagem esponencial da luta contra influências impostas que corrompiam os mais legítimos e sagrados deveres do homem.

Não podia o Brasil, na sua trilha histórica, continuar sob o jugo de colônia.

Duas razões justificavam, arrastando todos a uma posição de independência e liberdade. Uma as relações de colônia com a metrópole. E a outra, uma relutante dissidência entre brasileiros e lusitanos. Era a vontade de sermos livres e independentes, há decênios já manifestada, como na insurreição pernambucana, gravada nas páginas

memoráveis dos Guararapes; com a revolta de Beckman, no Maranhão; as lutas dos Emboabas, em 1710; a guerra dos Mascates, aqui bem perto, na gloriosa Mauricéia; e dez anos depois, outro levante em Minas, quando o destemido Felipe dos Santos fôra esquarterado.

A Côrte de Lisboa, ferindo os dogmas da Religião, não se poupava em injustiçar os brasileiros, no aproveitamento dos tesouros e criando impostos. E, na época do Marquês de Pombal, com o estancamento do sal, das madeiras de lei, do ouro e outros minerais.

Iniciava-se, aí, a extinção no Brasil, do officio de ourives. As filhas dos brasileiros não podiam estudar em Portugal, Itália e Espanha. Proibido foi o ensino dos Jesuitas. Um alvará de 1785, de nossos irmãos portugueses, eliminava as fábricas de tecidos, dos bordados em ouro e em prata. Enfim, as indústrias têxteis e manufactureiras.

Somente a vestimenta para os negros e a confecção de fardas.

Vivia-se essa época, tumultuada e alucinante.

“O exemplo dos Estados Unidos excitava os brasileiros instruídos a conquistarem também a independência política da pátria “(*In* “História do Brasil”, vol. 2.º, Cláudio Thomás, pág. 204).

Mais tarde, os povos da América Espanhola.

Para a Universidade de Coimbra convocavam-se os professores adeptos das ideologias anti-cristãs, sob a influência, entre outros, de Voltaire e Rousseau.

Ora, se na legendária França, isso causaria a Revolução de 1789, por que em nossa pátria não poderia ocorrer o mesmo?!

Este o quadro que se vislumbra.

É bem verdade — conforme Cláudio Thomás — “Afora os casos isolados, o Brasil continuava a amar Portugal, tão grande e entranhado era o sentimento de respeito e o tesouro de afeição que mereceu por propagar e defender a Religião Católica nas quatro partes do mundo, e de modo especial, no Brasil” (*Idem*, pág. 204)

Novos fatos se evidenciavam. 12 estudantes brasileiros da Universidade de Coimbra se reuniam, conspirando a emancipação política do Brasil. “As idéias fixavam suas raízes profundas na coletividade. O entusiasmo enchia de coragem aquela juventude, consciente e audaz, às vezes incompreendida, como em todas as épocas”.

E nesse Teatro — quase uma tragi-comédia — eis que surge, da ribalta, o Alferes de Cavalaria — Joaquim José da Silva Xavier — o Tiradentes.

Desponta para o movimento. Incorpora-se à platéia, e em Vila Rica, atual Ouro Preto, inicia a epopéia de seu heroísmo, num ambiente propício à conspiração. Os impostos elevados, e em atraso, e a violência a ser aplicada para cobrá-los.

É a conjuração Mineira, a Inconfidência Mineira, ou também conhecida, a Conspiração de Tiradentes.

Para a promissora República, São João Del Rei era escolhida a capital. Uma bandeira branca e no centro um triângulo, com o verso latino: *Libertas quae sera tamen* — “Liberdade embora tardia”.

Tiradentes tomara para si a responsabilidade do movimento, cuja coragem se identificava, mais tarde, com a de Miguelinho, a quem nos reportaremos no fecho destas considerações.

Porém, em meio a esse espetáculo de civismo, havia também os delatores, como hoje os há. Um deles, Silvério dos Reis, de temperamento diabólico e atitudes maquiavélicas, assistia às reuniões dos conspiradores para colher notícias. Cumpria ordens do Governador Barbacena.

Foi à Vila Rica — relata Souza e Silva — “sondou os ânimos e tocou nas chagas doloridas, vítima êle também do governo colonial, como devedor oprimido pelo fisco, que o empolgava com as unhas rapaces. Penetrou em muitas casas com a máscara da amizade, ouvindo os queixumes dos descontentes, de mistura com as ameaças do levante e as esperanças da regeneração. Com gestos hipócritas, dramáticos, inquiriu de irmãos contra irmãos, de filhos contra pais e de escravos contra senhores. Farto de notícias, foi a palácio dar conta da missão, orgulhoso de si mesmo, como se tivesse cumprido a melhor das tarefas” (Ibidem, pág. 209).

Mas Tiradentes, espírito de bravura, síntese de amor telúrico, audacioso como uma tempestade, não rucou. Nada o deteve na realizações de seus ideais.

Por isso, evoquemos, nesta hora, em primeiro plano, a memória de umdos maiores vultos de nossa pátria.

Patrono das Polícias Cívicas e Militares, por decreto do ex-Presidente Eurico Dutra, desde 1946.

Também outro presidente — o Marechal Castello Branco, escolheu Tiradentes “Patrono Cívico da Nação Brasileira”.

Figura marcante em prol da liberdade, cujos antecedentes datam de épocas longínquas.

Registra a história que D. Maria I, a Rainha, aspirava o perdão de todos. No entanto, somente Joaquim José da Silva Xavier fôra condenado. Não teve o beneplácito real.

E em 21 de abril de 1792, no Campo da Lampadosa, ergueu-se tranqüilo e corajoso, o Alferes. Subiu ao cadafalso, crucifixo na mão, e olhos fitos para os céus. Rezou “Creio em Deus Pai”. Ao carrasco, que lhe vestiu a alva, abençoou exclamando: “Assim morreu por mim o meu Redentor”.

Uma praça de Vila Rica, hoje Ouro Preto, transformou-se em túmulo de sua cabeça. Tentaram confiscar os seus bens, destruir a sua morada e declarar os seus filhos indignos do convívio social. Em vão, porém.

E com que emoção, chegando até às lágrimas, em maio último, pisei o chão da secular cidade mineiras, considerada monumento nacional!

Eis porque, decorridos 186 anos do sacrifício de Tiradentes, a história que fica para contar aos pósteros a história dos santos, dos mártires e dos heróis, reverencia a memória do precursor de nossa emancipação nacional.

É certo, não sentiu êle, em vida, as compensações e as alegrias do ideal que plantou nos corações de sua gente, para “o país do futuro”, nas expressões de Stefan Sweig.

Entretanto, 30 anos apenas se passavam do seu gesto, e em 1822 discortinara para Portugal e para o mundo a nossa emancipação política. Era dado o Grito da Independência.

Mas, ao lado do exemplo de Tiradentes, outro mártir e herói, nascido nesta província, também com os mesmos ideais de liberdade, merece o galardão da homenagem, no momento que passa. Refiro-me ao Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, consagrado na história — Frei Miguelinho.

E nada mais oportuno do que evocar-lhe a memória.

Com se vê, a Independência foi fruto dêsse anseio constante e perene de Liberdade, que se arraigou no espírito de nosso povo, como o marisco ao rochedo.

Por isso, em 1817 — 5 anos antes do Grito do Ipiranga, num movimento cujos fins nobres e altos eram livrar o Brasil do domínio português, sobressai a figura brava de Miguelinho, secretário do Governo que se rebelara.

“1817 foi a mais linda, inesquecível, arrebatadora das revoluções brasileiras. Nenhuma nos emociona tanto, nem há figuras maiores em tranqüila coragem, serenidade e compostura suprema, de decisão de saber morrer convencidos da missão histórica assumida e desempenhada. Morrem fazendo frases, dignos, certos de uma participação pessoal no futuro que só se evocaria com a lembrança apaixonada dessas fisionomias graves, fervorosas e enamoradas do idealismo político”, conforme o mestre Câmara Cascudo.

Passada, no entanto, essa fase de tumulto e de revolta, o herói Miguelinho — frente à violência dos brutos e à insensatez dos dominadores — paga o preço do seu idealismo. Retorna à casa, em Olinda, e o acolhe a sua irmã, Clara. É a sua condenação espontânea. Voluntária. Corajosa. Patriótica. E diz: “Mana, nada de choro. Estás órfã. Tenho enchido os meus dias, logo me vêm buscar para a morte. Entrego-me à vontade de Deus e nêle te dou um pai que não morre. Mas, aproveitemos a noite. Imita-me: ajuda-me a salvar a vida de milhares de desgraçados”.

E ambos — Miguelinho e Clara — queimam os papéis que podiam comprometer os participantes do movimento.

Este episódio de violenta emoção, e que antecedeu alguns dias do arcabuzamento de Miguelinho, testemunha para a posteridade o espírito de solidariedade humana de que era possuído. Queria, sozinho, responder pelo seu gesto.

Aqui vai também — nesta homenagem aos precursores da Independência, a nossa palavra à irmã de Miguelinho. Aquela que, nas expressões de Eloy de Souza, *“é a doce amiga dêsse herói sem jaça, o tipo representativo da mulher brasileira. Foi a bondade, a fragilidade, o perdão. Não desceu dessa altura inacessível como as sufragistas modernas para a mácula da poeira das ruas, com a fisionomia transfigurada pela paixão partidária, olhar desvairado e sinistro”*.

Não. Não. Por isso “que ela foi a fragilidade, êsse nada, que é tudo. Ela foi, também, a heroína que, suspeitada de cumplicidade nos acontecimentos revolucionários, soube sofrer com ânimo varonil, a prisão afrontosa e os duros castigos infligidos, sem que jamais as mãos, habituadas à prece, se unissem alguma vez num gesto de súplica pela sua liberdade”.

Mas — voltemos ainda ao que nos conta a História.

161 anos já se foram do gesto de Miguelinho. Foi êle condu-

zido, na tarde de 12 de junho de 1817, à presença do Conde dos Arcos. Não distinguiu os juizes. E diante dêles, sereno, silencioso, cumpre o seu último dever, em prol da Liberdade.

Não pronuncia qualquer palavra, em defesa. O Campo da Pólvora, em Salvador, Bahia, traz o ambiente de expectativa e de ansiedade.

O Conde dos Arcos, surpreso pela conduta impávida do herói potiguar, indaga-lhe:

“Padre, não cuide que somos alguns bárbaros e selvagens que somente respiramos sangue e vingança. Fale, diga alguma coisa em sua defesa.” E prosseguiu:

“O Padre não tem inimigos? Não seria possível que eles lhe falsificassem a firma e com ela subscrevessem todos ou parte dos papéis que estão presentes?”

E pela primeira vez ouve-se a palavra de Miguelinho, que a história tão bem registra:

“Não, Senhor, não são contrafeitas. As minhas firmas nesses papéis são todas autênticas. Por sinal, em um dêles, o *O* de Castro ficou metade por acabar, porque faltou papel”.

Ah, que exemplo para muitos de hoje!

Foi assim lavrada a sentença irrecorrível. No mesmo instante, também marcado para o sacrifício extremo, José Luiz de Mendonça esbraveja com a decisão condenatória.

E, aí, Miguelinho, pela última vez fala:

“Querido amigo, façamos e digamos unicamente aquilo para que temos tempo”.

Ajoelhou-se diante do crucifixo e rezou, com lágrimas, o salmo *Misere mei Deus*.

“Apenas respirou, e a soldadesca entrou em vivas do estilo ao Rei, em nome de quem assassinavam!”

Este o depoimento da história. Alguns aspectos da vida de dois mártires.

E devemos ressaltar que o exemplo de ambos, e de tantos outros, de amor cívico, de fidelidade à sublime causa que abraçaram, tem sido o guia venturoso a indicar ao presente e ao porvir, quão difícil, mas útil, é viver pela pátria, e morrer por ela.

Bem que podemos repetir Pinto de Abreu, quando, em 1906, enaltecia o martírio de Miguelinho:

“Fechem se podem, a boca de uma geração. Arrasem monumentos; ponham fôgo aos arquivos, se tanto apraz à fantasia de impiedoso inconoclasta!

E a alma de Miguelinho, sobrenadando aos destroços desse sacrilégio, há de surgir transfigurada no Thabor da nossa consciência para encher, radiante, a arca sagrada das glórias do Rio Grande do Norte”.

Esta é, pois, a evocação do momento.

Deste momento em que vivemos, quando ainda campeia a ignorância de nossos bravos sertanejos, embora o entusiasmo e o espírito de amor à terra onde nasceram, apontem sempre novas perspectivas para o futuro.

O instante atual é de seriedade, de firmeza, de convicções. Vamos dar o exemplo de patriotismo aos nossos filhos. Que não se invertam os valores; que não se jogue pedra nos outros quando se tenha telhado de vidro; que cada um se compenetre de sua condição humana, e num exame de consciência, veja também os seus defeitos e de logo os procure corrigir.

Exaltemos realmente aqueles que contribuíram para êsse grande Brasil.

Do 7 de Setembro de 1822, com sangue dos heróis do passado, o Brasil atirou o jugo da escravidão, que o submetiam ao reino de Portugal, tornando-se nação livre e soberana.

Todos os brasileiros confraternizaram-se na alegria contagiante, erguendo hinos de louvor ao Imperador Constitucional e Defensor perpétuo do Brasil.

Estava assim concretizado o sonho dos mártires de 1710, 1720, 1792 e 1817. Ficaram glorificados Bernardo Vieira, Felipe dos Santos, André de Albuquerque, Tiradentes e Miguelinho, e muitos outros que morreram por amor ao seu ideal.

“Glória aos heróis e aos mártires, verdadeiros heróis e mártires de tão sacrossanta cruzada”!

Honremos as tradições gloriosas dos nossos maiores. Vencemos os sagrados vínculos que nos prendem à civilização.

A D. Pedro, depois Imperador Pedro I, o genial político; a José Bonifácio, à Princesa Isabel, depois D. Leopoldina; a Gonçalves Lêdo, tributemos a nossa palavra de agradecimento.

Saudemos à pátria, que na expressão do velho Ruy “*não é ninguém: são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação. A pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo; é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade. Os que a servem são os que não invejam; os que não infamam; os que não conspiram; os que não desalentam; os que não emudecem; os que não se acovardam, mas ensinam, resistem, esforçam, pacificam, discutem, praticam a Justiça*”.

Façamos, assim, uma retomada de consciência, e pugnem por um Brasil sempre uno, forte e mais respeitado.

Eis o convite a todos para que cumpram com os seus mais legítimos e sagrados deveres.

Pensando assim e escrevendo assim, julgo ser a melhor forma de prestar, mais uma vez, à nossa pátria, a homenagem e a admiração que ela merece dos autênticos brasileiros.

Não existe mais obstáculo para a mente humana.

Resguarda-se a segurança do território pela garantia do nosso patrimônio moral e cívico. Isto constitui o alicerce que cria condições e oferece os meios ao progresso dos povos e à civilização hodierna:

Afinal, que se relembre e se repita, com emoção e com ternura, pela fidelidade ao país em que vivemos e amamos, a mensagem do grande poeta Castro Alves:

*“Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança”.*

*Natal-RN — 12 de Junho de 1978
(161.º do arcabuzamento de Miguelinho)*

Dicionário Onomástico Brasileiro

Modesto de Abreu ()*

Conferiu-me o meu querido amigo e confrade Monsenhor Jorge O'Grady de Paiva — o Padre Jorge como todos por hábito lhe chamamos — e a excelsa honra de prefaciар este seu erudito e utilíssimo *Dicionário Onomástico Brasileiro*. Aceitei a gratíssima incumbência não porque uma obra de Padre Jorge necessite de apresentação por parte de quem quer que seja. Mas pura e simplesmente porque é motivo de ufania estar ao seu lado e participar do efetivo e proveitoso convívio com o iluminado espírito qual o seu, sempre a irradiar saber, bondade e amor ao belo.

Todos nós nos acostumamos, de há muito de admirar as produções com que a cultura, o talento e o bom gosto de Jorge O'Grady de Paiva vem enriquecendo o patrimônio intelectual de quantos têm a ventura e o prazer de acompanhar-lhe o pensamento e as emoções, tanto através da palavra escrita quanto da palavra oral. Pela imprensa periódica e pelo livro ou nos sermões e homílias que profere, bem como nas conferências e palestras com que nos deleita e instrui nas múltiplas tribunas profanas a que é chamado com

(*) — Prefácio do sr. Modesto de Abreu ao novo livro do escritor norte-rio-grandense e membro honorário desta Academia, Mons. Jorge O'Grady de Paiva.

frequência, sempre nos encanta pela harmonia do seu estilo e nos persuade pelo poder de sua eloquência.

Este Dicionário do Padre Jorge é obra que estava faltando à nossa bibliografia lingüística, podendo afirmar-se que se trata de um trabalho minucioso, metódico e completo. Costuma o Padre Jorge esgotar os assuntos, fazendo no entanto com tal senso de concisão, e, ao mesmo tempo, com tamanha clareza que o leitor aprende tudo quanto desejava, sem nenhum esforço e com uma permanente sensação de agrado, de íntima satisfação.

Basta dizer que, num total que se aproxima de oito mil verbetes, a grande maioria destes não excede uma dúzia de linhas, que se lêem com a mesma curiosidade e a mesma atenção com que leríamos um capítulo da História ou uma sugestiva biografia.

Excelente amostra dessa feição científica de Jorge O'Grady, fora do presente texto lexiográfico, para dar prova de sua capacidade de pesquisa, examinando por todos os ângulos o tema em estudo, pode ser dada com interessante artigo que escreveu sobre a apócope da palavra *santo*, que tive o privilégio de ter em mãos antes de ser incluído no magnífico volume *Nos Domínios das Letras e da Ciência*. Podemos assegurar, terminada a leitura, que o mais percuciente dos investigadores filológicos, em dia com a terminologia agiológica, apologética ou litúrgica, se encontraria na impossibilidade de descobrir ali qualquer omissão.

O *Dicionário Onomástico Brasileiro* é livro utilíssimo e que estava faltando à nossa bibliografia, conforme afirmei de início. De fato, é este, o da onomástica, talvez muito mais que o da toponímia, na ordem dos conhecimentos acerca dos nomes próprios, o setor lingüístico a respeito do qual subsiste a maior carência de informações ilustrativas e esclarecedoras.

Aplicam-se os nomes próprios e de pessoas a torto e a direito, não só no que tange a prenomes e nomes de batismo, como por igual no que toca a sobrenomes, a cognomes e às vezes grotescos ou engraçadíssimos apelidos, assunto que também estaria a exigir vasta obra de pesquisa e elucidação.

Pode-se mesmo dizer que a maioria, a grande maioria dos indivíduos, desde pais até oficiais de registros públicos, usa e abusa do direito de atribuir aos recém-nascidos e registrandos nomes cujo significado totalmente ignoram, ou sobre os quais não formam equívocos juízos. Isso sem falar nas informações errôneas ou

deturpadas, transmitidas por folhinhas ou calendários apressadamente redigidos.

Neste particular, como nos demais casos, o *Dicionário* do Padre Jorge vem prestar a todas as classes, em nosso país, um serviço inestimável. Pela consulta dos seus verbetes, ficará o leitor ou consulente, com o mínimo de esforço, devidamente instruído sobre a etimologia de cada nome procurado, bem como sobre seu particular conteúdo semântico, suas vinculações históricas e sua exata grafia e melhor pronúncia.

Muitos erros se desfazem e inúmeras dúvidas se esclarecem. Da mesma forma, enganos freqüentes serão evitados, mormente os que advêm de falsas analogias resultantes de possíveis homonímias e paronímias. Eu mesmo posso dar, com exemplos que me afetam, testemunho de equívoco dessa natureza. Quando nasci, tiveram meus pais esse problema, ao cogitarem da escolha do nome que melhor me conviria, escolhendo-o dentre aqueles que lhes oferecia um almanaque existente em nossa casa.

O referido almanaque registrava três nomes de santos, Modesto, Vito e Crescêncio. Este último nome não agradou aos meus inteligentes genitores. O penúltimo foi logo de plano rejeitado, sob a alegação de que haviam conhecido mais de um infeliz com o mesmo nome de Vitor, ou Victor, consoante à ortografia dita etimológica à época. Optaram, pois, pelo primeiro, não só por ser já então a única opção possível, mas e principalmente por uma extraordinária coincidência: Havia, anteriormente ao meu nascimento, fosse qual fosse o sexo do nascituro, de ser chamado para padrinho um grande amigo do meu pai e, durante longo tempo, seu companheiro de pescaria, lavoura e comércio. Nada mais, nada menos que um cidadão de igual nome, já bastante conhecido no Estado do Rio e que, em futuro próximo, ingressaria na política e viria a se tornar conde papal.

O importante, todavia, não está aí. O nome Vítor, ou Víctor, que pela origem latina quer dizer vencedor, nada tem em comum com Vito, ou Guido, nome que ficou ligado às convulsões espasmódicas produzidas pela mastigação e ingestão da erva sardônica, dando a falsa impressão de estar o paciente a dançar...

Também o nome Crescêncio, que pude ver em vários lugares explicado, não é Crescêncio e sim Crescência, nome da mulher do meu xará, martirizado juntamente com os dois no começo da era cristã.

Essas explicações encontrará o consulente no *Dicionário*

Onomástico Brasileiro de Jorge O'Grady de Paiva, desfazendo dois erros encontrados na generalidade dos nossos calendários e almanaques.

Sabemos que vários santos tradicionais foram excluídos do hagiológico cristão, entre eles os santos Sebastião, Cristóvão, Cipriano, Cosme, Damião, Jorge, o meu xará, seu companheiro e a esposa Crescência, além de Úrsula e as onze mil virgens... Estamos, portanto, Padre Jorge e eu, fora da lista oficial: Eu, o desprezioso, o humilde; Padre Jorge, o lavrador, o cultivador da terra, Georgós, segundo a etimologia grega, figuradamente, o plantador da boa semente.

Como quer que seja, operoso trabalhador da gleba a serviço das letras, da ciência e da fé, Monsenhor Jorge O'Grady de Paiva é descendente de uma família de nobres senhores feudais da Irlanda; uma família cujos últimos representantes se transplantaram no século passado para o Brasil, fixando-se na província potiguar. Ali, na cidade interiorana de Ceará-Mirim, na zona canavieira, nasceu o nosso diligente dicionarista a 26 de maio de 1909. Iniciou seus estudos na cidade de origem, indo completá-los na capital. Coursou o seminário de Natal, de 1928 a 1934, ordenando-se presbítero e transferindo-se para o Rio de Janeiro dez anos depois. Além do exercício do múnus sacerdotal, dedicou-se ao ensino de várias disciplinas, notadamente as do ramo lingüístico e as geociências.

Dedicando-se desde cedo às atividades literárias e à pesquisa científica, publicou numerosos trabalhos sobre os temas de sua preferência, em grande parte reunidos nos volumes intitulados "Nos Domínios das Letras e da Ciência", a que já me referi, e "Na Seara das Letras, da Fé e da Ciência", além de trabalhos menores. Como homem de ciência e, ao mesmo tempo, como lexicógrafo, publicou o "Dicionário de Astronomia e Astronáutica", obra ímpar no gênero, já em terceira edição, prefaciada pelo nosso eminente colega Dr. Othon Costa.

Monsenhor Jorge O'Grady de Paiva pertence à Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, da qual é delegado vitalício junto à Federação das Academias de Letras do Brasil.

Na Academia Carioca de Letras, onde foi recebido em 1973, ocupa a cadeira nº 33, de que é patrono Mário Barreto, tendo como seus antecessores Jacques Raimundo e Vítor de Sá.

É ainda membro honorário da recém-fundada Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro, tendo ali por patrono Jônatas Serrano.

Elegia a Natal

Salgueiro Machado

Natal, companheira querida de minha infância! Tu que comigo brincaste quando ainda eras menina!

Eu era tão pequeno e tu eras pequena também.

Natal, do Paço da Pátria, para onde eu ia, nas tardes mornas de maio, comprar sequilhos de Taipu, grudes de Extremoz, Cana de Carnaubinha. Do mercado da cidade alta, mercado de Tororomba, de Mucura e de Manel Camelo! “Ei, Mucura, cadê Manel Camelo?” — gritava a meninada!

Natal das feiras de Tatajuba, onde nos delicávamos bebendo aluá de milho, capilé de caju, debaixo de tuas amendoeiras. E a amendoeira olha, espanta, para o Banco do Brasil, para a Delegacia do Tesouro, para o prédio da Mobra, sem nada antender do que se passa ao redor de seu tronco carmomido!

Natal das praias mais belas que o mundo tem: Redinha, olhando a barra, defronte à fortaleza, Praia do Meio, Areia Preta, Mãe Luísa, Barreira Roxa, Ponta Negra! Quanta beleza no azul do mar, na brancura de tua areia! Natal do Rio Potengi, da Praticagem, do Canto do Mangue, do Cais Tavares de Lira, da Pedra do Rosário, do Zumbi, da Guarita, do Oitizeiro, do Refoles, da Curva do Periquito. Quanta poesia, olhando as águas de prata de teu rio!

Natal, cidade das ruas com nomes bonitos, recebendo a bogari e manjerona! Rua dos Tocos, Rua Nova, Rua do Arame, do Vai-Quem-Quer, Rua da Palha, Rua das Laranjeiras, Bica da Telha, Rua dos Preguiçosos. Cidade dos bairros esquecidos: das Rocas, recendendo a peixe e a sangue, misturado com cachaça. Do Tirol, onde eu ia colher guabiraba, cajus azedos, ubaias e ambuís, nas dunas perdidas, verdes de esmeralda. Do Alecrim, que ficava lá no fim do mundo, para onde ia, com meus irmãos, pela estrada nova de São José, estrada tão querida, hoje com um nome novo que tu não conheces ainda. Ah, como eu me lembro das gargantas de barro, onde, muitas vezes, descansávamos do estirão da caminhada.

Era lá onde fomos comprar açúcar de gamela, farinha de castanha, feijão, farinha, carne-seca, toda provisão para a semana que ia começar.

Natal das noites indormidas com medo de Pedro Gato. Eu tenho saudade de Pedro Gato, morto pelos soldados de Joca do Pará. Como eu tenho saudade das clarinadas dolentes do Esquadrão da Cavalaria! Como eram belas tuas alvoradas, minha cidade querida, quando os soldados me acordam, com suas notas argentinas!

Soldados montados a cavalo, percorrendo as tuas ruas cobertas de pó. E teu corpo de Bombeiros? Ah, como eu gostava de vê-los passarem com suas fardas escalates, como ruta de cardeiro.

Natal da rua do Cambuim, onde Deodato e Marcimina eram o encanto da meninada. Ei, Deodato quebrou o pote! Deodato quebrou o pote!

Da velha Calutrina, de "Minha Tia", de Pedro Damásio, o homem do corrupio. Ah "a roda do corrupio caiu sobre a casa de Pedro Damásio e o Tu-cai morreu, esmagado pela roda do corrupio"! Não, Pio Tu-cai não morreu, ele estava brincando à sombra das mun-gumbeiras. Comprar juá, jucá, quina, angélica, pinhão, pimenta, limão, podoio, catingueira... é a Velha Solha, que vem subindo a rua, com um balaio enorme na cabeça, vendendo raiz de pé de pau e mezinhas milagrosas". E aquele velhinho, todo curvado, com as barbas branquinhas como neve? Ah, é Caitaninho, Meu Negro, o funileiro de nossa rua".

Como era gostoso o mel de furo que seu Tomé nos vendia!
Uma caneca por dois vinténs.

Como eu tenho saudade dos banhos da praia do Morcego, quando com um pé amarrado, por uma corda, eu tomava banho de areia, pelo medo que tinha do mar! “Cuidado, menino com o mar; cuidado com as ondas do mar!” Eu tinha medo do mar, mas eu queria bem ao mar, ao mar de minha terra. Como me lembro do caminho para a praia. Da casa do Gigante Ruivo. Meu Irmão, eu inda me lembro quanto tu me dizias, “foi ali, onde o Gigante Ruivo esticou suas aristocráticas canelas”.

E eu ia me afastando da casa do Gigante Ruivo com um medo medonho que ele me pegasse.

Menino, você já soube? Ali naquela mata, lá no Monte, mataram um homem. Eles iam para a praia e, no meio do caminho, o companheiro, servindo-se de uma toalha, o enforcou. Cabra traiçoeiro, aquele homem! Mata escura, mata feia, aquela mata de Petrópolis.

Natal das noites de seresta, quando “Praieira” tomava conta da cidade, nas vozes das serenatas, ao som dolente dos violões tocando.

Natal, cidade de minha infância, eu tenho saudade de ti.

Saudação a Gilberto Freyre ()*

Américo de Oliveira Costa

Antes de tudo, Sr. Gilberto Freyre, o que dificulta uma saudação a Vossa Excelência é a complexidade, a riqueza, são as dimensões diversas de sua personalidade. Em segundo lugar, fugindo a cânones e medidas preestabelecidas, a obra de Vossa Excelência se caracteriza pelo ilimitado e pela exuberância, é um espetáculo da natureza tropical, no seu conteúdo, nas suas revelações, nas suas incidências, nos seus flagrantes, na sua própria linguagem, de sabor tão específico. Em consequência, é sempre inacabado um discurso a Vossa Excelência; se as condições e as circunstâncias o permitem, o que se escreve é um livro.

Doutor **Honoris Causa** da Universidade de Colúmbia, Estados Unidos, da Universidade de Munster, Alemanha, da Universidade de Sussex, Inglaterra, da Universidade de Paris, Doutor Máximo da Universidade de Coimbra, Adstrito Honorário de Sociologia da Universidade de Buenos Aires, Doutor **Honoris Causa** das Universida-

- (*) Discurso de saudação ao escritor e sociólogo GILBERTO FREYRE, em nome da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por ocasião da solenidade de Assembléia Universitária realizada a 21 de maio de 1978, no Teatro Alberto Maranhão, quando foi entregue ao mestre pernambucano o diploma de Doutor **Honoris Causa** da mesma Universidade.

des de Pernambuco e Paraíba, em Ciências Jurídicas e Sociais, e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em Filosofia, — “homem, assim, mais das Universidades do que de uma Universidade em particular”, como Vossa Excelência muito acertadamente, foi definido pelo pernambucano do Rio Grande do Norte que é Nilo Pereira, — ou “um homem universal”, da conceituação de Ortega y Gasset, — passa Vossa Excelência a ser, igualmente, a partir de hoje, Doutor **Honoris Causa** da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A honra, a distinção, a láurea são menos suas, portanto, do que desta instituição, por ter podido incorporar o nome tutelar de Vossa Excelência, que tanto lustro lhes dá, aos seus quadros, aos seus brasões, aos seus estandartes.

Tão próxima, fisicamente, pela geografia, tão próxima no conhecimento do peso e do valor de sua obra, de numerosa projeção intelectual, inclusive no exterior, traduzida, que se encontra, para tantos idiomas estrangeiros, como o inglês, o francês, o sueco, o japonês, o alemão, o italiano, o espanhol, o norueguês, o iugoslavo, somente a circunstância de estarmos sendo uma Universidade que ainda se estrutura no seu corpo e na sua alma, — no seu corpo pelo campus quase totalmente construído, na sua alma pela presença crescente, confiante e produtiva da comunidade que o povoa; — somente a circunstância, ia dizendo, de sermos uma Universidade que está alcançando a sua maioria, explica a demora da outorga desse título honorífico a quem, pelo exemplo e a natureza dos seus estudos, pela importância de sua contribuição à cultura nacional e universal, dignifica e enaltece a região nordestina, onde Vossa Excelência tem mergulhados os seus troncos e as suas raízes humanas e espirituais, e que o reivindica, prioritariamente, como uma de suas autênticas expressões telúricas. Uma Universidade, realmente, esta nossa, para quem chegou a hora e a vez de olhar para mais alto e para mais longe.

A sua experiência de vida, Sr. Gilberto Freyre, tem seguido, passo a passo, como numa espécie de **back-ground**, o itinerário de sua obra de escritor.

Apenas recém-saído do Colégio Americano-Batista, do Recife, concluído seu curso em Ciências e Letras, é a partida, em 1918, para os Estados Unidos, inicialmente para a Universidade de Baylor. Depois de Baylor, foi a Universidade de Colúmbia, ingressando na sua Faculdade de Ciências Políticas e Sociais.

Numa conferência de 24 de janeiro de 1952, pronunciada na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, disse Vossa Excelência: “Fiz na Universidade de Colúmbia — a mais cosmopolita das universidades modernas na época em que tive a fortuna de freqüentá-la, o centro mais avançado de estudo das Ciências Sociais e do Direito, com Boas, na cátedra principal de Antropologia, Giddings, na de Sociologia, Selligman, na de Economia, Dewey, na de Filosofia Social, John Bassett Moore, na de Direito Internacional, Dunning, na de Filosofia do Direito, — as cadeiras essenciais ao mestrado e ao doutorado naquelas ciências, depois de me haver bacharelado em Baylor”. Com uma tese sobre a vida brasileira entre os anos de 1848 e 1864, ei-lo **Master of Arts**.

Os estudos universitários não confinaram, porém, a dinâmica de sua curiosidade intelectual. Frequentou, então, alguns ambientes literários e estéticos dos mais característicos, convivendo com P. J. Armstrong, já então a maior autoridade sobre a filosofia e a poesia do poeta inglês Robert Browning, com o poeta irlandês William Butler Yeats e os norte-americanos Vachel Lindsay e Amy Lowell; — e envolveu-se na linha de autores que seriam para sempre os de sua predileção, como acentuou o crítico Álvaro Lins, em ensaio integrante da 2.^a série do seu “Jornal de Crítica” (1943), sob o título “Regionalismo e Universalismo”. “De muitos deles”, adianta o Sr. Álvaro Lins, foi Vossa Excelência “o introdutor e apresentador no Brasil. Vê-se que já nesse tempo procurava salvar-se dos prejuízos de uma especialização exclusivista”.

O roteiro a ser continuado amplia-se, a partir de 1923, de perspectivas fascinantes. Di-lo Vossa Excelência mesma, naquela conferência coimbrã: “... de Colúmbia a Harvard, de Harvard a Oxford, de Oxford a Estrasburgo, de Estrasburgo a Paris, de Paris a Berlim, de Berlim a Madri, de Madri a Salamanca, de Salamanca a Coimbra...” — “... — sem que o universitário tivesse então outro cuidado na vida senão o de procurar surpreender, com olhos de moço e ainda livre das responsabilidades dos mestres acabados, não só os valores clássicos guardados à sombra das velhas escolas como, principalmente, as manifestações dos homens novos, espalhados em universidades, reunidos em cafés, organizados em clubes revolucionários, nem sempre alegres à en-

trada dos cabarets, hesitantes à porta das igrejas, dos mosteiros e dos seminários”.

O ano de 1924 marca a volta, a reintegração de Vossa Excelência ao seu, ao nosso país. Contactos, nesse e em anos subsequentes, com antigos e novos companheiros, jornalismo, conferências, viagens ao centro e ao sul, funções públicas, professor da cadeira de Sociologia, em 1928, da Escola Normal de Pernambuco, que foi a primeira a se estabelecer, talvez, no Brasil, no governo de Estácio Coimbra (a cujo gabinete serviu), dando a essa disciplina uma orientação nova, regional e ecológica, iniciando com as suas alunas as primeiras pesquisas sociológicas de ruas e de bairros, em nosso país; a revolução de 1930, “a aventura do exílio”, Dacar, o interior de Senegal, e, enfim, Lisboa, onde iniciaria os estudos e esquematizaria “Casa Grande e Senzala”.

Em 1931, a convite da Universidade de Stanford, ei-lo seu professor extraordinário. Mas, já no fim do ano, na Alemanha, ou seja, via-Europa, é o regresso ao Brasil, trabalho incessante no livro que explodiria em dezembro de 1933. “O Sr. Gilberto Freyre tornou-se, depois de “Casa Grande e Senzala” (depõe o crítico Álvaro Lins, no ensaio já citado) “um nome que não só se eleva mais nos nossos dias, como se antecipa historicamente numa colocação natural ao lado de certas figuras isoladas de nosso passado, como Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha. A obra do Sr. Gilberto Freyre é realmente daquelas que perturbam os contemporâneos. Muito raro o escritor que se destinando a uma permanência dentro do tempo, tenha sido também lucidamente compreendido e justamente avaliado pelos seus companheiros de época”. Por essa razão, Roquette Pinto dela poderá dizer que é “uma obra que nasceu clássica”. Já Gilberto Amado se referirá ao seu “ecumenismo”. André Rousseaux, ilustre crítico francês, proclamará: “Obra épica na literatura moderna”. E quando o livro foi traduzido para o inglês, “The Masters and the Slaves”, Asa Briggs, Reitor da Universidade de Sussex e autor do livro “Victorian People”, ao considerá-lo como tendo sido uma revelação para os próprios brasileiros do que realmente são, concluiu por julgá-la “um triunfo universal, e não apenas nacional, do saber”.

Estudo da formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. “Casa Grande e Senzala” será continuado, em

1936, na mesma esteira de importância, por "Sobrados e Mocambos" (Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano) e por "Ordem e Progresso" (Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semi-Patriarcal no Brasil sob o regime do Trabalho Livre: Aspectos de um quase meio século de transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre e da Monarquia para a República) em 1959. Tríptico formidável, que abria caminhos novos e surpreendentes ao estudo e ao conhecimento da evolução do povo brasileiro, e a que se juntariam, na mesma linha de ensaios. "Nordeste" (Aspectos da influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil), 1937; "Açúcar" (Em torno da História e da Sociologia do Doce no Nordeste canavieiro do Brasil) 1939; "Região e Tradição", 1941; e "Interpretação do Brasil", 1947. A respeito desses livros fundamentais e dos outros que assinalarei mais adiante, Nilo Pereira falou de "singularidade na Literatura, na Sociologia e na Ciência". Citemo-lo, ainda, ao acentuar ser a obra de Vossa Excelência lida, comentada, interpretada e ensinada em universidades da Europa e das Américas. E concluindo: "Obra de implicações quase espantosas, interessando à Arte, à Literatura, às Ciências Sociais, ao Direito, à Medicina, à Psiquiatria Social, à Arquitetura, ao Urbanismo, à vida nacional sob tantos dos seus aspectos e de modo todo particular, à vida nordestina, ao nosso complexo ecológico, do qual "Casa Grande e Senzala" é, ao mesmo tempo, o poema, o laboratório, a estrutura psicológica, a grandeza, o pecado, o heroísmo, a vicissitude, a filosofia, a exegese, o estilo, que é o seu grande fascínio". Uma linguagem, insista-se de passagem, provocadora de polêmicas, pelo inusitado da estrutura, que já chegou a ser comparada à de Marcel Proust, todavia parecendo mais afim com a maleabilidade, a envolvência, o coleante e o gorduroso do massapê da zona da mata dos canaviais de Pernambuco. Já a celebrara, aliás, o poeta Manuel Bandeira, ao saudar o aparecimento do livro:

"Casa Grande e Senzala",
Grande livro que fala
Desta nossa leseira
Brasileira.

**Mas com aquele forte
Cheiro e sabor do Norte
— Dos engenhos de cana
(Massangana!)"**

Sempre constituiu para Vossa Excelência, Sr. Gilberto Freyre, um setor muito grato de estudos o fenômeno das influências, das transculturações, das interpretações de culturas. A sua obra tem aí, mesmo, algumas esplêndidas oportunidades de páginas modelares e definitivas sobre problemas ligados diretamente à manifestação e estágios de nossa formação, de nosso desenvolvimento, da projeção sobre usos, hábitos e estilos de comportamento, ao contato dos chamados “agentes técnicos” estrangeiros, de natureza intelectual, política, artística, industrial, profissional, ou simplesmente comercial. Ai estão, em conseqüência, “Um engenheiro francês no Brasil” (1940), no qual se fixam os aspectos mais característicos da influência francesa na vida brasileira, embora o tema central tenha sido a personalidade de Louis Léger Vauthier, o arquiteto construtor do primeiro Teatro Santa Isabel, do Recife; “O mundo que o português criou” (Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas), 1940; “Ingleses no Brasil” (1948), aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil; “Aventura e Rotina” (Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação) 1953; todo o conjunto de estudos e reflexões sobre Tropicologia, Lusotropicologia, Hispanotropicologia, sob ângulos como “arte, ciência e trópico” ou “homem, cultura e trópico”, temática tão do seu agrado, do seu interesse e das suas preocupações; “Nós e a Europa Germânica” (1971); “O Brasileiro entre outros Hispanos: Afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas interrelações” (1975).

Quando deputado federal, num dos seus raros intermezos pela política militante, havendo sido Constituinte de 1946, eleito a instâncias da mocidade universitária de Pernambuco, foi de sua autoria o projeto que, transformado em lei, criaria o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com sede no Recife, destinado a pesquisar as condições e a qualidade da vida do lavrador e do trabalhador do Norte agrário do país, e que se tem superado nas suas finalidades específicas, para transfundir-se, sobretudo, num centro de altos estudos humanos e sociais nesta área brasileira.

No ensaio “Estudos Sociais”, da 1ª série do seu “Jornal de Crítica”, e a propósito de uma conferência de Vossa Excelência, “Uma Cultura ameaçada, a luso-brasileira”, editada no Recife, em 1940, e que se afirmou como um dos pontos mais altos de seus trabalhos intelectuais, o Sr. Álvaro Lins assim se expressou: “Trata-se de um

sociólogo, de um historiador, de um escritor que não tem compromissos senão com os seus estudos. Que tem feito da objetividade o seu método. Que dedicou toda uma vida aos estudos históricos, sociais e literários, sem outras ambições que não sejam a verdade e a riqueza de sua obra". Impõe-se, a esta altura, uma referência à sua "Sociologia" (Introdução ao estudo dos seus princípios), 1945, livro que é a condensação metódica de suas experiências, de suas observações, de suas confrontações e exames dos fenômenos sociais, suas leis naturais, suas polarizações, suas mutações, suas interpretações.

Chega até nós, assim, Vossa Excelência, precedido por tantas distinções e honrarias, que as omissões, como salientei inicialmente, inclusive num discurso que se pretenderia breve, como este, adstrito aos ritos de um cerimonial universitário, se tornam sempre inevitáveis. Não aludi, por exemplo, até agora, e disso me penitencio, à expressiva participação de Vossa Excelência, em 1948, no Conclave dos Oito, que reuniu em Paris oito especialistas mundiais em Ciências do Homem, cada um deles expoente de uma Ciência e de uma Arte, simpósio convocado pela UNESCO, para discussão das "tensões que causam guerras". Bem como à sua presença no rádio-simpósium de Washington, em 1955, sobre o "início da civilização atômica", ao lado de Winston Churchill, Jacques Maritain, Walt Disney, Jung, Bertrand Russel, Toynbee, Le Coubusier. Nem me referi, igualmente, às suas atividades de professor extraordinário nas Universidades de Colúmbia, Michigan. Princeton, Católica de Washington, São Marcos, no Peru, Gregoriana de Roma, Madrid, Salamanca, Heidelberg, Bonn, Colônia, na Alemanha, Sorbonne, Real Instituto dos Trópicos, na Holanda, Zurich, na Suíça, La Plata, Córdoba e Rosário, na Argentina; às altas e ilustres associações internacionais a que pertence, nos Estados Unidos, na França, em Israel, na Argentina, em Portugal, na Espanha, e, por igual, em brasileiras; e a outros encontros como o de Castelo de Cerisy, na França, em 1956, com eminentes mestres em Sociologia de Sorbonne; e ainda em 1956, sendo um dos quatro conferencistas principais numa reunião mundial de Sociólogos, em Amsterdã; e outros cursos, congressos, seminários e conferências, tanto na Europa quanto na Ásia e na África; aos prêmios literários internacionais e nacionais, com que sua obra tem sido distinguida, como, em 1967, o Prêmio ASPEN, do Instituto Aspen, dos Estados Unidos, destinado a "indivíduos notáveis por contribuições excepcionalmente valiosas para a cultura humana nos setores humanísticos" e de "evidente genialidade criadora", ou, em 1969, o Prêmio Internacional de Literatura **La Madonnina**, da Itália, por ter "descrito

com incomparável agudeza literária os problemas sociais, conferindo-lhes calor humano e otimismo, bondade e sabedoria, numa obra de fulgurações geniais”; e ao honroso título de Sir (Cavaleiro Comandante do Império Britânico), com que foi agraciado por sua Majestade a Rainha Elizabeth II, em 1971; à sua colaboração regular em revistas, jornais e periódicos, do exterior e do país, ou à sua condição, para muitos insólita, de também pintor, romancista e poeta bissexto, na classificação de Manuel Bandeira, com poemas como aquele admirável “Bahia de todos os Santos (e de quase todos os pecados)”

Na conferência da Sala dos Capelos de Coimbra, assinalou Vossa Excelência, embora confessando-se um **inacadêmico** e não **antiacadêmico**: “Pertença à família universitária e disso me orgulho”. E ainda. “Honra-me a beca e honram-me as insígnias universitárias, que não escondo, embora não as ostente, por não ser acadêmica minha carreira, nem acadêmica minha vocação”. E por fim: “Daí não me tocar, por exemplo, a designação ilustre de “professor” com que às vezes sou honrado pela imprensa generosa deste país (referia-se a Portugal). Professor ou catedrático tenho tido a honra de ser, é certo, de algumas universidades do meu país e do estrangeiro; mas extraordinariamente. Excepcionalmente. Nunca quis ser permanentemente professor ou catedrático de universidade. Sempre senti para a condição permanente de professor a pobreza e mesmo a falta de aptidão ou vocação acadêmica. O que sempre quis ser foi escritor. E escritor é hoje a palavra que me define a condição principal na vida. De escrever é que principalmente vivo. Para escrever é que principalmente vivo”.

É essa vida de escritor, é essa ação de escritor, sempre tão nobremente exercida e jamais desligadas da presença, do contacto e do calor de sua terra, — essa terra amorável de Pernambuco e esse retiro beneditino e glorioso de Santo Antonio de Apipucos —, que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte hoje homenageia, com o título de Doutor **Honoris Causa**, — vida e ação que são das mais altas lições de sabedoria e humanismo na história do espírito e da cultura de nosso país.

Mestre Gilberto Freyre, seja bem-vindo.

Lançamento de um livro e seu significado cultural

Onofre Lopes

Senhores:

A Secretaria de Educação e Cultura do Estado, por seu titular, Professor João Faustino, cumpre, nesta data, uma de suas tarefas de grande relevo e significação. Patrocina o lançamento de mais um livro — “Centenário” — de José Melquiades. A Academia Norte-Rio-Grandense de Letras tem a satisfação de participar do acontecimento, na condição de anfitriã, hospedeira de uma festa do espírito. “Centenário” é uma obra literária e uma documentação histórica. Padre Brito Guerra, Dom Joaquim de Almeida e Auta de Souza são os personagens focalizados e que, por um prodígio cronológico, são trazidos até nossos dias com a nitidez da fotografia recente, feita de corpo inteiro. José Melquiades, nosso confrade, nesta Academia, é realmente um artífice primoroso, paciente na investigação, justo no conceito, preciso na forma e no conteúdo de sua obra. É imortal por merecimento. Os seus ensaios não são rígidos traços que limitam o fato, a coisa ou a vida. Têm o sabor da erudição e da fantasia da sua rica imaginação. Faz a história da vida, a ilustração do passado e do presente. É o registro elegante, comparado, analisado no tempo e diante da condição humana. José Melquiades é escritor, humanista, educador,

conhecedor de línguas. Romancistas com seu Juca Porfiro, com sua Rubenia, prima retardatária de Julieta e Beatriz. Meticuloso e moderado, sabe usar o cotidiano e a inspiração, com a métrica da honestidade. É combatente de armas nobres, produto de idéias novas e antigas. Grava o seu estilo em páginas elegantes. Sua arte é multiforme e ágil, sem preocupação de popularidade. Vivo, alegre, conversador, meia idade risonha e jovial. Cabelos sem compromissos com o tempo, pode ser um galante, e se não o é, pelo menos visível, não é porque tenha receio de repetir aquele personagem da fábula de Lafontaine, citado por Humberto de Campos, “que tinha duas amantes, uma nova, outra velha, e que acaba completamente calvo, porque uma lhe arranca os cabelos brancos, a outra os cabelos pretos”. José Melquiades escrevendo, fazendo romance, ensaios, história e biografias, revela sólida cultura, segura formação humana, crença nos destinos espirituais. E tudo faz bem, com densidade e expressão. Não somente sabe vestir com elegância a forma de dizer, como sabe iluminar o pensamento com a sua erudição e o bom gosto literário. Transpondo para a boa prosa a vida social com seus dramas, ou para o livro o retrato vivo do cotidiano, nele surpreende-se Machado e Alencar, vivendo a paisagem humana, a dinâmica social e a fisionomia da terra, criando romance e fazendo crônica, em páginas de grande estilo. Apesar de liberto de certas correntes, mostra, no diálogo ou na exposição, as suas origens culturais, e a consistência das suas convicções filosóficas, levando-o à companhia de Renan, que confessava não ter podido eliminar do seu espírito a idéia de Deus. Não é um místico, mais conserva a fé. O seu humanismo não se recolhe no esconderijo improdutivo e egocêntrico, mas transmitiu-o através da sua produção literária. Ensina-o na Universidade e em toda a parte. Faz circular conhecimentos e métodos, com prodigalidade e, como no verso de Camões, com engenho e arte, visando à cultura, como sendo o fundamento essencial da promoção humana e do progresso da sociedade. E dentro desta visão, parece-me que a maior tarefa deste país é a valorização da terra e do homem, em toda a sua complexidade. É o princípio da sua individualização. É o enunciado de uma raça e de uma civilização.

A história diz que os nossos destinos nacionalistas e a nossa vocação para grande nação nasceram do espírito literário, presente desde a Colônia. É verdade que a gente e a terra foram postas em relevo num eloquente prelúdio de emancipação total. A mentalidade brasi-

leira, cedo, mostrou-se vigorosa, trazendo o signo de componentes raciais fortes e capazes. As nossas características biológicas e sociais procederam do sucesso da aglutinação e da transculturação de três grupos humanos, com íntimo intercâmbio de valores, resultando produto novo, vigoroso e confiante. O indígena que ocupava a terra, com seus impulsos de dramaticidade e profundo apego ao solo, e o negro, com a sua sensibilidade e as suas qualidades afetivas, fizeram com o branco civilizado magnífica conciliação genética, mestiçagem que revitalizou os atributos com que se distinguiria a raça brasileira, a um tempo vibrátil e inteligente, valorosa e nobre. De feito, heróico e generoso, o brasileiro é assim, uma expressão humana e social, já nesta altura misturado a atributos de outras raças, entretanto, conservando encantadoras riquezas, jóias do espírito e do vigor orgânico, que definem toda uma nação. E os seus homens de cultura, homens de letras, de artes e de ciências? Certo que tiveram os seus passos marcados na História. A nossa origem justificava o colonialismo cultural e a entranhada subordinação européia. E as origens são estigmas que resistem ao tempo. Ainda muito cedo, gerou-se o movimento de libertação, através dos homens de pensamento. Foi o primeiro passo em marcha para um destino que se traçara. A independência foi um fenômeno longo, de longa preparação, progressivo, aparecendo, primeiro, nas letras, na imprensa, na tribuna, nas crônicas, na poesia, na prosa. O episódio do Ipiranga, foi uma consequência lógica, um alargamento de conquistas, tendo por base uma orientação psicológica para a autenticidade e a soberania.

Sáimos da tutela intelectual, e surgimos com as nossas elites humanas e culturais, cheias de confiança. O ensaio, o romance, a prosa e a poesia fizeram com que aparecessem os jornais, as revistas, os livros, as bibliotecas, os museus, as associações literárias e científicas. Surgiram, em breve, as escolas de ensino de Direito e da Medicina, nos grandes centros populacionais de Recife, São Paulo, Rio e Bahia, multiplicando os valores humanos que seriam a substância de vida desta nação.

Senhores:

Este país precisa fortalecer as suas bases para o progresso que desejamos. Significa dizer: Para continuar a obra da sua inteira

emancipação. As nossas letras permanecem com a tarefa aculturativa da nossa gente, como forças civilizadoras e de energias conscientes. Foi assim que conseguimos a independência, a abolição da escravatura e da monarquia, as conquistas sociais e o progresso industrial. O fato aconteceu no Brasil, como aconteceu no mundo civilizado e em todas as épocas, através do livro, como veículo miraculoso de idéias.

Que as proporções sejam devidamente guardadas, mas devemos valorizar o que é nosso, o que é regional, legitimamente telúrico, para que se engrandeça o todo, o geral, na integridade fisionômica de cada parte. Estou certo de que Macedo, Alencar, Osvald de Andrade, Machado de Assis, Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Bilac, sei lá quantos, além de fazerem a alma e a imagem da terra, com o sabor a um tempo selvagem e civilizado, implantaram com a expansão literária, a consciência política da nação. É que a produção literária tem uma finalidade humana, social e política de que não prescindem os povos de idéias amplas, de forças criadoras, capazes de autodeterminação e de confiança nos seus destinos. É que a história política de cada povo, como dizia Taine, está na sua obra literária. E será nas fontes de conhecimentos, no livro, na imprensa, na cátedra, que sempre se aprende analisar os vícios e os erros dos tempos para que se capitalizem forças que possam transformar as sociedades e preparar a decisiva marcha para o futuro.

José Melquiades, talvez sem o querer e sem o saber, faz com seus livros, exemplo de trabalho de enriquecimento da região. O "Centenário", hoje trazido a público, ressuscita três grandes expressões intelectuais dos tempos passados. O Padre Brito Guerra, no seu bicentenário, Dom Joaquim de Almeida e Aute de Souza, nos seus cem anos de nascimento, são conduzidos em páginas luminosas até nós, como exemplo de vida de trabalho, de arte literária e de grandeza humana. Parabeno o ilustre imortal José Melquiades e louvo a vocação de Mecenaz do nosso ilustre Secretário de Educação, pelo apoio às letras do Rio Grande do Norte e aos seus homens de pensamento.

Academia Norte-Rio-Grandense de Letras

— QUADRO —

Cadeira N.º	Patrono	Primeiro Ocupante
01	Padre Miguelinho	Adauto Câmara (14.11.36)
02	Nisia Floresta	Henrique Castriciano (14.11.36)
03	Cons. Brito Guerra	Otto Guerra (14.11.36)
04	Lourival Açucena	Virgílio Trindade (14.11.36)
05	Moreira Brandão	Edgar Barbosa (14.11.36)
06	Luís Carlos Wanderley	Carolina Wanderley (14.11.36)
07	Ferreira Nobre	Antônio Soares (14.11.36)
08	Isabel Gondim	Matias Maciel (14.11.36)
09	Almino Afonso	Nestor Lima (14.11.36)
10	Elias Souto	Bruno Pereira (14.11.36)
11	Padre João Maria	Januário Cicco (14.11.36)
12	Amaro Cavalcanti	Juvenal Lamartine (14.11.36)
13	Luís Fernandes	Luís da Câmara Cascudo (14.11.36)
14	Joaquim Fagundes	Antônio Fagundes (14.11.36)
15	Pedro Velho	Sebastião Fernandes (14.11.36)
16	Segundo Wanderley	Francisco Palma (14.11.36)
17	Ribeiro Dantas	Dioclécio Duarte (14.11.36)
18	Augusto Severo	Waldemar de Almeida (14.11.36)
19	Ferreira Itajubá	Clementino Câmara (14.11.36)
20	Auta de Souza	Palmira Wanderley (14.11.36)
21	Antônio Marinho	Florianô Cavalcanti (14.11.36)

22	Leão Fernandes	Padre Luís Monte (14.11.36)
23	Antônio Glicério	Bezerra Júnior (14.11.36)
24	Gotardo Neto	Francisco Ivo Cavalcanti (14.11.36)
25	Ponciano Barbosa	Aderbal de França (14.11.36)
26	Manoel Dantas	José Augusto (22.07.43)
27	Aurélio Pinheiro	Américo de Oliveira Costa (22.07.43)
28	Padre João Manoel	Paulo Viveiros (22.07.43)
29	Armando Seabra	Esmeraldo Siqueira (22.07.43)
30	Mons. Augusto Franklin	Manoel Rodrigues de Melo (22.07.43)
31	Padre Brito Guerra	José Melquíades (08.10.64)
32	Francisco Fausto	Tércio Rosado (26.08.60)
33	Tonheca Dantas	Oswaldo de Souza (13.04.67)
34	José da Pena	Alvamar Furtado (13.04.67)
35	Juvenal Antunes	Ednor Avelino (13.04.67)
36	Benício Filho	João Medeiros (13.04.67)
37	Jorge Fernandes	Newton Navarro (13.04.67)
38	Luís Antônio	José Tavares (13.04.67)
39	Damasceno Bezerra	Raimundo Nonato Fernandes (13.04.67)
40	Afonso Bezerra	Sanderson Negreiros (13.04.67)

Sucessores

Raimundo Nonato da Silva (19.05.55)	Jmberto Peregrino (26.08.60)
Hélio Galvão (26.05.49)	Rômulo Wanderley (09.08.54)
Enélio Lima Petrovich (28.05.70)	Aluizio Alves (24.09.76)
Ascendino Almeida (08.12.76)	Dom Nivaldo Monte (15.08.75)
Gumercindo Saraiva (08.12.76)	Nilo Pereira (26.05.55)
Mariano Coelho (31.01.74)	Luís Rabelo (24.04.75)
Jaime Wanderley (28.05.70)	Dom José Adelino (06.06.46)
Humberto Dantas (28.05.70)	Otoniel Menezes (01.05.58)
Cristóvão Dantas (11.02.60)	Antídio Azevedo (28.08.69)
Peregrino Júnior (23.10.70)	Antônio Soares Filho (17.08.76)
Onofre Lopes (03.02.55)	Meira Pires (24.04.75)
Veríssimo de Melo (23.08.56)	Diógenes da Cunha Lima (29.12.71)
Antônio Pinto (06.06.46)	João Batista Cascudo (13.04.67)
Eloy de Souza (13.10.49)	
Maria Eugênia Montenegro (29.12.71)	Gilberto Avelino (16.09.77)

Trabalhos gráficos executados pela Editora Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sendo Reitor da Universidade o Professor Diógenes da Cunha Lima e Diretor da Editora Frederico Petrônio Pessoa Jofily. Terminou-se de imprimir em agosto de 1979.

Deptº. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE

26

759P2

2 RL

 Editora
Universitária
Universidade Federal
do Rio Grande do Norte

Re

V